IRAM JÁCOME RODRIGUES

TRABALHADORES, SINDICALISMO E DEMOCRACIA: a trajetória da CUT

Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto.

SÃO PAULO
1993

Para Cecília, Vitor e Ana Cecília

SUMÁRIO

Capítulo I - O TEMA, O PROBLEMA E AS HIPÓTESES
1.1. A definição do tema 4
1.2. A delimitação do objeto 28
1.3. Procedimentros metodológicos, o problema e as hipóteses 39

Capítulo II - A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FORÇA SOCIAL NO CENÁRIO POLÍTICO: A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
2.1. A oposição sindical 45
2.2. A experiência do sindicalismo de São Bernardo 61
2.3. Igreja e movimento operário 78
2.4. O surgimento da CUT 87

Capítulo III - A CONCEPÇÃO SINDICAL
3.1. Organização sindical 125
3.2. A questão da organização por local de trabalho 148
3.3. Democracia e política 155

Capítulo IV - AS AMBIGÜIDADES DO DISCURSO E DA PRÁTICA: A CUT HOJE
4.1. O IV CONCUT 186
4.2. As tendências e suas teses 197
4.3. O militante *cutista* 208
4.4. A prática sindical da CUT 221
4.5. O dilema da CUT: da confrontação à negociação 235

CONSIDERAÇÕES FINAIS 242

BIBLIOGRAFIA CITADA 245

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é um estudo da Central Única dos Trabalhadores. Procura apreender as formas pelas quais os trabalhadores irromperam no cenário nacional no final dos anos 70 e por toda a década de 80 a partir do estudo de uma dada prática sindical que surgiu com o movimento grevista nesse período: a experiência do "novo sindicalismo" que teve como um dos seus pilares a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Estudar esse período de nossa história política recente é, principalmente, se debruçar sobre a trajetória dessa corrente do movimento sindical. Por isso, a opção de fazer uma pesquisa sobre a CUT.

Este estudo está estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo faz uma discussão geral sobre o sindicalismo desde seu ressurgimento em 1978 procurando apontar algumas questões que consideramos importantes para o entendimento de sua dinâmica; o segundo capítulo analisa, especificamente, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores procurando dar conta de parte dos fatores que levaram ao seu nascimento; já o terceiro capítulo discorre, a partir de entrevistas com suas lideranças, sobre a concepção sindical da CUT; o último capítulo investiga as principais questões presentes, atualmente, no sindicalismo-CUT confrontando o discurso e a prática.

Esta pesquisa foi possível graças ao concurso de muitas pessoas e várias instituições que colaboraram das mais variadas formas.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia e ao CNPQ pela bolsa que me foi concedida para a realização desta pesquisa.

Ao Centro de Pesquisa Vergueiro agradeço o acesso facilitado pelos seus funcionários para recolhimento de material para este estudo, sou grato principalmente a

Valkiria Elizabete Teixeira que, sempre solícita, ajudou-me bastante na fase de coleta de dados nesta instituição, assim como Franco Farinazzo.

À Central Única dos Trabalhadores agradeço a atenção que me foi dispensada no desenrolar desta pesquisa e pelo acesso a uma parte importante dos dados presentes neste trabalho. Agradeço especialmente a Maria Silvia Portella de Castro, grande amiga, com quem tive oportunidade de discutir vários aspectos desta pesquisa. Agradeço também ao Marcelo Nassif sempre disponível para ajudar no andamento deste trabalho.

Vários amigos e colegas discutiram comigo aspectos deste estudo. Sou grato ao Leonel Itaussu de Almeida Mello, Mauro William Barbosa de Almeida e Maria Lúcia Montes, pelo apoio que me deram no transcorrer desta pesquisa. Armando Boito Júnior, Cacilda Asciuti, Álvaro Comin, Suzanna Sochaczewski, Leila Blass e Adalberto Moreira Cardoso, de alguma forma também colaboraram com este estudo, no âmbito da pesquisa do IV CONCUT.

A professora Heloísa de Souza Martins e o professor Sedi Hirano fizeram observações importantes quando do exame de qualificação e estimularam a continuidade deste trabalho.

Alexandre Dowbor deu todo o apoio na parte de computação e Eny Elza Ceotto na revisão geral do texto.

Leôncio Martins Rodrigues, meu orientador e amigo, foi um grande incentivador deste estudo.

À Cecília, minha mulher, e aos meus filhos Vitor e Ana Cecília agradeço o apoio cotidiano em todos esses anos. Cecília e Vitor foram, ainda, responsáveis pela confecção dos gráficos que aparecem neste trabalho.

É necessário dizer que nenhuma das instituições e pessoas mencionadas são responsáveis pelas falhas que esta pesquisa porventura possa ter. Os erros e imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

CAPÍTULO I

O TEMA, O PROBLEMA E AS HIPÓTESES

CAPÍTULO I

O TEMA, O PROBLEMA E AS HIPÓTESES

1.1. A DEFINIÇÃO DO TEMA

1.2. A DELIMITAÇÃO DO OBJETO

1.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, O PROBLEMA E AS HIPÓTESES

"A democracia política é viável ao custo de restringir as transformações sociais e políticas. Como Marx já observou, em tais condições as massas de oprimidos buscarão usar seus direitos políticos para conseguir transfor-mações sociais e econômicas enquanto os detentores de privilégios econômicos e sociais estarão reiteradamente tentados a buscar a proteção da força. A conclusão de Marx - que a combinação de democracia política e propriedade priva-da é impossível como forma duradoura de organização social -é forte demais. Mas a democracia continua a ser rara e instável: rara porque requer um compromisso entre classes einstável exatamente por isso".

Adam Przeworski, "Ama a incerteza e serás democrático".

1.1 - A DEFINIÇÃO DO TEMA

O objetivo deste trabalho é o estudo das questões suscitadas pela entrada em cena dos trabalhadores a partir de 1978 e o impacto diante do sistema político na década de 80. Duas questões básicas são discutidas. A primeira diz respeito ao papel que o sindicalismo desempenhou na luta pela democracia no período. A segunda se refere às dificuldades enfrentadas para a consolidação da democracia em nosso país.

Quando discorremos sobre democracia estamos pensando na conceituação mínima deste termo dada por Bobbio. Diz este autor: "Naturalmente, todo este discurso vale se nos atemos àquela que chamei de definição mínima de democracia, segundo a qual por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados."[1]

A abordagem realizada aqui procura dar conta da relevância do estudo que pretendemos empreender para melhor entendermos a participação das classes trabalhadoras na democratização brasileira pós-78, tendo como foco central de análise o novo sindicalismo e a organização que, a partir de sua *praxis*, surge nacionalmente: a Central Única dos Trabalhadores. **O que pretendemos, em última instância, é estudar a relação entre sindicalismo e democracia, no período mencionado, tendo como principal parâmetro a atividade organizativa desta central e sua ação sindical e política**.

A relevância do objeto de estudo se deve, entre outros aspectos, a:

1. Ser uma central que representa a ação sindical e organizativa do novo sindicalismo que inaugurou, a partir das lutas iniciadas em 78, uma nova relação entre capital e trabalho no Brasil.

2. Ser uma organização nacional representativa de milhões de trabalhadores

1. Norberto Bobbio, **O Futuro da Democracia**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 12.

da cidade e do campo.

3. Ter uma estratégia sindical que privilegia o conflito para chegar à negociação.

4. Possuir uma influência significativa no campo, principalmente entre os trabalhadores sem-terra e os pequenos proprietários mas que, ultimamente, têm também aumentado sua influência junto aos assalariados agrícolas.

5. O papel significativo da Igreja e sua capacidade de ampliar teias de sociabilidade no interior do sindicalismo-CUT.

6. A importância da expressão político-partidária da central: o Partido dos Trabalhadores e o seu significado no país.

A pertinência do tema estudado pode ser observada à medida que nos debruçamos sobre a trajetória dos trabalhadores na década passada. Ao longo desses anos, o sindicalismo transformou-se em protagonista das demandas políticas e sociais de parcelas significativas das classes trabalhadoras,[2] tanto em São Paulo quanto no resto do Brasil, trazendo para a esfera pública amplos contingentes que até então não tinham maior participação no processo político. Seu impacto no conjunto da sociedade foi de tal magnitude[3] que possibilitou a criação de um partido, o Partido dos Trabalhadores, que

---

2. Para Thompson, o termo "classes trabalhadoras" resulta em algo "descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo". No entanto, quando utilizamos essa expressão no plural estamos pensando na singularidade da classe trabalhadora, nas semelhanças e diferenças no interior das classes subalternas, isto é, sua heterogeneidade. Segundo Thompson, " a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura (...) A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais". Edward Thompson, **A Formação da Classe Operária Inglesa**, vol. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp.9/10. Para discutir melhor o conceito de "classe trabalhadora", tendo como pano de fundo um país de capitalismo avançado, ver Harry Braverman, **Trabalho e Capital Monopolista**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

3. Duas notícias publicadas no **Jornal do Brasil** de 1/5/1993, às páginas 6 e 7, respectivamente, captam essa participação sindical na sociedade brasileira pós-78. A primeira, sob o título de **CUT show**, diz o seguinte: "A CUT estréia dia 9 [de maio de 1993] o seu programa nacional de televisão, pela Rede **OM**. No primeiro programa, Vicentinho entrevistará a atriz Fernanda Montenegro. O programa de televisão da CUT irá ao ar todos os domingos, a um custo de US$ 12 mil mensais". A segunda, observa que "frequentado por colunáveis de todos os calibres, o restaurante Esplanada Grill, de São Paulo, entrou em polvorosa, ontem, na hora do almoço, quando se percebeu que, na última mesa do canto de menos destaque, almoçava Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Vicentinho estava ali a convite - deixou claro antes de entrar. Em alguns minutos, a notícia de sua presença correu e os garçons começaram a fazer a festa. O dono, Bob Coutinho, rapidamente assumiu o comando dos festejos e rasgou elogios à mesa

procura defender, no âmbito da política, os interesses mais gerais dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, esse movimento de afirmação de uma identidade própria dos trabalhadores diante da sociedade, no campo especificamente sindical cria, inicialmente, dois organismos: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986, que desempenham, nos anos 80, um papel significativo nas reivindicações trabalhistas. E, em março de 1991, surge a **Força Sindical**, ancorada principalmente na prática do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, tendo como presidente Luis Antonio Medeiros.[4]

---

de Vicentinho. No final, o almoço ficou por conta da casa". E prossegue esta nota do **Jornal do Brasil**, "na véspera de 1° [primeiro] de maio, **o episódio do restaurante mostra um pedacinho das transformações que os metalúrgicos hoje comandados por Vicente Paulo da Silva, 36 anos, conseguiram promover na chamada sociedade civil. Num reduto de elite, Vicentinho foi reconhecido e paparicado como líder. Dez anos atrás, quando a CUT nasceu, a cena de ontem seria inimaginável**. Mais insólito seria imaginar, em 1983, que o mesmo Vicentinho estaria carregando em sua pasta de documentos a Ordem de Rio Branco, recebida nesta semana das mãos do presidente Itamar Franco, em Brasília". (Grifos meus). São apenas duas pequenas notícias, mas que têm a força de um "instantâneo fotográfico", ao focalizarem, por vias transversas, o significado da irrupção trabalhista em 78 e o atual estágio de participação do sindicalismo no cenário nacional, vale dizer, no processo político brasileiro.

4. A Central Geral dos Trabalhadores (**CGT**), é fundada em março de 1986, por ocasião da realização do II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, no município de Praia Grande, litoral de São Paulo. Esta central sindical substituía a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que manteve este nome no congresso realizado em novembro de 1983, alguns meses após um bloco de sindicalistas combativos, tendo à frente o sindicato de São Bernardo, ter fundado a **CUT**. A CONCLAT representava, principalmente, aqueles sindicatos que se congregavam em torno da **Unidade Sindical**. Além de setores independentes, participavam da Central Geral dos Trabalhadores militantes sindicais do PMDB, PCB, MR-8 e PC do B. No congresso de 1986, que contou com a participação de 5.546 delegados, foram aprovadas, entre outras, as seguintes resoluções: suspensão do pagamento da dívida externa, "defendida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) numa renhida disputa em plenário com o MR-8, cujos militantes se posicionaram pela moratória"; apoio ao Plano Cruzado com restrições com relação aos aspectos salariais; no campo estritamente sindical, oposição à ratificação da Convenção 87 de Genebra, que defende a liberdade e o pluralismo sindical, ou seja, a favor da unicidade sindical. No mesmo congresso foi eleito como presidente Joaquim dos Santos Andrade, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em abril de 1989, Antonio Rogério Magri foi eleito presidente da CGT em um congresso extremamente tumultuado, ocorrido também na Praia Grande, e que teve um saldo de 50 feridos em plenário. Joaquim dos Santos Andrade retirou-se deste encontro com as delegações do Rio de Janeiro, Amazonas, Paraná e federações de São Paulo. Nem o PCB, nem o MR-8 estava representado na chapa de Magri. No que tange ao PC do B, essa agrupação política já havia se afastado da CGT, após uma plenária realizada em janeiro de 1988, quando foram praticamente expulsos neste encontro. A maioria esmagadora dos presentes gritava: "aqui é CGT, não é PC do B", PC do B almofadinha a CGT é prá botar você na linha" e "Luisão [referência a Luis Antonio Medeiros] para acabar com a divisão". Como os sindicalistas do PC do B não conseguiram falar na plenária, pois suas vozes foram abafadas pelas vaias e gritos da ampla maioria dos presentes, resolveram sair do recinto onde acontecia o encontro e, posteriormente, começaram a negociar sua entrada na CUT. Por sua vez, Joaquim dos Santos Andrade vai criar a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em conclave realizado em Belo Horizonte, nos dias 30 de setembro , 1 e 2 de outubro de 1989. Há, ainda a União Sindical Independente (USI), dirigida por Antonio Pereira Magaldi que, no entanto, não tem existência, de fato,

A segunda questão se relaciona com a problemática da democracia em sociedades como a brasileira onde o Estado tem um peso significativo e a sociedade civil não conseguiu consolidar, ainda, no decorrer da história republicana - a despeito de todo esforço no período 46/64 e pós-74 - instituições políticas fortes e representativas. Esse tema está ligado, em parte, à tradição dos países da América Latina que assentados em Estados que excluem a maioria da população dos direitos básicos de cidadania,[5] normalmente alternam momentos de liberalização com períodos de autoritarismo. Segundo Hirschman, "a característica onipresente de qualquer regime político nos países mais desenvolvidos da América Latina é a instabilidade, e que esta afeta até mesmo as formas políticas autoritárias."[6] É nessa perspectiva que os contornos da entrada em cena dos trabalhadores

---

enquanto central. Atualmente, as centrais sindicais que contam e que têm representatividade no movimento sindical são duas: **Central Única dos Trabalhadores** e **Força Sindical**. Esta fundada em março de 1991 e que tem como presidente Luis Antonio Medeiros. (**Folha de São Paulo**, 24/3/1986; **O Estado de São Paulo**, 25/3/1986; **Gazeta Mercantil**, 14/1/1988; **Jornal do Brasil**, 31/1/1988; **O Globo**, 1/5/1989; **Diário da Tarde**, 19/8/1989).

5. Como observa Vera da Silva Telles, para o caso brasileiro, a pobreza "permanece um enigma. É o enigma de um país que não consegue fazer dos direitos e da cidadania as regras da vida social e da vida política(...)É um país que convive e conviveu com o espetáculo da pobreza sem nunca tê-la equacionada nos termos da justiça e da cidadania". Vera da Silva Telles, **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza (um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo)**, Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, mimeo., pp. 301/302, 1992. De outra parte, segundo estudo da ONU, na América Latina, de um total de 427 milhões de habitantes, 196 milhões estão vivendo na pobreza. Para o Brasil este mesmo estudo indica que em 1990 existiam aproximadamente 70 milhões de brasileiros que estavam na linha da pobreza, sendo que desse total 34,8 milhões de habitantes eram considerados indigentes. Ainda, segundo a CEPAL, na América Latina 60% dos assalariados, em 1990, "viviam na linha de pobreza". **Estado de São Paulo**, 25/5/93, p. 14.

6. Albert Hirschman, "A democracia na América Latina: dilemas", *in* **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 15, julho/1986. Francisco Weffort, analisando a relação entre democracia política e desigualdade social na América Latina, constata a existência, de um lado, de algumas sociedades com alto grau de desigualdade como Brasil, Peru e Guatemala, e outras que estão em processo "de crescente desigualdade social", os casos da Argentina, Chile e Uruguai. Isso levaria, segundo o autor, "há uma contradição entre um sistema institucional baseado na igualdade política dos cidadãos (e, assim, uma igualdade social básica dos indivíduos enquanto indivíduos) e sociedades caracterizadas por processos de crescente desigualdade. Embora não creia que esta contradição deva levar - pelo menos, não necessariamente - ao desastre as novas democracias, ela abre um campo de tensões, distorções institucionais, instabilidade, violência, etc.". Francisco Weffort, **Qual Democracia**, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 103.
De outra parte, O'Donnell observava, há alguns anos atrás, que o Brasil possui uma singularidade que torna problemática a consolidação democrática: "imensas desigualdades sociais combinadas com um formidável dinamismo econômico e com padrões extremamente arcaicos de autoridade, inclusive os que vinculam ao Estado e à sociedade e a diversas classes e setores sociais". Guillermo O'Donnell, "Os atores do pacto democratizante, reflexões sobre a transição brasileira", *in* José Augusto Guilhon de Albuquerque e Eunice Ribeiro Durham, **A transição política: necessidade e limite da negociação**, São Paulo, USP, 1987, p. 427.
Esses aspectos, certamente, nos ajudam a entender as dificuldades para a consolidação da democracia no

em 1978 se delineiam com mais nitidez.

Ora, no final da década de 70 assistiu-se a uma ascensão sem precedentes do movimento grevista em nosso país. Paralisados em sua ação mais efetiva desde 1964, quando da instauração do regime militar, os trabalhadores retornam, quatorze anos depois, com força redobrada. Essa intensa atividade sindical, que perdurou nos anos 80, possibilitou conquistas importantes para as classes trabalhadoras na sociedade brasileira: como direito de greve, autonomia sindical etc., que podem ser ampliadas, dependendo da capacidade organizativa do movimento operário e sindical, bem como de suas possibilidades de mobilização e negociação.

Para Eduardo Noronha, "a flutuação do conflito trabalhista no Brasil seguiu de perto os passos da transição brasileira. Primeiro, porque o movimento sindical avançou (...) a cada etapa do processo de liberalização do regime autoritário; segundo, porque a incorporação da classe trabalhadora e da liderança sindical no processo de transição deu-se fundamentalmente através das possibilidades abertas para expressão de suas demandas e não por meio de sua participação efetiva nos pactos políticos que definiram a transição. A greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos (os chamados "movimentos sociais" e a campanha das diretas são outros exemplos), mas foi certamente a forma mais duradoura, crescente e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político - além, é claro, do próprio processo eleitoral."[7]

Por que se mobilizaram os trabalhadores naquele momento? Qual o significado de sua emergência? Qual a relação entre a ação trabalhista e a transição política? Em outras palavras, qual era, nesse período, a relação entre sindicalismo e democracia?

Brasil e, por extensão, na América Latina.

7. Eduardo Noronha, "A explosão das greves na década de 80", *in* Armando Boito (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, p. 97. Este estudo, que é parte da dissertação de Mestrado do autor, é, possivelmente, o estudo mais amplo e completo sobre as greves no período que vai de 1978 a 1988. Eduardo Noronha, analisando as greves de 78 a 84, vai caracterizar esta fase como de busca da cidadania política mediantes as demandas econômicas. Diz ainda que, "os traços comuns destes anos são a recuperação da função básica dos sindicatos de defesa dos salários e a própria definição da estratégia grevista como forma de reconquista da cidadania política"(p. 103).

Quando analisamos os estudos que procuram dar conta do ressurgimento do movimento operário naquele momento nos deparamos com várias vertentes explicativas.

Podemos situar, grosso modo, pelo menos três visões sobre essa questão. A primeira argumenta que a retomada da atividade operária e sindical a partir de 1978 foi decorrência, em larga medida, da **superexploração do trabalho** a que estava submetida a mão-de-obra.[8] Outra análise dessa problemática parte do pressuposto que esse movimento, particularmente as greves iniciais de maio de 78, foi expressão da **resistência operária contra o processo de trabalho capitalista;**[9] finalmente, temos a abordagem que procura demonstrar que o **discurso da dignidade**, ou seja, a defesa da dignidade foi o que embasou a luta dos trabalhadores e os levou a lutar contra a miséria e a opressão a que estavam submetidos tanto no interior da fábrica quanto no conjunto da sociedade.[10]

Os estudos desses autores, com suas reflexões diferenciadas sobre o porquê do movimento grevista no final dos anos 70, nos ajuda a entender, em parte, o fenômeno da luta dos trabalhadores. No entanto, há outros aspectos da emergência operária e sindical que deveriam ser melhor explorados para se apreender, nas suas especificidades, os problemas que se colocam hoje para a atuação da classe trabalhadora e do sindicalismo em nosso país.

Mesmo levando em conta os aspectos suscitados anteriormente por uma parte da bibliografia para ajudar a compreender a emergência operária pós-78, a hipótese básica desta pesquisa é que o surgimento do movimento operário e sindical no cenário político do país, para além das questões levantadas por esses autores **se deu basicamente como expressão de uma luta mais geral por direitos de cidadania no interior da sociedade**. Quer dizer, ainda que a questão imediatamente visível desse movimento tenha sido a luta pela reposição salarial no segundo semestre de 1977, em decorrência da manipulação dos índices da inflação de 1973, o fim último da luta sindical era o direito à

---

8. Referência ao estudo de Ricardo Antunes, **A Rebeldia do Trabalho**, São Paulo, Editora Unicamp/Ensaio, 1988, e também ao trabalho de John Humphrey, **Fazendo o Milagre**, Petropólis, Vozes/Cebrap, 1982.
9. Amnéris Maroni, **A Estratégia da Recusa**, São Paulo, Brasiliense, 1982.
10. Laís Abramo, **O Resgate da Dignidade**, dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais da USP, 1986.

cidadania.

Essas demandas perpassavam o cotidiano fabril, o bairro, a questão da moradia, melhores condições de vida e trabalho, melhores salários, bem como **representavam a afirmação de uma classe trabalhadora que já não aceitava uma cidadania limitada.**

Nesse sentido, eram atores que prenunciavam com seu movimento a necessidade de uma presença mais marcante na vida do país, tanto social quanto politicamente. Isto aparentemente pode parecer pouco, mas quem assistiu ao crescimento do sindicalismo nos últimos anos, à criação e desenvolvimento da Central Única dos Trabalhadores e, principalmente, à atividade do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação começa a perceber que há questões mais complexas envolvidas em todo esse processo, que trouxe à tona a explosão grevista em 78 e seus desdobramentos até nossos dias, o que representou um aumento, sem precedentes, da presença do sindicalismo na sociedade brasileira nos anos 80.

Nos trabalhos dos autores anteriormente citados, o movimento sindical é relacionado **à esfera da produção**: o espaço interno da fábrica como *locus* do "despotismo do capital". Aqui ele é relacionado às **instituições** do país, ao lugar dos trabalhadores no interior dessas instituições, captado pela noção de cidadania política.

Analisando esse período, José Álvaro Moisés mostra com bastante pertinência que "é no terreno da luta por direitos sociais e políticos, portanto, que é preciso ir buscar o significado dos movimentos dos anos recentes"[11] e, "desse modo, definindo-se como um movimento pela conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, qualificou-se como o novo e decisivo protagonista da própria luta pela democracia no país."[12] Vale dizer, possivelmente se a classe trabalhadora não tivesse entrado de forma aparentemente abrupta no cenário político no final dos anos 70 e por toda a década de 80,

---

11. José Alvaro Moisés, **Lições de Liberdade e de Opressão: o novo sindicalismo e a política**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 174.
12. Idem, p. 184.

talvez a história da transição para a democracia fosse outra.

Os trabalhadores e o novo sindicalismo propugnado pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo foram uma novidade que não estava inscrita inicialmente no desenho da transição política preparada pelos ideólogos do regime militar-autoritário.

Sem dúvida que o movimento operário se mobilizou por melhores condições de trabalho, salários etc. Ao mesmo tempo, em seu horizonte, também estavam todas as questões relacionadas com o ambiente de trabalho e, em especial, aquelas que diziam respeito ao autoritarismo presente no interior da empresa. Da mesma forma é pertinente a observação de que os problemas relacionados com o processo de trabalho no interior da unidade de produção criaria obstáculos à organização e à luta dos trabalhadores, uma vez que se expressavam concretamente no despotismo fabril: entre outros aspectos, no autoritarismo das chefias presente cotidianamente na vida do operário dentro da fábrica. De outra parte, a reflexão que tem como ponto central para a explicação da eclosão grevista a noção de dignidade dos trabalhadores também traz aspectos significativos para o entendimento da luta operária no final dos anos 70. "A idéia da dignidade violentada parece ter se constituido a partir de um profundo sentimento de injustiça, exclusão e humilhação que será, no decorrer da década de 70, vivenciado individualmente pelos trabalhadores no seu cotidiano, socializado parcialmente nas pequenas lutas de resistência e estimulado e elaborado pelo sindicato em sua ação."[13]

Esses aspectos, sem dúvida, desempenharam um papel importante para o surto grevista. A referência ao sindicato, neste caso, se deve à atividade do sindicalismo de São Bernardo, porque em São Paulo, nesse mesmo período, o sindicato esteve completamente à margem da atividade paredista nos meses de maio, junho, julho e agosto de 1978 e teve uma certa presença, no sentido de tentar conter o movimento dos trabalhadores, apenas na greve geral de novembro desse ano. Já na Capital paulista, a liderança das lutas

13. Abramo, *op. cit.*, p. 30.

operárias coube, em larga medida, aos trabalhadores nucleados em torno da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo,[14] que estiveram à frente de um grande número de paralisações por empresa no período de maio a agosto de 1978.

Acreditamos que se pode relacionar a idéia de dignidade, dentro de uma visão de mundo mais ampla de parte do movimento operário, a uma noção **ética**, particularmente no que concerne à política.

E essa dimensão ética está presente em vários momentos da constituição do movimento operário. Quando Thompson, por exemplo, discorre sobre os motins do século XVIII, antes mesmo do movimento operário estar constituído enquanto tal, aparece essa noção ética e que vai explodir nas várias manifestações, nessa época, na Inglaterra. Aparece aqui a idéia tão cara ao historiador inglês da "economia moral da multidão". De certa maneira, a noção de dignidade, da forma que é analisada por Abramo, está carregada dessa dimensão ética.

Para Thompson, "ainda que esta "economia moral" não possa ser descrita como "política" no sentido progressista, tampouco pode definir-se como apolítica, pois supõe noções do bem público categórica e apaixonadamente sustentadas."[15] Também nesse caso surge a idéia de um certo direito adquirido e, ao mesmo tempo, a noção de que aumentos abusivos dos gêneros de primeira necessidade na Inglaterra do século XVIII não era ético para o povo, o que faz o autor concluir, com uma citação do *sheriff* de Gloucestershire em 1766, de que naquele ano o povo tinha realizado "muitos atos de violência... e em algumas ocasiões alguns atos de valor, prudência e justiça, em consonância com aquilo que pretendiam obter."[16]

É interessante notar que a idéia de indignação por tudo que ocorria em nosso

---

14. Para uma análise da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, no período de 1964 a 1978, ver: Hamilton José Barreto de Faria, **A Experiência Operária nos Anos de Resistência: a Oposição Metalúrgica e a dinâmica do movimento operário (1964-1978).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da PUC de São Paulo, 1986 (mimeo.).
15. Edward Thompson, "La economia moral de la multitud" *in* **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase,** Barcelona, Editorial Crítica, 1984, p. 66.
16. Idem, p. 134.

país nos anos do autoritarismo militar estava presente em amplos setores da sociedade e, principalmente, junto a parcelas do movimento operário. Era um discurso muito forte da Igreja Católica, proferido em particular por sua ala mais progressista desde 1968, com o desenvolvimento da **teologia da libertação**. E esse discurso ia ao encontro da luta que se travava contra as injustiças, o sentimento de exclusão das classes subalternas etc. Por isso, é comum em entrevistas que se realiza com operários surgir a idéia da dignidade como um tema decisivo. Talvez, nesse caso, tivéssemos de fazer uma análise mais ampla do discurso dos trabalhadores para tentarmos entender melhor o sentido dessa questão. Nesse aspecto, se dignidade significa merecimento, ser honesto, respeitabilidade, honradez, é possível que, no imediato, o discurso das classes trabalhadoras esteja expressando exatamente isso.

No entanto, se nos detivermos um pouco mais na forma como esta expressão aparece referida nos vários contextos, certamente se poderia associá-la diretamente à noção de uma luta mais geral por direitos de cidadania, de participação em todos os níveis. Isso poderia sugerir que **a idéia de dignidade, para além do sentido moral que o termo exprime, está estreitamente ligada à noção de cidadania para as classes trabalhadoras.**

Vejamos, pois, trechos de uma entrevista com um operário metalúrgico onde o termo aparece com bastante clareza.

Relacionando a conquista da comissão de fábrica dos trabalhadores da Ford de São Bernardo com as mudanças ocorridas no ambiente de trabalho na empresa este trabalhador lembra, em entrevista realizada em 1/10/84 que, "no mínimo o que os trabalhadores conquistaram foi dignidade, respeito à pessoa e aos seus direitos, o que não existia (...) Antes era um verdadeiro inferno, onde ninguém respeitava ninguém, onde a palavra máxima era do chefe e ponto final. O peão não tinha o direito de contestar qualquer que fosse a ordem. Toda a ordem na cabeça dele, ordem dada é para ser cumprida e não para ser discutida, todo esse tipo de coisa. E, de 81 para cá, (...) os trabalhadores começaram a entender que eles também tinham direitos, apesar de saberem de seus deveres, mas que eles também tinham direitos. E começaram a brigar e defender com unhas e dentes,

através da comissão de fábrica, seus direitos."[17] É importante observar que nesta entrevista dignidade tem um significado bastante preciso, como já foi referido anteriormente. Este vocábulo está, nesse depoimento, intimamente associado à luta por direitos; ou seja, tanto à busca de democracia na produção, quanto à idéia de romper algo mais amplo que também está presente no cotidiano da fábrica, mas que é maior que a própria fábrica.

Esta entrevista, evidentemente não demonstra que, para o conjunto dos trabalhadores, a equação entre defesa da dignidade e a conquista da cidadania estivesse presente. Em vez de ser tomada como prova, deve ser vista como uma formulação operária da tese que defendemos aqui, e que permanece válida se pudermos demonstrar que as lutas e reivindicações trabalhistas deslocam o foco do interior da fábrica para os direitos de cidadania. A entrevista se refere ao antes e depois de 1981, por isso é interessante para a análise que está sendo desenvolvida. A idéia da ditadura na produção, das chefias autoritárias, das ordens que devem ser cumpridas são problemas que estão presentes em muitas outras entrevistas com trabalhadores da indústria automobilística quando estes se referem à década de setenta. É possível que este fato ocorresse também porque havia um regime ditatorial no país, **mas não apenas por isso**. Esse aspecto da luta por direitos, de outra parte, tem bastante peso no movimento operário e sindical nesses anos e, certamente, é uma **das** pistas significativas que pode nos auxiliar na reflexão do porquê de sua emergência na segunda metade dos anos setenta.

Afora o sentimento de parte dos trabalhadores contra a exclusão social, a miséria, o despotismo das chefias e os baixos salários e até por estas questões, a entrada em cena dos trabalhadores na política brasileira, no final da década de 70, representou a demanda mais ampla por direitos - em muitos aspectos elementares - de moradia, de melhorias salariais, de justiça social etc. É, principalmente, por se fazer presente na sociedade, interferindo com alguma eficácia no processo de transição política por que

---

17. Iram Jácome Rodrigues, **Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria**, São Paulo, Cortez/Fase,1990, pp. 86/87.

passava o país, ao mesmo tempo que foi fundamental para o alargamento das conquistas democráticas.

Observando a trajetória da classe trabalhadora de 1978 até nossos dias, o que se desenha com mais nitidez é o seu perfil como ator social e político. Vale a pena lembrar que o Partido dos Trabalhadores tem seu berço no sindicalismo de São Bernardo e, em geral, na prática sindical de oposição à estrutura sindical que vicejou pós-78, mas que já vinha se mostrando fragmentariamente desde o final dos anos sessenta, como é o caso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (Capital) que, posteriormente, passou a se autodenominar Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (**MOSMSP**).

De outra parte, sua liderança maior, Luis Inácio Lula da Silva, foi presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o maior expoente desse movimento. O simples fato de ter passado para o segundo turno das eleições presidenciais em novembro de 89 - onze anos depois do surgimento do chamado **novo sindicalismo** - obtendo mais de 31 milhões de votos, nos ajuda a pensar que a demanda trabalhista por liberdade sindical, contra o arrocho salarial e contra a ditadura na produção era muito mais que isso. **Representava a luta por novos direitos no espaço da produção, assim como a busca de cidadania na esfera política**. Aparentemente, esse foi o sentido de 1978 para o movimento operário e o sindicalismo no Brasil.[18]

Historicamente, a ocorrência desse processo é comum. Segundo Przeworski, "os trabalhadores são tipicamente a primeira e a maior força a se organizar de maneira autônoma, como ocorreu na Europa Ocidental na virada do século, na Espanha (comisiones obreras), no Brasil (Sindicato do ABC) e na Polônia (Solidariedade). Isto não é acidental.

---

18. Para a discussão da questão da cidadania e movimento operário, além da obra clássica de T.H.Marshall, **Cidadania, Classe Social e Status**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, ver também, entre outros estudos: Francisco C. Weffort, "A cidadania dos trabalhadores", *in* Lamounier, Weffort e Benevides (orgs.), **Direito, Cidadania e Participação,** São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, 1981; Eunice Ribeiro Durham, "Movimentos sociais: a construção da cidadania", *in* **Novos Estudos Cebrap**, n.10, São Paulo, outubro de 1984; Luiz Werneck Vianna, "Atualizando uma bibliografia:"novo sindicalismo", cidadania e fábrica", *in* **Travessia: da abertura à Constituinte 86**, Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1986; Wanderley Guilherme dos dos Santos, **Cidadania e Justiça**, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979 e J. M. Barbalet, **A Cidadania**, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.

Os locais de trabalho são, juntamente com os mercados populares (o *bazaar* do Oriente), os únicos espaços onde as pessoas podem encontrar-se espontaneamente, sem vigilância da polícia. Em segundo lugar, **os direitos políticos são imprescindíveis se os trabalhadores quiserem lutar por seus interesses econômicos. Assim, os trabalhadores organizam sindicatos autônomos e estes apresentam reivindicações políticas que os colocam na vanguarda da luta pela democracia**".[19] (Grifos meus).

De certo ponto de vista, esse processo ocorreu em nosso país deixando traços profundos no cenário político brasileiro. A retomada da iniciativa dos trabalhadores no final da década de 70, depois de 14 anos sufocados pelo autoritarismo militar, representou a entrada, na cena pública, de amplas camadas das classes trabalhadoras que até aquele momento não tinham conseguido se fazer ouvir na sociedade brasileira desde 1964.

Pode-se dizer que esse foi o segundo momento importante no processo de transição política por que passava o país. O primeiro protesto de massas ocorreu em 1974 com as eleições de novembro, quando o único partido de oposição, o MDB, conseguiu uma vitória esmagadora nos grandes centros urbanos no Brasil, principalmente na região centro-sul. Para Cardoso e Lamounier "não é preciso muita sofisticação metodológica para ver que nas grandes cidades, pelo menos (São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte), à distribuição por classe social (categorizada por qualquer dos indicadores que se usa normalmente para defini-la em pesquisas deste tipo: renda, escolaridade, bairro de moradia, etc.) correspondeu um dado padrão de votação. Isto fez do MDB o partido que, nas eleições passadas, expressou a escolha eleitoral dos mais pobres, embora não exclusivamente deles."[20]

A avalanche de votos oposicionistas nas eleições de 74 foi o primeiro grande protesto vivo, de amplitude até então desconhecida, contra o autoritarismo no pós-64. E o grande centro desta contestação eleitoral contra o regime militar foi São Paulo, em

---

19. Adam Przeworski, "Ama a incerteza e serás democrático", *in* **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 9, julho/1984, pp. 42/43.
20. Fernando Henrique Cardoso e Bolivar Lamounier, **Os Partidos e as Eleições no Brasil**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 11.

particular a Capital e a Grande São Paulo.[21] De certo modo, as camadas médias e pobres reagiram contra o regime autoritário e sua política econômica de arrocho salarial; enfim, plebiscitariamente, através do voto, o povo brasileiro se posicionou contra um modelo econômico que excluía a grande massa da população de seus benefícios.

Independentemente do que os "magos" do regime tinham em mente na fase iniciada com o governo Geisel de distensão "lenta, gradual e segura", 1974 funcionou como um bumerangue: ao mesmo tempo que atingiu o centro de poder por sua extensão e profundidade, trouxe à tona formas variadas de organização da sociedade civil, que teve um impulso e efeito multiplicador considerável nos anos seguintes, tendo sido fundamental para os destinos da incipiente abertura política que se iniciava. Nas palavras de Cardoso, referindo-se às eleições em São Paulo: "o MDB teve um papel que foi menos o de representar os interesses de grupo ou de classe definidos, e mais o de simbolizar um protesto."[22]

Os acontecimentos de novembro de 1974, no entanto, foram "preparados" por vários eventos: no plano estritamente econômico, a crise do petróleo e o impacto dessa questão em nosso país. Do ponto de vista político, convém ressaltar a luta dos **autênticos** do MDB e o significado da "anticandidatura" *emedebista* de Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho que postulavam, respectivamente, a presidência e vice-presidência da República e fizeram uma pregação cívica-democrática por todo o país denunciando o regime militar-autoritário e conclamando a sociedade civil à luta pela democracia. De outra parte, no âmbito sindical, também ocorrem mudanças na primeira metade dos anos setenta e que vão aparecer mais claramente a partir de 1978.

Não por acaso, em setembro deste mesmo ano, os metalúrgicos de São Bernardo realizavam o seu primeiro congresso. Nesse evento, foram definidos "os pontos

---

21. Ver, por exemplo, Maria Tereza Sadek R. de Sousa, **Concentração Industrial e Estrutura Partidária: o processo eleitoral no ABC (1966-1982)**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Área de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1984, mimeo.
22. Fernando Henrique Cardoso, *in* Cardoso e Lamounier, *op. cit.*, p. 57.

centrais de sua luta: pela liberdade sindical, por uma lei básica do trabalho que contemplasse os seus direitos fundamentais e pela contratação coletiva de trabalho."[23]

O segundo momento dessa reação generalizada das camadas assalariadas contra as condições de vida e trabalho a que estavam submetidos pelo regime militar, e na busca de se colocarem como atores políticos no espaço público, foi o desencandear do movimento grevista que, tendo como berço São Bernardo, atingiu posteriormente o país inteiro a partir de 1978.

Não foi fortuito que esse movimento tenha começado em São Paulo e, em particular, na região do ABC paulista. Tendo como principais características a crítica à estrutura sindical e a defesa da livre negociação entre patrões e empregados sem a ingerência do Estado, propugnava o afastamento do Estado da esfera das relações de trabalho, ao mesmo tempo que desenvolvia uma prática de organização pela base, tentando fortalecer o sindicato a partir das fábricas.[24]

A direção desse movimento era formada por trabalhadores jovens, grande parte deles migrantes de regiões mais pobres, especialmente do Nordeste, operários industriais de primeira geração, sem relações com a esquerda tradicional e sem a visão ideológica do sindicalismo nacional-populista do período pré-64 que tinha muito presente a temática nacionalista.[25] "Ao contrário do passado, observa-se nas novas correntes sindicais uma disposição de confiar basicamente na capacidade de organização dos próprios trabalhadores, disposição que marcha paralelamente, senão à desconfiança, com relação a outros grupos sociais - políticos, estudantes, intelectuais, etc. - pelo menos ao desejo de resguardar a autonomia da ação operária, separando o "nós" e o "eles", os trabalhadores e

---

23. Ricardo Antunes, *op. cit.*, 1988, p. 17.
24. Há, hoje, uma vasta bibliografia sobre o novo sindicalismo. Afora alguns trabalhos que são citados neste texto, gostaríamos de destacar três estudos de Maria Hermínia Tavares de Almeida: "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", *in* **Debate & Crítica**, São Paulo, n. 6, julho de 1975; "Novas tendências do movimento sindical", *in* Hélgio Trindade, (org.), **Brasil em Perspectiva: dilemas da abertura política**, Porto Alegre, Sulina, 1982; e, "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança", *in* Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, (orgs.), **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, São Paulo, Brasiliense, 1983.
25. Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*, 1990, pp. 103/104.

os membros de outras classes, ainda que simpáticos às reivindicações dos sindicatos".[26]

Decorrência das transformações econômicas e sociais por que passou o país no período do regime militar-autoritário, esse movimento operário e sindical é expressão também do novo perfil da classe trabalhadora.[27] Segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida, "o fato é que através dessa jovem direção formada depois da instauração do regime autoritário, a nova temática reivindicatória começou a ser esboçada em 1971-1972, exatamente no auge do *boom* econômico, que se refletiu nos trabalhadores de maneira contraditória. Por um lado, permitiu que diminuísse a pressão da mão-de-obra excedente sobre o mercado de trabalho qualificado. Por outro, implicou em um agravamento generalizado das condições de trabalho nos estabelecimentos industriais."[28]

É esse novo sindicalismo, posteriormente conhecido como sindicalismo autêntico, que irrompe no ABC juntamente com o movimento grevista em 1978.

Talvez, qualitativamente diferente do significado da vitória da oposição quatro anos antes, mas relacionada com ela, os trabalhadores, como expressão de uma certa organização da sociedade civil, procuram se afirmar na crítica à política econômica do governo, na luta contra os baixos salários, pelo direito de greve, na defesa da negociação direta com o patronato e pela autonomia sindical, trazendo para a esfera da política amplos contingentes que até então pareciam adormecidos, e expressando, naquele momento, um forte sentimento oposicionista ante ao regime militar.

As grandes greves, as assembléias plebiscitárias dos operários no Estádio da Vila Euclides em São Bernardo, mostravam a existência de um outro ator que até aquele

---

26. Leôncio Martins Rodrigues, "Tendências futuras do sindicalismo brasileiro", *in* Henrique Rattner, (org.), **Brasil, 1990**, São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 133.

27. "Entre 1950 e 1960 o crescimento populacional (35%) foi superior ao crescimento da classe operária industrial (23%). Entre 1960 e 1970, o crescimento populacional (44%) já foi nitidamente inferior ao crescimento da classe operária industrial (61%). Entre 1970 e 1976, o crescimento populacional (15%) foi várias vezes inferior ao crescimento da classe operária industrial (90%) e agrícola (190%)". Em outras palavras, de 1950 a 1976, a mão-de-obra industrial cresceu cerca de 400%. Num curto período de seis anos - entre 1970 e 1976 - o número de trabalhadores industriais se tornou praticamente o dobro". Ver sobre essa questão, Duarte Pereira, **Um Perfil da Classe Operária**, São Paulo, Hucitec, 1981, pp. 26/27.

28. Maria Hermínia Tavares de Almeida, "Desarollo capitalista y acción sindical", *in* **Revista Mexicana de Sociologia**, México, abril-junio, 1978, p. 486.

momento havia sido excluído do cenário político e que queria participar. Esse foi, sem dúvida, o sentido mais geral da emergência dos trabalhadores a partir de 1978. Esse fato desempenhou um papel importante na transição política naquele momento: as classes trabalhadoras queriam ter uma participação mais significativa nas novas regras do jogo que estavam sendo gestadas no Brasil.

Oriundos dos setores industriais mais modernos na economia brasileira, esse movimento social, que no seu desenvolvimento se transformou em movimento político representou, naquele momento, uma novidade na cena política brasileira.[29]

Neste trabalho, partimos da hipótese mais geral de que os conflitos do trabalho na década de 80 estiveram associados à luta por direitos democráticos no conjunto da sociedade e, mais precisamente, direitos de cidadania. Assim, tiveram e têm um significado importante para a construção da democracia no Brasil,[30] ainda que parte de seus atores não tenham tido a percepção desse fenômeno no momento de sua ação sindical e política.

É esse movimento que será o tema do presente trabalho, procurando discutir a problemática da participação sindical e política das classes trabalhadoras, tendo como pano de fundo a questão democrática no Brasil e, mais precisamente, as vicissitudes da relação entre sindicalismo e democracia pós-78.

Nesse aspecto, será feito um estudo dos trabalhadores em sua prática específica e em sua relação com o conjunto da sociedade civil e do Estado e, além disso, junto aos trabalhadores será privilegiado aquele setor que tem demonstrado maior capacidade de organização, e que surgiu com o **novo sindicalismo, e** hoje atuando primordialmente na Central Única dos Trabalhadores.[31]

---

29. Sobre a questão da representatividade da CUT junto às categorias profissionais, notadamente no que se relaciona àquelas representadas pelas indústrias modernas, ver, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski, Iram Jácome Rodrigues, **Retrato da CUT: delegados do 3o. CONCUT, representação nas categorias**, São Paulo, Edição da Central Única de Trabalhadores, 1991, pp. 49/57.

30. Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*, 1990, p. 11.

31. Isso não significa que as outras experiências de centrais sindicais não serão contempladas neste trabalho.

Relacionado ao clientelismo estatal[32] que historicamente está presente - às vezes, sob outras formas - ao longo de nossa tradição política,[33] o que ajuda a explicar a fraqueza dos partidos e, por extensão, do sistema partidário como canal de expressão legítimo da sociedade civil junto ao Estado,[34] assistiu-se, durante muitos anos, a uma fragmentação de atores políticos e sociais no cenário nacional.

Saído, há vários anos, de um regime autoritário profundamente excludente, mas que mostrou, durante certo período, uma *performance* econômica muito grande, o que levava a antiga fração dirigente apoiada nas forças armadas a buscar um certo tipo de legitimidade a partir desse desempenho econômico,[35] o Brasil viu surgir movimentos sociais

---

No entanto, será tratado primordiamente o sindicalismo-CUT. Os outros organismos nacionais dos trabalhadores aparecerão, normalmente, como um contraponto às várias formas de atuação do que se convencionou chamar novo sindicalismo.

32. Como mostra Eli Diniz, "apesar das peculiaridades do desenvolvimento histórico de cada país [latinoamericano, no caso brasileiro] ao desencadear-se o processo de construção da ordem industrial, observou-se o amplo recurso à centralização política, o que levou a formas de intervencionismo estatal de escopo abrangente e alto poder de ingerência e regulamentação sobre as diferentes esferas da sociedade (...) A contrapartida da centralização burocrática das decisões foi, porém, uma frágil capacidade de implementação de políticas. Tal debilidade pode ser relacionada com o padrão de expansão do Estado que se tornou dominante. O crescimento desordenado, sob forte pressão clientelista, levou à proliferação de agências, à superposição de jurisdições, acarretando dispersão do poder e fragmentação da autoridade estatal, gerando formas salváticas de competição inter-burocrática, além de uma extrema vulnerabilidade à pressão de clientelas específicas". Eli Diniz, "Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do corporativismo no Brasil", *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 20, ano 7, outubro de 1992.

33. Sobre este problema, a título de comparação, lembraria o ocorrido na Argentina logo em seguida à queda do regime militar e o período das eleições que elegeu Raul Alfonsín presidente da República. De uma maneira extremamente rápida e "intensidade inigualável", em poucos meses filiaram-se 3 milhões e 300 mil pessoas ao Partido Justicialista (Peronista) e cerca de um milhão e meio de pessoas ao Partido Radical. Se levarmos em conta o número de eleitores e a população adulta do Brasil e da Argentina teremos uma idéia bastante real dessa fraqueza do sistema partidário em nosso país. Elizabeth Jelin, "El itinerario de la democratizacion: los movimientos sociales y la participación popular", *in* **Proposiciones**, n. 14, Santiago, Sur Ediciones, 1987, p. 148.

34. Uma das explicações para esse aspecto estaria no que analisa Maria do Carmo Campello de Souza: "diversamente de outros regimes autoritários latino-americanos, onde o processo eleitoral foi extinto ou relegado a um papel mínimo, a singularidade do autoritarismo brasileiro foi a importância das eleições para a legitimidade do regime. Tal "imperativo eleitoral" fez das esferas partidárias e suas áreas correlatas um objeto de contínua intervenção governamental. A existência de três sistemas partidários no período revela de maneira enfática o alto grau de intervenção do regime nesse campo e **os efeitos negativos para o enraizamento dos partidos**". (Grifos meus). Maria do Carmo Campello de Souza, " A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles", *in* Alfred Stepan (org.), **Democratizando o Brasil** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 596.

35. Para Guillermo O'Donnell, uma das principais dificuldades para a consolidação democrática no Brasil se devia "paradoxalmente, ao relativo êxito econômico e baixa repressão do regime burocrático-autoritário precedente, assim como a algumas características mais específicas deste". Guillermo O'Donnell, "Los actores del pacto democratizante. Reflexiones sobre la transicion brasileira", texto apresentado ao seminário: A

e/ou políticos, que despontaram por toda sociedade.

Do ponto de vista dos setores trabalhistas e até de uma parcela significativa do empresariado, o que se assistia, a partir das demandas colocadas para o conjunto da sociedade, era uma busca de **redefinição de suas identidades coletivas**. E essa questão é bastante pertinente no que tange às classes trabalhadoras: eram atores a procura de sua identidade coletiva para terem um espaço de intervenção na esfera pública.

No tocante aos trabalhadores e ao sindicalismo, essa dinâmica tem uma singularidade muito específica: **somente em um regime democrático lhe serão dadas as condições para a conquista de seus direitos básicos de cidadania, bem como o seu reconhecimento como ator social e político** .

É nesse contexto que emerge mais significativamente o papel desempenhado pela Central Única dos Trabalhadores para um amplo contingente de assalariados organizados pelo país afora: ser o estuário por onde passa grande parte das demandas, por tantos anos reprimidas, da mão-de-obra, por um lado e, por outro, daqueles setores mais ativos no movimento dos trabalhadores; bem como ser o canal que expressa o alto grau de insatisfação de amplas parcelas de trabalhadores que não aceitavam mais uma cidadania **limitada** e queriam participar mais ativamente da vida nacional. Ainda que a CUT não tivesse um projeto democrático claro, quando de sua formação, sua existência, no entanto, é crucial para a consolidação da democracia.

Ademais, é importante ressaltar, dentro da temática estudada e para melhor compreender a relevância do tema proposto, o momento que vive a organização dos trabalhadores em nosso país. Nossa hipótese, nesse caso, é que a fase mais conflitiva entre trabalho e capital está sendo ultrapassada.

---

transição: necessidades e limites da negociação", USP, 16/19 de junho de 1987, p. 19.
Nosso objetivo não é fazer uma discussão sobre a transição política, pois isto já foi realizado. Há uma ampla bibliografia sobre a transição brasileira e sobre as diversas experiências de transições políticas que ocorreram durante os anos setenta em Portugal, Grécia, Espanha e, mais recentemente, no Leste Europeu, com o fim do "socialismo real". Seria ocioso retomar aqui todos os elementos desse debate. No entanto, quando esta questão aparece neste trabalho, geralmente está associada ao tema mais geral da relação entre sindicalismo e democracia e se refere, especificamente, à *praxis* sindical no processo de democratização em nosso país.

A fase "heróica" do movimento operário e do sindicalismo em nosso país já passou: foi fundamentalmente 78/88, quando o operariado, bem como os trabalhadores de classe média[36] - bancários, funcionários públicos, empregados das empresas estatais - e os setores oriundos da zona rural como os operários agrícolas, bóias-fria, sem-terras, posseiros, meeiros, seringueiros etc., surgiram subitamente no cenário nacional trazendo novas demandas que, a partir daquele momento, passaram a ser parte integrante do debate político.

Esse aspecto é significativo para que se entenda a proliferação de greves e movimentos de ocupação de terras, ou de moradias, pelo país inteiro a partir da liberalização do regime autoritário e, principalmente, após a instauração da chamada Nova República. É o que se pode chamar de um nível muito grande de demanda reprimida. Com a fase inicial de democratização, reivindicações explodem por todos os lados, o que levou vários analistas a temerem pela governabilidade do país. Esse temor foi aguçado após a instauração da Nova República com o governo Sarney que, em decorrência da forma como assumiu a presidência com a morte de Tancredo Neves, carecia de legitimidade.

De outro lado, é importante entender que essa pressão sobre o sistema político ocorreu porque todos esses anos de regime autoritário criaram uma expectativa exagerada com a democracia. Esta passou a ser a "solução" para todas as questões: desemprego, fome, a miséria das grandes cidades, o problema da terra, a necessidade de investimento industrial, e assim por diante. A democratização aparecia como a cura para todos os males pelos quais passara o país depois de 21 anos de regime militar. E, como tal não ocorreu, começou a grassar em setores das classes trabalhadoras - bem como em setores de suas lideranças - um **desencantamento**[37] com a incipiente experiência de

---

36. Conhecemos as dificuldades que o termo classe média propicia na análise sociológica: no caso específico, a referência é fundamentalmente às camadas médias no interior da classe trabalhadora.

37. Um exemplo, é a recente pesquisa realizada pelo IBOPE, que mostra um índice de rejeição aos políticos superior a 90% junto à população brasileira. Esta enquete foi feita na terceira semana de abril de 1993 em todo o país. A afirmação que **os deputados e senadores não resolvem nada que interesse ao povo** teve a concordância de 65% dos entrevistados contra 28% de discordantes; já a assertiva que **os políticos só pensam em resolver os seus próprios problemas**, contou com a aprovação de 88% contra 9% que discordaram; a idéia que **os políticos só se preocupam com sua própria reeleição,** teve 93% de concordância contra apenas 5% que discordaram e, por fim, a opinião que **os políticos ficam ricos com a**

democratização que se iniciava e que perdura até hoje.

Possivelmente, o que está na raiz desta questão é a relação que as camadas populares, mas não apenas estas, fazem entre democracia e economia. Ou seja, para estes setores, regime democrático significaria resultados econômicos positivos.

Nesse sentido, **a associação entre democracia e eficácia econômica**, presente em amplos contingentes da população, possivelmente nos ajudaria a entender **a atitude, por vezes ambígua, desses setores com a democracia**. Desse ponto de vista, à medida que a economia não vai bem a democracia "não presta". Assim, os políticos também "não servem", pois só visariam seus interesses.

E, tais questões que estão presentes na sociedade repercutem, como não poderia deixar de ser, junto aos organismos de representação dos trabalhadores.

Essas são algumas das razões de uma certa desconfiança, de uma parte da direção da Central Única dos Trabalhadores, ainda com relação ao problema da democracia, neste caso associado, também, a um forte componente ideológico.[38] No entanto, com a queda do muro de Berlim em novembro de 1989 - para lembrarmos um fato simbólico - e o fim do chamado "socialismo real" essa desconfiança diminui, mas, de toda forma, ainda persiste em ponderáveis contingentes da militância *cutista*.

Ora, como diz Przeworski, "não se deve tratar a democracia como uma

---

política somou 92% de apoio e somente 5% se manifestaram contra. Além disso, a pesquisa "indicou algo mais grave, que o descrédito com os políticos é acompanhado pela sensação de que a democratização foi um fracasso: para 25% da população, os serviços públicos são melhores num regime militar do que numa democracia e para 33% não há diferença nesse aspecto entre uma ditadura e um regime democrático. A preferência por um governo militar é maior na região Sul do País (onde chega a 32%), menor no Nordeste (17%) e mais intensa entre pessoas mais velhas". **O Estado de São Paulo**, 1/5/1993, p. 8. Esses dados são extremamente preocupantes no que eles revelam de desencanto mais profundo com as perspectivas de consolidação da democracia em nosso país. Vale dizer, mesmo com toda a caminhada que representou para amplas parcelas da sociedade civil a transição política, a democratização brasileira, a eleição, posse e, posteriormente, no segundo semestre de 1992, a memorável luta pelo *impeachment* do então presidente eleito, Fernando Collor, em decorrência da corrupção e o plebiscito sobre sistema e forma de governo em abril de 93, ainda permanece uma desconfiança significativa de amplas parcelas da população com o regime democrático. Isso se deve, como observamos acima, a uma certa idéia que grassa em amplas camadas da sociedade, **associando democracia com eficácia econômica**. De todo modo, o que esses dados mostram, como já assinalamos anteriormente, são as dificuldades para a consolidação democrática em um quadro econômico e social onde as desigualdades são profundas, e quase, intransponíveis.

38. Ver, por exemplo, capítulos III e IV deste trabalho.

árvore de natal onde cada um procura seu brinquedo favorito. Temos que nos dar conta de que o sistema democrático não é um instrumento para resolver outras questões. É somente um sistema em que os grupos sociais lutam sem se matar."[39]

Além disso, a história da relação entre os trabalhadores e a política no Brasil está profundamente marcada, de um lado, pelo período populista, que ao conceder uma **participação limitada** manipulou amplos contingentes urbanos e, de outro lado, pelo autoritarismo pós-64 que os excluiu de uma participação mais ativa na vida nacional. É possível ser este um dos aspectos que está na origem dessa relação, por vezes contraditória, como já assinalamos, de significativos setores das classes populares com a política. E aqui se chega a um paradoxo fundamental: **o processo de institucionalização da classe trabalhadora como ator político é o que, de certo modo, dificulta a institucionalização da democracia** em países como o Brasil que possuem um alto grau de desigualdade social.

Isso ocorre pelos aspectos anteriormente mencionados, bem como em decorrência da entrada na cena política de um setor que não quer ter apenas um papel secundário no processo de democratização e, posteriormente, de consolidação da democracia: **para construir sua identidade coletiva necessita se apoiar na lógica do conflito.**[40]

---

39. Adam Przeworski, *in* José Augusto Guilhon de Albuquerque e Eunice Ribeiro Durham, **A Transição Política: necessidade e limites da negociação,** São Paulo, USP, 1987, p. 94.

40. Maria Hermínia Tavares de Almeida observa que "os sindicatos foram personagens importantes desse período em que a reconstrução democrática conviveu com a deterioração econômica". Além disso, "a coincidência perversa dos processos de democratização e de crise econômica colocou o sindicalismo diante de estímulos contraditórios. De um lado, deveria escolher formas de ação agressivas, capazes de arregimentar forças, aumentar seu poder e de assegurar-lhe reconhecimento frente ao empresariado, ao Estado e demais forças políticas". Por outro lado, as condições de crise econômica nos anos 80 "requeriam certa moderação de demandas salariais, formas de ação concertadas, capacidade de abrir mão de benefícios imediatos em troca da realização de metas de longo prazo". A autora mostra que o sindicalismo brasileiro terminou por optar por uma estratégia de confrontação e de ganhos de curto prazo. De nosso ponto de vista, esse aspecto é visível, fundamentalmente, no sindicalismo-CUT. No entanto, como analisa esta pesquisadora, a "estratégia de confronto trouxe benefícios para o sindicalismo brasileiro. Especialmente, garantiu-lhe um lugar entre os personagens relevantes da cena pública brasileira e deu projeção nacional as suas principais lideranças. Além de haver possibilitado mudanças importantes no sistema de relações trabalhistas, favoráveis ao fortalecimento das entidades sindicais". Maria Hermínia Tavares de Almeida, **Crise Econômica e Organização de Interesses: estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80**, Tese de Livre-Docência, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1992, pp. 11-13.

Em certo sentido, no entanto, a década de 80 foi o período de construção e sedimentação dos organismos de representação da classe trabalhadora, nos mais variados níveis. Comparado com o movimento dos trabalhadores em outros países da América Latina ou mesmo do resto do mundo, o sindicalismo brasileiro obteve ganhos bastante perceptíveis no decorrer dos anos 80.[41] O mínimo que se pode dizer desse amplo movimento de massas é que ele deu **visibilidade** à classe trabalhadora em nosso país.

Como expressão das reivindicações operárias e populares em todos esses anos, a nova Constituição - em que pese a maioria da Assembléia Nacional Constituinte que aprovou, por exemplo, os cinco anos para Sarney -, deu guarida, no entanto, a várias demandas dos trabalhadores. Sem dúvida que isso ocorreu, durante os trabalhos constituintes, muito mais em razão do forte *lobby* montado pelos sindicatos quando da instalação e durante o período de funcionamento da Assembléia Constituinte que por uma mobilização mais efetiva, naquele período, dos trabalhadores.[42]

De todo modo, não se pode obscurecer o fato de que com a promulgação da nova Constituição os sindicatos saíram fortalecidos e, por extensão, ainda que não no mesmo nível, os trabalhadores, por conseguirem inscrever várias de suas demandas por **novos direitos** na Carta Magna, principalmente no que concerne aos direitos sociais. E o que é mais significativo: algumas dessas vantagens não faziam parte, originalmente, das reivindicações dos trabalhadores.[43]

Entretanto, aspectos importantes para a atividade sindical dos trabalhadores e que eram demandas **históricas**, pelo menos aparentemente, do sindicalismo-CUT não foram contemplados: o primeiro exemplo é o da própria estrutura sindical. Não se eliminou

---

41. O que se observa com relação ao sindicalismo latino-americano, europeu e mesmo americano é um certo declínio no que se refere à sua coesão, taxa de sindicalização etc.No caso brasileiro, o que se viu pós-78 foi um aumento real do peso e influência do sindicalismo na sociedade.
42. Ver, por exemplo, Leôncio Martins Rodrigues, "O poder sindical na nova Constituição", *in* **Os Direitos Sociais e Trabalhistas na Constituição de 1988**, ABRH - Nacional, São Paulo, outubro de 1988; ver ainda: Leôncio Martins Rodrigues, "O sindicalismo nos anos 80: um balanço", *in* **São Paulo em Perspectiva**, vol. 4, nº 1, jan/mar. de 1990.
43. Idem.

o imposto sindical e, de outra parte, toda a legislação aprovada, relacionada a essa questão, ficou extremamente ambígua e mesmo confusa.[44] Além disso, a simples extinção do imposto sindical não possibilitará o fim dos sindicatos de "carimbo", ou aqueles sem nenhuma representatividade, pois o antigo imposto sindical se transformou - na prática - na taxa assistencial cobrada compulsoriamente de todos os membros da categoria - sócios ou não sócios - a partir de uma assembléia do sindicato. Este tributo, ademais, já se transformou, nos últimos anos, na maior parcela da receita dos sindicatos.[45]

Um aspecto básico como a estabilidade no emprego, pleito trabalhista que simboliza as condições, por vezes, extremamente difíceis do trabalho no Brasil também não foi atendido. Em seu lugar, foi privilegiada a figura da **indenização compensatória**. "Na prática, isto garante que os trabalhadores permanecerão sujeitos à rotatividade da mão-de-obra, ao arrocho dos salários e à ameaça do desemprego em massa sem qualquer amparo legal. Para se ter uma idéia do que isso representa basta observar que, em 1985, 5,2 milhões de trabalhadores foram demitidos sem justa causa, o que equivale a 63% das demissões registradas naquele ano (Ministério do Trabalho, Rais/85)".[46]

Esses dados chamam a atenção para a dificuldade da organização dos trabalhadores sob essas condições: os sindicatos não pressionam por organizações nos locais de trabalho como, por exemplo, as comissões de empresa ou organismos similares. Ora, à medida que o sindicalismo em seu conjunto não consegue se organizar a contento nas empresas, seus organismos mais gerais, como o sindicato ou a central sindical, terão **pés de barro**.

Nesse sentido, a única via de fortalecimento da atividade sindical é a possibilidade de manutenção de uma ampla base de apoio organizada nos locais de trabalho. No momento, porém, em que o empregado pode ser despedido sem justa causa obsta

---

44. Idem, Ibidem.
45. Armando Boito Jr., **O Sindicalismo de Estado no Brasil,** São Paulo, Unicamp/Hucitec, 1991, p. 34 e segs.
46. José Renato Vieira Martins, "Os direitos dos Trabalhadores na Constituinte", *in* **Tempo e Presença**, São Paulo, CEDI, n. 232, julho de 1988, p. 29.

sobremaneira a organização dos trabalhadores. Diria mesmo, mata no nascedouro qualquer veleidade de uma ação mais efetiva da mão-de-obra no enfrentamento com o patronato.

Se o movimento sindical quer ter uma presença mais significativa na vida nacional terá que encarar firmemente esta questão. Nesse caso, uma das saídas visíveis para o sindicalismo poderia ser uma grande mobilização em todos os níveis e em todas as frentes - inclusive no parlamento -, para colocar em prática o artigo 11 do capítulo II da nova Constituição referente aos **Direitos Sociais** que diz o seguinte: "nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores."[47] Se levado às últimas conseqüências, esse preceito constitucional poderia assegurar a organização de comissões de trabalhadores em grande parte das empresas brasileiras.

Enfim, se a nova Constituição conseguiu avançar em alguns aspectos no capítulo sobre os direitos sociais, para a classe trabalhadora e o sindicalismo ainda há muito a percorrer.

1.2. A DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Tendo sido discutido, em linhas gerais, o tema deste trabalho, faz-se necessário delinear com maior precisão o objeto a ser investigado. Esta pesquisa tem como objeto o estudo da Central Única dos Trabalhadores.

A onda de paralisações que varreu o país a partir de maio de 1978 trouxe com ela o nascimento do "novo sindicalismo" - que naquele momento aparecia como uma grande novidade -, possibilitando a realização da I CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) em 1981 e, posteriormente, o surgimento da Central Única de Trabalhadores.

A CUT é fundada em 1983, mas as bases para o aparecimento de uma central

47. De acordo com a nova Constituição brasileira promulgada em outubro de 1988.

sindical com as suas características já estão colocadas desde a vaga grevista que se inicia em 1978.[48]

Expressão do sindicalismo de massas que se desenvolve no ABC paulista, a prática da CUT, desde o primeiro momento, se diferencia bastante do sindicalismo existente até 78. Tendo suas bases principais de apoio, inicialmente, assentadas na Grande São Paulo, particularmente entre os metalúrgicos do ABC, nesses dez anos de existência a CUT conseguiu crescer de forma muito rápida. São Paulo tem sido o pólo mais dinâmico de atuação da CUT, mas o sindicalismo-CUT tem conseguido uma grande penetração, nos últimos anos, em outras áreas urbanas do país, notadamente entre os empregados das empresas estatais e funcionalismo público, bem como no setor rural.

Por que estudar a CUT?

Como já havíamos assinalado, o estudo da CUT é pertinente porque esta é uma organização representativa de vários milhões de trabalhadores da cidade e do campo. Ator político e social por excelência, expressão sindical de vastas parcelas da população brasileira bem como pela capacidade de agregação, este sindicalismo possui muitos laços sociais que são fundamentais no tocante à estratégia trabalhista. Pela forma como se estruturou, pelos setores sociais que a compõem e pelo tipo de ação sindical que desenvolve, é um sindicalismo que privilegia antes o conflito que a negociação ou, dito de outro modo, é pela via do conflito que chega à negociação; nesse sentido, é importante

48. Existem poucos trabalhos especificamente sobre a Central Única dos Trabalhadores. Entre os principais estão: Leôncio Martins Rodrigues, **CUT: a Ideologia e os Militantes**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. Nesse trabalho o autor faz uma análise do perfil dos militantes da CUT, bem como discorre sobre a ideologia que embasa o sindicalismo-CUT; além disso, traça os vários contornos das tendências políticas no interior da central sindical a partir do estudo das teses do III CONCUT. O estudo faz ainda o histórico do surgimento da CUT, bem como das outras centrais sindicais. A segunda pesquisa já publicada sobre a CUT, citada anteriormente, chama-se: **Retrato da CUT**, de autoria de Leôncio Martins Rodrigues, Maria Silvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues. Há ainda dois estudos de Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto: **CUT Por Dentro e Por Fora**, Petrópolis, Vozes, 1990 e **CUT Ontem e Hoje**, Petrópolis, Vozes, 1991.

atentarmos para aspectos da estratégia dessa central sindical.

Além disso, os setores sindicais que participam da CUT são, geralmente, os setores mais ativos no interior do movimento sindical e representativos das camadas de trabalhadores que mais se enfrentam com os patrões e que estão mais organizados no interior das empresas.

Estudar a Central Única dos Trabalhadores significa se debruçar sobre a ação dos novos movimentos sociais que se desenvolveram com a abertura política, além de representar o estudo de forma paralela, daqueles aspectos que se relacionam com os movimentos sociais e sindicais, o Partido dos Trabalhadores. Não queremos com isso dizer que o sindicalismo-CUT agrega o conjunto dos movimentos sociais que surgiram na década de 70, o que não seria verdadeiro, inclusive porque sua base é fundamentalmente sindical. Diríamos apenas que **simboliza** amplas parcelas desse movimento. Segundo Ruth Cardoso, esses movimentos, "quando vistos por sua face reivindicativa, não parecem capazes de grandes transformações, mas quando os vemos como expressão de uma nova identidade, é possível pensar que venham a ser uma nova peça no jogo político."[49] É a idéia de construção de uma nova identidade dos movimentos sociais que me parece pertinente para pensar sua relação com o movimento operário e o sindicalismo que emerge em 78.[50]

Setores da Igreja, de outra parte, têm um peso significativo no interior da CUT, principalmente na zona rural, nos conflitos de terra, através do **Movimento dos Sem-Terra**.[51] Este é o principal apoio da CUT no campo, juntamente com os sindicatos rurais.

---

49. Ruth Cardoso, "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico", *in* Bernardo Sorj, e Maria Hermínia T. de Almeida, (orgs.), *op. cit.*,, p. 238. Como nota Maria Célia Paoli, "parece claro que os movimentos sociais em seu conjunto já conseguiram gerar um horizonte cultural para a política, cuja novidade é o restabelecimento da inventividade das noções de "direitos"e de "cidadania" como chaves de acesso à dimensão política da vida social". Maria Celia Paoli, "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno", **Estudos Avançados**, USP, setembro/dezembro, 1989, vol. 3 (7), p. 42.

50. Ver, sobre essa temática, o artigo de Eunice Ribeiro Durham, *op. cit.* Já Adam Przeworski observa que os movimentos sociais possuem uma certa ambiguidade na democracia e, normalmente, duram pouco: "note that social movements are an ambiguous actor under democracy, and always short-lived. Unions have a place to go: industrial relations institutions and the state; parties have parliaments; and lobbies have bureaus; but movements have no institutions to direct themselves to". Adam Przeworski, **Democracy and the Market**, Cambridge University Press, 1992, p. 11.

51."O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi criado oficialmente em janeiro de 1985,

No entanto, a maioria dos sindicatos rurais estão sob o controle da **CONTAG** (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que funciona como uma espécie de central sindical rural. Em 1987, a CONTAG representava 2.821 sindicatos e 22 federações em todo país.[52] Enquanto "a **CONTAG** exerce também um sólido papel institucional, debruçando-se sobre os grandes projetos governamentais relacionados com o campo, o **Movimento dos Sem-Terra** é adepto da ação política direta, exercendo uma influência considerável em áreas de conflito."[53]

Até 1988, a CUT se opunha à CONTAG. No III CONCUT, contudo, a tática da CUT mudou e passou a defender sua atuação no interior da CONTAG, na expectativa de trazê-la para sua órbita. Essa atividade, de certa forma, tem obtido alguns resultados positivos. No último congresso da CONTAG, por exemplo, realizado em novembro de 1991, na Capital Federal, a participação da Central Única dos Trabalhadores foi significativa. Entre os 26 membros da direção da CONTAG eleitos nesse congresso 9 eram representantes do sindicalismo-CUT, ou seja, 30%. Na Executiva da CONTAG, a CUT conta hoje com dois nomes: Juarez Lopes Pereira como secretário-geral e José Raimundo de Andrade na secretaria dos assalariados rurais. Conseguiu ainda colocar mais um membro na direção efetiva. Trata-se de Tereza dos Santos Silva.[54] Esse **entrismo** junto à CONTAG é resultado das mudanças que ocorreram após o III CONCUT e que se mantém depois do IV CONCUT.

Outro aspecto relevante diz respeito ao número de sindicalizados. A taxa de sindicalização das instituições filiadas à **CUT** fica bem acima da média nacional: se nacionalmente a média não ultrapassa os 17%, as entidades sindicais ligadas à **CUT** têm

---

em Curitiba (PR). Na prática, existe desde os anos 70. O MST tem sua sede nacional em São Paulo. Mantém escritório de representação em 19 Estados (...) A maioria dos dirigentes são simpatizantes ou filiados ao PT. Na Câmara, a bancada dos sem-terra é formada por Adão Pretto (PT-RS); Alcides Modesto (PT-BA); Luci Choinacki (PT-SC); Pedro Tonelli (PT-PR); Valdir Ganzer (PT-PA); Laerte Bastos (PDT-RJ); Maria Luiza Fontenele (*sic)* (PSB-CE) e Socorro Gomes (PC do B-PA)". **Folha de São Paulo**, p. 1-8, 3/5/93.

52. RH: Assessoria de Comunicação Ltda., **Movimento Sindical: uma radiografia da estrutura, dos personagens e das contradições da relação capital/trabalho,** Rio de Janeiro, mimeo., 1987, p. 39.

53. Idem, Ibidem.

54. **Informa CUT**, n. 170, 5 a 26 de dezembro de 1991, p. 6.

28% de seus trabalhadores filiados aos respectivos sindicatos e/ou associações.[55] Isto é, uma média de filiação de quase 30% dos trabalhadores naquelas entidades que defendem o sindicalismo-CUT, no meio urbano. Isso demonstra um grau mais elevado de sindicalização nos sindicatos *cutistas* se levamos em conta a percentagem nacional de sindicalizados.

A **CUT** realizou o seu primeiro congresso em 1984. Participaram mais de cinco mil delegados, dois mil dos quais representavam o setor rural. Dois anos depois é realizado o segundo congresso. Nesse momento, a Central Única dos Trabalhadores já está estruturada nacionalmente e presente de forma ativa na maioria das greves ocorridas no país e "em todos os movimentos sociais e reivindicatórios dos trabalhadores da cidade e do campo".[56]

Em 1986 as entidades sindicais que participavam da **CUT** representavam, em suas bases territoriais, um contingente de aproximadamente 12 milhões de trabalhadores.[57]

Nesse sentido, a realização do terceiro congresso, em setembro de 1988, em Belo Horizonte, com a participação de 6.247 delegados vindos de todas as partes do país e representando um total de 1.143 entidades demonstra o crescimento do sindicalismo da **CUT** em outras regiões do Brasil.[58] Em 1990, a central sindical possuía 1.117 entidades sindicais filiadas, com um contingente de quase 13 milhões de trabalhadores (12,7 milhões).[59] Dados de dezembro de 1991 indicavam que a CUT contava com 1.724 sindicatos filiados, sendo 1.142 urbanos e 582 rurais. Essas instituições representavam à época, 3.565.770 sindicalizados em uma base de 15.523.354 trabalhadores.[60]

Já em abril de 1993, eram computados 1.878 sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores. Desse total, 627 entidades são rurais e 1.251 urbanas. Entre os rurais estariam representados 5.501.133 trabalhadores na base com 685.329 sindicalizados.

---

55. Leôncio Martins Rodrigues, *et alii, op. cit.*, 1991, pp.48/50.
56. RH: Assessoria e Comunicação Ltda., *op. cit.*, pp.7/8.
57. Dados obtidos por mim junto à CUT-Estadual (São Paulo).
58. Leôncio Martins Rodrigues, *et alii, op. cit.*, 1991.
59. Idem.
60. **Informa CUT**, n. 170, 5 a 26 de dezembro de 1991, p. 12.

Já com relação aos urbanos seriam 11.000.295 assalariados dos quais 3.146.429 são sindicalizados. A soma das entidades rurais e urbanas perfaz 16.501.428 trabalhadores na base desses sindicatos dos quais 3.831.758 sindicalizados. Vale dizer, aproximadamente 25% dos trabalhadores na base dos sindicatos *cutistas* são sindicalizados.[61] Focalizando apenas os urbanos esse percentual se aproxima de 30%.

Esse sindicalismo tem como base de sua estratégia "a lógica do conflito". Como diz Maria Hermínia Tavares de Almeida, analisando os principais obstáculos ao pacto social no Brasil: "Um outro elemento que aponta na direção de obstaculizar, pelo lado dos trabalhadores, a constituição de um pacto é que, na verdade, a estrátegia de ação das lideranças sindicais que têm representatividade e que são responsáveis pelo grosso da mobilização é uma estratégia que até o momento não se rege pela lógica da negociação mas pela lógica do conflito", e acrescenta mais adiante: "a característica central do sindicalismo CUT - **que é o que conta no movimento sindical, porque o resto não mobiliza e representa pouco**- é a de ser uma estratégia de conflito para chegar à negociação."[62] (Grifos meus).

No entanto, é importante ressaltar que em março de 1991, com o surgimento da **Força Sindical**, o panorama sindical brasileiro sofre algumas alterações, pois esta central é a única que tem demonstrado ser capaz de fazer frente à estratégia do sindicalismo *cutista*, independentemente dos resultados até aqui obtidos por sua atuação. Este padrão de ação sindical tem ocupado um espaço político específico no cenário nacional. Como analisa Leôncio Martins Rodrigues, partindo da diferença entre a conjuntura política, social e econômica existente quando da formação da **CUT** no início dos anos 80 e da **Força Sindical**, no começo dos 90: "com o mercado sindical já ocupado pela CUT, de um lado, e pela CGT, de outro, sobrava para uma nova central a bandeira da "modernidade" a ser contraposto ao "socialismo" cutista e ao "corporativismo" da CGT." Assinala ainda, que,

---

61. Dados obtidos junto à Secretaria-Geral da CUT em 13/4/93.
62. Maria Herminia Tavares de Almeida, *in* Albuquerque, José Augusto Guilhon de Albuquerque, e Eunice Ribeiro Durham, *op. cit.*, pp. 239/240.

"ao contrário da liderança de Lula, em fins dos anos 70, que assumiu certos traços carismáticos, a de Medeiros assemelha-se mais à do *boss* sindical norte-americano, chefe político e organizador hábil no controle da máquina sindical e pragmático nas negociações com o patronato e as autoridades."[63]

Além do mais, do ponto de vista de uma comparação entre as duas *praxis* sindicais, poderíamos observar que uma atuação sindical mais conflitiva ou com certa dose de radicalidade democrática e negociação da **CUT** (no primeiro caso pensamos os grupos da esquerda socialista, no segundo, a prática sindical, por exemplo, de Gilmar Carneiro e de Vicente Paulo da Silva , o " Vicentinho"), possivelmente tenha mais condições de se desenvolver em nosso país, e o exemplo do sindicalismo-CUT apontaria nessa direção. Entretanto, a **Força Sindical**, de outra parte, tem conseguido um espaço político significativo, além de ter uma razoável presença nas empresas metalúrgicas da capital paulista.[64]

É dentro deste contexto que "a luta sindical vê-se diante de estratégias diversas de atuação: ampliar solidariedades, como meio de aumentar a pressão sobre o Estado, ou optar por uma política de pactos a que induz a atual recessão econômica."[65]

Na verdade, o sindicalismo-CUT optou por **ampliar solidariedades**: fortalecer sindicatos, crescer, desenvolver uma estratégia conflitiva para poder ser reconhecido como um ator social e político pelo Estado e por outros setores da sociedade.

É claro que a Central Única dos Trabalhadores busca a negociação. Se olharmos mais de perto observaremos que a prática contratual está muito mais presente no interior desta entidade do que nas duas CGTs;[66] em setembro de 1990, por exemplo,

---

63. Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso, **Força Sindical**: **uma análise sócio-política**, São Paulo, Paz e Terra, 1993, pp. 158 e 164.

64. Como mostra Adalberto Moreira, "apenas com a emergência de Medeiros na cena sindical o que se denominou "sindicalismo de resultados" deu mostras de ser uma corrente já presente no meio sindical nacional. É como se esta corrente tivesse estado nas sombras, e Medeiros tivesse tratado de iluminá-la". Adalberto Moreira, "O pragmatismo impossível", **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 32, março de 1992, p. 182.

65. Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit.*, p. 609.

66. A CUT defende há anos, por exemplo, a necessidade do Contrato Coletivo de trabalho, o que as CGTs e

quando sentou à mesa com o governo e outros setores da sociedade civil na busca do que se convencionou chamar de "entendimento nacional", demonstrou uma predisposição ao diálogo, à negociação, a despeito da acirrada luta interna que essa questão suscitou.

Ora, no último período temos assistido a várias iniciativas da CUT que dizem respeito à negociação, à contratação etc. Apenas para citar um fato, lembraríamos o recente acordo da indústria automobilística realizado em abril de 1993 entre o sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema tendo à frente Vicente Paula da Silva , o Vicentinho, e as empresas montadoras.

Como observa Przeworski "o fortalecimento do movimento sindical é necessário para criar as condições para um compromisso de classe quando estas não existem. Uma situação jurídica e um clima político propícios ao crescimento sindical poderiam predispor os sindicatos a aceitar a contenção salarial. A dificuldade óbvia é que os sindicatos fortes são de fato fortes; podem estar adormecidos, mas são gigantes. (...) Assim, os capitalistas enfrentam um dilema: os sindicatos fracos são militantes, os sindicatos fortes trazem a tranquilidade no *front* industrial **mas representam uma ameaça política".**[67] (grifos meus).

A estratégia *cutista* de trazer o conflito para a mesa de negociação se mostrou mais consistente e em consonância com a realidade dos trabalhadores em nosso país. "Segundo um levantamento do Centro de Pesquisa de Relações do Trabalho (...), a **CUT** predominava em 89% das empresas estatais, 51% das nacionais e 56% das multinacionais. A CGT, naquele momento ainda reunindo Joaquinzão e Magri, tinha índices de 11%, 20% e 18%, respectivamente. Os independentes eram 14% nas nacionais, 18% nas multinacionais e ausentes nas estatais."[68]

---

a Força Sindical só recentemente começaram a apoiar. Por outro lado, a prática sindical das CGTs é um sindicalismo, em muitos aspectos, de "gabinete" em contraposição com a prática *cutista* que está mais presente nas mobilizações dos trabalhadores, bem como nas mesas de negociação com o patronato.

67. Adam Przerworski, *op. cit.*, 1987, p. 481.

68. Julio Lobos, *apud* Flávio Pachalsky e Gilmar Carneiro, "CUT: **a** hora de pensar grande", *in* **Teoria e Debate, nº 11**, São Paulo, agosto de 1990, p. 67.

Neste estudo, realizado "num universo de 157 indústrias das 500 maiores empresas do país, os pesquisadores descobriram que a CUT já aglutina 65,3% dos sindicatos que representam os trabalhadores dessa amostragem - enquanto a CGT, que já reuniu dois terços dos mais importantes sindicatos, reduziu-se a 16,3% nesse conjunto. (...) O mais preocupante, na opinião dos empresários, é que essa tendência deve ser mantida", afirma o economista Julio Lobos, responsável pela pesquisa. Segundo os empresários, a CUT é de longe mais agressiva e mais grevista do que a CGT".[69] É necessário, no entanto, levar em conta que esta pesquisa foi realizada em 1989, ou seja, ainda não havia a **Força Sindical**. Acreditamos, porém, que não há uma mudança significativa dos índices de representatividade que este estudo mostrou.

Se a abrangência e desenvolvimento da CUT é um dado inquestionável, com relação aos ganhos concretos, principalmente em termos econômicos *strito sensu*, se comparados à atividade da **Força Sindical**, expressos nas convenções coletivas, ainda são muito pequenos,[70] isto, se consideramos os dois principais contendores desta disputa, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e de São Paulo.

Seja em razão de seu rápido crescimento, quanto em decorrência do que ela representa para amplas camadas de trabalhadores, tem havido uma luta sem tréguas, no interior da Central Única de Trabalhadores, pela hegemonia política,[71] que se expressa na luta das tendências políticas, por exemplo, durante seus congressos nacionais.

---

69. "Trunfo Sindical: pesquisa mostra CUT mais forte e CGT menor", Revista **Veja**, 8/11/89
70. Segundo Cecília Renner, que analisou os acordos coletivos de nove sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, entre os quais constavam os metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo, no período que vai de 1978 a 1988, não haveria muitas diferenças de reivindicações entre esses dois sindicatos. Conforme a autora, "as conquistas significativas foram poucas no período (...) Por outro lado, salvo raras exceções, as novas cláusulas, que significaram conquistas pioneiras, foram acordadas, primeiramente, pelo SMSP [Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo]. No período que estudamos, isso ocorreu desde 79. Acentuou-se em 80, quando várias novas cláusulas foram firmadas pelo SMSP e constaram, no ano seguinte, naqueles mesmos termos e com a mesma abrangência do acordo do SSBCD [São Bernardo]. Os frutos das negociações coletivas beneficiaram a modalidade do sindicalismo corporativista que chamamos, na falta de uma denomição melhor, de "sindicalismo oficial", expressa pelo SMSP". Cecília Helena Ornellas Renner, **O Rouxinol e o Pássaro Mecânico**, Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1992, mimeo., p. 182.
71. Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1990.

De um lado estão, grosso modo, os ativistas que se alinham com as propostas do sindicalismo "autêntico", capitaneados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e, a partir de 1986, organizados na **Articulação Sindical**, bem como pelos seus aliados mais próximos. Esse setor, com nuanças que o diferenciam internamente, é o que temos denominado de **esquerda contratualista**. De outro, aqueles que se identificam com uma visão sindical mais radical, **a esquerda socialista**, representados, principalmente, pela corrente **CUT pela base**, que tem como base principal de irradiação ideológica o Movimento de Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo (**MOSMSP**).

Deste campo participa também a **Convergência Socialista**, que tem tido um crescimento importante nos últimos anos no interior do movimento sindical, e a **Corrente Sindical Classista (CSC)** - que representa a fração sindical do Partido Comunista do Brasil -, e que ingressou na CUT, por ocasião do IV CONCUT em 1991, alterando sensivelmente a correlação de forças no interior da central, pois a **CSC** tinha neste congresso cerca de 13% dos delegados com direito a voto. Há ainda outros grupos menores. É interessante notar que também participam desses dois grandes blocos em que, grosso modo, tem se dividido a CUT, alas distintas da Igreja Católica.

Um dos principais temas dessa luta no interior da central sindical é o problema de qual é o seu papel na sociedade brasileira. Isto para aqueles que expressam as posições de uma esquerda que poderíamos chamar de **contratualista** e que, com algumas diferenciações, está presente na corrente sindical **Articulação** e seus aliados mais próximos. Para estes, a **CUT** deve ter uma atuação combativa, privilegiando o conflito, mas também negociando. No entanto, não deve desempenhar o papel de um partido político, ou substituindo este. Nesta visão, as questões mais gerais, ainda que tratadas pela central, seriam de competência dos partidos políticos que estivessem mais próximos dos trabalhadores, em especial o PT.

Já os setores da esquerda **socialista**, em que pese suas contradições internas, em grande medida consideram muitas das propostas da central reformistas. Vislumbravam,

pelo menos até 1988 (época da realização do III CONCUT), a possibilidade desta central sindical desempenhar um papel que normalmente caberia a um partido político, colocando o PT e/ou outros partidos em segundo plano.[72]

No II Congresso, realizado em agosto de 1986, concorreram três chapas: 1) a ligada à corrente **Articulação**, que obteve 59,9% dos votos; 2) a que expressava as posições da tendência **Cut pela base** conseguiu 28,95% do total dos votos; 3) a representada principalmente pelos setores alinhados à **Convergência Socialista** ficou com 11,07% dos votos.[73]

Como se vê, a situação não é nada tranqüila para a corrente que atualmente é hegemônica no interior da central. Se a **Articulação** tem cerca de 60% dos votos, a esquerda mais radical possui os restantes 40%. De certa maneira, o III congresso realizado em 1988 manteve essa mesma correlação de forças. A mudança dessa correlação de forças sómente ocorrerá, como observamos anteriormente, quando da realização do IV CONCUT, com a entrada da **Corrente Sindical Classista**, ligada ao PC do B, e que trouxe o pêndulo mais para a "esquerda". Este fato levou esse congresso a uma divisão entre os dois principais blocos, que ficaram praticamente empatados nas votações; outras votações, com pequenas diferenças, favoreceram ao setor hegemônico da central, e algumas, ainda, aparentemente foram ganhas pela esquerda socialista.

Esse aspecto ajuda a entender a ambigüidade na prática e no discurso da **CUT**, ora buscando negociar os conflitos, ora apostando no confronto. Em um dado momento aceitando discutir o "entendimento nacional" e em outro se recusando a participar dessa negociação.[74]

---

72. Maria do Carmo Campello de Souza, analisando esse aspecto da discussão no II CONCUT, observa que, "pela própria fragilidade do sistema partidário, que o torna incapaz de organizar o universo sócio-político da população ou de articular a própria definição de seus interesses, as centrais sindicais são chamadas a ocupar o espaço dos partidos nessa função junto aos assalariados rurais e urbanos". Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit.*, p. 610.

73. De acordo com os dados oficiais do II Concut.

74. É ilustrativo dessa polêmica o texto escrito por Valdemar Rossi, liderança do MOSM-SP e da corrente sindical **CUT pela base**, que saiu na **Quinzena**, publicação do Centro de Pastoral Vergueiro, n. 40, de 16/01/88, com o título:"Massa x vanguarda? Sindicalismo de massa x vanguardismo na CUT (?)" e a

À medida que os trabalhadores no final da década de 70 iniciam, de fato, a crítica ao modelo de corporativismo estatal, observa-se uma mudança na relação entre sindicato e Estado. Este processo tem seu início com o fim do pacto populista em 64.

Isso é o que explica, em parte, a estratégia sindical da Central Única dos Trabalhadores. Em função dessas questões, **uma parcela significativa da classe trabalhadora, nucleada em torno dessa organização sindical, busca construir sindicatos fortes**, representativos e, ao mesmo tempo, reconstruir sua identidade, que foi obscurecida pelo autoritarismo. É esse, pois, o processo que resultou na constituição de uma nova força social no cenário político.

1.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, O PROBLEMA E AS HIPÓTESES

A fonte de dados inclui: 1) entrevistas com lideranças sindicais (membros da Executiva Nacional); 2) duas pesquisas quantitativas realizadas, durante o III e o IV CONCUT, sobre o perfil dos delegados presentes; 3) pesquisa "concepção e prática sindical" com participantes do IV CONCUT; 4) publicações da própria CUT: jornais, boletins, panfletos, jornais sindicais, boletins e/ou jornais de oposições sindicais, resoluções dos congressos e plenárias nacionais, as teses debatidas nos congressos etc.; 5) notícias veiculadas em jornais e revistas (**Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, jornal da Tarde, Veja, Isto é, Exame**, etc.); 6) consulta à chamada imprensa alternativa e partidária - porta-vozes de vários grupos de esquerda durante os anos 70 e 80.

A pesquisa para o estudo que pretendemos realizar, está circunscrita a alguns momentos significativos , quais sejam: 1) a emergência do novo sindicalismo em

---

entrevista de Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos bancários de São Paulo e secretário-geral da CUT à **Folha de São Paulo** de 27/01/88, p. A-31, possivelmente como resposta ao texto do dirigente do MOSM-SP.

1978; 2) a fundação da CUT em 1983 e os quatro congressos posteriores; 3) as tentativas de pacto social e as repercussões no interior do sindicalismo-CUT; e, 4) as respostas sindicais à reestruturação produtiva atualmente em curso.

No que tange ao tema central, apresentado nas seções anteriores, ele dá origem às seguintes indagações: **a) Qual o significado da emergência dos trabalhadores nesse período?; b) O que mudou, na relação capital/trabalho, com a entrada desse novo ator na cena política nacional?; c) Que transformações econômicas, políticas e sociais foram propiciadas pela ampla irrupção do movimento trabalhista na sociedade brasileira?**

Para responder ao conjunto dessas indagações, que dão conta do núcleo da questão proposta para a presente pesquisa, partiremos de algumas hipóteses que poderão ser formuladas da seguinte maneira:

1. Os trabalhadores, embora não tendo desempenhado o papel mais central na transição política para uma democracia social (com reformas), inegavelmente conseguiram conquistas sociais, políticas e econômicas nesse processo, expressas como direitos de cidadania.

2. As demandas trabalhistas que surgem com o movimento grevista a partir de 1978, como reivindicações salariais, de democratização no interior da fábrica, de contratos de trabalho negociados coletivamente, de participação nas discussões de políticas econômicas e sociais (políticas públicas) são, fundamentalmente, reivindicações por direitos de cidadania.

3. A CUT não tinha um projeto democrático claro, no momento de sua formação, mas sua existência é crucial para a consolidação democrática, à medida que aumenta a organização e participação dos trabalhadores no processo sócio-político.

4. Para manter sua unidade, a CUT possui um projeto político que, em linhas gerais, é uma espécie de ponto **médio** das concepções das várias tendências que atuam em seu interior. E, possivelmente, por essa razão, não consegue ter um projeto sindical que seja

representativo da maioria dessas correntes políticas.

5. A relação de ambiguidade que setores populares e, por extensão, do sindicalismo-CUT têm com a política está aparentemente associada à concepção de que democracia significaria eficácia econômica.

6. Os trabalhadores e suas lideranças não parecem inteiramente contrários ao corporativismo, pois embora enquanto sujeitos políticos se insurjam contra o corporativismo estatal, para se afirmarem em sua identidade coletiva ante ao Estado e à sociedade caminham na direção do neocorporativismo. Vale dizer, produto de um Estado corporativo, para se expressar com certa organização na sociedade os trabalhadores têm que ser neocorporativos. A experiência das câmaras setoriais, dentre outras, dá visibilidade a esse processo.

7. A crise que a CUT atravessa hoje é, em larga medida, uma crise de crescimento e que ocorre, principalmente, em virtude das tensões ocasionadas pelo seu processo de **institucionalização**.

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FORÇA SOCIAL NO CENÁRIO POLÍTICO: A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FORÇA SOCIAL NO CENÁRIO POLÍTICO: A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

2.1. A OPOSIÇÃO SINDICAL

2.2. A EXPERIÊNCIA DO SINDICALISMO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA

2.3. IGREJA E MOVIMENTO OPERÁRIO

2.4. O SURGIMENTO DA CUT

A CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado.

Dos estatutos da CUT aprovado por ocasião do I CONCLAT em agosto de 1983. Congresso de Fundação.

2.1. A OPOSIÇÃO SINDICAL

Como já dissemos em outro estudo,[75] a partir de 1977, com a luta dos trabalhadores metalúrgicos do ABC pela reposição salarial, descortinaram-se, no panorama das relações de trabalho, elementos novos da prática operária.

Evidentemente, nada acontece por acaso. As greves por empresa em 1978, que começando por São Bernardo se alastraram por toda a Grande São Paulo, não surgiram do ar. Em São Bernardo, por exemplo, no período imediatamente anterior já havia ocorrido duas pequenas paralisações, na Mercedes-Benz e na Ford: respectivamente em 30 de março e em 10 de maio de 1978. Na Mercedes, os operários paralisaram suas atividades em quatro áreas da fábrica, por discordância com a política da empresa de aumento salarial por mérito para alguns empregados escolhidos pelas chefias em detrimento de outros trabalhadores. Na Ford, cerca de cem horistas do setor de estamparia paralisaram suas atividades pedindo reajuste salarial de 20%.[76]

Vale dizer, esse movimento foi espontâneo em certo sentido, mas, em alguma medida, foi fruto de todo o trabalho miúdo no interior das fábricas no período de resistência (1969/1977), época em que muitas pequenas lutas foram travadas pelos trabalhadores dentro das empresas; ou seja, essa irrupção dos trabalhadores ao primeiro plano da cena política não se deu como "um raio caído em céu azul".

Nesse aspecto, é significativo algumas notícias de movimento dentro das empresas, nesse período que, em nível mais geral, se caracterizou pela ausência de movimentos de massa dos trabalhadores, e em que a luta dos trabalhadores, ainda que de forma incipiente e fragmentária, se voltou primordialmente para o interior da empresa.

---

75. Iram Jácome Rodrigues, **Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria,** São Paulo, Editora Cortez/Fase, 1990, p. 49.
76. Luis Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, **As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo** (1977/1979), São Bernardo, Associação Beneficiente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983, pp. 65/66.

Notas esparsas dando conta da movimentação trabalhista e sindical apareciam esporadicamente em alguns jornais e/ou revistas da chamada grande imprensa, bem como na imprensa alternativa e em pequenos jornais e boletins sindicais ou de grupos de trabalhadores como, por exemplo, aqueles ligados à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

No jornal **Luta Operária**, nº1, de agosto de 1969, uma espécie de boletim mimeografado com cerca de 10 páginas, e que era editado por órgão de um grupo de trabalhadores de São Paulo que fazia parte daqueles metalúrgicos que eram oposição à diretoria do sindicato na Capital paulista, na sua página 7 em uma seção intitulada Como vai a nossa luta, afirmava que "na indústria de exportação e comércio Cardelã, situada na Via Anchieta, Km. 13,5 houve greve de 2,30 horas. O salário estava atrasado [há] 6 dias. Os operários pararam duas horas e meia. O patrão ameaçou de *(sic)* chamar a polícia e o DOPS. Mas como os operários ficaram firmes, de *(sic)* tarde saiu o pagamento."

Esse mesmo número do jornal dava conta de um abaixo-assinado realizado pelos operários na indústria metalúrgica Starco, em Perdizes, com o objetivo de obtenção de aumento. "Todos os empregados receberam Cr$50,00 cruzeiros por mês de aumento. Isso para quem estava *(sic)* com o salário mínimo, corresponde a 32%." O que notícias como essas demonstram é a existência continuada de pequenas lutas no interior das empresas em um dos períodos mais difíceis para o conjunto da sociedade civil em nosso país e, em particular, para os trabalhadores fabris.

Em seu número 4, de novembro de 1969, esse mesmo jornal-boletim, em sua seção supracitada, descreve a movimentação operária em algumas fábricas da capital paulista. Na metalúrgica Passini, na Móoca, por exemplo, em setembro daquele ano, os trabalhadores se mobilizaram internamente e conseguiram 40% de aumento. Esse fato é saudado como "uma luta vitoriosa que mostrou a união e organização dos companheiros." Sem dúvida que em dadas condições essas pequenas mobilizações tinham um efeito significativo para a própria manutenção da **identidade** daqueles operários enquanto grupo

social. Vale a pena transcrever os acontecimentos, naquele mês de novembro de 1969, nessa empresa para que se tenha uma idéia das condições de trabalho existentes em grande parte das indústrias paulistas naquele período. "Neste mês de novembro eles voltaram a lutar. Nos banheiros não havia descarga, tinham que jogar água nos vasos com uma lata. Era uma vergonha, uma sujeira escandalosa. Para tomar banho cada um usava uma lata velha e um caneco e se lavava como podia. Os companheiros fizeram um abaixo assinado, exigindo que o patrão acabasse com aquela vergonha." Essa notícia termina, a partir deste exemplo de demanda trabalhista afirmando: "é se organizando na luta, mesmo que pequena, que aos poucos se consegue tudo aquilo que a gente quer."

Esse número de novembro de 1969 do **Luta Operária** traz ainda várias notícias sobre pequenas paralisações nas fábricas. No dia 31 de outubro de 1969, por exemplo, por ocasião do julgamento do dissídio dos metalúrgicos paulistas, houve uma paralisação de meia hora em duas seções da Lorenzetti. É noticiado também que na Arno, "na quarta e na sexta-feira, antes do julgamento [do dissídio] houve greve em duas secções". De outra parte, na fábrica de confecções Pull Sport as operárias fizeram operação tartaruga por 17 dias. Após esse período, a direção da empresa demitiu uma funcionária. "Em sinal de protesto esta secção parou por 4 horas e a companheira foi readmitida na hora."

Já o boletim Notícias Metalúrgicas, órgão da Oposição Sindical Metalúrgica de março de 1971, dá conta de uma greve ocorrida na metalúrgica Dobrasso. Segundo a notícia, a direção da empresa prometeu pagar o salário atrasado no dia 11 de fevereiro, como não foi cumprida a promessa os trabalhadores paralisaram o trabalho no dia seguinte. "Quando viu tudo parado o patrão deu um jeito e pagou todo mundo no mesmo dia."

Há notícias, retiradas dos jornais e boletins de grupos operários ou de sindicatos, bem como da imprensa alternativa, que dão conta de pequenos conflitos no interior das empresas. Mesmo nos momentos mais difíceis - de completo fechamento político -, de algum modo os trabalhadores fabris, ainda que de forma isolada e, no mais das vezes, esparsa, davam vazão ao seu descontentamento com relação às condições de vida e

trabalho a que estavam submetidos nessa época. Isto é, o operariado, em todos esses anos de regime autoritário, realizou no seu dia-a-dia, lutas defensivas, elaborando assim sua resistência a partir desses pequenos embates: luta por melhorias das condições de trabalho; para conseguir a parada de 15 minutos para o café; contra o autoritarismo das chefias; por aumentos salariais; contra atrasos de pagamento; pela diminuição do ritmo de trabalho etc.

Em outras palavras, foram essas lutas "diminutas", consideradas muitas vezes "sem importância", no cotidiano da produção que, em certo sentido, possibilitaram o surgimento do movimento grevista de 1978, ao mesmo tempo que criaram parte das condições que levariam ao surgimento de um sindicalismo diferenciado daquele que se conhecia no pré-64: um padrão de ação sindical mais preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho e com sua organização a partir das empresas.

Além disso, é a partir da experiência da derrota de 1964 que vai ocorrer uma reaglutinação do movimento operário e sindical. E essa reorganização desembocará na estruturação - durante um largo período de gestação -, de dois pólos distintos, mas complementares, no interior do movimento operário e do sindicalismo brasileiro: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo , na Capital paulista, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na Grande São Paulo.

Começava a surgir uma nova camada de ativistas no interior das empresas, principalmente entre os trabalhadores metalúrgicos. A atuação desse grupo consistia em parte por esses pequenos embates que caracterizaram as lutas operárias no período 69/77, em parte pela crítica à prática do sindicalismo populista pré-64. "Esses ativistas, que se forjam na luta contra o regime autoritário e que estão presentes no cotidiano das empresas naquelas pequenas lutas, durante esse período, aparentemente têm mais sensibilidade para o que está acontecendo no interior da classe trabalhadora, pois são parte dessa reorganização do movimento operário e, além disso, pelo menos em parte significativa dessa vanguarda, está sendo feita a crítica à prática sindical do período pré-64, bem como à ação de pequenos grupos que, com seu voluntarismo, procuraram substituir a ação de massas, como ocorreu

com a experiência de um setor da esquerda que defendia a luta armada. Isso leva a que militantes de partidos políticos de esquerda - na época clandestinos -, na tentativa de conseguirem uma maior ligação com o movimento de massas, cheguem às fábricas e aos bairros da periferia das grandes cidades, particularmente na Grande São Paulo.

É esse processo que traz para o sindicalismo duas vertentes distintas que no caminho se encontram - quando dos acontecimentos de 1978 -, o padrão de ação dos sindicalistas de São Bernardo e a prática de organização pela base dos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Esses aspectos explicam, em parte, a sensibilidade que esses segmentos operários tiveram frente à criatividade dos trabalhadores no momento da eclosão das greves."[77]

As concepções desses dois movimentos e suas práticas criarão as condições para o aparecimento de um novo tipo de ação sindical, conhecido inicialmente como **novo sindicalismo**, em contraposição à atividade sindical vigente no período anterior a 64. Como já sublinhamos, é essa nova *praxis* sindical que, em larga medida, mostrará sua eficácia na ação dos trabalhadores pós-78 e que está na origem do surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

2.1. DOIS ATORES EM CENA: A OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO E O SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA.

2.1.1. A Oposição Sindical

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo surge após o golpe de 1964. A primeira aglutinação mais orgânica desses ativistas, que posteriormente formarão esse movimento, ocorre durante as eleições sindicais para o Sindicato dos Metalúrgicos de São

77. Iram Jácome Rodrigues, "As comissões de empresa e o movimento sindical", *in* Armando Boito Júnior (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991, p. 153.

Paulo em 1967.

Neste ano, um grupo de trabalhadores oriundos de organizações de esquerda, bem como de setores ligados à Igreja Católica, formam uma chapa em oposição à diretoria do Sindicato, dirigida por Joaquim dos Santos Andrade. É o primeiro momento no pós-64 que ativistas dispersos conseguem se articular para se contrapor, de forma mais organizada, ao sindicalismo levado adiante pela diretoria sindical.[78] Este eram um sindicalismo que normalmente estava distante do conjunto das demandas da classe trabalhadora na capital paulista, bem como da defesa de reivindicações relacionadas às melhorias das condições de vida e trabalho dos metalúrgicos.[79]

Funcionando como uma frente de trabalhadores, a Oposição Sindical - com uma significativa influência da Igreja e militantes de movimentos de esquerda que foram paulatinamente se distanciando, e mesmo rompendo, com suas organizações no início dos anos setenta -, por todo o período do regime autoritário teve como uma de suas principais bandeiras a defesa da organização pela base dos trabalhadores nas unidades de produção. Além disso, também defendia a constituição de comissões de empresa no interior das fábricas (influenciada pela experiência das *comisiones obreras* na Espanha e pelos conselhos de fábrica italianos), o fim da estrutura sindical atrelada ao Estado, a liberdade e autonomia sindical, ou seja, "um sindicalismo de massas e democrático."

Como mostra Hamilton Faria,[80] entre 64/68 a participação de núcleos de trabalhadores mais organizados no movimento operário é muito pequena, "com exceção dos grupos de origem católica." Segundo ainda este autor, as críticas que eram feitas por estes

---

78. Sobre a política do sindicato no período 78-83, ver Arnaldo Nogueira, **Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983)**, dissertação de Mestrado, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, 1990.
79. Ver sobre esta questão: Vito Giannotti e Sebastião Neto, **CUT Por Dentro e Por Fora**, Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1991a, pp. 22/25; Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, **CUT Ontem e Hoje**, Petrópolis, Vozes, 1991b, pp. 13/20; Eder Sader, **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**, São Paulo, Paz e Terra, 1988, pp. 167/178 e Hamilton Barreto de Faria, **A Experiência Operária nos Anos de Resistência** (A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964/1978), 2 volumes, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da PUC de São Paulo, 1986, mimeo. Este trabalho é o mais amplo e minucioso estudo da Oposição Sindical.
80. Hamilton Faria, *op. cit.*, 66/68.

grupos à esquerda ortodoxa, particularmente ao Partido Comunista Brasileiro e, por extensão, ao padrão de ação sindical vigente em nosso país antes de 1964, se relacionavam a três aspectos básicos. Em primeiro lugar, à concepção política do PCB no que tange às alianças: ao privilegiar a burguesia nacional em seu programa, deixava ao largo os interesses classistas do operariado; um outro tema dizia respeito à visão considerada "cupulista" do movimento sindical, naquele período, sob forte hegemonia do PCB que relegava a segundo plano a organização pela base do movimento operário; e, finalmente, "embora com menor ênfase", a crítica à estrutura sindical. Não havia, ainda, nesse momento, uma formulação crítica mais contundente ao sindicalismo atrelado ao Estado, como iremos conhecer posteriormente no âmbito da Oposição Sindical.

De outra parte, aqueles setores oriundos da Igreja Católica desempenharam, no início da estruturação da Oposição, um papel mais relevante do que os vários grupos esparsos de esquerda que se aproximavam de uma prática mais ligada ao movimento de massas e, principalmente, de um trabalho com os operários no interior da fábrica. Isso ocorre por vários fatores, entre os quais, segundo Faria, podem ser mencionados: "a proximidade desses núcleos [católicos] em relação ao movimento operário, a sua atuação organizada, [e] o espaço existente para o trabalho da Igreja nos anos que se seguiram ao golpe."

Inicialmente, esses grupos católicos são compostos de militantes da Ação Católica Operária (ACO) e da Juventude Operária Católica (JOC) que no decorrer dos anos sessenta desenvolvem uma atividade de aproximação com o movimento operário tanto na Capital paulista quanto no ABC e, o que é mais importante, possuem uma prática de relacionar o trabalho fabril com a organização nos bairros, experiência que se desenvolverá com grande rapidez em meados dos anos setenta.

É importante ressaltar o surgimento, no início dessa década, da Pastoral Operária que, agregando militantes tanto da JOC quanto da ACO, de certa maneira compreende tanto a luta no local de trabalho quanto no local de moradia como uma unidade.

Ou seja, em decorrência da prática dos grupos católicos, a Oposição conseguirá agregar, no decorrer dos setenta, o bairro à fábrica. Essa foi uma das novidades dos conflitos urbanos durante esta década. Além do mais, esta será uma das **singularidades** da prática da Oposição Sindical, fortemente influenciada pela Igreja Católica durante o percurso de sua formação.

Nesse sentido, no caso específico de São Paulo, a Pastoral Operária desempenhou um papel fundamental para a reorganização do movimento operário e do sindicalismo, contribuindo pois, durante um largo espaço de tempo, para a afirmação da Oposição Sindical Metalúrgica como uma força representativa do sindicalismo na capital paulista. "A articulação bairro-fábrica será uma marca característica de toda a atuação da Pastoral Operária no movimento dos trabalhadores, ela já nasce como fruto dessa relação." Por outro lado, aqueles ativistas vindos de organizações de esquerda "ainda estavam num momento de rearticulação de suas vidas, perseguidos pela polícia política e pela interventoria [sindical]. Além do mais , pela experiência do sindicalismo anterior estavam mais próximos das articulações sindicais que propriamente da base operária."[81]

Dois anos após o golpe militar de 1964 iniciam-se as primeiras articulações para se formar uma chapa de oposição à diretoria de interventores.[82] As eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1967, foram um marco para essa frente de trabalhadores que, a partir de então, passou a ter contornos mais delineados como uma corrente, com concepção e prática sindicais singulares que a distanciarão cada vez mais daquele sindicalismo que guardava relações estreitas com todo o período anterior a 1964.

De outra parte, o movimento grevista iniciado em maio de 78 em São Bernardo do Campo vai encontrar a Oposição em franca atividade eleitoral: a disputa pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que se realizaria em junho. A

---

81. Idem, p. 233 e 71/72.
82. Idem, Ibidem.

campanha começara em março[83] e, de certo modo, a chapa 3 encabeçada pelo metalúrgico e ativista da **Oposição Sindical** Anísio Batista de Oliveira era expressão da maturidade organizativa da Oposição. Essa era a terceira eleição da diretoria do sindicato em que havia uma participação própria da Oposição: as duas anteriores foram nas disputas de 67 e 72. Nesse momento, essa corrente sindical já possuía um trabalho significativo no interior das principais empresas metalúrgicas na Capital, como demonstram os fatos relacionados com a eclosão das greves em São Paulo.[84]

Em outras palavras, já estava consolidada enquanto organização que expressava a aspiração de ponderáveis contingentes de ativistas sindicais e com razoável penetração junto aos trabalhadores metalúrgicos. É interessante notar que nas eleições sindicais de 78 a Oposição ganhou nas grandes e médias empresas, perdendo nas pequenas - que possuem um número bem maior de sócios do sindicato - e entre os eleitores aposentados. De todo modo, mesmo com as denúncias de fraudes feitas pela Oposição, essa agrupação operária conquistou cerca de 20% dos votos.[85]

Esses aspectos corroboram a idéia de que no primeiro semestre de 1978 a Oposição já é uma referência relevante, do posto de vista sindical, de parcelas significativas

---

83. A chapa 3, da Oposição Sindical, apresentou oficialmente seus candidatos e seu programa na noite de 4 de abril de 1978, uma terça-feira. Murilo Carvalho, "A noite dos metalúrgicos", *in* Jornal **Movimento**, 10/4/1978, p. 6. No entanto, a campanha já ganhara as fábricas desde o mês anterior.

84. Como analisa Heloisa de Souza Martins, "a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo nasce como movimento que aglutina diferentes posições, durante a formação da primeira chapa de oposição a Joaquim dos Santos Andrade, encabeçada por Valdemar Rossi, nos idos de 1967. Desde o início, essas posições se uniram em torno da proposta de combate à estrutura oficial do sindicato e a da organização da classe operária na base, ou seja, na fábrica. Essa proposta de atuação na base contrastou, em muitas ocasiões, com a preocupação de ocupar o aparelho sindical. A ênfase na disputa eleitoral prejudicava um trabalho mais efetivo, nas fábricas, de organização da categoria metalúrgica em torno das propostas da oposição. O que se via, no momento de enfrentar a diretoria do sindicato, durante as eleições, era a inexistência de uma base de oposição. Mesmo porque, é bom não esquecer, qualquer atuação no movimento operário e sindical, (e não só) nos anos que vão de 1969 a 1975, tinha de enfrentar os órgãos de repressão do regime militar. **Nesses anos de perseguições, prisões, torturas e mortes, a oposição sindical dirige seu trabalho de mobilização e organização da categoria metalúrgica, para os bairros, além das fábricas. A ligação da oposição sindical metalúrgica com a Igreja Católica que vem desde o seu início, com essa saída para os bairros, se solidifica.**" (Grifos meus). Heloisa de Souza Martins, "Da união à divisão: a eleição dos metalúrgicos de São Paulo", *in* **Trabalhadores Urbanos no Brasil (1981) - Aconteceu,** Rio de Janeiro, CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Especial 11, julho de 1982, p.20.

85. Hamilton Faria, *op. cit.*, pp. 333 e segs.

de trabalhadores. É nesse contexto que ganha amplitude o movimento paredista na Capital. Nos dois primeiros meses, por exemplo, de paralisações por empresa, neste município, 75 metalúrgicas ficaram sem trabalhar. Além disso, 60 outras fábricas fizeram acordo com seus empregados "apenas com a ameaça da greve... A resistência patronal, que nas vinte primeiras greves, levou mais de três dias e meio em média, para aceitar um acordo, se reduziu e nas cinquenta greves seguintes essa média baixou para um dia e meio."[86]

Cerca da metade das empresas do setor metalúrgico que fizeram greve ou apenas ameaçaram paralisar suas atividades "possuíam mais de 500 operários; 30% tinham entre 200 e 500 operários; 10% entre 100 e 200 operários e os restantes 10% menos de 100 operários."[87]

Observa-se, pois, que as paralisações ocorreram preponderantemente entre as grandes e médias empresas, onde o trabalho desse agrupamento ganhava força. De outra parte, das dez empresas que inicialmente paralisaram suas atividades na Capital em oito havia algum tipo de atividade da Oposição. E entre aquelas primeiras trinta metalúrgicas que entraram em greve "a metade possuia militantes da Oposição Sindical trabalhando nelas; dois terços dos membros da Chapa 3 da Oposição Metalúrgica trabalhavam em fábricas com mais de 500 operários, **e todas elas entraram em greve ou conseguiram aumentos ameaçando parar."**[88] (Grifos meus). Esses dados demonstram uma implantação desta corrente sindical quando da explosão grevista em 78, o que reflete a concepção que norteia esses militantes sindicais de se estruturarem no interior das fábricas buscando organizar pela base o movimento operário.

Estavam dadas as bases para uma formulação mais estruturada desta nova corrente sindical que já vinha participando ativamente das experiências dos trabalhadores, a partir do período imediatamente posterior a 64, tanto no dia-a-dia da fábrica quanto no

---

86. Expansão do Ciclo de Greves Entre Maio-Novembro 1978 (elementos de propagação), São Paulo, Oposição Sindical Metalúrgica, mimeo., p. 1, s/d.
87. Idem, p. 3.
88. Idem, Ibidem.

cotidiano do bairro.

Em março de 1979, posteriormente à onda grevista que ocorrera em nosso país e, em particular, no Estado de São Paulo, a Oposição Sindical Metalúrgica realizou o seu primeiro congresso. Este congresso referenda o seguinte programa:

Salários

Neste primeiro item são listadas as principais demandas do sindicalismo durante os anos setenta e que freqüentaram as pautas reivindicativas dos trabalhadores, principalmente entre aqueles sindicalistas que, posteriormente, vão seguir a orientação sindical da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Nesse aspecto, dois pontos programáticos devem ser ressaltados: a referência à negociação direta com os patrões e a defesa do acordo coletivo de trabalho, diretivas essas que estavam em consonância com o afastamento dos órgãos estatais da função de tutela da atividade sindical, retirando as prerrogativas do Estado das relações entre capital e trabalho.

- fim do arrocho salarial;

- reposição das perdas de 73/74;

- reajuste trimestral conforme o aumento do custo de vida;

- salário mínimo nacional que satisfaça as necessidades do trabalhador

- salário profissional;

- fim da carestia e pelo congelamento de preços;

- unificação das datas-base das campanhas salariais;

- negociação direta com o patronato;

- acordos coletivos de trabalho;

- férias pagas em dobro;

- cumprimento das leis de equiparação salarial;

Condições de Trabalho

Com relação a esse tema, são focalizados aspectos referentes ao fim da hora-extra, defesa do controle do ritmo do trabalho pelos próprios empregados a partir da atividade das comissões de fábrica, a estabilidade no emprego, bem como o controle por parte dos trabalhadores das questões que dizem respeito à segurança do trabalho. Além disso, receosa da pulverização sindical no interior da empresa - com a possibilidade de funcionários associados a vários sindicatos -, é proposto que o conjunto dos trabalhadores de uma mesma planta industrial esteja filiado a um único sindicato. Neste caso, àquele em que o principal ramo de produção da fábrica esteja inserido.

- *lutar pela equiparação das horas extras;*
- *controle do ritmo de trabalho pelas comissões de fábrica;*
- *controle dos trabalhadores sobre a segurança do trabalho;*
- *estabilidade no emprego;*
- *a empresa seja afiliada a um só sindicato, que seja o principal ramo de sua atividade;*

Comissões de Fábrica

Nesta parte do programa é defendido a estruturação e reconhecimento das comissões de empresa, assim como a estabilidade dos membros desses organismos de representação dos empregados.

Mesmo aparecendo sucintamente no plano geral de lutas da Oposição, o tema da comissão de empresa é crucial para o conjunto de sua proposta sindical. Possui, nesse sentido, um lugar central na formulação desse grupo de trabalhadores reunidos em torno desta concepção de sindicalismo. No que tange à idéia de organização pela base defendida por esses ativistas, a defesa das comissões de empresa representa o seu momento

maior. São aspectos, como já mostramos anteriormente, que estão na raiz da construção inicial da Oposição.

Como parte da reflexão sobre a prática sindical anterior a 64, as comissões de fábrica serão, para esta corrente sindical, sinônimo de organização pela base dos trabalhadores em seus locais de trabalho. E, desse ponto de vista, a defesa dessa forma organizativa de representação trabalhista se confunde, de certo modo, com a experiência da Oposição Sindical. Vale dizer, este é o aspecto mais relevante e inovador da proposta desta corrente para o sindicalismo brasileiro.[89]

- *organização e reconhecimento das comissões de fábrica;*
- *estabilidade para seus membros de acordo com os interesses dos trabalhadores;*

Sindicato

Sobre este tema, o programa aponta para a "democratização do sindicato", na expectativa de transformá-lo em um organismo de "massas e democrático". Defende ampla campanha para a entrada de novos sócios mas, ao mesmo tempo, "esclarecendo o caráter da atual estrutura sindical", o que foi considerado, em muitos momentos, como um discurso ambíguo da Oposição, a demanda por uma "sindicalização crítica", levando, no mais das vezes, à ausência de política com relação à participação na estrutura oficial. Tal fato eram visualizado em sua proposta pelos adversários como sendo tão-somente a demanda pela formação de **sindicatos paralelos**. Em verdade, na origem dessa questão estava presente a contundente crítica feita pela Oposição ao atrelamento do sindicato ao Estado.

A completa substituição do sindicato oficial é defendida, assim como é

89. Em outras ocasiões já tivemos oportunidade de discutir amplamente este assunto. Ver, Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.* 1990 e 1991.

reafirmada a necessidade de pôr termo ao imposto sindical, ao estatuto padrão - que norteava a atividade sindical -, e o fim da CLT.

É interessante observar, ainda, a forma extremamente minuciosa com que é contemplada a eleição sindical. Isso se deve, em larga medida, à experiência das disputas sindicais anteriores a 79, mas é, principalmente, fruto de acontecimentos - à época - recentes, relacionados com as eleições de 78 para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo quando, mesmo sem ter chegado ao final da apuração, o Ministério do Trabalho "considerou vitoriosa a chapa situacionista encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade."[90]

Esses aspectos são cruciais para que a Oposição, por ocasião de seu I Congresso, defenda intransigentemente - o que de todo modo já vem fazendo de antes -, a mais profunda transformação nos processos vigentes, à época, de eleições sindicais em nosso país.

- *campanha de sindicalização ampla esclarecendo o caráter da atual estrutura sindical;*
- *criação de sub-sedes;*
- *garantir assembléias para todos os metalúrgicos, mesmo os não sindicalizados;*
- *realizar assembléias por regiões ou por fábricas;*
- *fim do imposto sindical;*
- *revogação da CLT;*

90. Nas palavras de Hamilton Faria, "o clima da campanha é tumultuado desde o início. O Sindicato está preocupado seriamente, pela primeira vez desde 1965, pois temia que seu desgate resultasse em derrota eleitoral. São vários os expedientes utilizados para vencer as eleições: denúncia da atividade de Oposição nas fábricas, controle do processo eleitoral através de portaria do Ministério do Trabalho que permite ao presidente do Sindicato indicar todos os mesários, fraudes de todo tipo e ameaças físicas aos membros de Oposição". Hamilton José Barreto de Faria, *op. cit.*, 336/337.

Sobre as eleições sindicais

- *afastamento da diretoria do sindicato durante o processo eleitoral;*
- *fazer a votação num só dia, liberando o trabalhador de seu trabalho;*
- *ter urnas fixas: nas sedes, sub-sedes ou locais cedidos;*
- *a fiscalização, controle e apuração sejam feitos por todas as chapas concorrentes;*
- *garantir estabilidade a todas as chapas concorrentes, antes e depois das eleições;*
- *para efetuar o registro da chapa, exigir somente os seguintes documentos: carteira profissional, carteira de associado do sindicato;*
- *que todas as chapas possam usar os recursos do sindicato;*
- *o mandato da diretoria seja de dois anos e possa ser reeleita quantas vezes a categoria quiser;*
- *lutar juntamente com outras categorias para derrubar a portaria 34/37 que regulamenta o processo das eleições sindicais;*
- *a Oposição no processo de formação de chapa deve basear-se na representatividade dos companheiros componentes da chapa;*

Liberdade

No que tange àqueles itens genericamente relacionados no âmbito das liberdades democráticas e sindicais, ressalta a necessidade da criação de uma **Central Única dos Trabalhadores**, reivindicação que já vinha sendo debatida no meio sindical e que contava com forte oposição daqueles setores mais conservadores do sindicalismo brasileiro e das autoridades do regime militar. De outro lado, defendia a liberdade de organização político-partidária dos trabalhadores, que visualizava a tentativa - naquele período - da

formação do Partido dos Trabalhadores e, além disso, visava também à legalização de pequenos partidos que possuíam algum tipo de relação com o movimento dos trabalhadores, em especial aqueles ligados à esquerda ortodoxa, notadamente PCB e PC do B. Sustentava também a completa independência do sindicalismo, o direito de greve "sem nenhum óbice", a anistia geral e irrestrita e a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra.

- *pela liberdade total e independência de organização sindical dos trabalhadores a partir das empresas;*
- *pela criação de uma Central Única dos Trabalhadores;*
- *pela liberdade de organização político-partidária dos trabalhadores;*
- *pelo direito de greve sem qualquer restrição;*
- *pela anistia ampla e irrestrita e o desmantelamento dos aparelhos repressivos;*
- *apoio total à divulgação da luta pelo direito à terra para quem nela trabalha;*[91]

O que chama a atenção nesse programa aprovado no I Congresso da Oposição Metalúrgica é a similitude, por um lado, com as pautas de reivindicações das campanhas salariais e eleitorais desse mesmo agrupamento sindical desde final dos anos sessenta. Por outro, a proximidade com grande parte das demandas defendidas, ao longo dos anos setenta, pela concepção e prática sindical que estavam sendo paulatinamente implementadas pelo sindicalismo de São Bernardo, o que levará a uma aproximação **cada vez mais estreita, e ao mesmo tempo tensa, entre essas duas *praxis* sindicais**.

A primeira, tentando transformar a estrutura sindical de fora para dentro, a segunda, tentando aboli-la de dentro para fora. A oposição, apoiada na crítica mais politizada da estrutura sindical e na experiência da derrota de 64, procurava se posicionar

91. I Congresso Oposição Metalúrgica - teses aprovadas, março 79, São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, 2a. edição, mimeo., s/d.

como uma alternativa ao sindicato CLT. De outra parte, o sindicalismo que se desenvolvia em São Bernardo se apoiava basicamente na sua experiência concreta no interior da "máquina" para apontar seus limites e buscar superá-los. Para usar expressão popularizada pelo pensador italiano, Antonio Gramsci: para atingir seus objetivos, em São Paulo, uma corrente sindical defende a **guerra de movimento**: já em São Bernardo do Campo, aquele agrupamento que vai ser um dos principais pontos de apoio do novo sindicalismo propugna a **guerra de trincheira**.

De um lado, "o assalto ao palácio de Inverno", de outro, uma "guerra de desgaste" para, paulatinamente, ir minando as forças adversárias (?): a estrutura sindical brasileira. De todo modo, em larga medida, serão essas duas vertentes de sindicalismo que no início dos anos oitenta desaguarão na formação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, **trazendo para o interior da Central as ambigüidades e tensões que estão presentes em suas práticas cotidianas e que, por vezes, explodem em divergências quase incontornáveis, como demonstram inúmeros fatos nos últimos dez anos.**[92]

2.1.2. A EXPERIÊNCIA DO SINDICALISMO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA

O ano de 1978 foi emblemático da luta dos trabalhadores, quando teve início as primeiras greves por fábrica na região do ABC Paulista, depois de dez anos sem movimentações significativas do sindicalismo. A sociedade civil, em nosso país, foi tomada de surpresa. De repente, os trabalhadores que raramente eram mencionados nos jornais da chamada grande imprensa e que, quando se faziam presentes apareciam apenas nos cadernos de economia, passam a ocupar as primeiras páginas de todos os periódicos, bem como o noticiário do rádio e televisão e, com seu feito, conseguem se colocar - de um momento para outro - no centro das atenções políticas do país inteiro.

92. Ver capítulo IV deste trabalho.

A movimentação grevista, que se inicia em São Bernardo, em maio de 78, posteriormente se alastra por todas regiões do Brasil e perpassa um amplo espectro de assalariados, **se transformando em um fato político fundamental** que iria mudar, a médio prazo, a geografia do poder ao trazer, para o centro do debate, uma nova agenda política onde sobressaíam as demandas dos trabalhadores.

As greves, **para além de seu significado mais específico**, de reivindicações pela melhoria das condições de vida e trabalho do operariado, colocam para o debate nacional novos temas extremamente caros às classes trabalhadoras. Situam pela primeira vez, de forma concreta, o tema dos direitos de cidadania para os trabalhadores.

Ora, quem era essa direção sindical que, em São Bernardo, estava na origem das reivindicações trabalhistas? Como se formara? Que preocupações tinha? Enfim, qual sua real experiência e que perspectivas perseguiam?

O sindicalismo de São Bernardo do Campo possui uma experiência *sui generis*. Como analisa Maria Hermínia Tavares de Almeida, "nos quadros do movimento sindical brasileiro, a luta pela elevação de salários segundo os incrementos de produtividade, pela negociação coletiva sem a mediação do governo, pela organização sindical no interior das unidades fabris, configura uma problemática inédita, que vem sendo incorporada pelos trabalhadores do setor mais moderno do parque industrial brasileiro, a partir dos primeiros anos desta década [de setenta]. Ela envolve três ordens de questões relacionadas entre si e em torno das quais é possível que se definam novas pautas de ação sindical." Segundo a autora, uma primeira questão se relaciona à junção das demandas salariais com reivindicações que dizem respeito às condições de trabalho; outro aspecto diz respeito à tentativa de buscar negociações descentralizadas e, finalmente, uma preocupação do sindicato mais voltada para o interior da empresa "e mais preocupada em aumentar o controle dos assalariados sobre o processo de trabalho."[93]

---

93. Maria Hermínia Tavares de Almeida, "Desarrollo capitalista y acción sindical", **Revista Mexicana de Sociologia**, México, abril-junio de 1978, p. 469.

Com uma prática amplamente amparada nos temas que surgem no cotidiano fabril, esse sindicalismo, aparentemente, dava voz àquelas demandas mais sentidas do operariado em seus locais de trabalho. Nascido em uma região de alta concentração industrial, onde a grande maioria dos operários trabalhava nas indústrias automobilísticas do município, cerca de 60% da mão-de-obra estava concentrada nas montadoras aí instaladas, o que será um fator decisivo para a nova forma de atuação trabalhista que estava sendo gestada no ABC paulista.

Defendendo um padrão de ação sindical distinto daquele que fora hegemônico antes de 64, o sindicato de São Bernardo, durante os anos setenta, vai definindo sua atividade e desenvolvendo o perfil de um sindicalismo de massas que procura dar conta da resolução dos problemas trabalhistas no interior das empresas. Nesse sentido, tem preocupações que se aproximam bastante daquelas já observadas na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, sendo a mais importante delas, sem dúvida, a questão da organização de base do operariado. Neste aspecto, "uma reconstituição mais minuciosa da história do sindicato de São Bernardo mostra que a partir de 1969 (...) já começa a manifestar-se uma certa combatividade nas negociações com o patronato. Um exemplo é a luta pela antecipação salarial (outubro de 1971), a despeito das condições pouco favoráveis dentro das quais ela se desenvolve." Com as eleições realizadas em 1972, Lula passa a fazer parte da diretoria e, juntamente com outros dirigentes, "revelando sensibilidade para o que se passa nas fábricas", criam um instrumento chamado Conselho de Coordenação dos trabalhos de Base que tinha por objetivo "estabelecer uma ponte entre a luta do sindicato e aquela que se desdobra dentro da empresa."[94] Havia, pois, uma percepção desses sindicalistas com relação à organização dos trabalhadores nas unidades de produção. De todo modo, esta é uma temática que em nível internacional está presente na prática sindical desde meados dos anos sessenta.[95]

---

94. Marco-Aurélio Garcia, "São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário", **Desvios**, n. 1, São Paulo, novembro de 1982, p. .

95. Ver, por exemplo, Coulin Crouch e Alessandro Pizzorno (orgs.), **El Resurgimento del Conflito de**

A experiência do sindicalismo de São Bernardo assim como dos ativistas da Oposição levam à retomada do local de trabalho como o lugar privilegiado do conflito entre empregados e empregadores. Essa é uma especificidade que está presente tanto na região do ABC quanto na Capital paulista.

Em várias ocasiões, no início da década de setenta, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo tentou obter um dissídio em separado dos outros sindicatos do interior, à exceção de Santo André e São Caetano. Isto ocorreu em 1970, 72 e 73, mas não obteve êxito. As principais ponderações na defesa dessa proposta era de que os trabalhadores do ABC, pelo tipo de estrutura industrial aí presente, possuíam demandas diferenciadas do restante dos operários metalúrgicos do interior, além do fato de desenvolver, segundo seus dirigentes, um nível de produtividade que estava muito acima da média dos empregados metalúrgicos. Observa-se, aqui, um componente corporativista importante que está no nascedouro da *praxis* sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Por essa razão, reivindicavam tratamento salarial diferenciado e nesse sentido, entre outros aspectos, níveis salariais mais altos. Operários que, em larga medida, estavam alocados na indústria automobilística ou nas fábricas de autopeças dessa região tinham, por outro lado, uma grande preocupação com as demandas referentes às condições de trabalho. Em 1972, por exemplo, os trabalhadores sindicalizados das três maiores montadoras de automóveis representavam cerca de 60% (59,8%) do total de associados do sindicato: "12,9% trabalhavam na Mercedes-Benz do Brasil; 22,3% na Ford-Willys do Brasil e 24,6% na Volswagen do Brasil. Nos quadros do sindicalismo brasileiro, o sindicato de São Bernardo constitui um dos raríssimos casos de corporação classista, onde os empregados de grandes empresas são a esmagadora maioria."[96]

Reivindicando "liberdade e autonomia sindicais, fim do controle do

---

clases en Europa Occidental a Partir de 1968, Vol I, Madrid, Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989. A edição original dessa obra, que é composta de dois volumes, é de 1978.
96. Maria Hermínia Tavares de Almeida, *op. cit.*, 1978, pp. 484 e segs.

Ministério do Trabalho sobre os sindicatos; reconhecimento da organização dos trabalhadores no interior da empresa, através de comissão de fábrica; direito de greve, negociação direta entre trabalhadores e empresários sem a intervenção do Ministério e da Justiça do Trabalho [e] mudança da política salarial, de forma a permitir a negociação direta dos índices de reajuste e aumento",[97] o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo vai se distanciando cada vez mais daqueles sindicalistas que tanto no campo conservador, quanto nas fileiras da chamada esquerda ortodoxa tinham uma ação sindical que não privilegiava um contato maior com os trabalhadores nas empresas e, além disso, defendiam a permanência do Estado na esfera das relações entre capital/trabalho.

Segundo Rainho e Bargas[98], nas campanhas salariais anteriores a 1970 o sindicato de São Bernardo passa a reivindicar, a partir de estudos do DIEESE, aumentos salariais que pudessem cobrir a queda do poder de compra dos salários. No entanto, o Tribunal Regional do Trabalho normalmente decidia pelo padrão de reajuste dado pelo governo.

Em decorrência disso, os dirigentes sindicais passaram a discutir a possibilidade de fazer "o dissídio em separado, com pautas de reivindicações próprias".

Na campanha salarial de 1970 foi proposto o dissídio em separado, com uma reivindicação extremamente **singular** para a época: a reivindicação por um aumento único. Esta demanda expressava, já naquele momento, uma visão igualitária muito acentuada e que será uma das principais **marcas** desse sindicalismo que se organiza tendo como um dos seus principais locais de atuação as grandes empresas automobilísticas. Esse aumento, "consistia na aplicação do reajuste determinado pelo Governo sobre o total da folha de pagamento de cada empresa, dividindo-se o resultado pelo número de empregados. Assim, todos, independentemente de salário ou função, teriam um aumento em cruzeiros, absolutamente

97. Vilma Keller, **Os processos de negociação coletiva e a difusão das comissões de fábrica no setor metalmecânico paulista**, São Paulo, **Cebrap**, abril de 1986, p. 2.
98. A discussão sobre as campanhas salariais de 1970 até a campanha de 1977 encontra-se em Rainho & Bargas, *op. cit.*, pp. 29/44. Utilizei esta fonte para escrever sobre estes eventos.

igual. (...) Por outro lado, essa proposta de redistribuição dos salários **iria provocar a primeira grande discussão salarial em São Bernardo do Campo, a ponto de terem sido realizadas assembléias num dos cinemas da Cidade."**[99] (Grifos meus). A proposta contemplava um aumento igual para todos os empregados que ganhavam até a faixa salarial equivalente aos ferramenteiros, com pequenas diferenças. Aquelas faixas que estivessem acima, "teriam seus salários achatados". Evidentemente, a demanda por aumento único e a proposta de dissídio não foram aceitas pelo Tribunal.

O que chama a atenção neste tipo de demanda é o conteúdo altamente igualitário na proposta do sindicato de São Bernardo. É necessário lembrar que essa reivindicação é defendida em 1970... De todo modo, a luta por demandas **igualitárias** será uma das principais características desse novo sindicalismo que está surgindo a partir do ABC paulista.

De toda a forma, há uma certa ambigüidade nesta prática sindical: ao mesmo tempo que defendiam demandas claramente igualitárias - apontadas acima -, reivindicavam negociações em separado para o restante do setor metalúrgico...

Aliado a esse tema, outra singularidade desta nova corrente sindical refere-se à organização pela base dos operários na empresa e a demandas relacionadas às questões do ambiente de trabalho na fábrica. Esses aspectos tinham sido deixados de lado pelo sindicalismo que se desenvolvera no país até 64 que, em decorrência de uma dada concepção e prática sindicais, não tinha como meta central os temas mais estreitamente ligados aos empregados que estavam no cotidiano da produção, vale dizer, "ao pé da máquina".

Era uma visão de sindicalismo que contemplava, primordialmente, os grandes problemas nacionais: a reforma do sistema bancário, a reforma agrária, a defesa de um governo nacional-popular etc., sem uma contraposição daqueles problemas que são

---

99. Idem, Ibidem, pp. 29/30.

inerentes ao movimento trabalhista na sua especificidade.[100]

É nesse panorama, mais geral, que surge um padrão de ação sindical que está mais atento, em um primeiro momento, àquelas demandas mais propriamente sindicais e/ou trabalhistas: ao que trazia para o interior do sindicato preocupações consideradas, por vezes, "sem importância", para certos dirigentes sindicais, tais como o autoritarismo das chefias, as várias formas como se expressa o despotismo no interior das empresas, diminuição de faixas salariais, plano de carreira, diminuição do ritmo , em muitos casos extenuante, do trabalho de fábrica, treinamento da mão-de-obra pelo empregador, transporte da companhia para a ida ao trabalho, enfim, pontos relacionados fundamentalmente com aquelas **aspirações mais sentidas** pela base operária.

É, pois, a partir dos temas relacionados às condições de trabalho e salários, bem como das condições de vida em que viviam os metalúrgicos no final da década de sessenta e início de setenta que o surgimento dessa nova *praxis* sindical altera, sobremaneira, a correlação de forças no interior do sindicalismo, **resgatando, para os trabalhadores, a luta por direitos a partir do local de trabalho**. E é esse fato, sem dúvida, que causará um grande impacto junto ao conjunto dos metalúrgicos, no primeiro momento e, posteriormente, junto às amplas parcelas das classes trabalhadoras, funcionando como um ponto de irradiação que se inicia em São Paulo.

O depoimento do maior expoente desta corrente sindical, Luís Inácio Lula da Silva, ilustra como foi se formando esta simbiose entre liderança e liderados, base e direção. Ou seja, como foi se aguçando essa **sensibilidade** para aqueles problemas que faziam parte do dia-a-dia do operário na fábrica. "E foi aqui no Departamento Jurídico do sindicato que eu senti que realmente a classe trabalhadora está numa situação negra, está vivendo uma situação de desespero. Aparecia cada caso aí que eu dentro da Villares não imaginava que existisse dentro das outras empresas. Comecei a me deparar com o problema da neurose

---

100. Para uma discussão do sindicalismo desse período ver, entre outros, Lucília de Almeida Neves, **CGT no Brasil (1961-1964)**, Belo Horizonte, Editora Vega, 1981 e Sergio Amad Costa, **O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-64)**, São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981.

existente dentro de uma grande empresa como a Volkswagen, como Mercedes, como Ford. Comecei a atender trabalhador que depois de 30 dias de trabalho não recebia nada no pagamento porque a Cooperativa da empresa tinha tomado todo o dinheiro dele. Comecei a conhecer trabalhadores que tinham vindo do interior do Estado ou do Nordeste, pensando encontrar o paraíso em São Bernardo do Campo e foram cair em favelas na periferia de São Bernardo do Campo. **E isso me abriu os olhos** e eu acho que na época eu fui um bom dirigente sindical porque eu sentia pena do pessoal, eu sabia que não podia resolver os problemas de todos, mas os problemas daqueles que me procuravam, eu procurava resolver. Depois, aí a presidência do sindicato. E aqui realmente é onde a gente sente a coisa realmente..."[101] (Grifos meus).

Esta entrevista dá bem a dimensão das mudanças que estavam ocorrendo, do ponto de vista subjetivo, no início dos anos setenta, naquela liderança que começava a se formar. E denota um grau muito grande de sensibilidade para o que acontecia na realidade com os trabalhadores. Esta **sensibilidade** de uma parte significativa de ativistas sindicais para com os problemas mais prementes da base operária se traduzia, aos poucos, numa nova forma de ver a atuação do sindicato e vai influenciar o surgimento dessa corrente.

Por outro lado, este depoimento ressalta alguns aspectos das condições de vida e trabalho dos metalúrgicos, condições extremamente duras e difíceis, principalmente para aquela parcela da mão-de-obra que não possuía qualificação: os operários da linha de montagem.

Como analisa José Álvaro Moisés, "as questões levantadas por essa nova corrente de sindicalistas, que viriam a se tornar os expoentes dos sindicatos do ABC nos anos seguintes, traduziam, no plano dos sindicatos (isto é, no plano institucional), os problemas que estavam presentes nas bases do movimento operário desde a época das grandes greves de 1968 (...). O movimento já demonstrara a tendência de organizar os

---

101. Entrevista concedida a Luís Flávio Rainho, em 5 de novembro de 1976, *in* Rainho & Bargas, *op. cit.*, p. 51.

trabalhadores a partir do plano e dos problemas das empresas."[102]

Apesar do clima político reinante no país no final dos anos sessenta e início dos setenta, observa-se uma certa movimentação dos sindicatos brasileiros, que realizam reuniões, congressos, seminários etc. visando discutir a situação dos trabalhadores.[103]

Além disso, como mostra Annez Troyano, referindo-se ao ano de 1972: "os congressos nacionais realizados pelos sindicatos no decorrer do ano, firmaram resoluções que demonstram sua insatisfação ante as amarras legais existentes, e reivindicam a divisão "do bolo". Quatrocentos delegados, representando 1.200.000 metalúrgicos do Brasil, declararam querer a "participação dos trabalhadores na distribuição da renda nacional e dos bens por eles produzidos," Reivindicaram também a preservação dos princípios democráticos, repudiando qualquer tipo ou forma de governo totalitário, "a participação dos trabalhadores em igualdade de condição na solução de problemas de natureza econômica, política e social e a garantia e liberdade plena no exercício do mandato de representação sindical."[104]

---

102. José Álvaro Moisés, **Lições de Liberdade e de Opressão,** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 95.

103. Um fato que vai marcar esse período é o assassinato do sindicalista Olavo Hansen, membro do, então, clandestino Partido Operário Revolucionário (Trotskista) - POR(T), em maio de 1970, após participar, com outros trabalhadores, das comemorações do primeiro de maio, no campo de esportes Maria Zélia, na Vila Maria, em São Paulo. O militante sindical Olavo Hansen foi morto nas dependências do DEOPS em decorrência das torturas a que foi submetido e encontrado oito dias depois em um terreno baldio próximo do Museu do Ipiranga, na capital paulista. A repercussão desse assassinato, perpetrado por agentes de segurança, foi muito grande na imprensa, no Congresso Nacional e, principalmente, nos sindicatos. Papel destacado no âmbito político de denúncia deste assassinato e exigência de apuração deste crime teve o, então, deputado Franco Montoro. Foi, possivelmente, o primeiro momento depois do AI-5 em que o movimento sindical articulou uma campanha nacional exigindo do governo federal esclarecimentos sobre o assunto e punição para os assassinos torturadores. Olavo Hansen trabalhava na indústria de fertilizantes IAP, como programador de computador, morava em Mauá (município da Grande São Paulo) com a família, e era membro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química de Santo André. Entre 65 e 69 Olavo Hansen trabalhou em várias metalúrgicas na capital paulista, tendo participado das campanhas salariais dos metalúrgicos nesse período. Era um ativista de oposição bastante conhecido no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, nessa época. Seu assassinato foi amplamente noticiado pela imprensa. Até o golpe de 64, Olavo Hansen era estudante de engenharia da Escola Politécnica da USP. Ver, por exemplo, jornal **Correio da Manhã**, de 20/5/70 e o jornal do Sindicato dos Bancários de São Paulo, **Folha Bancária**, p. 5., maio de 1970; **Folha de São Paulo,** 29/8/70; **Diário Popular**, 29/8/70; Ver também o discurso do deputado Franco Montoro, falando como líder do MDB, em sessão de 21/5/70, exigindo "a punição exemplar dos culpados".

Esse fato é uma demonstração de que mesmo no auge da ditadura militar, sob o comando do general Médici, setores da sociedade civil, de alguma forma, conseguiam se mobilizar, denunciar etc., e ter certa acolhida junto à opinião pública.

104. Annez Troyano, "O arrocho salarial", Jornal **Opinião, 1/1/73.**

O regime militar, se conseguiu por certo período paralisar a oposição política, não conseguiu paralisar completamente a sociedade civil. E o sindicalismo, como parte desta, expõe de forma clara sua **inconformidade** com os destinos do país reivindicando liberdades democráticas; ao mesmo tempo que critica o regime ditatorial, defende uma maior participação dos trabalhadores na renda nacional. São, pois, demandas por direitos políticos, sociais e econômicos para o conjunto das classes trabalhadoras.

Relacionado com esses temas e em consonância com essas questões é que aparece, a partir de São Bernardo do Campo, o que foi chamado de "novo sindicalismo".

Preocupados com a organização dos trabalhadores em sua base territorial, ativistas de São Bernardo realizam, nos dias 7 e 8 de setembro de 1974, seu primeiro congresso. Este congresso procurava responder às seguintes questões: 1) quais os problemas enfrentados pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e, 2) o que o sindicato pode fazer por eles.[105] Participaram das discussões cerca de duzentos trabalhadores, na maioria pertencentes às montadoras abrangidas pelo sindicato. "Quase todos com carro próprio e uma renda mensal entre mil e duzentos e dois mil cruzeiros, eles representavam a faixa especializada e de nível de vida mais satisfatório da classe: eram ferramenteiros, operadores de máquinas, lixadores, encanadores e madriladores. A porcentagem de ajudantes - os operários não especializados - era ínfima, ainda que representem a maioria absoluta dos metalúrgicos paulistas."[106]

O que é interessante observar é a ampla participação daqueles funcionários mais qualificados, ao passo que os trabalhadores desqualificados praticamente não participam do congresso. Essa questão é generalizada no mundo do trabalho. Os mais qualificados tecnicamente, profissionalmente, na maioria das vezes, são os que estão à frente das lutas de sua classe ou grupo social. Essa camada de ativistas que no dobrar da década de

---

105. Jornal **Opinião**, 16 de setembro de 1974, p. 3. Este número traz uma ampla reportagem sobre a realização desse congresso, inclusive uma entrevista com o presidente do sindicato dos metalúrgicos, à época, Paulo Vidal Neto.
106. Idem

sessenta esteve impulsionando as reivindicações trabalhistas possuia, em geral, mais escolaridade e, pela condição de trabalho na empresa - função especializada - tinha mais segurança no emprego, vale dizer, eram trabalhadores mais estáveis. O acesso à informação dessa camada era muito maior e, em decorrência de um melhor padrão de vida, mesmo que eventualmente fossem demitidos, não era óbice para esse grupo de trabalhadores conseguir um novo emprego.

Analisando a mobilização operária e as mudanças tecnológicas na indústria automobilística, Gérald Assouline observa que a rotatividade da mão-de-obra ao mesmo tempo que permitia reduzir os custos salariais, dava também condições para a demissão ou manutenção dos funcionários que as empresas desejassem. Nesse sentido, nos anos 70, essa política com relação à mão-de-obra levava, de um lado a uma maior intensidade do ritmo de trabalho e a um incremento significativo da produtividade e por outro, fazia com que o salário médio não alcançasse esse índice de produtividade. Por conseguinte, **em decorrência da escassez de mão-de-obra qualificada no mercado, apenas os operários qualificados tinham condições de resistir à pressão patronal ou de abandonar voluntariamente seu emprego.** Por isso, esses trabalhadores altamente qualificados na indústria automobilística podiam conseguir salários mais altos e fazer frente à rotatividade que estava mais restrita aos trabalhadores semiqualificados e aqueles sem nenhuma qualificação.[107] Esses fatos, em seu conjunto, nos ajudam a entender a participação majoritária em todo o período de reorganização do movimento sindical de um setor que, afora outros aspectos, possuía, preponderantemente, um nível elevado de qualificação.

Em 1974, o primeiro congresso dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, tomou as seguintes resoluções em documento intitulado **Declaração de São Bernardo**, aprovados ao final do encontro:

a) *O reconhecimento da liberdade sindical nos moldes existentes em grande*

---

107. Gérald Assouline, **Mobilisation de la force de travail et mutations industrielles: le cas de l'industrie automobile au Brésil,** IREP/CERCID, 1985, pp. 6-7.

quantidade de países, com a conseqüente revogação das restrições contidas na CLT;

b) *A formulação de uma lei básica do trabalho encerrando os direitos principais, fundamentais e comuns a todos os trabalhadores que vivam de salário, em regime de emprego, a partir das condições mínimas hoje asseguradas;*

c) *A total liberdade para o exército do direito à contratação coletiva de trabalho que atenda às peculiaridades regionais e profissionais;*

d) *A implantação e manutenção dos cursos de capacitação sindical destinado a todos os associados, englobando toda e qualquer atividade de que possa influenciar positivamente a vida do sindicato e dos trabalhadores em geral;*

e) *A realização de reuniões mensais em caráter deliberativo, nas quais serão esclarecidos assuntos atuais de interesse do trabalhador incluindo-se palestras e debates com a participação de personalidades do mundo econômico social e político do país.*[108]

Em sendo pontos programáticos propostos em 1974, cabe ressaltar alguns aspectos. Surge com bastante nitidez alguns temas que serão recorrentes por toda a segunda metade dos anos setenta e durante os oitenta. A defesa feita da liberdade sindical, consoante com as experiências dos países democráticos do mundo Ocidental, é um exemplo, ao mesmo tempo que essa posição significa - para essa corrente sindical - a "consequente revogação das restrições contidas na CLT." Observa-se que o surgimento dessa visão sindical está associada, sobremaneira, à crítica ao sindicalismo oficial que imperava em nosso país.

O nascimento dessa nova forma de atuação sindical está, em certo sentido, associada à contestação do modelo implantado no Brasil a partir dos anos trinta. Esta oposição já se mostra em 1970 e nos anos seguintes quando o sindicato de São Bernardo propõe fazer o dissídio em separado e, além do mais, esse padrão de ação sindical já começara a se esboçar no final dos anos sessenta. Em alguma medida, vários dos pontos apresentados nesta Declaração de São Bernardo aparecem esparsamente em declarações,

108. Jornal **Opinião**, citado anteriormente.

manifestos, congressos, seminários e nos programas de chapas de oposição à diretoria de sindicatos pelo país afora. Havia certa confluência de correntes, no movimento dos trabalhadores, que caminhava decididamente - a partir da crítica da experiência pregressa (pré-64) - para um novo patamar de ação sindical. E São Bernardo fazia parte desse movimento, assim como a Oposição Metalúrgica de São Paulo.[109]

Dois outros pontos do programa deliberado no primeiro congresso de São Bernardo chamam a atenção: um se refere à necessidade de implementação de uma "lei básica do trabalho" para substituir a CLT, dando conta dos direitos fundamentais dos trabalhadores a partir das condições já existentes: o segundo, e que está relacionado com este, diz respeito à livre contratação coletiva de trabalho, "que atenda às peculiaridades regionais e profissionais." Esses aspectos ressaltados estão presentes desde o nascedouro dessa corrente sindical. Passados dois anos, os metalúrgicos realizam o seu segundo congresso. As resoluções deste evento, datado de 19 de setembro de 1976, são extremamente detalhadas e, entre outros aspectos, diz que os trabalhadores reunidos por ocasião deste congresso "se dedicaram, durante três sessões de estudos e debates, à análise crítica do documento elaborado por ocasião do I congresso em setembro de 1974, ao exame da sua atualidade e da possibilidade de sua aplicação à realidade presente.[110] Este congresso optou por reafirmar a Declaração de São Bernardo e por colocar em prática as resoluções do primeiro congresso. Nesse sentido, "estabeleceram uma série de pontos que deverão ser objeto de negociações com as empresas, visando a celebração de acordos coletivos com vistas a uma futura e ampla convenção coletiva de trabalho."[111]

---

109. Por exemplo, a chapa de oposição à diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, nas eleições realizadas entre 3 e 7 de julho de 1972 e presidida por Valdemar Rossi, como já mencionamos anteriormente, defendia, em seu Manifesto-Programa, melhoria das condições de trabalho no interior das empresas, direito de greve "como é reconhecido no mundo inteiro", isto é, nos países democráticos, a organização e reconhecimento das comissões de fábrica, sindicalização permanente nas portas das fábricas, organização de cursos de orientação sindical para os trabalhadores, promoção de cursos profissionais etc. Manifesto - Programa de Oposição - Chapa Verde, mimeo., 3 pp.
110. Rainho & Bargas, *op. cit.*, pp. 203/207.
111. Idem

O documento deste encontro, na sua parte final, faz uma defesa contundente da contratação coletiva de trabalho, "para que essa moderna forma de composição de interesses divergentes passe a ser utilizada entre nós, à semelhança do que é praticado em vários países do mundo ocidental." O que será uma das **reivindicações** mais significativas do **"novo sindicalismo"** aparece novamente nesse congresso, ou seja, aquilo que já expressava um tipo de demanda bastante diferenciado daqueles temas, até então, predominantes no interior do sindicalismo brasileiro. É uma nova *praxis* sindical que está sendo esboçada: "democrática, de massas, preocupada com a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, crítica com relação à estrutura sindical vigente e defensora da contratação nas relações capital/trabalho."

Diante do vazio criado pelo golpe de 64 junto ao movimento sindical, esse padrão de atuação começa a encontrar formas para se estruturar e ocupar um espaço relevante no interior da sociedade civil na luta contra a estrutura sindical e, por extensão, contra o regime autoritário. É nesse contexto que **vai afirmando sua identidade como uma nova corrente no movimento sindical**.

Já o III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado em outubro de 1978, se desenvolve sob a égide dos grandes movimentos grevistas daquele ano e com a direção sindical **já reconhecida e legitimada** em nível nacional. Representa, pois, uma nova etapa na construção dessa concepção e prática sindicais, ou seja, sua consolidação e posterior hegemonia junto ao sindicalismo brasileiro.

Neste congresso, o tema central da discussão girou em torno da estrutura sindical. Aparentemente, os sindicalistas reconheciam que o principal obstáculo à atuação mais desenvolta dos sindicatos era a sua dependência do Estado. A resolução tirada neste conclave diz, "com este III Congresso, os trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema querem dar sua contribuição ao debate dos demais companheiros de base e de todos aqueles que sentem necessidade da classe trabalhadora decidir, segundo suas próprias regras, seu próprio destino. Ou seja, partindo do princípio de que a organização da classe trabalhadora deve se dar independentemente das amarras que a prendem ao Estado, tendo o

seu começo, meio e fim decididos pelos próprios trabalhadores (...) Na verdade, o avanço da organização do trabalhador na luta em defesa de seus mais legítimos interesses é barrada por uma estrutura sindical que foi justamente montada, há mais de 40 anos, com este objetivo: impedir a organização da classe trabalhadora independentemente da tutela do Estado."[112] Alguns setores do sindicalismo começam a aumentar, em muito, o diapasão das críticas à velha estrutura sindical atrelada ao Estado. Este é **um** dos fatores principais de aproximação do sindicalismo de São Bernardo com a Oposição Sindical.

Este encontro, realizado num momento de declínio acentuado do regime militar e de ascensão do movimento de massas - cuja expressão maior foram as greves por empresa em 1978 -, defendeu a autonomia e liberdade sindical, incorporando, neste aspecto, a implementação do contrato coletivo de trabalho, o direito de greve irrestrito e a ratificação da Convenção 87 da O.I.T.

Além disso, ao mesmo tempo que defendia a unidade na prática, do movimento sindical, o encontro corroborava a idéia que está contida na Convenção 87 sobre pluralismo sindical. Por outro lado, detalha aspectos relacionados com as eleições sindicais, pois essas geralmente representavam a perpetuação daqueles grupos mais identificados com o Ministério do Trabalho e com o patronato, ou seja, o que se convencionou chamar de *pelegos*. Demandaram, ainda, o fim do imposto sindical e **a implantação de comissões de fábrica nos locais de trabalho** e dos delegados sindicais. Isto é, havia uma preocupação com a organização pela base do movimento sindical por parte desse grupo de ativistas que estava formando uma nova corrente sindical que **iria se contrapor à tradição de acomodamento à estrutura sindical**.

O documento final do congresso relaciona os seguintes pontos programáticos a serem defendidos pelo sindicato até a realização de um novo congresso: 1) *a implantação e o desenvolvimento da organização de comissões de fábrica será o início da nova estrutura sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Esta tarefa*

112. Idem, pp. 208/212.

deverá estar em estágio o mais avançado possível até o próximo Congresso; 2) promover a realização de cursos de formação sindical para os membros das comissões de fábrica; 3) realizar reuniões por empresa para iniciar o trabalho de formação das comissões de empresa na nossa base; 4) divulgar amplamente junto às bases, aos demais companheiros trabalhadores e a todos sindicatos, os princípios consagrados por este congresso; 5) o planejamento das finanças de nosso sindicato deverá ter por objeto torná-lo cada vez menos dependente da contribuição sindical; 6) intensificar as campanhas salariais.

É interessante observar que, em larga medida, o fim da velha estrutura sindical está associado à organização das comissões de empresa no interior das fábricas. Esta é uma visão fundamental de amplos setores nucleados em torno da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. O caminho para se contrapor ao arcabouço sindical é a organização pela base dos assalariados e, desse ponto de vista, a implantação das comissões de fábrica funcionaria como um divisor de águas que conduziria ao fim de um sindicato ligado ao Estado.

Nesse sentido, deve-se notar que a metade dos pontos do programa do III congresso diz respeito diretamente à organização dos trabalhadores, de forma independente, no interior das unidades produtivas: as comissões de fábrica. O que se observa é uma sintonia bastante acentuada com a proposta de criação de organismos autônomos dos trabalhadores dentro das empresas, tema que, como dissemos anteriormente, era discutido pela Oposição desde final dos anos sessenta e início dos setenta.

Este congresso dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema realiza-se em um momento em que a Oposição Sindical desenvolve uma experiência importante, como a direção das greves na Capital paulista, onde organizou dezenas e dezenas de comissões de empresa. Convidada ao III congresso, a Oposição participou com uma delegação composta por três membros tendo, nesta ocasião, divulgado um documento intitulado **"Comissões de Fábrica",**[113] onde analisa a experiência das comissões de

113. **"Comissões de Fábrica, Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo"**, 8/10/1978, mimeo.

empresa em São Paulo, enfocando os principais problemas surgidos com a emergência desses organismos de representação e discutindo os alcances e limites dessa forma organizativa. Apresentado como tese da Oposição no congresso de São Bernardo, este estudo teve bastante repercussão junto aos sindicalistas presentes, tendo levado a uma mudança na postura dos delegados ao congresso, pois, até aquele momento, o que se discutia - relacionado com o tema da organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho - era a demanda por **delegados sindicais** no interior das fábricas.[114]

De outra parte, como podemos observar, essa nova corrente sindical que se formou no ABC paulista, a partir da prática junto ao operariado no interior das empresas, e a sua preocupação pela organização de base, estava chegando a conclusões idênticas às que apareciam junto aos ativistas da Oposição Sindical.[115] Em resumo, existia certa convergência de concepção e prática sindicais, no momento em que eclodiram as greves, entre estas duas correntes sindicais que serão **o estuário por onde vão correr as águas do "novo sindicalismo."**

Isso se deu: 1) mesmo sem manterem contato de forma mais direta; 2) pelo menos até as greves de maio; 3) a partir de suas práticas cotidianas de negação e/ou crítica da estrutura sindical vigente etc. Entre outros aspectos, esses fatos levaram a que esses dois setores do sindicalismo brasileiro terminassem se aproximando e, como já tivemos oportunidade de observar, foram elementos fundamentais para a formação, alguns anos depois, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

---

114. Entrevista concedida a mim, em 28/7/91, por Fernando José Batista de Morais, que em 1978 era membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e um dos três representantes dessa entidade ao III congresso dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado de 6 a 15 de outubro de 1978, no Guarujá.

115. Ver, Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*, 1991, pp. 148/153.

2.2. IGREJA E MOVIMENTO OPERÁRIO

De um lado, havia ativistas de Oposição Sindical que faziam parte de grupos de ideologia socialista vindos, na sua grande maioria, de **tendências de esquerda** e que procuraram, no dobrar da década de sessenta, mas, principalmente, no início dos anos setenta, fazer **um ajuste de contas com seu passado militante**, tentando chegar **às massas**, seja **através das atividades de bairros**, seja pela incursão no **trabalho de fábrica**. De outro, havia um punhado de sindicalistas que construía **sua crítica à estrutura sindical**, às **condições de vida e trabalho** em que viviam ponderáveis parcelas das classes trabalhadoras a partir das condições concretas da vida cotidiana, ou seja, da **prática**. As **discordâncias**, deste segundo grupo, com vários aspectos da política que regia o aparelho sindical se dava em decorrência da **experiência no interior da "máquina"**.

Salvo raríssimas exceções, os sindicalistas do segundo grupo **não tinham maiores relações com a esquerda** e, normalmente, se auto-intitulavam **independentes.**[116] Por isso, a sua visão **pragmática** inicial, que posteriormente se **politiza**. Apesar de todas as diferenças entre esses dois padrões de ação sindical, aparentemente o que os aproxima em suas formas de atuação é a estreita relação com a Igreja Católica em ambas correntes do movimento operário.

A Igreja exerceu uma influência muito grande junto aos ativistas sindicais durante todo o chamado período de resistência. Esse fato é fundamental, em primeiro lugar, para a compreensão da mudança na temática reivindicativa e, em segundo lugar, pela idéia de "ir às bases", isto é, pensar no trabalhador de forma mais integral: vendo-o não apenas como operário no interior da fábrica, mas como pessoa no cotidiano do trabalho e também como **cidadão no âmbito da sociedade.**

É essa estreita relação com movimentos católicos que levará essas duas

116. Ver, por exemplo, entrevista com Paulo Vidal Neto, à época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no jornal **Opinião** de 16 de setembro de 1974, p. 3.

correntes a terem práticas muito próximas durante todo um período. Heloisa de Souza Martins afirma que "a emergência de uma classe operária organizada e combativa, bem como de um sindicalismo autêntico, não se deu como que por acaso, a partir das greves de 1978, nem exclusivamente a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (...) É preciso considerar, também, ao lado de outras forças, a atuação dos militantes cristãos no movimento operário e sindical e perceber a sua influência nos rumos do sindicalismo autêntico, especialmente na região do ABC. Militantes estes que, em sua prática política, enunciavam muitas das características que hoje são atribuidas aos "novos" movimentos sociais."[117]

Ainda com relação à participação da Igreja junto ao movimento operário, especificamente junto ao sindicalismo do ABC paulista, é necessário salientar que "o apoio da Igreja ao movimento operário no ABC não surgiu com as greves de 1979 e 1980. Pelo contrário, havia na história das lutas operárias no ABC uma destacada participação de militantes cristãos e de setores da hierarquia da Igreja. Mais especificamente, desde 1954, com a criação da diocese e a ida de D. Jorge Marcos de Oliveira para lá, iniciara-se uma aproximação entre a Igreja e o movimento operário."[118]

No caso brasileiro, observa-se, pois, a atuação da Igreja católica, que vem de muito antes do golpe de 64 e que, sem dúvida, ajudou na formulação de um **novo padrão de ação sindical presentes tanto no sindicalismo de São Bernardo quanto na atividade da Oposição de São Paulo.**

O que representa essa nova visão da Igreja e o que permite sua influência junto às classes trabalhadoras? As explicações são várias... Para Michael Löwy, por

---

117. Heloisa de Souza Martins, **Igreja e Movimento Operário no ABC: as raízes do sindicalismo autêntico e de base no Brasil**, XV Encontro Anual da **ANPOCS**, Caxambú, 15 a 18 de outubro de 1991, mimeo., p. 5. É interessante notar, como ressalta a autora, não ser "apenas na região do ABC que os sinais de um sindicalismo atuante se faziam evidentes. A Oposição Sindical Metalúrgica vinha assumindo, ao lado dos chamados sindicalistas "combativos"da região do ABC, uma posição de destaque, especialmente nos encontros "dos trabalhadores em oposição à estrutura sindical." Acompanhando esses encontros percebi a presença de militantes cristãos entre os operários da oposição sindical. Ao que tudo indicava, a origem desta estava nos movimentos e nos grupos que se organizavam no interior da pastoral católica." (pp. 15/16).
118. Idem, pp. 10/11.

exemplo, alguns eventos das últimas décadas - entre eles "o novo movimento operário e popular no Brasil - são incompreensíveis e inexplicáveis se não se levar em consideração a profunda modificação da cultura católica latino-americana resultante da integração, por importantes setores da Igreja, de temas essenciais do marxismo."[119] Utilizando o conceito weberiano de **afinidade eletiva** que serviu para compreender a relação de reciprocidade entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, Löwy destaca algumas áreas de correspondências recíprocas entre marxismo e cristianismo, quais sejam: 1) a libertação dos escravos e oprimidos; 2) a valorização do pobre; 3) o universalismo; 4) a crítica do individualismo; 5) a valorização da comunidade; e 6) o anticapitalismo.

Estes aspectos que, de certa forma, possuem bastante aproximação tanto no marxismo quanto na doutrina cristã seriam, pois, pontos de convergência que ajudaram a construir o que o autor define como uma afinidade eletiva entre esses dois campos de pensamento aparentemente opostos.

Esse processo, especificamente latino-americano, que começa a se desenvolver na década de 50, estará ancorado em dois movimentos distintos: às condições criadas pelo capitalismo que leva a uma industrialização e urbanização crescentes, "que aprofundam as contradições sociais tanto na cidade como no campo" e à revolução cubana (1959-60), "primeira vitória popular contra o imperialismo na América Latina e primeira revolução socialista no continente."[120] É essa conjuntura mais geral que ajuda a entender as mudanças que estão ocorrendo nas sociedades latino-americanas, ao mesmo tempo que um processo similar está ocorrendo no interior da Igreja Católica, especificamente com a escolha do Papa João XXIII em 1958, o Concílio Vaticano II (de 62 a 65) e a Conferência da CELAM em Medellín (1968).

Contudo, esse processo dentro da Igreja Católica é mesmo anterior ao

---

119. Michael Löwy, "Marxismo e cristianismo na América Latina", **Lua Nova**, São Paulo, novembro de 1989, n. 19, p. 5 e segs.
120. Idem, p. 10.

Vaticano II.[121] No tocante à discussão no interior da Igreja, esses três eventos tiveram um impacto muito forte que, combinados com as condições em que vivia a América Latina, naquele período, funcionaram como um campo fértil para o surgimento do que se conheceu, posteriormente, como a **teologia da libertação.**[122]

São visíveis pequenas mudanças no comportamento da Igreja brasileira, já a partir do início dos anos sessenta, e que expressam um processo mais amplo de reorientação da Igreja Católica.[123]

2.3.1. AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

No Brasil surge, a partir do início de 1960, uma grande novidade, do ponto de vista organizativo, que tem origem na Igreja Católica: as **comunidades eclesiais de base (CEBs)**. De acordo com Frei Betto, "as comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda,

---

121. Para a realidade de nosso país, Heloísa de Souza Martins, por exemplo, faz a crítica do que ela considera "certos cortes temporais feitos nas análises da Igreja, que estabeleciam o Concílio Vaticano II como o marco divisório entre uma Igreja sacramental, comprometida com as classes dominantes, e uma Igreja dos pobres e oprimidos, comprometida com a libertação das classes subalternas", pois, conforme esta pesquisadora, as propostas que apareciam como "inovadoras" no Concílio "eram expressão de uma prática existente em alguns movimentos da Igreja, especificamente os movimentos de Ação Católica especializada e o Movimento de Educação de Base, desde o início da década de 60". Heloisa de Souza Martins, *op. cit.*, 1991, pp. 20/21. Talvez pudéssemos nos expressar com mais propriedade se disséssemos que as mudanças que estavam ocorrendo no corpo da doutrina católica também podiam ser entendidas como expressão dos movimentos na sociedade, bem como das práticas - mesmo que embrionárias - já levadas a cabo por militantes católicos.

122. Segundo Michael Löwy, "a América Latina é o continente católico por excelência, onde a grande maioria da população é imersa, desde o seu nascimento, na cultura religiosa romana. Mas, ao mesmo tempo, ela é o elo fraco da corrente católica, porque o agravamento da dependência econômica e da miséria popular, e a vitória da revolução cubana provocam no continente uma onda de lutas sociais e de tentativas revolucionárias que não cessou, de 1960 até os nossos dias. É nessas condições que todo um setor da Igreja acabará por se reunir à causa dos pobres e à sua luta de libertação." Michael Löwy, **Marxismo e Teologia da Libertação**, São Paulo, Cortez Editora, 1991, p. 40.

123. Ver, Heloisa de Souza Martins, **Igreja e Movimento Operário no ABC** (1954/1975), tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986, mimeo.

segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuidas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. São **comunidades**, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São **eclesiais**, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de **base**, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas."[124] Ainda, de acordo com o autor, existiriam no Brasil cerca de 80 mil comunidades eclesiais de base, onde participariam aproximadamente dois milhões de pessoas "crentes e oprimidas"[125].

O autor, em entrevista a Márcia Regina Berbel, analisa o papel desempenhado por estes organismos na reorganização do movimento popular em nosso país. "As comunidades eclesiais de base, que haviam se iniciado em 1960, a partir de 1964 passam a ter um novo caráter: em primeiro lugar deixam de ser mera extensão do trabalho clerical, passando a ter um caráter mais laico; em segundo lugar, **transformam-se praticamente na única forma de reorganização do movimento popular** (...) E, realmente, nessa coisa que a repressão tratava com indiferença, muita gente de esquerda foi se hibernar. Sobretudo setores populares, que tinham um pequeno nível de consciência e politização, encontraram nas CEBs um lugar de rearticulação. **Em 1970, essa esfera**

124. Frei Betto, **O Que é Comunidade Eclesial de Base**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1ª edição (1981), 3ª edição, pp. 16/17.
125. Idem.

pastoral já havia se transformado na grande sementeira dos movimentos populares como ainda é hoje. O grande impacto que sofri quando saí da cadeia (em 1974), depois de uma autocrítica do nosso processo, foi descobrir **que o Brasil estava coberto por uma grande rede de movimentos populares, que não tinha sido criada pela esquerda tradicional ou armada (...) Era, predominantemente, trabalho da Igreja, com setores residuais da esquerda e uma grande massa de católicos."**[126] (Grifos meus).

O que sobressai de todas essas observações é o papel extremamente relevante da Igreja, desde meados dos anos sessenta, procurando chegar às periferias das grandes cidades, às zonas rurais, enfim, tentando ser um canal por onde pudesse se expressar um sentimento coletivo mais amplo de revolta contra as condições de vida e trabalho a que estavam submetidos amplos setores dos trabalhadores em nosso país e de crítica à ordem política vigente.

Nesse aspecto, as **CEBs** exerceram um papel de **organizador coletivo** desses contingentes que, desgarrados e espoliados em seus direitos básicos de cidadania, tanto no campo quanto na cidade, procuravam organizar suas demandas tendo em conta os direitos democráticos e amparados em suas práticas de vida cotidiana.[127]

O que é importante reter desta discussão é o papel da Igreja, durante o período do regime autoritário, como **fator organizador de determinadas demandas populares e, por extensão, do movimento operário e sindical**. Desde o ínicio dos anos setenta a Igreja já está em oposição ao regime militar,[128] o que tornava mais viável a tarefa

---

126. Entrevista concedida a Marcia Regina Berbel por Frei Betto em 20 de dezembro de 1989, *in* Marcia Regina Berbel, **Partido dos Trabalhadores : tradição e ruptura na esquerda brasileira**, dissertação de Mestrado, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1991, pp. 39/40. Sobre a relação entre a Igreja e o movimento operário ver pp. 34/44.

127. Como mostra Vera Silva Telles, "no seu ancoramento nas experiências da vida cotidiana, as comunidades de base transformavam-se em lugares onde os sentimentos de injustiça e privação eram elaborados como experiências coletivas. No incentivo à reivindicação e luta por direitos, instituíam novos significados aos espaços onde é recuperada uma certa noção de liberdade, enquanto possibilidade de interferir e alterar os destinos de suas existências através da ação coletiva". Vera Silva Telles, "Anos setenta: experiências e práticas cotidianas", *in* Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)**, Porto Alegre, L&PM Editores, 1986, p. 48.

128. Ralph Della Cava, "A Igreja e a abertura, 1974-1985", *in* Paulo Krischke e Scott Mainwaring, *op. cit.*,

que terminou por realizar: **ser um dos centros de reaglutinação do movimento de oposição.** Exemplo, nesse sentido, são as **CEBs,** as várias pastorais (Pastoral Operária, da Terra, do Migrante etc.), a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Operária Católica (JOC), os grupos de jovens, clubes de mães, movimentos de custo de vida, grupos de casais, de teatro, bem como tantos outros movimentos que foram surgindo pela periferia das grandes cidades e nos campos, durante a década de setenta.[129] Estas são organizações, inicialmente moleculares, que foram se espraiando no interior da sociedade civil e que "formou lideranças do movimento sindical, popular e partidário da década de setenta e foi responsável pela formação política de um grande contingente de trabalhadores."[130]

No dia 8 de fevereiro de 1978, portanto, três meses antes do surto grevista que eclodiu no nosso país foi lançado a Campanha da Fraternidade daquele ano pela Igreja Católica, cujo tema era Fraternidade no Mundo do Trabalho. Um analista observa: "é possível que em toda a sua existência no Brasil nunca a Igreja Católica tenha feito um esforço tão grande de aproximação das camadas *(sic)* mais pobres da população",[131] como estava fazendo com aquela campanha.

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheider, dizia, à época, que aquele "era um movimento que [visava] atingir os

---

pp. 17/21.

129. O cotidiano de uma militante desses movimentos explicita as práticas dos movimentos populares, bem como o papel desempenhado, nesse período, pelas mulheres. Trata-se de Maria Clara, 30 anos, moradora de uma casa em construção em uma rua ainda sem calçamento. "Está grávida de nove meses, cuida da casa e dá aulas pela manhã. Domingo da semana passada esteve numa reunião com 110 moradores de um bairro da zona norte de São Paulo. Segunda trabalhou na Pastoral do Mundo do Trabalho. Terça conversou sobre política: as eleições de 78. Na quarta alfabetizou moradores da zona sul. Quinta: coordenação de uma paróquia. Treinou alfabetizadores da periferia na sexta. Sábado reuniu-se com a Comissão do Movimento do Custo de Vida. E ontem dedicou o dia a discussões sobre a educação dos filhos no clube de mães (...) Participa há oito anos dos movimentos comunitários e acredita, junto com a maioria do pessoal, que todos os trabalhos devem estar integrados: alfabetização, custo de vida, transporte, saúde... Quando eram ligados às reivindicações específicas atingiam mais gente" Licinio Azevedo, "Fugindo das quatro paredes", *in* Jornal **Movimento**, 5/7/1977. É apenas um exemplo de como viviam e atuavam esses militantes, por vezes anônimos, que nas periferias das grandes cidades ou nas zonas rurais faziam, durante o período de resistência, todo o **trabalho miúdo, fragmentário,** e de **conscientização,** para amplas parcelas da população que habitavam essas localidades. De outra parte, essas práticas mostram a **visibilidade** do trabalho da Igreja católica no "seio do povo".

130. Márcia Regina Berbel, *op. cit.*, p. 40.

131. Teodomiro Braga, "O novo papel da Igreja" *in* **Opinião**, 6/3/78, p. 6.

trabalhadores do campo e da cidade, enfatizando suas reivindicações básicas, qual seja, salários justos, participação nas decisões das empresas e liberdade de associação."[132]

Se, por um lado, o documento vê o lado positivo do progresso técnico, da dignidade do trabalho e do trabalhador, bem como da existência de uma legislação trabalhista, por outro, critica o que considera negativo: o êxodo rural, as distorções da sociedade de consumo, as dificuldades para a imensa maioria dos trabalhadores nas empresas, as discriminações no trabalho e a inexistência de sindicatos livres. "Os sindicatos de classe são uma conquista básica do mundo do trabalho. Sua função é uma necessidade vital no tipo de sociedade em que vivemos. Sua existência não pode ser reduzida ao mero assistencialismo. Precisam ser livres e suficientemente fortes para reivindicar os direitos de seus associados."[133]

A Igreja, certamente, não foi a **única** responsável pela reorganização do movimento operário e do sindicalismo no Brasil no período de 64 a 78.

Nossa hipótese é que essa instituição, em decorrência de seu enraizamento na sociedade brasileira e em consonância com as transformações que estavam se dando no interior da sociedade civil, foi capaz de perceber e de ter sensibilidade para os problemas mais prementes que afligiam a amplos setores da população trabalhadora. Não foi a Igreja como um todo, mas aquela parcela mais comprometida com as demandas das classes populares.[134]

A Igreja Católica, **pela sua capacidade de organização junto aos pobres**, desempenhou, por um largo período, o papel de **catalisadora das aspirações populares** e, desse ponto de vista, foi **uma** das responsáveis pela reorganização do movimento popular e

---

132. Idem.
133. Idem, Ibidem.
134. Segundo Scott Mainwaring, a explicação para as mudanças da Igreja não estariam apenas na "intenção de proteger interesses institucionais, nem o processo político, por si só". Para este estudioso, "é a função de uma nova identidade institucional e de novas condições econômicas, políticas e sociais que a explica. Isolar as condições políticas e sociais ou a nova doutrina institucional como fator único de mudança, é deixar de perceber o caráter dialético desse processo". Scott Mainwaring, **Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985)**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989, p. 134.

sindical no Brasil depois de 1964.[135]

No que tange aos vários movimentos de base surgidos no país, nesse período, a Igreja funcionou como um **ímã**, a um só tempo centro irradiador e aglutinador dos multifacetados organismos de base que se desenvolviam por todos os lados em nosso país.[136] E, junto com estes vai ajudando a criar uma concepção que também existe em outras correntes do pensamento, tais como: formas de ação direta, pouco valor dado à representação, sindicalismo mais voltado para as bases, defesa dos sindicatos livres, formação de comissões de empresa nos locais de trabalho, enfim, um discurso que fala da **dignidade** do trabalhador. Isto é, ver o indivíduo não apenas como instrumento para criar **riquezas**, mas como **pessoa**.

Em um dado momento, final dos anos sessenta e início dos setenta, esse discurso e essa prática encontraram no caminho **segmentos da esquerda** e um sindicalismo com **matizes inovadores** que estava se esboçando em São Bernardo. É da confluência dessas "três matrizes", como analisa Eder Sader,[137] mas também de seus entrechoques, que se tornou possível o surgimento do chamado "novo sindicalismo" que, por sua vez, não era tão novo assim, pois agregava práticas que já estavam sendo desenvolvidas antes - presentes em vários grupos católicos e também na esquerda- e além disso, em uma de suas vertentes a luta **contra a estrutura sindical** não era para **destruí-la**, mas para **reformá-la.**[138]

No entanto, é importante frisar que com esse tipo de ação reivindicativa nos bairros, sindicatos, empresas ou na zona rural começou a surgir uma *praxis* sindical

---

135. Ver, por exemplo, Ana Maria Doimo, "Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade", *in* Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), *op. cit.*, pp. 101/129.
136. Como analisa Ricardo Abramovay, "a Igreja soube (e pôde) fazer aquilo que o golpe de 1964 impediu a outras organizações populares: manter o "contacto cultural com os simples"(Gramsci) e elaborar, a partir deste contacto, um grande projeto, uma grande esperança, uma mística social." Ricardo Abramovay, "Marxistas e cristãos: aqui e agora", *in* **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 9 (27), 1980, p. 135.
137. Eder Sader, *op. cit.*
138. Ver, por exemplo, Armando Boito Jr., " Reforma e persistência da estrutura sindical" , *in* Armando Boito Jr. (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

diferente daquela que conhecíamos até 64. **É essa união entre católicos, esquerda e sindicalistas que aproximará os dois principais grupos responsáveis pela entrada novamente dos trabalhadores na esfera pública: os sindicalistas de São Bernardo e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. A confluência dessas três correntes (e também suas tensões) desembocará na organização da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.**

2.3. O SURGIMENTO DA CUT

O objetivo desta parte do trabalho não é uma reconstrução histórica do surgimento e formação da Central Única dos Trabalhadores mas, tão-somente, discutir aqueles aspectos que consideramos mais relevantes para o entendimento das questões que levaram à constituição desta central sindical.

O conjunto das questões abordadas anteriormente dão conta dos elementos que, molecularmente, estavam transformando o sindicalismo brasileiro e, em larga medida, as práticas cotidianas dos movimentos populares. No entanto, mesmo para aqueles que acompanhavam mais de perto o movimento sindical, ao longo desses anos, surpreendeu a rapidez com que se deu sua reorganização.

A passagem de uma luta extremamente defensiva e localizada, em que sua expressão maior é o período de resistência (onde conflitos surdos ocorriam e pequenas demandas eram levadas adiante pelos ativistas do movimento operário e do sindicalismo), para o final dos anos 70 e início dos 80, quando os conflitos começam a eclodir por todos os lados, com grandes greves por categorias, por fábricas, e mesmo greves gerais, constitui um salto. O verdadeiro ponto de inflexão foram as greves por fábrica que iniciando-se em São Bernardo, em maio de 1978, se estenderam, em seguida, praticamente pelo país inteiro. Tendo como ponto de partida as paralisações iniciadas em maio de 1978, os sindicalistas

conseguem em cinco anos (78/83) um avanço significativo na experiência trabalhista em nosso país.

Vários fatores concorreram para essa rápida reorganização do movimento sindical no Brasil.[139] Em primeiro lugar, uma esquerda que se manteve atuante nos pequenos embates cotidianos, seja em fábricas nos principais centros industriais do país e, neste caso, o sul/sudeste do Brasil se sobressai, seja em certas regiões rurais como Norte e Nordeste. Era uma esquerda dispersa, em muitos casos, sem contatos com suas organizações de origem e/ou em dissidência com estas. Em segundo lugar, o padrão de ação sindical que começara a se expandir no início dos setenta e, em larga medida, tinha como principal referencial o sindicato de São Bernardo. São novas lideranças sindicais autodenominadas **independentes** que, por todo o país, vão paulatinamente, ocupando o **vazio** do aparelho sindical, anteriormente dirigido por sindicalistas estreitamente vinculados ao governo e aos patrões, os chamados *pelegos* e seus aliados mais próximos. Nesse aspecto, à medida que os grandes sindicatos são **empresas** do ponto de vista econômico-financeiro, além do peso estritamente sindical e político destes, estavam dadas as condições para o financiamento de grande parte do esforço de reorganização que consistia em congressos, encontros, seminários, cursos para formação de lideranças, viagens por todo o país para contatos etc. Em terceiro lugar, foi importante o papel desempenhado pelos setores da Igreja Católica mais ligados com as lutas dos trabalhadores. Neste caso, a Igreja, **pela capacidade de ampliar teias de sociabilidade,** construiu um movimento de proporções inéditas por todo o país e foi um dos pilares dessa reorganização, como assinalamos anteriormente.

E em 1983 a CUT realizou seu congresso de fundação.[140] Fruto da

139. Uma análise desse processo, suas várias etapas e as explicações mais gerais é realizada por Leôncio Martins Rodrigues em, "As tendências políticas na formação das centrais sindicais", *in* Armando Boito Jr. (org.), *op. cit.*, 1991 pp. 13/42.

140. Sobre a estruturação da Central Única dos Trabalhadores ver, Leôncio Martins Rodrigues, **CUT: os militantes e a ideologia**, São Paulo, Paz e Terra, 1990, especialmente o capítulo I "A formação da CUT",

reorganização sindical do final dos anos 70 e início dos 80, a formação da CUT representou a concretização de uma aspiração há muito defendida por setores do sindicalismo brasileiro.

Em 1974 se inicia o que alguns vão chamar de uma "distensão sindical."[141] Esta política, levada adiante pelo governo Geisel no *front* sindical, se assemelhava, em alguns aspectos, àquela iniciativa que estava sendo desenvolvida no campo político de "distensão lenta, gradual e segura". Nesse sentido, "o primeiro passo dessa "distensão sindical" que, como a distensão política, é limitada a medidas superficiais para iludir os setores a que se destinam, foi o abono de emergência concedido em outubro de 1974, poucas semanas antes das eleições. A medida, porém, daria o tom da distensão: meses mais tarde, os dissídios coletivos dos trabalhadores descontaram os 10% recebidos como abono. Nessa época, também foi alterada a fórmula de reajuste salarial, de modo que o salário médio (calculado em 24 meses e não em 12) aumentou. De lá para cá, o governo tem brindado os trabalhadores com uma série de pequenos benefícios concedidos através de dirigentes sindicais de confiança, que se destinam a aumentar suas bases políticas."[142] Além disso, o governo começou a fazer reuniões periódicas com sindicalistas de todo o país. Foi em um desses encontros, realizado no dia 8 de novembro de 1977, com o general-presidente Ernesto Geisel, que o sindicalista Hugo Perez, à época vice-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo, propôs a realização da CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras). O Ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro, também presente nesse evento concordou que o encontro dos trabalhadores deveria ser realizado.[143] No mês anterior, outubro, os empresários haviam realizado um encontro nacional que se chamou I Conferência das Classes Produtoras (I CONCLAP).

Esses fatos demonstram que havia ao mesmo tempo uma pressão da sociedade civil e dos assalariados, a partir de suas pequenas lutas e das mais variadas

---

pp. 5/30. Ver também Ricardo Antunes, **O Novo Sindicalismo**, São Paulo, Brasil Urgente, 1991.
141. Ver, por exemplo, artigo de Roberto Suzedelo no Jornal **Movimento** de 21/11/1977 pp. 5 e 8.
142. Idem
143. Idem, Ibidem.

demandas, por organizar-se de forma mais ampla. De outra parte, o governo militar a partir de Geisel tentaria, com sua distensão política, abrir aos poucos a tampa da panela de pressão, para que não houvesse uma explosão que o levasse junto... É essa, sem dúvida, uma das análises possíveis para entender porque em um momento em que o movimento de massas ainda não estava nas ruas, ou que as greves operárias ainda não tinham começado, um dirigente sindical vai "pedir" ao presidente autorização para que os assalariados possam realizar um encontro nacional para discutir os problemas mais significativos que estavam no horizonte de suas preocupações.[144]

A partir desse instante, a discussão desse evento ganhou as páginas dos jornais. Expressão de uma época onde, entre tantos outros aspectos, a liberdade de expressão, reunião, organização, estava tolhida, à medida que o governo central "aceita" - à sua maneira -, que os trabalhadores promovam uma reunião nacional, esse assunto, que já vinha sendo discutido no interior do movimento sindical, passa a ser mais debatido entre aqueles sindicalistas independentes do governo e do regime e que tencionavam realizar um congresso e/ou conferência dos trabalhadores como parte de uma estratégia de mais longo prazo relacionada com a mudança nos moldes da atuação sindical em nosso país.

No entanto, apenas em agosto de 1981, nos dias 21/22 e 23 de agosto, em pleno governo Figueiredo, é que o movimento sindical organizou, finalmente, o que seria a I CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras).[145]

Para chegar a esse encontro, no entanto, o movimento sindical percorreu um longo caminho retirando, um a um, os óbices colocados à sua frente pelo regime militar[146]

---

144. Um ano depois o então Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, "vetava" a criação da Central Única dos Trabalhadores, que havia sido uma das resoluções do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Para Arnaldo Prieto "é contra a lei, e por isso a Central Única dos Trabalhadores não será criada". Dizia ainda que "os sindicatos não devem tomar posição político-partidária, já que para isso existem os partidos". Nesse sentido, não haveria razão para a criação de uma central sindical. **O Estado de São Paulo**, 10/10/1978.

145. O estudo mais amplo e minucioso sobre a I CONCLAT é o de Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, **CONCLAT 1981, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro**, Campinas, Cartgraf, 1981, Coleção Ildes 3.

146. Um exemplo, nesse sentido, entre tantos outros, é a conferência do Sr. Júlio Barata, então Ministro do Trabalho do general-presidente Garrastazu Médici para estagiários da Escola Superior de Guerra em

com vistas à consecução de seus objetivos de mais longo prazo: a organização nacional dos trabalhadores em uma central sindical.

Em julho de 1978, realizou-se, no Rio de Janeiro, o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Com o movimento sindical em ascensão, esse conclave vai ter um significado especial na reorganização do sindicalismo, pois começa a se esboçar uma oposição à direção da CNTI e a seu presidente, na época, Ari Campista. A articulação desse grupo oposicionista, para combater a direção da CNTI, foi "num primeiro momento [denominado] de "intersindical" para logo após [passar] a ser [conhecido] como unidade sindical."[147] Esse agrupamento de sindicalistas do qual fazia parte, entre outros, "Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Peres, da Federação dos [Urbanitários] de São Paulo (...) passou desde então a ser denominado "sindicalistas autênticos."[148] Pela forma tumultuada como se realizou o congresso,[149] o papel desempenhado por esse grupo de sindicalistas de oposição, que se juntou na crítica à postura do comando da CNTI, foi muito mais o de demonstrar na "prática" a incompatibilidade dessa forma de agir de "velhos" setores sindicais com os novos tempos que pediam democracia, direito de greve, fim da censura etc. Mesmo com posições bastante diferentes, que aparecerão claramente por ocasião do I CONCLAT, em 1981, - de um lado,

---

16/8/1972. Criticando, já nos idos de 1972, qualquer possibilidade dos trabalhadores de criarem uma central sindical, diz este senhor: "pensar que o surgimento de centrais sindicais, a fusão de categorias heterogêneas e a intromissão de entidades representativas de classe na vida política pudessem servir à paz social e ao bem-estar dos trabalhadores significaria, para nós, um erro crasso." E continua, salientando que "a ação sindical orientada, conduzirá à renovação dos quadros sindicais, que enriquecerão de elementos novos integrados no espírito da Revolução (*sic*), no empenho de harmonizar o capital e o trabalho". **O Estado de São Paulo,** 17/8/1972. É importante observar esse "discurso" como expressão acabada da visão que um setor prepoderante no interior do regime militar tinha com relação às questões trabalhistas. Além disso, para que o Ministro do Trabalho viesse a público em 1972 para vituperar contra a possibilidade da criação de centrais sindicais significava que essa discussão continuava presente no interior do movimento sindical, a despeito do regime autoritário.

147. Aloísio Mercadante Oliva e Luís Flávio Rainho, "Cut e Conclat: a divisão política do movimento sindical", *in* **Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84**, Rio de Janeiro, CEDI, 1986, p. 44.

148. Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1991, p. 15.

149. Ver, por exemplo, Jornal **Em Tempo**, 29/7/78, pp. 6 e 7.

o grupo de São Bernardo, liderado por Lula e, de outro, sindicalistas ligados aos partidos comunistas ortodoxos como Arnaldo Gonçalves do PCB -, naquela ocasião esses sindicalistas se juntam na oposição à direção da CNTI.

Esses setores que, naquele momento, formaram uma frente para combater a cúpula da CNTI, redigiram uma Carta de Princípios que reivindicava "a democratização do país (eleição direta para presidente, governadores e senadores), convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, revogação das leis de exceção" etc.

No plano sindical, a Carta de Princípios pedia direito de greve sem restrições, livre negociação com os empregadores, substituição do contrato individual de trabalho pelo contrato coletivo, liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais etc."[150] Esse congresso da CNTI foi uma completa farsa. No entanto, desempenhou um papel importante para aquelas forças no interior do movimento sindical que tinham uma postura um pouco mais crítica com relação à estrutura corporativa e, nesse aspecto, ajudou a criar uma oposição à postura extremadamente **governista** da cúpula da CNTI.

Eram sindicalistas que, mesmo tendo se formado durante o regime militar, nos sindicatos oficiais, procuravam ter, em seus organismos classistas, uma atuação mais **combativa**. E, impulsionados pelas greves que começavam a se alastrar pelo país inteiro se sentem mais diretamente apoiados para defender posições que vão de encontro às práticas de "velhas raposas" do movimento sindical, dirigentes de confederações como, por exemplo, Ari Campista da CNTI.

Outro acontecimento significativo nessa reorganização do movimento sindical foi a realização, de 22 a 26 de janeiro de 1979, em Lins, interior de São Paulo, do IX Congresso de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

Este congresso trouxe algumas novidades para o sindicalismo brasileiro. Realizado um pouco depois do III congresso dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo

150. Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1991, p. 16.

que, entre outras demandas, situou a Central Única dos Trabalhadores como um objetivo a ser alcançado pelos trabalhadores, o congresso de Lins, ao mesmo tempo que tentará um "esforço de todos os presentes no sentido de celebrar-se a unidade entre os sindicatos representados" em suas resoluções, defenderá também a criação de um Partido dos Trabalhadores.[151]

A proposta de formação de um Partido dos Trabalhadores foi levada ao congresso pelo então deputado federal do MDB Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Entre as resoluções aprovadas constavam: total desvinculação dos sindicatos do Estado; direito de greve, reforma agrária "efetiva e radical"; extinção gradual do imposto sindical; ajuda governamental às pequenas empresas; reajustes salariais trimestrais.[152] Observa-se, pois, uma movimentação constante dos sindicalistas que, por formas as mais variadas, tentam organizar-se para, inclusive, terem mais força no plano nacional.[153] Nesse período, a atividade sindical mais combativa já era uma realidade e se fazia necessário promover encontros, reuniões, seminários, congressos etc. visando à unidade mais orgânica dessas forças.

No início dos anos 80 multiplicam-se os encontros que dão conta da tentativa de organização dos setores mais "combativos" no interior do movimento sindical.

Especificamente, no ano de 1980 ocorrem vários encontros desse setor. Decorrência de uma articulação mais ampla que passa por setores da Igreja Católica, dos chamados sindicalistas "autênticos" e das oposições sindicais, são realizados os encontros de João Monlevade, em fevereiro. Em julho, esta mesma articulação realizou o encontro de

---

151. Rainho & Bargas, *op. cit.*, pp. 105/107.
152. Idem, Ibidem
153. Em maio de 1979 foi realizado o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília; entre 4 e 9 de junho de 1979 realizou-se o Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, em Poços de Caldas, MG. Entre 2 e 6 de agosto de 1979 foi realizado em Gragoatá, Niterói, O Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais. Este encontro foi "articulado por setores da Unidade Sindical. Suas resoluções são essencialmente políticas." Ainda em dezembro de 1979, houve um encontro de Dirigentes Sindicais de Belo Horizonte. No geral, esses encontros mantêm os temas centrais já discutidos nos eventos do ano anterior. "Permanecem as propostas de fundação da CUT, a formação de comissões de fábrica, a liberdade e a autonomia sindical, contratos coletivos, etc. Há, isto sim, um avanço da oposição no sentido de transformar algumas bandeiras propostas em realidade". Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, *op. cit.*, pp. 13/21.

São Bernardo, em junho de 1981 realiza-se o encontro de Vitória e, já após a I CONCLAT (junho de 1982), é realizado em Goiânia o IV encontro dessa articulação de movimentos populares e sindicais, que funda a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais).

Esses encontros tratam de temas - além daqueles que normalmente estão presentes nas reuniões dos sindicalistas durante esse período -, como a relação entre partido político e o movimento popular, a necessidade do partido político, a relação entre partido político e movimentos populares, relação sindical cidade/campo, a greve geral e a Central Única dos Trabalhadores. O documento do encontro de Vitória, por exemplo, diz o seguinte: "a ampliação da luta e da organização dos trabalhadores no Brasil levou vários setores sindicais a pensar sobre a necessidade da criação de uma Central Única dos Trabalhadoes. Esta CUT reuniria os diversos esforços e avanços, muitas vezes isolados, da classe trabalhadora, buscando a unificação do movimento sindical e consequente aumento da capacidade de luta dos trabalhadores. Os fatos da vida dos trabalhadores e suas organizações, quase sempre distante uns dos outros e normalmente restritos a uma ou outra categoria, precisam de um elo unificador que lhe reforce o encaminhamento e respalde as decisões tomadas. Esse elo, necessidade mais do que urgente, será a Central Única dos Trabalhadores (...) entendemos que a CUT deve ser necessariamente encaminhada a partir das bases, para que se constitua **forte, representativa e livre da estrutura sindical vigente**."

É necessário lembrar que dentro deste arco mais amplo de articulação as Oposições Sindicais fazem seu encontro nacional, denominado Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), em 10 e 11 de maio de 1980.[154] Neste ano realiza-se ainda, nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Este encontro "Contou

154. A Articulação Combativa, mimeo., junho de 1982 e, Encontro de Oposições Sindicais, mimeo., 10/11 de maio de 1980.

com a participação de 92 dirigentes sindicais (rurais e urbanos), como delegados natos, 321 delegados e 44 convidados."[155]

Vale dizer, estão dadas as bases de reorganização dos setores mais críticos com relação à estrutura sindical na cidade e no campo, que no CONCLAT formarão o bloco dos "**combativos**". E, nesse sentido, serão os principais articuladores da criação da Central Única dos Trabalhadores, a **CUT**.

2.4.1. A I CONCLAT

Entre 21 e 23 de agosto de 1981, na Praia Grande, litoral paulista, região onde estão instaladas muitas colônias de férias de sindicatos, realiza-se a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Foi um evento que teve grande impacto diante da situação política nacional. Para além dos problemas internos, disputas, divergências e, talvez, por isso mesmo, a **CONCLAT** representou um forte impulso para a luta dos trabalhadores do campo e da cidade.

Participaram dessa conferência 5.427 delegados que representavam 1.126 entidades sindicais. Além disso, estiveram presentes 480 sindicatos urbanos com 3.108 participantes, 384 sindicatos rurais representados por 969 trabalhadores, 49 delegados em nome de 32 associações de funcionários públicos, 176 associações pré-sindicais com 875 delegados, 134 representantes de 17 federações rurais e 22 delegados representando 4 confederações: trabalhadores em comunicação, agricultura, servidores públicos e professores.[156]

Como analisa Leôncio Martins Rodrigues, a importância dessa reunião decorria, em grande medida,do fato de ser a "primeira (e última) grande conferência em que participaram praticamente todas as frações militantes do meio sindical."[157]

---

155. Jornal **Em Tempo**, 25/9 a 8/10/80.
156. Clarice Melamed Menezes e Ingrid Sarti, *op. cit.*, pp 46 e segs.
157. Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1981, p. 31.

A organização da **CONCLAT** fora precedida de reuniões nos Estados, os Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora (**ENCLATs**), em 16 Estados da federação e mais o Distrito Federal. Houve uma ampla preparação, que levou à conferência da Praia Grande. Esse fato mostra a capacidade de organização dos ativistas sindicais, que vinha se acumulando desde os anos setenta.

Segundo José Ricardo Ramalho, uma frase era repetida em muitos discursos dos participantes da I **CONCLAT**: "foi um sucesso (...) Embora esta unanimidade termine nessas poucas e significativas palavras, as diversas correntes e perspectivas do movimento sindical brasileiro tiveram, depois de anos de repressão, um espaço legítimo para divergir, discutir, tentar acordos, medir forças e certamente fazer crescer a consciência política de uma parte considerável dos delegados rurais e urbanos presentes."[158]

A reorganização sindical ocorreu de forma rápida, como destacamos anteriormente. Essa atividade, que já vinha se desenvolvendo de forma mais acentuada desde 1978, deu, sem dúvida, condições para que os trabalhadores pudessem ter um **lugar** na nova ordem democrática que começava, nesse momento, a ser vislumbrada. Isto é, os trabalhadores também queriam ser atores desse processo.

Neste aspecto, se a I **CONCLAT** mostrou, de um lado, a força organizativa do movimento sindical, por outro, trouxe à tona a capacidade política e decisão dos trabalhadores de **influir** no desenrolar do processo político.

Desse ponto de vista, as resoluções no tocante aos Problemas Nacionais, nessa reunião, explicitam essas demandas do movimento sindical. "O país atravessa, no momento, grave crise econômica, política e social, cujas consequências têm sido, sistematicamente, jogadas nas costas dos trabalhadores brasileiros, que não são os responsáveis pela mesma (...) O fim do atual regime militar é condição indispensável para se atingir a democracia no país. Objetivo esse, que interessa fundamentalmente a todos os

158. José Ricardo Ramalho, "CONCLAT: os trabalhadores criam seu espaço", *in* **Trabalhadores Urbanos no Brasil, 1981**, Rio de Janeiro, CEDI, julho de 1982, pp.70/71.

trabalhadores e a maioria da nação."[159] Entre as propostas mais gerais sobressaem a defesa da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, precedida das seguintes condições: 1) liberdade de manisfetação, reunião e organização para todos os setores da sociedade; 2) efetiva liberdade de expressão de todos os partidos e correntes políticas; 3) anistia ampla, geral e irrestrita, que extinga todas as punições políticas e sindicais; 4) livre e igual acesso aos meios de comunicação de massa, rádio, jornal e televisão, para todos os partidos políticos e entidades sindicais de trabalhadores da cidade e do campo; 5) fim de toda legislação de exceção e arbítrio e desmantelamento de todos os organismos de repressão; 6) que o governo que a convoque seja o resultado da expressão da luta dos trabalhadores da cidade e do campo.[160]

Nesta parte do programa prevalece um conteúdo profundamente democrático. Na primeira oportunidade que foi possível, pós-64, o movimento sindical diz um contundente **não** ao regime instaurado em 64. É certo, no entanto, que o período mais difícil do ponto de vista político já havia passado. O simples fato de ter ocorrido a I CONCLAT significava que o regime militar estava saindo da cena. De todo modo, o importante é ressaltar que havia, de parte do movimento sindical, um discurso anti-autoritário e democrático no que tange aos problemas políticos enfrentados pelo país naquele momento.

Nas resoluções da I CONCLAT estão, afora o tema já citado, **Política Nacional**, também desenvolvidos os seguintes aspectos: **direito ao trabalho, sindicalismo, saúde e previdência social, política salarial, política econômica, reforma agrária** e o **plano de lutas**. É um conjunto programático extremamente detalhado e abrangente, mais parecendo um plano de governo que um simples programa para o movimento sindical. Possivelmente, esse seja realmente o sentido das resoluções. Para o movimento sindical se fazer presente na esfera pública e, ao mesmo tempo, se confrontar com o regime militar era

159. **Tudo Sobre a I CONCLAT**, São Paulo, Comissão Nacional Pró-CUT / CIDAS, s/d., p. 26.
160. Idem, Ibidem.

necessário a apresentação de um plano alternativo para o país que representasse, em seus vários contornos, por vezes contraditórios, os anseios de amplas camadas das classes trabalhadoras e que estivesse em sintonia com demandas mais gerais do conjunto da sociedade civil. **Representando a afirmação de poder dos trabalhadores ante o Estado e à sociedade,** as conclusões da conferência da Praia Grande demarcavam um campo mais geral onde setores ponderáveis dos assalariados deveriam, a partir daí, levar em conta.

Refletindo a composição do encontro, que levou a plenária a uma divisão profunda (praticamente meio a meio) entre os dois principais contendores desse evento - de um lado, o bloco dos **combativos**, de outro, aqueles alinhados com o chamado bloco da **reforma**, ou da **unidade sindical**,- e que se mostrará crucial para a eleição da Comissão Pró-CUT, que tinha como principal objetivo levar adiante as resoluções tiradas e preparar, em agosto de 1982, o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, que criaria a Central Única dos Trabalhadores -, a I CONCLAT não conseguiu avançar sobre vários aspectos concretos, especialmente nos temas sindicais mais específicos. Manteve a defesa da unicidade sindical e, por extensão, da contribuição sindical. Além disso, quando trata da organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho e menciona a comissão de empresa observa que seus estatutos devem ser aprovados em assembléia dos sindicalizados da empresa. Ou seja, não seria exatamente comissões de fabrica e sim comissões sindicais de base.

O confronto entre as duas principais correntes do movimento sindical que se mostrou com nitidez na I CONCLAT, passou para o interior da Comissão Nacional Pró-CUT. Cerca de dois anos depois da realização daquela conferência, em 7 de agosto de 1983, na reunião da Comissão Nacional Pró-Cut, houve a divisão para a organização do I CONCLAT entre as duas principais tendências do movimento sindical brasileiro: de um lado, o **bloco combativo** e, de outro, os membros da **Unidade Sindical**.

Desse modo, o bloco dos **combativos** realiza entre os dias 23 e 25 de agosto o seu Congresso Nacional e ao final cria a Central Única dos Trabalhadores.

2.4.2 O CONGRESSO DE FUNDAÇÃO DA CUT

A realização deste I CONCLAT, em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, resulta na fundação CUT.[161] Este I CONCLAT, que é também o congresso de fundação da CUT, contou com a participação de 5.059 delegados. Os participantes dos setores rurais eram 1.658, representando 310 sindicatos. De outra parte, estavam presentes 355 sindicatos urbanos com 2.262 delegados. Participaram, ainda, 134 associações pré-sindicais com 588 delegados e 99 associações de funcionários públicos, com 483 representantes. Além disso, estiveram presentes à fundação da CUT 5 federações de trabalhadores, 8 entidades de caráter nacional e uma confederação.[162]

A realização deste congresso representou uma vitória significativa dos "**combativos**" na luta para sair na frente e ocupar o espaço político criando sua própria central sindical tendo, a partir daí, um organismo nacional para veicular suas propostas tanto políticas quanto sindicais.

O congresso definiu um **Plano de Lutas** com a intenção de dar uma "resposta política à crise", conforme as resoluções do encontro.

Dois temas relevantes estiveram presentes na reunião: a criação da CUT e a greve geral. Os principais temas inseridos nas resoluções finais tratavam da luta contra o desemprego, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, luta pela extinção da hora-extra, luta contra o arrocho salarial, pela defesa dos servidores públicos, defesa das empresas estatais, direito à habitação, contra o aumento de 130% na prestação da casa própria, "reforma agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob o controle dos trabalhadores rurais, a partir da demarcação do uso coletivo da terra", luta

161. Sobre o congresso de fundação da CUT ou I Congresso das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), realizado nos dias 26, 27 e 28 e agosto de 1983, ver, **I CONCLAT**, São Paulo, CEDI/CUT, 1984, 214 pp.
162. Idem, p. 73.

pelas liberdades democráticas etc.[163]

No tocante à organização geral dos trabalhadores, foi aprovada a criação da **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT**, que seria a direção que encaminharia "de forma organizada, a nível nacional", as lutas dos trabalhadores. A nova entidade deverá ser representativa, democrática e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos.[164] Assim como na I CONCLAT, este congresso também elaborou um programa extremamente minucioso sobre a questão sindical e sobre a situação política do país.

O programa continha, entre outros aspectos já ressaltados, a "exigência" dos trabalhadores do fim da política econômica do governo; rompimento dos acordos com o FMI; a liberdade e autonomia sindical; a liberdade de organização política; a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; o não pagamento da dívida externa; o fim da Lei de Segurança Nacional - LSN; o fim do Regime Militar e por um governo controlado pelos trabalhadores; eleições diretas para presidente.[165] O setor vinculado, à época, à **Unidade Sindical**, que não participou deste congresso, realizou por sua vez, em novembro de 1983, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), elegendo também uma coordenação nacional.

Decidida a criação da CUT, já em agosto de 1984 realizou- se o I **CONCUT** em São Bernardo do Campo. o II será realizado em finais de julho e início de agosto de 1986, no Rio de Janeiro. Em setembro de 1988 se realizará o III congresso em Belo Horizonte e, finalmente o IV **CONCUT** ocorreu em setembro de 1991 na capital

---

163. Idem, pp. 146/162.
164. Idem, Ibidem.
165. Como analisa Leôncio Martins Rodrigues, "o Programa de Lutas de 1983 já trazia alguns pontos que deveriam aparecer nos posteriores congressos da CUT, misturando demandas de caráter trabalhista com outras de reforma social mais radical. Pelas primeiras, estamos entendendo as reivindicações passíveis de serem alcançadas no interior de uma economia de mercado e no quadro de um sistema político pluralista e representativo; pelas segundas, estamos entendendo as que só poderiam ser concretizadas num processo de lutas e que resultariam em alterações profundas no quadro institucional em direção a alguma forma de socialismo". Cf. Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1990, p.7.

paulista.[166]

Antes do final da primeira metade dos anos 80 o movimento sindical já está completamente reorganizado. E, do ponto de vista do sindicalismo-CUT, a história dessa reorganização se inicia com as pequenas lutas, naquelas práticas de resistência aparentemente "invisíveis" dos trabalhadores no cotidiano do trabalho, bem como na atividade sindical, *stricto sensu* . Nesse sentido, esta central, no momento em que é fundada, passa a ser uma componente fundamental do processo político brasileiro e da luta pelo alargamento dos direitos democráticos na sociedade,[167] **trazendo para o centro da agenda da transição as demandas do mundo do trabalho**.

2.3.3. O PRIMEIRO CONGRESSO

Realizado em agosto de 1984, em São Bernardo do Campo, o **I CONCUT** contou com 5.260 participantes. Estiveram presentes 1.590 delegados **rurais** e 1.048 **trabalhadores industriais**. Já os empregados do **setor de serviços** se fizeram representar por 1.357 participantes e as **associações e entidades pré-sindicais** - notadamente de funcionários públicos -, enviaram 1.227 delegados. O número de observadores foi de 38 trabalhadores, o que perfaz um total de 5.260 ativistas sindicais, conforme Tabelas 1,2,3, a seguir.

---

166. Para uma análise até o III **CONCUT**, ver Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1990. Para uma visão mais à esquerda sobre os congresos da CUT, e que vem até o IV CONCUT, ver Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *op. cit.*, 1991.

167. Como aponta Maria Silvia Portella de Castro, a proposta da CUT representava um sindicalismo "político e reivindicativo, cumprindo assim a função de direção de massas e de agente de mudanças na sociedade brasileira [e sua *praxis*] teve como base a resistência contra a ditadura e o arrocho salarial; como pano de fundo e cenário, a modernização da indústria brasileira e as profundas alterações produtivas e, como objetivo, a organização independente da classe trabalhadora." Maria Silvia Portella de Castro, "Dez Anos de Trajetória. Novo Sindicalismo Brasileiro. Desafios a Vencer", **Caderno da CUT**, nº 2, agosto de 1989, p. 11/12.

TABELA 1

Classificação	N. Ent.	N. Del.	N. Obs.	Total
Rurais	308	1590	2	1592
Indústria	144	1048	6	1054
Serviços	246	1357	17	1374
Associações	239	1227	13	1240
TOTAL	937	5222	38	5260

Fonte: **Jornal da CUT**, ano II, n. 1, setembro/1984

Com relação aos rurais, estão somados os representantes dos sindicatos rurais, federações e delegados de base. No que tange aos delegados do setor industrial, estão representados os sindicatos de trabalhadores industriais mais os representantes de base desse setor. No que diz respeito aos serviços, estão computados sindicatos, federações e delegados de base. Finalmente, as associações se compõem de associações de funcionários públicos, associações pré-sindicais e associações profissionais.

TABELA 2

QUADRO GERAL POR TIPO DE ENTIDADE

Entidades	N. entid.	N. de delegados			
		Dir./Base/CUT		TOTAL	Obs.**
Sind. rurais	248	1212	100	1312	1
Sind. indústria	99	700	100	800	1
Sind. serviços	152	849	100	949	5
Assoc. func. Pub.	68	411	20	431	1
Assoc. pré-sind.	31	172	-	172	4
Assoc. prof.	140	588	36	624	8
Fed. rurais	2	14	-	14	-
Fed. urbanas	13	42	-	42	1
Del. base rur.*	58	264	-	264	1
Del. base ind.*	45	248	-	248	5
Del. base serv.*	81	366	-	366	11
TOTAIS	937	4866	356	5222	38

Notas:

(*) Delegações de base: rurais, industriais e de serviços.

(**) Observadores

Fonte: Idem

TABELA 3

Quadro Geral por Estado*

Estados	A	B	C	D	E	F	TOTAL	Obs
Acre	10	43065	11596	15	27	3	45	-
Alagoas	9	41655	20162	14	24	9	47	-
Amapá	1	12000	1681	3	7	2	12	-
Amazonas	13	116160	32078	11	28	11	50	-
Bahia	69	882462	213764	97	297	21	415	2
Ceará	39	428780	124511	54	153	27	234	-
D.Federal	21	304580	80159	58	74	12	144	2
E. Santo	32	321422	107085	76	159	25	260	1
Goiás	49	238946	89544	69	179	13	261	1
Maranhão	30	427210	85171	31	96	18	143	2
Mato Grosso	10	39207	6901	8	15	2	25	1
M. Gros. Sul	3	8000	2900	3	-	-	3	-
Minas Gerais	102	723183	208429	179	324	33	536	1
Pará	69	612173	124572	91	267	32	390	2
Paraíba	34	245811	56185	40	64	9	113	-
Pernambuco	30	524809	164877	36	105	19	160	-
Piauí	22	129090	66875	28	70	4	102	-
Rio Gr. Norte	29	92873	29395	35	63	9	107	-
Rio Gr. Sul	89	1.136183	372953	125	270	13	408	2
R. Janeiro	57	1.539899	318377	95	266	26	387	7
Rondônia	4	37100	14294	8	21	2	36	-
Paraná	31	146504	40098	46	78	6	174	1
S. Catarina	52	187043	100011	74	119	4	197	2
São Paulo	128	3.028900	695766	266	727	52	1006	15
Sergipe	4	21600	5599	4	7	4	15	-
TOTAIS	937	11.577229	3.240261	1426	3440	356	5222	38

Notas:
(*) **A** (n. entidades), **B** (n. de trabalhadores representados), **C** (n. de associados), **D** (diretoria), **E** (base), **F** (CUT) e Obs. (observador).
Fonte: Idem, Ibidem

Contando, pois, com 5.222 delegados com direito a voto e representando 937 entidades, este **I CONCUT** (pois, o Congresso de fundação é chamado de **I CONCLAT**-1983), em linhas gerais, seja em número de participantes, seja do ponto de vista das principais questões tratadas no plano de lutas repetiu, em larga medida, o primeiro CONCLAT. No entanto, observa-se algumas novidades. Segundo a direção nacional da CUT, este primeiro CONCUT "tinha por objetivo fazer uma avaliação do primeiro ano de

vida da CUT, discutir a situação atual política e econômica e consolidar definitivamente a CUT."[168]

No que tange à fundação da CUT, no ano anterior, o congresso considerou correta a criação da Central, apesar das incertezas iniciais. Reconhecendo a sua importância histórica ressalta a necessidade de sua organização mais concreta em nível nacional e discute as limitações que teriam impedido um maior desenvolvimento neste primeiro ano de existência, desse organismo nacional dos trabalhadores. Segundo as resoluções, "a fundação da CUT foi correta. Por causa das divisões dentro do movimento sindical gerou certas dúvidas. Depois se constatou a importância de seu insurgimento (*sic*) contra o Ministério do Trabalho e a chantagem dos pelegos; a CUT é um passo histórico na luta dos trabalhadores e constitui-se na maior vitória dos trabalhadores após 1964. Carece, ainda, de uma implantação efetiva."[169]

O congresso criticou o que considerou "dificuldades e erros" da CUT, defendendo uma postura mais decidida da central no enfrentamento com a CONCLAT. Além disso, ao mesmo tempo que reconhecia os esforços envidados pela CUT para levar adiante as lutas dos trabalhadores, criticou-a por não conseguir generalizá-las, bem como criticou sua "atuação discreta", segundo os delegados, na campanha das **Diretas-já**. Por outra parte, com relação à questão da greve geral, tema central do Plano de Lutas, estabelecido quando da realização do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 1983, o I CONCUT reconheceu que a greve não saiu devido à falta de preparação dos sindicatos e não por erro da CUT. Se, por um lado, reconhece que foi correto desmarcar a greve inicialmente proposta para 25 de outubro de 1983, por outro, avalia que "foi um erro ter marcado e desmarcado a data para a greve geral".

Na avaliação dos congressistas, a greve deveria ser mais política e menos econômica. "Foi um erro querer puxar a greve geral apenas em cima do decreto 2045. Devia

---

168. **Jornal da CUT**, ano II, n. 1, setembro de 1984, p. 3. Este número é inteiramente dedicado ao I CONCUT e tem 12 páginas.
169. Idem

ser mais política, como, por exemplo: **diretas-já**; contra a LSN; contra o Colégio Eleitoral, contra o FMI etc. **Limitou-se a greve à revogação do decreto no parlamento e isso levou à sua desmobilização.**"[170](Grifos meus).

No que tange à análise de conjuntura da situação política do país, entre outros aspectos, o congresso ressaltou a importância da campanha das **Diretas-já** "como o mais importante protesto democrático e popular que se tem conhecimento no país. Milhões de brasileiros foram às ruas exigindo o fim do regime e toda a opressão e exploração que ele representa" e critica a central por não ter atuado de forma **coletiva e decisiva** nesta campanha. Ainda, segundo os participantes do I CONCUT, "este processo revela uma certa incompreensão por parte das direções políticas da CUT da importância histórica da luta democrática, e o fim da ditadura militar, para a classe trabalhadora em nosso país, **como condição necessária para a conquista de suas reivindicações essenciais**". (Grifos meus).

Este encontro propôs, também, uma nova estrutura sindical e um novo código mínimo de trabalho, além da defesa de uma reforma agrária "radical, ampla, massiva *(sic)* e imediata sob o controle dos trabalhadores". Além disso, enviou, com data de 9/9/1984, uma carta assinada por Jair Meneguelli, seu presidente, **aos partidos** defendendo a necessidade das **diretas-já**, criticando o modelo econômico, o FMI, a falta de liberdades democráticas, a política do governo para com os trabalhadores etc.

No que diz respeito à **Plataforma de Lutas** aprovada neste conclave, aparecem, entre outros aspectos: temas relacionados com a crítica à política econômica do governo, contra o arrocho salarial, defesa da redução da jornada de trabalho, liberdade e autonomia sindical, reivindicação de uma política habitacional que atenda os trabalhadores, revogação da Lei de Segurança Nacional, livre organização política e partidária, contra a privatização das empresas estatais, contra todo e qualquer tipo de discriminação, defesa das populações indígenas etc.[171]

---

170. Idem, Ibidem

171. Esse I CONCUT homenageou vinte sindicalistas das mais variadas tendências que, ao longo da história do movimento sindical brasileiro, participaram ativamente da luta dos trabalhadores. Foram eles: Antonio

Vale dizer, os **Planos de Luta** aprovados nos congressos sindicais e, particularmente nos CONCUTs, com variações que ficam ao sabor da conjuntura política, normalmente apontam as mesmas questões que, geralmente, já estão presentes nos eventos precedentes. Nesse sentido, esses encontros são, em geral, uma grande festa, pelo espetáculo que representam e, ao mesmo tempo, palco de embates, por vezes duros, que têm como objetivo primordial a **afirmação** dos trabalhadores diante do sistema político. Assim, a luta de tendências ocupa um espaço fundamental no interior dos congressos: essa **afirmação sindical** passa por um conflito prévio pelo controle do poder na central. Além da luta política e ideológica, "nesses dias, predominam o simbólico, o expressivo e o espetáculo: manifestos, panfletos, teses, discursos, faixas, palavras-de-ordem, bandeiras e, naturalmente, os conchavos de bastidores."[172] Em outras palavras, são momentos fundamentais para os trabalhadores e, principalmente, para os ativistas sindicais de construção de sua identidade de classe e de reafirmação diante das outras classes e/ou setores sociais. São **momentos-símbolos** de construção de hegemonia ante o conjunto da sociedade e do Estado, e de auto-organização tanto política quanto sindical das classes trabalhadoras.

2.4.4. O SEGUNDO CONCUT

O segundo congresso da CUT realizou-se no Rio de Janeiro nos dias 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 1986. Contou com a presença - assim como o CONCLAT-83 e o I CONCUT - de mais de cinco mil representantes. Estiveram presentes neste encontro 5.564 delegados, sendo 3.923 de base e 1.641 de diretoria, o que significava cerca de 70% e 30%, respectivamente, conforme Tabela 4 abaixo. De outra parte, como mostra Tabela 5,

---

Chamorro, Apolônio de Carvalho, Armando Mazzo, Fúlvio Abramo, João Adolfo Costa Pinto, José Duarte, Luiz Carlos Prestes, Marco Marchini, Miguel Guillen, Rafael Martinelli, Rolando Fratti, Salvador Romano Lossaco, Vitelbino Ferreira de Souza, Osvaldo Pacheco, Silvino, José Ibrahim, Luiz Inácio Lula da Silva, José Maria Crispim, Oswaldo Lourenço e Carlos Niebel.

172. Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1990, p. 11.

a participação dos Sindicatos de **Trabalhadores Rurais** chegou a 35% do total do congresso, os **trabalhadores industriais** perfazem aproximadamente 21% e o setor de **serviços** conta com 26% do conjunto dos delegados.

Este evento representou, por outro lado, o auge, em termos de participação dos delegados rurais nos congressos da central. O III CONCUT, como se verá, ainda contará com cerca de 1/3 de trabalhadores rurais. No entanto, no IV CONCUT esse percentual cai para aproximadamente 10%. Mas, mesmo com esse expressivo número de delegados até o III CONCUT, os trabalhadores rurais **nunca** tiveram, nos organismos de decisão da central, uma participação equivalente àquela que tinham nos congressos. Na Executiva, por exemplo, sempre participou um ou no máximo dois representantes dos sindicalistas do campo. Essa discrepância entre a representação e participação nos órgãos decisórios da CUT tem acarretado críticas desses ativistas à direção nacional e, talvez, pode levá-los a um **distanciamento** da estrutura da CUT. Nesse sentido, a estratégia do sindicalismo-CUT com relação à CONTAG é um dado que reforça essa visão que está presente em ponderáveis setores do sindicalismo urbano.

TABELA 4

DELEGADOS DE BASE/DIRETORIA

TIPO	NÚMERO	%
Base	3.923	70,51
Diretoria	1.641	29,49
Total	5.564	100,00

Fonte: **Resoluções do II Congresso**, Caderno Especial, ago/86.

TABELA 5

SETORES ECONÔMICOS

Set. Econ.	Entidades	%	Delegados	%	Trab. repres.	%
Rural	366	36,06	1.953	35,10	4345577	34,98
Indústria	182	17,93	1.201	21,59	3029384	24,38
Func. público	114	11,24	616	11,07	979650	7,89
Prof. Liberais	76	7,55	330	5,93	390303	3,14
Serviços	276	27,22	1.464	26,31	3678320	29,61
Total	1.014	100,00	5.564	100,00	12423214	100,00

Fonte: Idem

Como outros analistas já chamaram a atenção, um dos pontos altos deste II CONCUT foi a proclamação feita, pela primeira vez de forma explícita, de que a CUT lutava por uma sociedade socialista. De acordo com as resoluções deste congresso, "a CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade **socialista,** mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos." (Grifos originais). Esse documento diz ainda que a central deveria realizar encontros e debater os temas da democracia e do socialismo.

As resoluções do II CONCUT estão contidas em um texto de 71 páginas, das quais 17 são dedicadas à questão agrária e violência no campo. Isto que significa um esforço, ao mesmo tempo amplo e minucioso, para dar conta do conjunto de problemas que afetariam o movimento sindical e a luta dos trabalhadores em nosso país. Há temas relacionados com a conjuntura política econômica, questões relacionadas com a proposta da nova estrutura sindical e as modificações inseridas no estatuto da CUT que havia sido aprovado no I CONCUT, entre outros.

Sob o lema de "**salário, emprego e liberdade para todos. Terra para quem nela trabalha**", o II CONCUT aprovou o seguinte Plano de Lutas: recuperação de perdas salariais e aumento real de salários; salário mínimo real definido pelo DIEESE; exigir o real congelamento dos preços e o abastecimento; reajuste automático mensal dos salários (segundo o índice do DIEESE); estabilidade no emprego; fim da mão-de-obra temporária; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; salário-desemprego real para todos; liberdade e autonomia sindical; aprovação da Convenção 87 da OIT; participação popular na Constituinte; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; punição dos assassinos dos trabalhadores rurais; não pagamento da dívida externa.[173]

Este congresso teve significado muito grande para os debates no interior da CUT. Nesse aspecto, poderíamos dizer que a esquerda socialista teve um peso significativo nesse encontro. Não foi apenas a inserção da defesa de uma **sociedade socialista** nas resoluções desse encontro que mostrou a força dos setores mais à esquerda. Outro ponto importante se relacionava com as modificações dos estatutos propostas pela tendência majoritária. Aparentemente, a esquerda contratualista sentia que seria difícil, naquele momento, aprovar tais modificações, que iam na direção de transformar a CUT numa central, de fato, de sindicatos, com uma estrutura verticalizada e dando um espaço de tempo maior entre um congresso e outro: ao invés de dois anos, passaria para três, bem como diminuía radicalmente a participação das **oposições sindicais**, à medida que criava uma série de dificuldades à presença desses ativistas. Isto representava, em última instância, relativizar a influência da **esquerda socialista** no interior da central.

Enfim, foram realizadas algumas alterações nos estatutos da CUT. No entanto, as modificações mais profundas só serão feitas dois anos depois, por ocasião do III CONCUT. Deste modo, somente no IV CONCUT, realizado já em setembro de 1991, é que se fez sentir essas alterações estatutárias, particularmente no tocante à participação dos delegados de base em comparação com aqueles oriundos de diretoria. O sindicalismo rural,

173. **Jornal da CUT**, ano II, n. 1, setembro de 1984, p. 10/11.

por exemplo, como dissemos anteriormente, passa de uma participação nos congressos de até mais de 1/3 para cerca de 10% dos delegados no IV CONCUT. Esses são apenas alguns aspectos, mas as transformações nos estatutos têm um sentido muito mais profundo, conforme mostraremos mais adiante.

De outra parte, o II CONCUT serviu para demarcar posições muito nítidas entre as várias facções políticas no sindicalismo-CUT, na avaliação de membros destacados da esquerda socialista. "Assim aos poucos foram-se aproximando politicamente os que não aceitavam introduzir na CUT, naquele momento, as mudanças estatutárias que o agrupamento majoritário queria impor. Também se verificou essa aproximação a propósito de posições políticas que se ligavam diretamente à visão do papel da Central na construção do socialismo. É desse Congresso que sairam estruturadas as duas principais tendências da CUT: a "Articulação Sindical", que deu-se este nome pouco depois, e a "CUT pela base" que já estava usando esse nome desde os Congressos Estaduais que antecederam esse II CONCUT. As diferenças de enfoque apareceram em vários debates."[174] De todo modo, a grande questão que está presente em cada encontro, em cada congresso e na prática cotidiana é: **qual o papel que a CUT deve desempenhar na sociedade brasileira?** E essa discussão surgiu com maior força a partir do II congresso nacional da CUT. É interessante observar que este II CONCUT foi o que contou com a maior presença de delegados de base: mais de 70% dos representantes com direito a voto eram delegados de base, contra aproximadamente 66% no I congresso e cerca de 51% no III CONCUT. Este fato, aliado à conjuntura em que vivia o movimento sindical em 1986 quando da realização desse congresso - às vésperas das eleições para a Constituinte - talvez nos ajude a entender essa virada mais à esquerda da Central Única dos Trabalhadores no II CONCUT.

Se o II CONCUT representou um impulso maior para a esquerda do sindicalismo-CUT, significou também um acirramento da luta política e ideológica entre as principais correntes políticas. Foi o último momento onde a **esquerda socialista** conseguiu

174. Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *op. cit.*, 1991b, p. 43.

imprimir sua **marca** mais **fortemente**. A partir daí, independentemente das questões políticas e organizativas, aqueles setores que poderíamos chamar de **esquerda sindical** ou **contratualista** (a Articulação e seus aliados), passam a definir mais concretamente o jogo político-sindical no interior da CUT. Foi assim no III CONCUT e, - apesar das dificuldades - também no IV CONCUT.

No momento da eleição para a nova direção da CUT concorreram três chapas: como já mostramos no primeiro capítulo, a chapa 1, ligada à corrente **Articulação**, obteve 59,9% dos votos; a chapa 2, representativa dos sindicalistas da **Cut pela base** e seus aliados, obteve 28,95% do total dos votos; uma terceira chapa, representada principalmente pelos setores alinhados à **Convergência Socialista,** ficou com 11,07% dos votos.

2.4.5. O TERCEIRO CONCUT

Este congresso, que se realizou em Belo Horizonte entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988, foi o último congresso de **massas** da Central Única dos Trabalhadores e o maior de todos. Com esta reunião fecha-se um ciclo na vida da **CUT**.

Foram 6.218 delegados, dos quais 3.178 "delegados de base", vindos de todo o país,constitui um número altamente indicativo da capacidade política e organizativa da central. Nunca, em toda a história do sindicalismo brasileiro, se conseguira reunir, em um único encontro, um número tão expressivo de representantes dos trabalhadores com direito a voto.

Para a concretização deste congresso, foram realizadas centenas de assembléias sindicais, desde o início do ano, para a eleição de delegados. Em agosto, 8.364 trabalhadores eleitos efetivaram suas inscrições junto à Secretaria Geral da CUT Nacional, em São Paulo, já preparados para a discussão das propostas contidas nas 17 teses apresentadas. Desse contingente de representantes, estiveram presentes cerca de 75% no III

CONCUT.[175]

De outra parte, esse fato demonstrava o avanço da CUT no meio sindical.[176] A Tabela 6 mostra a relação entre os delegados de base e de diretoria nos três primeiros congressos da CUT (1984, 1986, 1988). Para o congresso de fundação realizado em 1983 esses dados não existem.

TABELA 6

Composição dos quatro congressos nacionais

Tipos de delegados

Congressos	Deleg. de base		Deleg. de dir.		Total		
	n.	%	n.	%	n.	%	C.
Fundação	-	-	-	-	5.054	100,00	
I CONCUT	3.440	65,9	1.780	34,1	5.222	100,00	
II CONCUT	3.923	70,5	1.641	29,5	5.564	100,00	
III CONCUT	3.178	50,8	3.065	49,2	6.243	100,00	

Fonte: **Retrato da CUT**

O que esta tabela expressa é, de um lado, uma participação significativa da base nos três primeiros congressos e, de outro, um aumento importante dos delegados de diretoria do II para o III CONCUT. Se nos dois primeiros CONCUTs os sindicalistas de base perfaziam cerca de 2/3 do total do encontro, cai para a metade no III CONCUT, o que já prenunciava o que estava por ocorrer no IV CONCUT: **um congresso fundamentalmente das diretorias dos sindicatos.**

---

175. **III CONCUT, REGISTRO E IMAGEM**, Boletim Nacional da CUT, Edição Especial, n. 21, setembro/1988, p. 12

176. Para os dados sobre o **III CONCUT** ver, principalmente, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Silvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, **Retrato da CUT**, 1991, 79 pp.

De todo modo, há um aumento significativo, do II para o III CONCUT, das entidades filiadas à central, passando de 284 em agosto de 1986, por ocasião do II CONCUT para 450 no III CONCUT, em setembro de 1988 e, chegando, em janeiro de 1991, a 1.242 entidades filiadas.[177] No entanto, dados de abril de 1993 já apontam 1.878 entidades que estão filiadas à Central Única dos Trabalhadores.

O tema dominante neste congresso foi a modificação dos estatutos. Entre outros aspectos, "o novo estatuto modificou a estrutura dos congressos da CUT, estabelecendo uma relação entre os congressos regionais, estaduais e nacional, sendo que as delegações presentes nesse último seriam escolhidas nos primeiros, combinando assim a representação profissional e regional."[178]

A luta interna que se desencadeou no II CONCUT e continuou no III CONCUT tinha como questão fundamental, aparentemente, as tentativas de alterações, nos estatutos, propostas pela tendência majoritária, a **Articulação**. No entanto, isso era apenas a superfície do problema. A questão de fundo era inteiramente outra e dizia respeito, em última instância, ao papel que deve desempenhar o sindicalismo no país e, especificamente, a CUT.

Para a tendência **Articulação** e seus aliados, a central deveria ter um perfil claramente sindical, ainda que combativa, e tendo o conflito como uma *praxis* fundamental. Já a **esquerda socialista** - independentemente de suas diferenciações internas - visualiza para a CUT um papel eminentemente político, onde a luta anticapitalista e o ideário de uma sociedade socialista estariam presentes. Essas são divergências profundas e que levaram a uma certa **paralisia** da central, principalmente a partir do III CONCUT e que perdura, de certa forma até hoje. Essa é uma das razões pelas quais ocorreu imediatamente após ao IV CONCUT, um esvaziamento muito grande nos órgãos de direção da Central Única dos Trabalhadores. Este certo **vazio de poder**, foi apenas **parcialmente** superado a partir de

177. Idem p. 50
178. Idem, p. 14.

uma **solução de compromisso** entre as principais correntes políticas no interior do sindicalismo-CUT.

No que tange ao Plano de Lutas, foi aprovado, segundo as resoluções do III CONCUT, as definições da

Campanha Nacional de Lutas adotada no II congresso nacional, combinando-as com uma campanha pelo contrato coletivo nacionalmente articulado. É proposta uma jornada nacional de luta com as seguintes reivindicações: reposição imediata das perdas; reajuste mensal de salários de acordo com o índice do Dieese; reforma agrária imediata sob o controle dos trabalhadores; uma política agrícola de interesse dos trabalhadores; um contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado; a unificação das datas-base; 40 horas semanais de trabalho; estabilidade no emprego; liberdade e autonomia sindical; a garantia e aplicação imediata das conquistas dos trabalhadores na Constituição; o não pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI; a não privatização das estatais e a defesa dos serviços públicos; a garantia de abastecimento e controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade; creche gratuita para os filhos de trabalhadores até a idade de 7 anos, nos locais de trabalho ou moradia, controlada pelos trabalhadores; a não demissões de mulheres grávidas.[179]

Como se vê, a cada congresso as demandas se repetem, com um ou outro aspecto novo. O que chama a atenção no conjunto das **resoluções** dos congressos é muito mais a abrangência dos temas tratados. Como já tivemos oportunidade de assinalar, *stricto sensu*, é muito mais um programa para o país e, nesse aspecto, um **programa de governo**, de mudança social e política, que um plano de lutas notadamente sindical.

Nesse aspecto, no momento das resoluções, dos programas, dos manifestos etc., aparentemente as principais correntes políticas se juntam e as divergências tendem a diminuir. Isso porque os programas tirados nos encontros sindicais, congressos etc. são, em geral, **propostas políticas** mais amplas, que não se relacionam tão diretamente com a

179. **CUT Boletim Nacional**, edição especial, III CONCUT, Resoluções, n. 21, setembro de 1988, 49 pp.

atividade no interior dos sindicatos controlados pelo sindicalismo-CUT ou com a vida dos trabalhadores *cutistas* nos seus locais de trabalho. São mais afirmações de princípios do que um programa de reivindicações a ser atingido.

Além disso, essa é a **fórmula algébrica** capaz de manter a unidade interna da Central Única dos Trabalhadores, apesar dos impasses, paralisias e o elevado nível de conflito interno.

Do ponto de vista do projeto político mais imediato presente nas resoluções, há uma certa unidade. De outra parte, no campo especificamente sindical as divergências são quase intransponíveis, bem como no que diz respeito ao caráter da luta sindical.

A grande discussão e o **pomo da discórdia** entre as várias tendências foram as modificações estatutárias. De acordo com as resoluções, as principais alterações ocorreram com relação à participação das "bases": teriam direito a participar dos congressos da CUT os delegados das entidades sindicais filiados e das oposições sindicais "reconhecidas e acompanhadas". De outra parte, o número de representantes por entidade sindical será proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados. No que tange à participação das oposições, o III CONCUT deliberou o seguinte: 1) Aquelas que participaram da última eleição do sindicato poderão escolher um número de representantes que seja proporcional aos votos conseguidos no último escrutínio; 2) Caso não tenham participado das últimas eleições sindicais poderão tão-somente enviar delegados em número nunca superior à delegação do menor sindicato filiado à CUT; 3) Já aquelas que tenham participado de eleições consideradas não democráticas terão delegações ao congresso de acordo com os critérios decididos pela CUT estadual.

Os delegados para os congressos regionais e estaduais passariam a ser eleitos nas instâncias máximas de cada entidade sindical, assembléia ou congresso, sem distinção entre diretoria e base. Já para o congresso nacional, os delegados serão escolhidos nos congressos estaduais de acordo com a proporção de um delegado para cada 2.000 trabalhadores sindicalizados e observando-se a proporcionalidade entre as chapas

concorrentes. Os congressos teriam uma periodicidade de três anos.[180]

Dentre as três chapas para a direção da central, a chapa 1, encabeçada por Cyro Garcia dos bancários do Rio de Janeiro, representando a **Convergência Socialista** e outros grupos menores teve o apoio de 16,32% dos delegados, ou seja, 961 votos, tendo o direito de indicar dois membros para a Executiva Nacional da CUT, composta por 15 sindicalistas, e também a indicação de 14 representantes para a Direção Nacional de um total de 83 membros (41 suplentes); a chapa 2, liderada por Jair Meneguelli, "Por uma CUT classista, democrática e de massas", e representando a corrente **Articulação**, foi reeleito presidente com 3.557 votos, o que representava 60,43%, tendo direito a nove cargos na Executiva e 50 na Direção Nacional; a chapa 3, "Construir a CUT pela base", encabeçada por Durval de Carvalho, da tendência **CUT pela base** e presidente do sindicato dos metalúrgicos de Campinas, conseguiu 1.368 votos, o que perfazia 23,24%, quatro lugares na Executiva e 19 na Direção Nacional. Votaram 5.886 delegados. 31 congressistas votaram em branco e 48 optaram por anular seus votos.

Em entrevista ao **Jornal do PT**, de outubro de 1988, quando faz um balanço positivo da realização do III CONCUT e das implicações que as mudanças estatutárias trariam para a atividade da central, Jair Meneguelli diz que, "tudo na vida tem fases. **Logo após a criação da CUT, era necessário realizar congressos grandiosos até como forma de afirmar a sua viabilidade, a sua força.** Mas já tínhamos em mente que não poderia ser sempre assim. Se mantivéssemos os mesmos critérios de representação, chegaríamos no futuro a congressos de quinze mil ou mais trabalhadores. Este número de pessoas não permite o aprofundamento das discussões". (Grifos meus). Para a tendência **Articulação,** as alterações no estatuto eram fundamentais para sua estratégia de diminuir o peso das correntes mais à esquerda e, ao mesmo tempo, dar um perfil mais propriamente sindical à central.

Para a **esquerda socialista**, os resultados deste congresso não poderiam ser

180. Idem

piores. Por exemplo, Ricardo Melani, do sindicato de Carne e Frios de São Paulo e eleito para a direção nacional da CUT no III CONCUT, expressando as concepções políticas nucleadas em torno do jornal **Causa Operária**, diz o seguinte com relação às mudanças dos estatutos: "este é justamente o pior aspecto das resoluções do III CONCUT, pois os novos estatutos dão uma forma organizativa a esta política [refere-se à política "democratizante" da **Articulação** e seus aliados que seriam, segundo ele, "um retrocesso nas conquistas das massas"]. Eles retiram quase que totalmente o poder das bases operárias sobre as decisões da central (...) o que está de acordo com a política seguida pela ala majoritária desde o início, a de construir uma central sindical de acordo com o peleguismo."[181]

Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, membros da tendência **CUT pela base**, afirmam que as alterações nos estatutos dão prioridade aos delegados de diretoria, ao invés dos representantes de base; os membros eleitos ao congresso passam a ser idêntico ao número de sindicalizados e não em relação ao tamanho da base da categoria; haveria, ainda, uma diminuição real da participação das **oposições**, além dos delegados eleitos para o congresso nacional serem "afunilados" pelos congressos estaduais. Segundo esses autores, "esse funil, na prática, exclui o delegado de base do congresso nacional. Na prática, acaba sendo quase impossível a um trabalhador de base, que não está organizado numa das tendências existentes dentro da CUT, se apresentar e ser escolhido."[182]

Como já tivemos oportunidade de assinalar, o III CONCUT foi o último dos grandes congressos da Central Única dos Trabalhadores com um número de inscritos acima de oito mil delegados e participação efetiva de mais de seis mil sindicalistas. Realisticamente, seria impossível manter os congressos nacionais nesse nível de "participação". Além do mais, com periodicidade de dois anos, pois um dos problemas para a realização desses encontros de massas é que se necessitava sempre do apoio das autoridades locais, seja o prefeito de São Bernardo para a realização do congresso de fundação (1983) ou do I

181. Tanto esta entrevista de Ricardo Melani quanto a de Jair Meneguelli foram reproduzidas na **Quinzena**, n. 61, 1 de dezembro de 1988.
182. Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *op. cit.*, 1991b, pp. 50-54.

CONCUT (1984), ou ainda os governadores do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, para a realização do II CONCUT e Newton Cardoso, de Minas Gerais, à época da realização do III CONCUT em Belo Horizonte.

Outro aspecto relevante, convém ressaltar, é o curto espaço de tempo entre um congresso e outro: apenas dois anos. Vale dizer, quando acabava-se um já se começava a organizar o outro. E isso envolve altos custos e demanda muito tempo, desviando a central para aspectos organizativos internos e paralisando-a no que diz respeito ao *front* externo, diminuindo, muitas vezes, sua incidência sindical e política, pois estava às voltas com as disputas intestinas. Desse ponto de vista, a proposta da **Articulação** estaria correta, se pensamos a relação custo/benefício.

No entanto, é necessário ressaltar que essas modificações estatutárias tiveram também um segundo objetivo **não tão explícito**: diminuir, na medida do possível, a força que porventura a esquerda mais radical pudesse ter, a partir de decisões, em última instância, administrativas.

O III CONCUT representou, com as mudanças estatutárias, o começo da transformação de uma concepção *movimentista* para uma visão mais *organizativa* da Central Única dos Trabalhadores. Em outras palavras, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o sindicalismo-CUT: a primeira, da **CUT-movimento**; a segunda, da **CUT-organização.** Esta venceu... Iniciava-se realmente a implantação da CUT enquanto estrutura verticalizada, administrativa enfim, como uma **organização complexa** e, nesse sentido, **burocrática**. É a construção da **empresa sindical** dotada de **racionalidade**.

Simbolicamente, esse encontro significou o fim da fase **heróica** de construção da CUT e tudo o que ela representava para uma parte da militância *cutista.* Abria-se, agora, um novo patamar, onde a construção de um amplo **aparelho administrativo, institucional, se** colocava na ordem do dia. E, em consonância com o processo de democratização do país, setores ponderáveis do sindicalismo-CUT começavam a vislumbrar a possibilidade das classes trabalhadoras influírem mais decididamente na

esfera política e, para isso, era necessário deixarem de dizer apenas **não** e também indicarem soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos que o país atravessa.

Em resumo, o movimento sindical brasileiro deu um grande passo na construção de seus organismos de representação em um tempo relativamente curto. Este capítulo tentou mostrar o caminho trilhado pelo sindicalismo desde o final dos anos 60 ao início da década de 70, concomitantemente com alguns aspectos da prática operária e trabalhista nos locais de trabalho. De outra parte, procurou ressaltar o papel que desempenhou, nessa reorganização, a Igreja católica e os dois principais centros de irradiação da *praxis* operária e sindical nessa época: a **Oposição Sindical** metalúrgica de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

A partir da eclosão das greves de maio de 1978 e até 1983 quando nasce a **CUT** há uma atividade febril de reorganização dos trabalhadores que, de forma muita rápida, conseguem estruturar uma central sindical em nível nacional, que passa a ser referência fundamental para os trabalhadores em nosso país.

A trajetória da Central Única dos Trabalhadores, desde sua fundação até o seu terceiro congresso nacional realizado em 1988, representou o período de sua construção interna e afirmação externa, cuja fase mais **movimentista**, **libertária**, **socialista e conflitiva**, enfim, **heróica**, encerrava-se com o III CONCUT.

CAPÍTULO III

A CONCEPÇÃO SINDICAL

CAPÍTULO III

A CONCEPÇÃO SINDICAL

3.1. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

3.2. A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO POR LOCAL DE TRABALHO

3. 3. DEMOCRACIA E POLÍTICA

"A CUT teve um papel determinante na história do Brasil sobre a questão da cidadania. Pela primeira vez na história do Brasil o trabalhador teve condições de se sentir cidadão e a CUT teve muito mais papel nisso do que o PT. Não é à-toa que os partidos de esquerda cresceram depois da criação da CUT. Porque os sindicatos são aparelhos rentáveis e os partidos são aparelhos deficitários. Você cria um diretório de partido e ele é fonte de despesa. Um sindicato é fonte de receita. Então, você ganha um sindicato em qualquer lugar do país, esse sindicato tem uma sede, uma diretoria que dialoga com a sociedade, tem uma base organizada que se comunica com essa diretoria, tem carro, tem som. No diretório não tem nada disso. Quem se elege mais no país inteiro, o dirigente sindical ou o dirigente de diretório? É o dirigente sindical". Gilmar Carneiro, secretário-geral da CUT e presidente do Sindicato dos bancários do Estado de São Paulo, (21/01/92).

Este capítulo trata especificamente da visão dos dirigentes cutistas sobre uma gama variada de problemas: corporativismo, imposto sindical, pluralismo, contrato coletivo de trabalho, justiça do trabalho, greves, organização por local de trabalho, democracia sindical, papel desempenhado pelo sindicalismo na construção da democracia, participação da mulher, a CUT e a conjuntura política, entre outros temas.

Foram realizadas dezoito entrevistas com as principais lideranças da Central, de um total de vinte e cinco membros que têm assento na Executiva Nacional. Para a escolha dos entrevistados levou-se em conta a representatividade por categoria e no interior da CUT, assim como a compatibilização com a influência política que suas respectivas tendências exercem junto aos sindicatos *cutistas*.[183]

Por isso, o capítulo terá um caráter mais geral, tentando apreender o que seria a opinião dominante desses dirigentes diante das principais questões suscitadas pela atividade sindical em nosso país.

As entrevistas mostram dúvidas, oscilações, flutuações no discurso. Isto talvez ocorra porque aquilo que não está escrito, e que aparece na fala das pessoas, normalmente não coincide com a versão das teses expostas pelas tendências e da própria CUT como um todo. Em parte, isso se deve ao fato de que as entrevistas são mais intimistas, isto é, feitas de forma mais descontraída e, nesse aspecto, os depoentes, aparentemente, se sentem mais à vontade para comunicar suas vontades, desejos, e o que eles consideram como limitações em suas práticas cotidianas.

Assim, os depoimentos podem ajudar a apontar, indicativamente, para a dinâmica futura do movimento sindical e mesmo da CUT, porque podem ressaltar o lado mais verbal. Nas entrevistas surgem claramente as **hesitações, dúvidas, insuficiências** das concepções que, em público, normalmente, se expressam como **certezas**.

Desse ponto de vista, as entrevistas são um componente muito importante

183. Estas entrevistas foram realizadas no âmbito da pesquisa sobre o IV CONCUT, levantamento este organizado pela Central Única dos Trabalhadores e que contou também com minha participação e de outros pesquisadores.

para entender melhor a prática sindical *cutista*, tanto pelo que elas têm de reveladoras quanto pelo que deixam de dizer. As lideranças sindicais apontam insistentemente para o esgotamento de um modelo de organização sindical e, no entanto, não chegam completamente a um outro referencial de atuação. Possivelmente estejam indicando os contornos de um desenho que ainda está em construção.

É interessante notar que a leitura do conjunto dos depoimentos deixa patente alguns aspectos que são fundamentais para o entendimento da concepção *cutista* sobre sindicalismo e política. O que chama mais a atenção, - aliás, uma das hipóteses básicas deste estudo - **é a ausência de uma clara política sindical por parte da CUT**. A maior Central brasileira não tem uma política sindical definida para grande parte dos problemas que são inerentes à vida cotidiana dos trabalhadores de nosso país, e à sua *praxis*. Este fato traz dificuldades para a implementação de uma atividade mais coordenada, seja ante às direções sindicais *stricto sensu*, seja na relação com o conjunto dos trabalhadores.

3.1. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Um tema crucial é o corporativismo. Para grande parte dos entrevistados, das mais variadas correntes de opinião no interior do sindicalismo-CUT, esse é um problema que não foi resolvido, ainda que se tenha conseguido diminuir o fosso que essa questão colocava para a classe trabalhadora, se comparado com o período anterior a 1978 e, particularmente, pré-64.

Outros depoimentos partem do pouco tempo de existência da Central e do novo sindicalismo para explicar **a persistência do corporativismo** no sindicalismo-CUT.

De acordo com um entrevistado, a estrutura sindical brasileira, consubstanciada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), "colocou o movimento sindical numa camisa de força, sob a tutela do Estado, que é o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho." Nesse sentido, teria criado "uma consciência, uma cultura da direção,

dos dirigentes dos sindicatos de que a luta sindical, a ação sindical é a ação que relaciona o sindicato com os patrões da empresa e com o Estado," desse ponto de vista, "o referencial não é a classe trabalhadora, são os trabalhadores da minha categoria que eu represento junto aos patrões e ao Estado," o que levaria, segundo esse entrevistado, a uma real desmobilização da atividade sindical. Diante disso torna-se mais fácil "correr para o Ministério do Trabalho ou discutir com o sindicato patronal do que mobilizar a categoria, buscar solidariedade para a ação sindical."

Esse depoimento tem o mérito de situar uma questão fundamental para a persistência do corporativismo no Brasil: o papel central que o Estado possui de normatizar a atividade dos sindicatos, a partir do imposto sindical, tutelando completamente as relações trabalhistas a partir de duas instituições que durante muito tempo foram extremamente fortes para o cumprimento desse objetivo. De um lado, o Ministério do Trabalho e, de outro, a Justiça do Trabalho.

Segundo Armando Boito Júnior, "nos moldes da estrutura sindical brasileira, a ação reivindicativa, **na sua forma típica**, apresenta características próprias. A reivindicação fecha-se por si mesma, esgota-se no economicismo, justamente porque no sindicalismo de Estado os dirigentes e os ativistas sindicais esperam que o Estado exerça a direção política do processo."[184] (Grifos no original).

De outra parte, como analisa Leôncio Martins Rodrigues, no caso brasileiro, as principais características do modelo corporativo estão assentadas na "unicidade sindical e o monopólio da representação imposta pelo Estado, o qual estabelece as bases do modo de organização das associações profissionais de empregados e patrões," que "constituem dois componentes essenciais do sistema corporativo de interesses. Além deles, caberia mencionar a concepcão doutrinária que presidiu a criação da estrutura corporativa, fundada na eliminação do conflito e na afirmação da colaboração entre as classes e delas com o Estado.

184. Armando Boito Júnior, "Reforma e persistência da estrutura sindical", *in* Boito Júnior (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991, p. 61.

Como afirmava Getúlio Vargas logo após assumir o poder: os sindicatos, "em vez de atuarem como força negativa e hostil ao poder público," deveriam "tornar-se, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado."[185]

Enfim, como essa questão se coloca para o sindicalismo-CUT? Um entrevistado, membro da corrente **CUT pela base**, assim se expressa: "embora nós tenhamos criado as CUTs regionais, estaduais, CUT nacional, os próprios departamentos, na verdade, a base sindical em que se molda a estrutura *cutista* ainda é a base sindical corporativa, tradicional, fragmentada, que trabalha com conceitos de categoria determinados pelo Estado, no Ministério do Trabalho, pela antiga comissão de enquadramento e que ainda preserva conceitos como categoria diferenciada, etc. Me parece que um limite enorme que nós ainda temos é de que toda essa estrutura, que é uma estrutura de negociação, de relação do sindicato, de ação sindical ainda é, na sua essência, determinada por essa estrutura, que é uma estrutura que fortalece, permanentemente, essa visão corporativa." Outro entrevistado, da corrente **Articulação**, tem uma opinião muito próxima a esta. Para ele, "a CUT não conseguiu ainda tirar o corporativismo dos seus sindicatos. Os sindicatos maiores continuam com muito corporativismo lá dentro da CUT. E podemos citar alguns sindicatos que acabam tendo muito mais representação do que a própria Central Sindical, lamentavelmente, porque a gente não quer isso, nós queremos que a Central Sindical seja a referência para acabar com esse corporativismo, mas isso não foi possível."

Um membro da **Convergência Socialista**, assim analisa esse aspecto: "nós temos conseguido empreender algumas campanhas unificadas (...), principalmente a de 89, 14 e 15 de março de 89, que aglutinou em um só momento um amplo conjunto dos trabalhadores contra a política econômica do governo de então, mas com tudo isso o corporativismo ainda continua sendo um grande obstáculo ao desenvolvimento de consciência da classe trabalhadora brasileira e nós temos plena cònsciência disso, tanto é assim que as campanhas unificadas são muito difíceis..." O que se observa nessas entrevistas

185. Leôncio Martins Rodrigues, **Partidos e Sindicatos**, São Paulo, Editora Ática, 1990, p. 60.

com lideranças sindicais das mais variadas posições políticas é uma visão crítica com relação à prática sindical à medida que este padrão de ação sindical não foi capaz de romper com as amarras do corporativismo na estrutura sindical brasileira.

O depoimento de outro dirigente sindical, também da **CUT pela base**, tenta demonstrar que há uma luta de resistência ao corporativismo, ao mesmo tempo que lembra ser esse um problema cultural e que já dura muitas décadas. Vale dizer, sua resolução também poderá ser demorada, além do que essa cultura perpassa até mesmo o próprio trabalhador. "Você se opõe [mas] também você se adapta a ele, de maneira que em muitos sindicatos da CUT a conduta é tão corporativista como era nos sindicatos anteriores."

Há de parte da liderança da CUT uma consciência de que este é um aspecto que precisa ser combatido, pois, em última análise, é pernicioso para o próprio desenvolvimento de um sindicalismo como aquele proposto pela Central Única dos Trabalhadores. Para Jair Meneguelli, presidente da CUT, por exemplo, um dos aspectos que ajudariam na ruptura desse modelo corporativo seria o entendimento dos dirigentes sindicais sobre o papel que deveria ser desempenhado por uma Central Sindical. "Muitos pensam que a Central é um momento [em] que se reúnem alguns dirigentes sindicais como se fosse uma intersindical, como se fosse uma reunião conjuntural entre dirigentes sindicais trazendo o que se faz naquela ocasião. Não, uma Central tem finalidades bem claras que é a organização do conjunto da classe trabalhadora para as questões maiores."

O que se vislumbra com esses depoimentos é, ainda, a falta de um projeto sindical mais nítido de parte do novo sindicalismo protagonizado pela CUT. Ou, dito de outro modo, a dificuldade para a aplicação de um projeto sindical nas condições em que se encontra o sindicalismo em nosso país devido, entre outras aspectos, à fraca implantação no interior das empresas. Como afirma um entrevistado, da corrente sindical **Articulação**, a Central necessita "ter, ao nível do projeto também, uma elaboração maior. Por exemplo, acho que não basta mais, para ser concreto, a CUT ser contra a unicidade sindical. É preciso dizer que proposta de organização sindical defende. Eu acho que essa é a nova fase que a

CUT vai enfrentar. Não basta mais a gente dizer que é contra a estrutura oficial, que é contra a unicidade, que é a favor da liberdade mas, **que projeto a gente tem para organizar os trabalhadores sindicalmente**? Como é que é a organização de base? Como é que é a organização por local de trabalho? Como é que é a organização dos sindicatos? Como é que vamos romper com os sindicatos por função, para realmente construir sindicatos por setor, e articular os setores da sociedade, dos trabalhadores nos diversos ramos de produção e serviços em sindicatos? Então, eu acho que esse desafio é imediato da CUT. **Ter uma formulação mais clara desse projeto** e impulsionar uma prática que avance muito mais rapidamente." (Grifos meus).

Os aspectos discutidos nesta entrevista dão bem o tom da preocupação deste padrão de ação sindical no que diz respeito à falta de um projeto mais explícito com relação ao campo estritamente sindical. Como já dissemos anteriormente, **esse é um dos paradoxos do "novo sindicalismo": ao mesmo tempo que possui um alto grau de incidência no processo político, não consegue ter, com essa influência, que é expressão da dinâmica que transforma um movimento social com certo grau de atuação em força política de grande amplitude, uma presença mais efetiva nos locais de trabalho**. Seria necessário reverter a magnitude dessa força em torno de um projeto inovador no campo sindical o que, de outra parte, tem se mostrado difícil em razão da resistência do velho edifício corporativista, bem como dos problemas inerentes à própria dinâmica interna da Central.

Mesmo sendo um processo totalmente diferente, o sindicalismo que surge pós-78 guarda alguma relação com o sindicalismo populista do pré-64, qual seja, uma capacidade de ampliação das demandas para o conjunto da sociedade civil sem, no entanto, estar profundamente ancorado no local de trabalho. Esse, talvez seja o único traço de semelhança com aquele padrão de ação sindical vigente até 64, como tentamos demonstrar no capítulo anterior. De todo modo, esse é um tema recorrente na maioria das entrevistas focalizadas e que, certamente, ajuda a entender algumas das ambigüidades da estratégia *cutista*.

Observa-se, de toda forma, uma certa ambivalência na discussão da problemática do corporativismo. Muitos entrevistados partem do pressuposto que toda luta por interesses mais imediatos é uma demanda, por assim dizer, corporativa. Isso pode ser verdade, se analisamos as questões de forma genérica, ou se partimos da idéia que corporativismo é algo tão-somente relacionado com a "corporação", a categoria etc. Isto é, se buscamos apenas o sentido etimológico da palavra.

Schimitter, por exemplo, distingue duas formas distintas de expressão do corporativismo. A primeira diz respeito ao corporativismo estatal - o Brasil é o caso exemplar -, a outra vertente é o denominado corporativismo societário que está presente nos países centrais: Inglaterra, Suécia etc. No primeiro caso, há a ingerência direta do Estado na organização das relações capital/trabalho. No segundo, esse fenômeno é decorrência do alto grau de organização dos interesses tanto trabalhistas quanto patronais e que, geralmente, sobrepassariam instituições como parlamento, partidos políticos etc. Uma das especificidades é que, em geral, todos os temas relacionados com distribuição de renda, salários, políticas sociais são tratados diretamente entre governo, empresários e trabalhadores, deixando ao largo, no mais das vezes, aquelas instituições que, em uma sociedade democrática, são fundamentais para a mediação dos interesses conflitivos.[186]

No nosso país o que se trata é, principalmente, do papel compulsório desempenhado pelo Estado como **árbitro do conflito** e, além disso, regulamentando o conjunto das relações capital/trabalho.

Perguntados se existiria uma unidade entre a luta dos trabalhadores do campo e da cidade dentro da CUT os entrevistados, em geral, salientaram as dificuldades

---

186. Philippe Schimitter assim conceitua corporativismo: "um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas num número limitado de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (se não criadas) pelo Estado, às quais se outorga o monopólio de uma representação deliberada no interior das respectivas categorias em troca da observância de certos controles na seleção de seus líderes e na articulação de suas demandas e apoios". Philippe Schimitter, "Still the century of corporatism?", *in* Frederick B. Pike e Thomas Stritch, (orgs.) **The New Corporatism**, University of Notre Dame, 1974. *Apud* Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1990, p. 56.

desta parceria.

No que tange à relação rural/urbano, observa-se, de outra parte, que a unidade, o movimento sindical único etc. são temas que estão sendo postos em discussão. Além disso, uma tendência que pode ser apontada nos vários depoimentos mostra que, por exemplo, a reforma agrária fracassou porque o sindicalismo no campo não foi capaz de perceber que o país tinha passado por profundas transformações econômicas e sociais e que estas afetaram, sobremaneira, a inserção da atividade rural no âmbito da economia brasileira, trazendo, assim, um amplo espectro de desenvolvimento e modernização capitalista no campo brasileiro. As entrevistas, em sua maioria, expressaram também uma opinião crítica da sua prática do sindicalismo-CUT junto aos rurais. Por exemplo, um entrevistado, da corrente sindical **Articulação**, afirmou que a unidade aparece "mais como desejo, vontade, mas não como prática efetiva." Ao analisar o estado em que se encontra essa situação, o mesmo entrevistado discorre sobre a necessidade de dar prioridade ao binômio campo-cidade "muito mais como uma importância estratégica do que [como] uma importância matemática." A própria participação dos rurais teria que ser vista sobre outra ótica: "porque quando dizemos que a participação é pelo número de sindicalizados, os rurais caem de 33% no Congresso de Minas Gerais [III CONCUT], para 10% no Congresso de São Paulo [IV CONCUT]. Só que a importância estratégica do campo na vida da CUT não é de 10%, é muito mais próxima a 33%."

O que se depreende desta entrevista é a preocupação com o destino do sindicalismo rural no interior da CUT, de resto tema predominante no conjunto dos depoimentos quando é abordada essa questão.

Um destacado dirigente da CUT observa que a razão de não se ter conseguido, até o momento, mais contato entre campo e cidade se deve, possivelmente, a "uma insuficiência de argumentos dos dirigentes sindicais urbanos, de mostrar na porta de fábrica lá da metalúrgica, do banco, do comércio, a necessidade de se ter uma luta conjunta pelo menos para a conquista da reforma agrária. Não é uma coisa fácil ainda de levar para a

porta da fábrica essa questão".

Outro entrevistado destaca que havia mais solidariedade quando alguém ia preso, "mas não existe uma ligação mais firme de solidariedade entre as categorias na cidade, quanto mais no campo... Eu acho que nós estamos muito distante, parece que o que há no campo não interessa aos trabalhadores da cidade (...) A gente precisa avançar muito, o companheiro do campo vem dar informes do que está acontecendo, **a gente escuta muito mais por obrigação**, não há uma integração efetiva no trabalho do campo e da cidade." (Grifos meus).

Segundo um sindicalista rural, a reforma agrária não tem conseguido sensibilizar os assalariados urbanos. Nesse aspecto, o tema da violência no campo tende a chamar muito mais a atenção e conseguido muito mais apoio junto ao conjunto da sociedade civil que a demanda por reforma agrária, que não tem conseguido mobilizar e/ou sensibilizar os setores urbanos, sejam os trabalhadores ou a opinião pública citadina, para esta reivindicação.

A grande questão é como compatibilizar as metas, as demandas etc. do sindicalismo rural, constituído por posseiros, meeiros, seringueiros, Movimento dos Sem-Terra, pequenos proprietários, assalariados agrícolas que possuem demandas específicas, com a atividade prática de um sindicalismo que está alicerçado, primordialmente, na problemática cotidiana dos trabalhadores urbanos. Em outras palavras, como se conseguirá, tanto no discurso quanto na prática, relacionar a defesa da "reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores", com aquela que representa a mais cara reivindicação do sindicalismo-CUT na área urbana, o contrato coletivo de trabalho, que é, por excelência, uma demanda central dos assalariados da cidade.[187]

---

187. Ver, por exemplo, o interessante artigo de Paulo de Tarso Venceslau que apareceu na Revista **Teoria & Debate**, São Paulo, n.6, ano II, abril/maio/junho 1989, pp. 63/64, sob o título "Sindicalismo rural: limpar o terreno". Neste artigo, o autor aponta os problemas relativos à relação cidade/campo no interior da CUT e, entre outros aspectos, diz: "A CUT, apesar das importantes alterações introduzidas na sua estrutura sindical após o III Congresso Nacional, ainda não respondeu aos desafios reais colocados pela complexa diversidade do meio social rural. À semelhança da estrutura corporativista, criou-se o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais que, apesar das secretarias constituídas por categoria (assalariados, pequenos

Se a primeira reivindicação - nos moldes em que tem sido proposta -, se choca diretamente com o direito de propriedade, a segunda é uma demanda contratualista, ou seja, se baseia na lógica do mercado, na correlação de forças em uma sociedade democrática.

Essa é uma dificuldade que não está resolvida no interior da Central Única dos Trabalhadores. É possível que, a médio prazo, seja necessária a opção pela separação com o setor rural: ou desmembrando a CUT em duas centrais, uma urbana e outra rural, ou tendo uma política - o que pareceria mais correto a longo prazo - de participação junto à CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), no sentido de transformá-la, de fato, numa central sindical dos trabalhadores rurais, representativa de todos os setores sindicais e políticos que atuam no campo.[188] Isto vem ocorrendo desde 1991, mesmo com resistências de algumas correntes políticas no interior do sindicalismo-CUT.

Foi realizado, em Goiânia, entre os dias 25 e 28 de março de 1993, o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, que contou com a presença de 263 delegados que discutiram a estrutura sindical no campo, o plano de lutas para os anos 90 e um projeto alternativo de desenvolvimento. A grande questão desse congresso foi o tema da

---

produtores, sem terra), ainda mantém o mesmo conceito de trabalhador rural para explicar o conjunto de categorias profissionais e classes sociais subalternas". E acrescenta o referido autor que termina por estruturar "dentro de um mesmo sindicato grupos sociais com interesses e demandas distintas e até conflitantes". De outra parte, Leôncio Martins Rodrigues, em análise que discute a heterogeneidade da composição social da CUT e, nesse aspecto, o papel também desempenhado pelos rurais, aponta duas hipóteses que considero fundamentais para entender alguns aspectos da dinâmica do sindicalismo-CUT. "Nossa hipótese, aqui, é de que, se todos os demais fatores forem iguais, **quanto maior a heterogeneidade grupal - em termos de escolaridade, renda, experiência profissional, trajetórias de vida, etc. -, maiores serão as divergências políticas e ideológicas internas**. Na CUT, a presença de trabalhadores rurais (na maior parte das vezes, pequenos proprietários), empregados das estatais e trabalhadores do setor privado implica um esforço, frequentemente artificial, de harmonização de reivindicações que têm coeficientes de motivação e força de mobilização diferentes para cada um desses três grandes grupos". E acrescenta, "**a demanda por terra apenas por via ideológica motiva os trabalhadores industriais e empregados do setor público. A defesa das estatais e dos funcionários públicos contra políticas de privatização e enxugamento da máquina estatal está longe de sensibilizar pequenos proprietários e operários da indústria privada**". (Grifos meus). Leôncio Martins Rodrigues, **CUT: os militantes e a ideologia**, São Paulo, Paz e Terra, 1990, pp. 81/82.

188. Ver sobre esta questão o estudo de Regina Reys Novaes, "Continuidades e rupturas no sindicalismo rural" *in* Armando Boito Jr. (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991, pp. 171/196.

estrutura sindical, em particular a relação com a CONTAG. "A pergunta presente em todas as intervenções era: a construção da estrutura organizativa da CUT no campo passa por dentro ou por fora da CONTAG? E as respostas foram desde a defesa apaixonada da construção por dentro "por que está viva a estrutura sindical vigente no campo", (...) até torpedos como este disparado por um dirigente de assalariados: "se a CUT chamar para dentro de si a estrutura sindical de Vargas estará chamando um câncer para dentro de si mesma". Entre um e outro pólo, muitas intervenções definiram a disputa de caráter tático para alcançar o objetivo da construção da estrutura cutista capaz de conduzir as lutas no campo."[189] Esta é uma discussão que ainda não está terminada no interior da CUT. De todo modo, essa questão é uma das marcas da ambigüidade da Central com relação ao sindicalismo rural.

Outros temas que mereceram a apreciação dos entrevistados foram: imposto sindical, taxa assistencial e a pluralidade sindical. A visão dominante com relação a esses pontos, com algumas nuanças, é a seguinte: a direção *cutista* é contra o imposto sindical - entre outros aspectos, vale ressaltar que o novo sindicalismo surge se contrapondo à velha estrutura sindical e, portanto, a essa contribuição compulsória que é o cordão umbilical de ligação do sindicato ao Estado; no entanto, quando se discute mais detidamente a questão, há setores que defendem o fim do imposto sindical a mais longo prazo (nos próximos cinco anos, por exemplo), pois, caso contrário, isso poderia levar ao fim de muitos sindicatos. Outros, são enfáticos na defesa do fim dessa taxa compulsória e há, ainda, aqueles que crêem que os sindicatos devem fazer **um bom aproveitamento desse dinheiro** que vem do desconto de um dia de trabalho de todos os assalariados - sejam ou não sócios dos seus respectivos sindicatos -, em contraposição ao **mau aproveitamento desses recursos** que seria feito pelos sindicalistas considerados "pelegos" ou "atrasados". Neste caso, é como se trabalhassem com duas lógicas distintas: a do bem e a do mal. Se forem os mocinhos a

189. Hamilton Pereira (Pedro Tierra), "CUT - As lutas do campo buscam uma estrutura de organização", **O Plantador**, n. 129, 1 a 15/4/93, reproduzido *in* **Quinzena**, CPV, n. 161, 15 de maio de 1993.

utilizarem essa receita espúria, não haveria problemas, pois os fins seriam nobres... Se, no entanto, os bandidos se apoderarem dessa vultosa soma em dinheiro, seria um desastre...

Diz um entrevistado, da **Articulação**, "eu defendo...Nós já praticamos. Não devolvemos o imposto sindical, aplicamos. Entrou dinheiro, nós compramos sub-sedes, capitalizamos o sindicato. Porque esse negócio de devolver 3,33% e na verdade você só devolve metade disso, porque a outra metade é da Federação e você não se apropria [dela]. Então, tem um valor simbólico, mas tem também um valor demagógico. Porque se você pega isso e compra sub-sede, rotativa, carro de som, começa a dar um pau tão grande no patrão que ele fala: como é que é..." Esse mesmo depoente, quando perguntado se era favorável à manutenção da contribuição sindical responde, "tem que ter por princípio. Nós temos imposto sindical, contribuição assistencial, temos a mensalidade que é 1%, temos aplicação financeira e temos outra fonte de renda."[190]

Outro depoimento, que defende o fim "gradativo" do imposto sindical discorre sobre uma questão que poderá levar a uma revisão da estratégia da CUT com relação à devolução desta taxa, bem como à própria defesa do seu fim. "Aí tem um grande problema, que eu acho que é um problema político acima das discussões que a gente tem, de acabar ou não [com o imposto sindical], alguns sindicatos que não devolvem, como a Força Sindical, vamos citar aqui claramente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que não devolve o imposto sindical e que cobra uma taxa assistencial acima de 10%, fica com muito dinheiro para enfrentar a situação (*sic*) da CUT que devolve o seu dinheiro, portanto, os sindicatos da CUT ficam débeis financeiramente, para enfrentar uma política de estruturação para manter os seus quadros, para manter alguns trabalhadores demitidos ou até enfrentamento de alguns sindicatos, o que está fazendo a gente rever essa política." Por outro lado, esse mesmo depoente, quando analisa a questão da taxa assistencial, fala da necessidade de se pensar uma forma de manutenção das campanhas salariais e isso só seria

190. A referência aqui se relaciona aos trabalhos comerciais que o sindicato, onde esse entrevistado atua, realiza para terceiros. Por exemplo, confecção de jornais, boletins etc.

possível com os recursos vindos do desconto da taxa assistencial. No entanto, em 1991, o seu sindicato discutiu com a categoria e resolveu, além de devolver o imposto sindical, não cobrar a taxa assistencial. "Discutimos com os trabalhadores, com as comissões de fábrica e nessa discussão você vê que nesse momento está muito arrochado o salário dos trabalhadores, o sindicato ainda está tendo fôlego, então não vamos descontar a taxa assistencial." Isso mostra a grande sensibilidade da direção desse sindicato na relação com o operariado de sua base. Diferentemente do primeiro entrevistado que discorreu sobre esta questão, este lembra que "deveria ser assim com todos os sindicatos. Primeiro, sindicato não tem que ter dinheiro para ficar investindo no *over* ou investindo dinheiro em ouro ou na poupança, qualquer coisa, o dinheiro do sindicato tem que ser investido na organização dos trabalhadores".

Um terceiro entrevistado tem uma visão mais crítica da questão do imposto sindical: "a atitude nossa deveria ser de devolver esse dinheiro e dizer às empresas para não mais descontarem esse imposto fazendo disso uma campanha nacional." Termina, no entanto, sua entrevista constatando que "infelizmente, nós não fizemos isso, os sindicatos [que tomaram essa atitude], foram minoria na CUT." Outra liderança lembra, "é uma decisão da CUT, a CUT tem uma deliberação nesse sentido de que haja uma devolução em todos os seus sindicatos, do imposto sindical. Acontece que isso ainda não foi viabilizado", porque "a relação dos sindicatos com a CUT é uma relação que tem dificuldades, e que expressam as dificuldades do nosso projeto." A demais, este membro da direção da CUT vislumbra uma outra ordem de problema: "as dificuldades que a gente tem ainda de gestão dos nossos sindicatos adequada ao que é o nosso projeto sindical. Nossos sindicatos ainda não funcionaram num processo efetivo de sindicalização, de organização por local de trabalho, que [possam] garantir as bases de auto-sustentação, e dos recursos necessários para a ação sindical, e de terminar com o assistencialismo."

Em outras palavras, mesmo do ponto de vista da concepção mais geral, há dificuldades de apontar um caminho para enfrentar problemas como imposto sindical e taxa

assistencial. Se pensarmos o cotidiano dos sindicatos, ou a prática do sindicalismo-CUT, observaremos que as discrepâncias são, ainda, maiores.

Sobre o tema do pluralismo sindical, a característica dominante se relaciona com o tema da liberdade sindical. Praticamente todos os entrevistados, de uma forma ou de outra, procuram estabelecer a relação entre o princípio plural e a expectativa que têm da necessidade de lutar pela unidade dos trabalhadores. Os setores que destoam desse ponto de vista são muito pequenos. De outro lado, fazem questão de frisar que almejam a unidade que não seja imposta por lei, ou seja, que decorra da livre escolha dos próprios trabalhadores no usufruto de sua liberdade.

Perguntados sobre a estratégia sindical da CUT com relação às mudanças ocorridas após a Constituição de 88 que, entre outros aspectos, eliminou a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, mas deixou-os com o monopólio da representação e de participação nas negociações coletivas e sobre os aspectos contraditórios desse texto que até hoje não foi regulamentado, criando um vazio jurídico, o que abriu a possibilidade de ser utilizado pelo movimento sindical, na maioria das entrevistas aparece a idéia que **a CUT não teve uma estratégia sindical clara para essa situação.** Para alguns, isso ocorreu devido a um certo legalismo e forte acento corporativista. "A compreensão [para] os trabalhadores de que o sindicato é uma região geográfica, isso é muito forte no nosso meio, é uma opinião dominante". E continua esse entrevistado, "nós não tivemos nenhuma estratégia sindical para desenvolver uma política sindical, ostensiva (nossa) nesse pós-Constituinte, acho que a única iniciativa que tivemos foi o fato da CUT, no dia 6 de outubro de 1988, ter [se] registrado no cartório, Ministério do Trabalho, como Central Sindical. A partir daí, nós não demos consequência [a] isso, porque, de fato, nós deveríamos ter tido uma estratégia sindical que combinasse aquele momento (...), que nós pudéssemos ampliar as bases de alguns sindicatos ou fundir os sindicatos pequenos em sindicatos regionais, criar sindicatos na base onde os sindicatos foram tomados pela direita e onde o processo de disputa de chapas de oposição é praticamente impossível..." Outro entrevistado reconhece a inexistência de clareza, por parte

da CUT, sobre o tema do pluralismo e diz, "se você perguntar qual o principal desafio da CUT, eu acho que é esse, é definir que projeto de organização sindical nós queremos, e aí que pluralidade nós queremos (...) Tem que ter organização unitária de base, no local de trabalho, independente das visões sindicais que desfrutam esse espaço unitário. Mas **nós não temos uma política definida disso na CUT. Não temos uma proposta**..." Ainda sobre a questão do pluralismo e a unidade dos trabalhadores, este depoente acredita que se deva buscar a unidade na base - no local de trabalho -, "independente da opção que faz de central sindical, ou mesmo de concepção sindical. Acho que isso garante uma atuação única dos trabalhadores a nível do local de trabalho, e os trabalhadores vão decidir democraticamente se 30, 40, 50, 60, 70% dos trabalhadores optam mais por essa ou por aquela visão sindical. Acho que isso é uma concepção também que a democracia tem que começar lá no local de trabalho." (Grifos meus).

Uma síntese dessa temática aparece no discurso de um dirigente da **Articulação**: "eu fui uma das primeiras pessoas da CUT a assumir publicamente, defender o pluralismo. Ser benéfico ou não, eu acho inevitável. Porque o que me trouxe para o movimento sindical não foi uma preocupação dogmática de luta de classe. O que me trouxe para o movimento sindical foi uma discussão sobre **defender a democracia como princípio e não como conveniência** (...) Se trabalharmos a democracia do ponto de vista do direito de liberdade sindical você não pode proibir que a direita monte o seu sindicato. Digo nós temos o nosso sindicato. Por que a direita não pode montar o seu? Porque a CUT no seu estatuto se define como de classe. Se ela é de classe a pessoa que é operária, mas é de direita, que defende o patrão não quer entrar na CUT, quer entrar num sindicato que defenda o patrão e não que defenda como prioridade a classe. E ela tem todo o direito de montar o seu sindicato de patrão. Se formos competentes ela nunca passará de 10% de representação, nós seremos 80%." (Grifos meus).

Essa visão é extremamente democrática, levando o ideário da democracia às últimas conseqüências. É expressão de uma certa **radicalidade democrática** que permeia o

conjunto do padrão de ação sindical *cutista* e que, em alguns dirigentes da Central, se expressa de forma nítida, como neste caso que acabamos de observar. Questionado sobre a razão pela qual a CUT não empreendeu uma luta mais decidida pela liberdade sindical na Constituinte, esse mesmo sindicalista responde que houve pressão junto aos gabinetes e lideranças políticas. "Mas quem defendeu contra? O PC, PC do B e a direita". Outro depoente afirma, "eu não tenho medo da pluralidade sindical, mesmo porque não tenho medo da democracia."

Outra entrevista sistematiza a questão da pluralidade da seguinte forma:"pluralidade, de um modo geral, *a priori*, é uma condição de liberdade, sem a garantia de que é possível haver a pluralidade você não pode garantir a liberdade, porque você já tem uma restrição da liberdade. Agora a pluralidade deve ser colocada como uma possibilidade, não como uma meta. Quer dizer, o objetivo do movimento sindical não deve ser pluralidade, o objetivo do movimento sindical deve ser a unidade" e, continuando, esse entrevistado discorre sobre a relação entre pluralidade/unidade e o surgimento da Central. "A CUT surgiu como uma hipótese de central única dos trabalhadores. Esse nome única, vinha de um processo que envolvia quem tem esse tipo de pensamento que estou falando, que encara a pluralidade como uma possibilidade democrática com aqueles outros que queriam impor a unicidade e isso casou e daí o nome de Central Única foi um nome consensual. Hoje, se nós fossemos criar a CUT, certamente nós não chamaríamos mais de Central Única, talvez nós a chamássemos de Central Únitária dos Trabalhadores que isso reflete melhor o tipo de concepção que a CUT leva na prática."

Acreditamos que esses depoimentos matizam, de maneira significativa, a concepção da direção da Central Única dos Trabalhadores sobre a questão do pluralismo. Como analisamos anteriormente, há uma posição em defesa da pluralidade, como uma forma de expressão da liberdade sindical e, ao mesmo tempo, uma tentativa de organização unitária dos trabalhadores que, em última instância, não é contraditória.

No entanto, ainda que seja este o discurso *cutista*, é necessário levar em

conta, quando observamos a prática dos sindicatos filiados à Central, que esse fenômeno é tratado de outra maneira. Nesse sentido, as palavras de um entrevistado da corrente sindical **Cut pela base** talvez expresse melhor qual é, hoje, o papel desempenhado pela ação sindical da CUT ante a estrutura sindical: "não sou a favor de destruir tudo que existe no sindicato e construir tudo de novo. Eu era favorável há um tempo atrás, na época do atrelamento, até 78, eu era inteiramente a favor, achava que era melhor começar tudo. Se tivéssemos esse poder de explodir, começar de novo... Hoje não, eu acho que há um acúmulo de experiências, de conquistas a nível organizativo também, não que tudo é lixo..., tem o patrimônio. Tem o entulho ainda do corporativismo, muita coisa, [mas]..." Esse depoimento é exemplar do atual padrão da ação sindical da Central Única dos Trabalhadores. De uma concepção bastante radical, do ponto de vista crítico e, em parte, também prática da atitude sindical a partir do movimento grevista iniciado em 1978, período em que no centro do discurso do novo sindicalismo estava presente a crítica contundente à estrutura sindical vigente, ocorreu um deslocamento - tanto do discurso quanto da prática - que aos poucos levou a Central a ter um **comportamento pragmático** com relação à estrutura sindical. Em outras palavras, a concepção do sindicalismo-CUT, se em um primeiro momento buscava superar essa questão pela via **revolucionária** - para usar uma expressão cara ao marxismo-, diante da realidade dos fatos que falou mais alto que um certo "voluntarismo" inicial, passou a optar por uma solução desse problema de tipo **reformista**, ou seja, **adaptando-se** à estrutura e tentando transformá-la a partir de dentro. Por isso, a entrevista acima é, na verdade, exemplar dessa nova postura que veio se desenvolvendo durante os anos 80 e que atualmente é dominante no interior da Central Única dos Trabalhadores, principalmente por vir de uma tendência representativa da esquerda socialista. A inclusão, a partir do IV CONCUT, da Corrente Sindical Classista e da Unidade Sindical apenas reforça essa tendência, que nada mais é que **uma tendência de acomodação no interior de uma estrutura sindical reformada.**[191]

191. Para a discussão dessa questão, ver Armando Boito Júnior, *op. cit.*, e Leôncio Martins Rodrigues, "O

No que diz respeito à negociação coletiva, os entrevistados são uníssonos em dizer que a negociação direta ajuda os sindicatos ante ao patronato. Por outro lado, quando perguntados sobre a instituição do contrato coletivo[192] como instrumento de consolidação de direitos, também vêem esse instituto de forma bastante positiva . No entanto, quando se questiona, no primeiro item (negociação coletiva), se deve haver algum tipo de regulamentação ou se simplesmente se deve deixar para ser regulado pela correlação de forças é que surgem visões diferenciadas. Se uma parte acredita que esta questão deve ficar para ser decidida pela correlação de forças, outros têm uma visão mais moderada desse problema e crêem ser necessário uma regulamentação mínima, pois dificilmente se conseguiria sair, de uma hora para outra, de uma situação como a atual - onde toda essa atividade é amplamente regulamentada -, para um patamar onde a desregulamentação fosse total. Como diz um dirigente sindical, "nós temos uma realidade atual, onde tudo é regulamentado por lei e a maior parte das questões que dizem respeito à relação capital/trabalho são remetidas para o Parlamento, se não forem para o Parlamento vão para

---

poder sindical na nova Constituição", *in* **RH EDIÇÃO ESPECIAL**, São Paulo, outubro de 1988.

192. Em entrevista ao Jornal **O Estado de São Paulo,** caderno Economia, de 9 de outubro de 1992, p. 6, o, então, novo Ministro do Trabalho Walter Barelli expõe como meta fundamental de sua gestão à frente do Ministério "ir ao encontro da modernidade" e, nesse sentido, eliminar o corporativismo das relações capital/trabalho e dar ampla liberdade de organização sindical. Diz Barelli, "não quero qualquer solução imposta. Acho que é preciso mais liberdade sindical, pois não existe democracia dentro das empresas. No Brasil temos um contrato individual de trabalho que trata igualmente os desiguais. Veja, por exemplo, uma empresa multinacional. O forte nessa relação de contrato é sempre o empregador. Com o contrato coletivo o trabalhador passa a ser mais representado pela organização sindical. O contrato individual é autoritário, enquanto o coletivo define mais claramente os direitos e deveres, é um contrato mais amplo". Já com relação à extinção do imposto sindical, afirma o novo ministro que "os sindicatos devem examinar de que prazo precisam para acabar com o imposto sindical, mas temos que abdicar de todas as estruturas do corporativismo, inclusive adotando, com a revisão constitucional, a convenção 87 da OIT, para que haja uma legislação que aceite o pluralismo sindical". Certamente, essas posições do Ministro do Trabalho encontrarão muitas resistências, tanto de setores sindicais - especialmente aqueles vinculados às **CGTs** -, quanto de setores empresariais. Com relação a estes, já se observam indícios dessas resistências às mudanças propostas. De acordo com os jornais **Estado de São Paulo** e **Folha de São Paulo**, ambos de 16/10/92, Barelli lançou a idéia de implementação do contrato coletivo de trabalho em uma reunião com empresários da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e não teve uma boa acolhida entre estes. De todo modo, é importante ressaltar que esta é uma posição extremamente **modernizadora**, no que diz respeito às relações de trabalho e, se implementada, trará transformações no panorama trabalhista em nosso país. Por outro lado, é importante salientar que, com todas as nuanças que aparecem nas entrevistas da direção da CUT, essas propostas, ora defendidas por Barelli, fazem parte das **demandas históricas** do novo sindicalismo e que nascem junto com esse novo padrão de ação sindical inaugurado pelo movimento dos trabalhadores a partir de 1978.

o Judiciário, que tem um judiciário especializado chamado Justiça do Trabalho com seu poder normativo. Então, é essa situação que nós estamos procurando superar. Dificilmente você passa de uma situação dessa para outra situação em que não haja nenhuma regulamentação e que a correlação de forças seria determinante. Seria útópico, não seria racional a gente pensar que a coisa vai acontecer dessa forma."

Partindo desse mesmo ponto de vista, com relação à Justiça do Trabalho é lembrado que o mais importante não é, pura e simplesmente, acabar com ela, mas retirar o poder normativo que a mesma possui. Evidentemente, como já apontamos acima, há uma outra concepção mais radical que vai na direção de buscar se apoiar, fundamentalmente, na correlação de forças. seja no que tange à negociação coletiva, seja no que diz respeito à própria justiça do trabalho; e esta visão é predominante no interior do sindicalismo-CUT. Nas palavras de um entrevistado, "a negociação direta ajuda porque vai estar baseada na necessidade da profunda organização de base e na questão da correlação de forças. O mais forte vai vencer. E o mais forte sindicalmente só vai vencer se tiver uma profunda organização de base para dar respaldo a qualquer negociação." Outro entrevistado diz que "sem negociação direta não há como fortalecer a liberdade e autonomia sindical, e o real poder dos trabalhadores, porque é exatamente isso, a negociação direta se funda no princípio do poder real, da correlação de forças real que existe numa dada conjuntura, entre interesses antagônicos, interesses diversos..."

Quando se discute a questão da negociação direta a partir da correlação de força, algumas lideranças de sindicatos importantes colocam outro tipo de preocupação, como a expressa nesta entrevista por um membro da **Articulação**: "a correlação de força é enganosa no Brasil, por exemplo, o meu sindicato tem correlação de força, o sindicato de Campinas, o sindicato de Santo André, têm alguns sindicatos fortes: o sindicato dos bancários tem correlação de força. E os outros sindicatos que não têm?" É dentro dessa premissa que aparece a idéia de uma regulamentação branda, defendida por outro integrante da corrente sindical **Articulação**, ou seja, "tem que ter alguma lei mínima. Que tipo de lei

mínima? Para você ter negociação direta tem que ter a comissão de empresa com o poder de fiscalização. E, além de ter a comissão de empresa você tem que ter uma coisa também que é o substituto processual."[193]

Um dos aspectos ressaltados na crítica à Justiça do Trabalho e sobre a possibilidade de sua supressão se relaciona com os advogados. Há uma opinião, de parte daqueles dirigentes dos sindicatos mais importantes da CUT, como metalúrgicos de São Bernardo e os bancários de São Paulo, bastante negativa do papel desempenhado pelos advogados no cotidiano jurídico do sindicato. Diz um entrevistado, membro da **Articulação**, "nós somos contra esse cartel de advogados que existe no Brasil. Aqui no Brasil, qualquer coisa que acontece, qualquer problema, uma greve de qualquer empresa, se chega em mesa redonda; mesa redonda é justamente para arrancar dinheiro para advogado ou para juízes e depois leva-se num julgamento. A CUT é contra [e quer] o fim da intervenção do judiciário nas negociações."

Outro entrevistado, da mesma corrente sindical, parte de uma concepção ainda mais contundente com relação à Justiça do Trabalho e aos advogados que exercem suas atividades no movimento sindical: "o pior inimigo da classe trabalhadora, hoje, não é o imposto sindical, é a Justiça do Trabalho. O elemento mais nocivo ao movimento sindical brasileiro é a Justiça do Trabalho. E a maior força de resistência [à mudança da] Justiça do Trabalho não é do patrão. Por incrível que pareça, sabe de quem é? É dos advogados. Inclusive dos advogados da CUT e do PT (...) Acima de tudo o pessoal tem uma visão corporativa, de advogado, e uma visão de querer ficar rico, que até é normal, todo mundo quer viver bem. [Mas], eles colocam os interesses pessoais acima dos interesses coletivos." Como podemos observar, é uma concepção radicalmente crítica. seja da Justiça do Trabalho, seja dos advogados, e esse entrevistado finaliza dizendo que a Justiça do Trabalho deveria acabar e se criar um outro tipo de direito público do trabalho que, segundo ele,

193. A substituição processual é um mecanismo através do qual o sindicato pode substituir seus filiados em demandas de ações coletivas junto à Justiça do Trabalho.

reduziria em 5% o papel que hoje é desempenhado pela Justiça do Trabalho.

Um aspecto onde existe um certo consenso é com relação à arbitragem. Para uns, esse instituto funcionaria desde que houvesse uma mudança do papel da Justiça do Trabalho. Isto é, se esta perdesse o seu poder normativo. No entanto, existem alguns que mesmo concordando com a importância dessa forma de mediação do conflito de interesse são pessimistas quanto à sua implementação: "e é por isso que eu não vejo que é uma coisa que vai se implantar, generalizar no Brasil, até o fim desse século. Eu estou trabalhando para isso, mas eu não vejo até o fim do século, até a chegada do ano 2.000 nós já estarmos nisso." Por outro lado, há aqueles que apontam problemas como a falta de tradição dessa mediação entre nós, mas ressaltam que "é um instrumento muito mais democrático, muito mais transparente e os vícios da interferência do Estado não estão colocados na arbitragem. Acho que nós temos que tentar..." Enfim, é dominante a crença que a arbitragem é algo positivo para a relação capital/trabalho; a dificuldade é como implementá-la em um país onde a cultura autoritária e o paternalismo estatal governaram, desde 1930, as relações de trabalho.

Também foi perguntado, às lideranças da CUT, como os sindicatos devem enfrentar a questão dos desempregados e daqueles trabalhadores que estão na economia informal. Há, neste caso, também consenso: todos crêem ser importante a Central ter uma política dirigida aos desempregados e àqueles que estão na economia informal, porém, alguns reconhecem ser "difícil, [pois], não faz parte de nossa tradição (...) A tradição do movimento sindical no Brasil, nesse aspecto, é também corporativista, no sentido do corpo de empregados da ativa. Os próprios trabalhadores inativos, aposentados, já têm o mesmo estatuto, o que dirá os desempregados, os desempregados são considerados como não pertencentes à categoria (...) O cara, depois de três meses, dizia o estatuto do sindicato, não é mais sócio, automaticamente está excluído."

Outro estrevistado afirma que "esse é o segundo maior problema da CUT. Os dois grandes problemas da CUT são os trabalhadores rurais e os desempregados e [aqueles

que têm] relações com a economia informal." De outra parte, existe uma preocupação muito grande com os aposentados, no sentido de ter uma política de incorporação das demandas desse setor no interior da CUT.

Alguns depoimentos chamam a atenção para o fato que essa luta em prol dos desempregados é também uma luta "por uma política industrial, por uma política de renda, por uma política agrária, por uma política salarial [e pelo] salário-desemprego."

Mesmo existindo um consenso na preocupação dos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores no que concerne à arbitragem e aos desempregados e trabalhadores da economia informal, podemos observar a inexistência de uma política clara com relação a esses temas. No que diz respeito ao primeiro aspecto, isso é irrelevante pois essa questão não se transformou em realidade entre nós e, todos aceitam-na como um passo importante na mediação do conflito capital/trabalho. Já o segundo aspecto exprime a dificuldade da CUT de implementar uma política que vá ao encontro de quase metade da população economicamente ativa. Só na cidade de São Paulo, atualmente, são cerca de um milhão e trezentos mil desempregados e, se somamos o contingente de desempregados no país com aqueles que estão no trabalho informal teremos cerca de 50% da força de trabalho.[194]

O significado da greve para os assalariados e sua consecução nas atividades consideradas essenciais foi outro tema tratado pela direção da CUT. Todos reconhecem a importância desse recurso como fundamental para os trabalhadores. "A greve continua sendo o principal instrumento de pressão que tem a classe trabalhadora."

E, no tocante às paralisações nos setores considerados essenciais, se uma pequena parte reconhece que não existem setores essenciais, ou seja, relativizam tanto a definição do que seja essencial que, no limite, praticamente não há espaço para a

194. Segundo dados do IBGE, a economia informal é responsável pelo trabalho de aproximadamente 14 milhões de pessoas (13,94 milhões), o que representa mais de 22% da população economicamente ativa que é de 62,1 milhões. Esta pesquisa foi realizada em 1989 e 1990. Os trabalhadores que possuem carteira assinada representam 38,1%, ou seja, 23,63 milhões de pessoas. **O Estado de São Paulo**, 13/11/1992, p. 8.

caracterização dessa questão, e defendem o direito irrestrito dos trabalhadores paralisarem suas atividades, qualquer que seja o *locus* desse movimento, a grande maioria pondera, a exemplo de outros países, que a Central e/ou sindicalismo deve ter um código de **auto-regulamentação** para a greve nos setores essenciais.

De outra parte, é predominante a visão de que não haja ingerência do Estado nessa normatização, e que seja definida tão-somente pelos organismos trabalhistas. Em outras palavras, essa questão não deve estar inscrita, regulamentada por lei.

Como expressão dessa primeira posição temos, por exemplo, o depoimento de um representante da **Articulação**. Para este, "a própria categoria deve discutir o que é ou não essencial. Por exemplo, quando a própria Justiça do Trabalho e a sociedade tentam passar isso para os trabalhadores, que a Petrobrás é serviço essencial nós achamos que não. A gasolina não é essencial. Essencial para quem? Para locomover automóvel, se existe transporte coletivo no país inteiro? Vamos considerar o gás. O gás é essencial até que ponto, quando sabemos que a maioria da população tem botijão de gás que dura 20, 30 ou 60 dias e quando se coloca que vai haver greve dos petroleiros o pessoal já estoca na sua casa... Então, nem o gás seria essencial. O diesel nós achamos que poderia ser essencial na questão do hospital, do funcionamento do restaurante de um hospital. Agora, nem para transporte coletivo nós achamos que ele seja essencial..." Essa mesma liderança é de opinião que a auto-regulamentação, ainda que feita pela CUT pode trazer problemas, pois, segundo esse sindicalista, de acordo com a conjuntura, algo que seja essencial deixaria de sê-lo no momento seguinte: "concordaria se fosse uma forma mínima, mas não dá para botar regra geral porque a conjuntura do momento vai determinar o que seja ou o que não seja, dependendo do que tiver acontecendo."

Por outro lado, como dissemos acima, a grande maioria tende a apoiar a criação de normas, pelo sindicalismo, que privilegiasse os setores essenciais. Diz um entrevistado, "essa é uma discussão que já é feita de uma maneira tranquila pelos trabalhadores, porque os trabalhadores são responsáveis, eles têm plena consciência do seu

papel na sociedade e sabem que um dos elementos fundamentais para se obter sucesso e êxito numa greve é o apoio da própria opinião pública. Então, aqueles setores que estão diretamente ligados à população, setor de serviços, como é o caso da minha categoria ou, então, no caso de setores que trabalham com a saúde, eu acho que nenhum médico quando vai à greve deixa de trabalhar nos casos de emergência." Esse líder sindical, membro da **Convergência Socialista**, afirma também que, por vezes, pode ocorrer algum acidente, fatalidades que acontecem até em período normal sem paralisação e, em momentos de greve, são explorados pela mídia como forma de jogar os trabalhadores contra a opinião pública. Ainda, segundo este depoente, a questão da greve nos serviços essenciais "não pode ser regulamentada por lei" e deveria ficar sob "responsabilidade dos trabalhadores, que têm responsabilidade suficiente para poder saber aquilo que tem que funcionar e aquilo que pode deixar de funcionar."

Outro depoimento de um membro da **Articulação** critica algumas greves que ocorreram no setor de transportes. Neste caso, a preocupação primordial é não paralisar a atividade sem discutir com a população trabalhadora, mais diretamente afetada, a principal usuária do transporte coletivo. "Discordo radicalmente de algumas greves que têm acontecido. Por exemplo, leva todo mundo de manhã para a fábrica aí faz uma assembléia no meio-dia com a categoria e no final da tarde deixa todo mundo procurando como ir para casa. Uma greve pode existir, ela deve existir, mas eu acho que deve ter um outro relacionamento com os usuários." A maioria das entrevistas traz a marca dessa preocupação com os usuários dos serviços essenciais. É o que, mantendo a tendência dominante entre a liderança *cutista*, expressa um sindicalista da corrente **Articulação**. Para este, os sindicatos devem dar prioridade a "uma aliança nesses setores com os usuários, com a sociedade civil organizada... **Essa é uma dimensão da ruptura do corporativismo que é, muitas vezes, pouco valorizada".** (Grifos meus)

No tocante à questão das greves nos serviços essenciais, as opinião emitidas são, em larga medida, as linhas gerais da concepção dominante no interior do sindicalismo-CUT.

3.2. A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO POR LOCAL DE TRABALHO

O tema da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho é um aspecto extremamente significativo para a Central Única dos Trabalhadores. Considerado uma prioridade para o ano de 1992, essa forma de organização autônoma dos trabalhadores, no entanto, não tem sido contemplada com o destaque que deveria ter para o sindicalismo que surgiu pós-78.

O conjunto das entrevistas dos dirigentes da CUT aponta para a necessidade de implementar, o mais rápido possível, essa forma organizativa nos ambientes de trabalho, ao mesmo tempo que mostra a sua importância para o sindicalismo. Um entrevistado, da **Articulação**, por exemplo, diz que "o movimento sindical não subsiste se não se organizar no local de trabalho." Perguntado sobre a diferença entre um sindicalismo de porta de fábrica e de um sindicalismo organizado por local de trabalho, esse mesmo dirigente argumenta: "está cada vez mais difícil você, em dois minutos na porta de fábrica, organizar os trabalhadores. Eu acho que na verdade, em dois minutos na porta de fábrica, naquela falação, mesmo que você vá cinco vezes por semana, eu acho que você não organiza ninguém. Você pode ali convencer da necessidade de fazer uma greve, tudo bem. Mas a organização mesmo do trabalhador, politização do trabalhador, preparação do trabalhador, ela vai se dar a partir da organização por local de trabalho." O depoimento desse dirigente da Central Única dos Trabalhadores, de certa maneira, dá a medida do conjunto das entrevistas no que diz respeito à importância das várias formas sob as quais se reveste a organização por local de trabalho, seja a comissão de fábrica, a comissão sindical de base, o delegado sindical, a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) etc.

Aparece claramente a idéia de que a fase do sindicalismo de porta de fábrica já passou e que em decorrência da atual etapa do movimento sindical em nosso país é fundamental que se incremente a criação de comissões de empresa. Uma das principais bandeiras da CUT, o contrato coletivo de trabalho, para ser levado adiante necessitaria de uma forte organização de base nas empresas como forma de obter eficácia prática. Essa questão surge em várias entrevistas.

De outra parte, com as mudanças nas formas de gestão do trabalho, com o advento de novas tecnologias etc., torna-se imperativo a conquista das comissões de empresa no interior dos estabelecimentos de produção.

Alguns entrevistados mostram, com bastante propriedade, que o patamar alcançado pelo sindicalismo de porta de fábrica chegou à exaustão. Por outro lado, demonstram que esse tipo de sindicalismo ainda é uma prática generalizada no interior do movimento sindical - com as exceções conhecidas -, graças ao "ranço" de nossa estrutura sindical e, especificamente, de uma certa cultura política que ainda subsiste no sindicalismo brasileiro que leva "o dirigente sindical a não precisar se referenciar na sua base para ser dirigente sindical." Diz ainda o entrevistado, filiado à corrente sindical **Cut pela base**: "você imagina, isto depois de 50 anos virou uma cultura mesmo. O dirigente sindical não precisa, para ele ter recursos, não precisa filiar. Para ele fazer um acordo salarial com os patrões não precisa fazer greve, não precisa fazer nada. E a esquerda ao invés de fazer frente historicamente [disputando] com esta concepção, ela incorpora muito [dessa visão de fazer sindicalismo]."

Em resumo, o que os depoimentos dos dirigentes da CUT ressaltam é que não basta fazer agitação e propaganda, mas que é necessário a organização em cada local de trabalho. Os sindicatos *cutistas* não avançaram muito nessa questão. "Nós ainda fazemos 80%, 90% sindicalismo de porta de empresa. E este desafio está claro desde o II CONCUT. Explícito a partir do III CONCUT, a necessidade era tipo palavra de ordem (...) Mas não avançamos na construção. Eu acho que existe acomodamento do sindicato na porta da

fábrica. Portanto, um acomodamento à estrutura sindical vigente no país."

Com relação à questão da interferência que porventura exista na vida dos sindicatos com a organização por local de trabalho, os entrevistados, em geral, reconhecem que interfere e muito. Só que essa relação é positiva e, em grande medida, vêem como algo que funciona como complementação ao sindicato. Por outro lado, também reconhecem que há uma relação não de conflito mas de complementaridade entre a comissão sindical de base - se pensamos uma comissão apenas com trabalhadores sindicalizados - e a comissão fábrica ou de empresa com trabalhadores de um determinado estabelecimento fabril, banco, escola, escritório etc., onde participe sindicalizados e não sindicalizados. Alguns entrevistados reconhecem que, nesses casos, seria conveniente que o sindicato tivesse uma relação política, de confiança com a comissão de empresa, que funcionaria como um organismo unitário e procurasse com sua prática no interior dessa organização por local de trabalho, levar seus pontos de vista, sua visão sobre os problemas sindicais, fabris etc.

O presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, que é também membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores, argumenta[195] que a comissão sindical de base não substitui a comissão de empresa. "Não substitui não. A comissão de fábrica é composta por associados e não associados e representa os interesses dos trabalhadores no cotidiano. No nosso entender a comissão sindical de base é a implantação do sindicato dentro da fábrica. É uma comissão composta por trabalhadores sindicalizados, que vai levar a política definida nos congressos sindicais. Então é possível que você tenha uma comissão sindical de base, uma comissão de fábrica, uma comissão sindical de base da CUT, e pode ter comissão de sindicalistas de outra central. Isso tudo é possível num mesmo local de trabalho." Essa concepção é significativa porque é desenvolvida pela direção de um dos poucos sindicatos onde a prática de organização de comissões de empresa nos locais de trabalho se manteve

195. Entrevista concedida a Alvaro Comin, *in* **Novos Estudos Ceprab**, n. 33, São Paulo, julho de 1992, p. 144.

estável desde o início da década passada. Quando indagado se a comissão de fábrica deveria se subordinar ao sindicato, Vicentinho responde: "não. Comissão de fábrica não. Comissão de base sim. **Comissão de fábrica não deve porque ela é autônoma**." (Grifos meus) Mais uma vez, a questão é colocada de maneira clara e direta e expressa uma concepção extremamente democrática da relação, por vezes difícil, entre sindicatos e comissões de empresa. Em certa maneira, como já dissemos anteriormente, essa opinião está alicerçada em toda uma experiência de implantação de comissões de empresa na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que vem do início dos anos 80, especialmente a partir de julho de 1981, quando foi conquistada a comissão de fábrica dos trabalhadores da Ford, depois de uma greve que durou 11 dias pela readmissão de mais de 400 empregados que haviam sido demitidos desta montadora.

Em resumo, esse depoimento expressa a sensibilidade de uma liderança sindical - não nos referimos apenas ao depoente, mas à tradição do sindicalismo de São Bernardo - que não teme a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho.[196]

A maior parte dos depoimentos que discute esse problema coincide com a visão acima. No entanto, há alguns dirigentes - em número bastante reduzido - que defendem a necessidade das comissões de empresa serem apenas uma extensão do sindicato. De um lado, isso se deve, aparentemente, a uma postura **burocrática** diante da atividade sindical e, de outro, a uma certa **confusão** sobre a relação entre comissão sindical de base e comissão de fábrica ou comissão de empresa.

Nesse sentido, a entrevista do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo contribui bastante para esclarecer um aspecto que às vezes fica obscurecido no discurso dos sindicalistas.

Mas, como analisamos anteriormente, a grande maioria dos depoimentos vêem com bons olhos essa relação entre comissão e sindicato. É evidente que esta discussão ainda não foi esgotada, apenas está sendo retomada a partir de uma dada correlação de

196. Para uma discussão mais detalhada desse tema, ver Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

forças do movimento sindical, atualmente, no Brasil. Isto porque, diferentemente do início da explosão grevista de 78, hoje os sindicatos têm uma força razoável no cenário nacional e têm uma central sindical (a CUT), além das outras centrais que, de certa maneira, demonstra o crescimento do sindicalismo entre nós e o novo horizonte que se coloca para as lutas da classe trabalhadora em nosso país. Nas palavras de um depoente, da corrente **Articulação**, que expressa muito bem essa questão: "eu acho que a comissão de fábrica vai adquirir uma certa condição que o próprio sindicato não tem. Principalmente um sindicato onde tenha duas mil fábricas, três mil fábricas. O sindicato não vai estar presente no dia-a-dia, ele não sabe nada sobre segurança, higiene do trabalho, ou sobre alimentação, ou sobre a saúde, e acho que a comissão de fábrica pode exercer esse papel. Agora, com relação a salário e condições gerais da categoria, não seria o papel da comissão."

À medida que avança essa discussão no interior da central e, a partir da experiência das comissões de empresa que surgiram e/ou perduraram pós-78, o movimento sindical *cutista* vai encontrar o caminho por onde deve caminhar a prática sindical enraizada nos locais de trabalho.

Há, porém, entrevistas que colocam a possibilidade da comissão exercer funções que são tradicionalmente atribuições do sindicato, mas com uma certa hierarquização. Esse também é um caminho para onde aponta essa discussão. Uma liderança sindical formula de maneira bastante interessante essa relação: "então, nós estabelecemos um processo de hierarquia em que os poderes de contratação que estabelecem patamares básicos vão de cima para baixo, ou seja, o acordo da fábrica não pode ser inferior ao acordo do sindicato, nem o acordo do sindicato pode ser inferior ao acordo geral, ou seja, trabalha uma perspectiva de horizontalização dos direitos e aponta liberdade para que a partir desse patamar mínimo as comissões de fábrica ou os sindicatos possam estabelecer em função de particularidades, situações melhores, (...) [as comissões de empresa] podem estabelecer contratos a partir de patamares mínimos estabelecidos pelos sindicatos, porque se eu romper com isso eu estou rompendo com toda uma cadeia de solidariedade básica entre a classe (...)

E nós trabalhamos, então, com uma comissão de fábrica que tem poderes de fiscalização do debate permanente e de ampliação de conquistas em relação aos acordos firmados com os sindicatos, nisso reside a autonomia política, me parece, das comissões de fábrica." Acreditamos que esse depoimento coloca, de maneira precisa, um aspecto importante da relação comissão/sindicato no que tange às atribuições de cada um. Por outro lado, nessa entrevista é exposta toda a dinâmica da contratação coletiva, do contrato coletivo de trabalho.

No tocante às razões que dificultaram a implantação da experiência das comissões de empresa no Brasil, ou porque esses organismos não se ampliaram ou, ainda, porque o movimento sindical não utilizou de forma mais ampla o preceito constitucional que sugeria um representante dos trabalhadores para empresa com mais de duzentos funcionários, as respostas são variadas. No entanto, podemos apontar, em linhas gerais, o que está presente na maioria dos depoimentos.

A questão da não proliferação das comissões de empresa envolve vários aspectos: o primeiro deles diz respeito à intransigência patronal de não aceitar essa forma de organização dos trabalhadores. Nesse caso, a referência é basicamente relacionada com o setor privado, pois nas empresas estatais as experiências das comissões de empresa começam a ganhar força.

Segundo um entrevistado, da **Articulação**, "não cresceu porque a maioria das coisas que se conquista no movimento sindical só se conquista quando o outro lado aceita. É um outro dogma da esquerda. Nós impusemos isso ao patrão. É conversa mole. Você até impõe, no sentido de obrigar o patrão a aceitar, mas ele só aceita o que é tolerável." Como dizíamos, esse é um dos aspectos de porque não se ampliaram as experiências de comissões de empresa. Há uma cultura empresarial que é bastante autoritária e, mesmo que por vezes aceite a democracia no plano mais geral da sociedade, especificamente a democracia política, não aceita a democratização das relações de trabalho no interior da empresa. Vale dizer, levar a democracia para o interior do estabelecimento

industrial, transpor os muros da fábrica, isso aparece como intolerável aos olhos de amplas camadas do empresariado. Esse é um desafio que o movimento sindical terá que solucionar.

Outro aspecto que paralisou a possibilidade de desenvolvimento das organizações por local de trabalho diz respeito, especificamente, aos problemas internos do sindicalismo e transparece claramente nas entrevistas: "as comissões de fábrica só não foram implantadas no Brasil porque há **medo** dos dirigentes sindicais," diz um sindicalista da **Articulação**.

Esta é uma questão crucial. Uma parte expressiva do sindicalismo - aí incluído o sindicalismo-CUT - tem receio que as comissões de empresa terminem por dividir o poder do sindicato, ou que possa fazer frente ao poder do sindicato. Desse ponto de vista, vêem essas experiências como uma ameaça. Aí, com certeza, reside a maior dificuldade para a ampliação das comissões de empresa: a dificuldade do sindicato - leia-se dirigentes sindicais - assimilar essa proposta. Como mostra um depoimento, de outro dirigente da **Articulação**, "mas elas não existem, na verdade, porque dividem poder com as diretorias dos sindicatos. E dividir poder, não é só o Collor que não está preparado para dividir o poder, nós também. Dividir poder... O dirigente sindical, mais ou menos, ele é um pouco autoritário também. Ele se julga o dono da verdade e, às vezes, a verdade de dentro da fábrica não é, possivelmente, a verdade de dentro de outra fábrica. Então há um certo **medo**, um certo **receio** em dividir o poder." (Grifos meus)

Um outro aspecto a ressaltar é que no conjunto das entrevistas há uma posição contrária à criação de sindicatos por empresa.

Quando perguntados sobre as razões que levaram o movimento sindical a não se mobilizar para implementar o representante para empresa com mais de duzentos empregados conforme a Constituição, uma parte dos entrevistados mostra certo desconhecimento sobre essa questão. Outros acreditam que o sindicalismo realmente não utilizou como deveria essa brecha na legislação; outra parte analisa que a não utilização desse preceito constitucional se deve ao fato que essa medida não ter sido colocada pelo

movimento sindical e nem era um pleito explícito dos trabalhadores. Nesse sentido, seria normal um certo ceticismo e mesmo desconfiança para com essa medida. Daí não terem levado adiante a luta pela regulamentação desse artigo constitucional. Como disse um entrevistado, "esmola demais cego desconfia." Evidentemente todas as respostas a esse problema também se relacionam com as questões que levaram à não ampliação do fenômeno das comissões de empresa, já apontados anteriormente.

Em resumo, o que se depreende das entrevistas é que o tema da organização por local de trabalho é algo extremamente caro ao sindicalismo, e há a percepção, entre os dirigentes da CUT, que na atual conjuntura o problema central é como levar adiante a implementação dessa forma organizativa no interior das empresas.[197]

O que a pesquisa demonstrou é que o sindicalismo-CUT, em seu conjunto, compreende que se não conseguir se organizar amplamente no interior das empresas seus organismos mais gerais de representação, os sindicatos e as centrais sindicais, terão muito pouca força, pois serão entidades distanciadas da prática cotidiana dos trabalhadores. Assim, fica clara que a única via de fortalecimento da atividade sindical é a possibilidade de manutenção de uma ampla base de apoio organizada nos locais de trabalho. No entanto, nota-se também que existe, entre uma parte da liderança da Central, um **acomodamento** à estrutura sindical oficial, que é um obstáculo à organização dos trabalhadores nas empresas.

3.3. DEMOCRACIA E POLÍTICA

Especificamente sobre a temática da democracia sindical, foram feitas quatro perguntas que podem ser agrupadas em dois módulos: no primeiro, estaria contemplado a democratização dos sindicatos a partir da concepção da CUT: no segundo, é discutido o significado da proporcionalidade no processo eleitoral e a atuação das tendências políticas

197. Para uma discussão mais específica dessa questão, ver Iram Jácome Rodrigues, "As comissões de empresa e o movimento sindical", *in* Armando Boito Jr. (org.), *op. cit.*, pp. 137-170.

no interior da Central.

Para o primeiro bloco, as duas questões formuladas foram: a) Em nível geral, como você encara a efetivação da proposta da CUT de democratização e renovação dos sindicatos? Quais têm sido os problemas? Quais são as perspectivas?; b) Como se expressa a concepção sindical da CUT nos estatutos sindicais? Como tal concepção tem sido colocada em prática?

Já o segundo conjunto englobou as perguntas: a) Qual a importância do critério de proporcionalidade para a democracia? E a importância do processo de escolha de chapas?; b) A luta política entre as tendências que atuam na CUT tem resultado num fracionamento da central e dos sindicatos?

Nas respostas às indagações sobre a implementação da democratização nos sindicatos *cutistas*, em geral, as lideranças observam que há um esforço continuado da CUT, no sentido de mudar a antiga estrutura do sindicato oficial; de outra parte, lembram que a CUT tem poucos anos de vida - apenas nove anos, à época das entrevistas -, o que dificultaria uma transformação mais radical na direção de um sindicalismo democrático. Além do mais, acrescentam, é uma luta contra toda a tradição anterior, uma cultura sindical que vem dos anos 30 e que tem se mostrado impermeável, nas suas linhas gerais, a mudanças em profundidade em sua estrutura.

Um importante dirigente da Central, representante da **Articulação**, reconhece que **não está ocorrendo a democratização dos sindicatos**. E diz que não sabe se isso "é ocasionado apenas por divergências. Às vezes, não só divergência política... Divergência política a gente tem ainda conseguido amenizar, tolerar; vai lá o secretário-geral da CUT, vai lá o presidente, consegue acertar. Acontece que há divergências pessoais de método, de prática, de concepção, de relação com a categoria, e que tem dificultado essa democracia. Eu acho que a questão de democracia no movimento sindical vai ter que ser dado no momento da organização, ela tem que partir de dentro da fábrica, da base para cima."

Esse mesmo entrevistado finaliza seu depoimento acentuando que a questão da falta de democracia estaria mais no método (antidemocrático) das pessoas que em suas posições políticas: "então, a democracia, que é um sonho, que é um ideal, que é uma meta a ser perseguida no movimento sindical, às vezes, ela é emperrada pela prática, não é pela posição ideológica, não é pela preferência política, e sim pelo método das pessoas".

Há aqueles dirigentes que apontam a gestão autoritária do sindicato como uma dificuldade adicional para essa democratização. "Eu acho que essas coisas da centralização do poder nos sindicatos, da gestão autoritária nos sindicatos é uma realidade. A gente tem que colocar o dedo na ferida. Uma democracia sindical passa por uma democratização da gestão dos sindicatos, da concepção de gestão, quer dizer, da gente desenvolver metodologia de trabalho de base, da gente desenvolver metodologia de participação, porque vai muito além do que fazer uma vez por ano uma campanha salarial." Esse entrevistado, também da corrente sindical **Articulação,** defende a necessidade da CUT ter princípios básicos sobre as principais questões sindicais, tais como: mandato, realização de assembléias, de funcionamento das instâncias da organização sindical de base, da proporcionalidade etc. Enfim, temas ligados à questão da democratização da vida dos sindicatos e que deveria ser seguido pelo conjunto do sindicalismo sob predomínio da CUT.

Como já dissemos acima, o que é salientado nessas entrevistas é **a falta de um projeto sindical da Central Única dos Trabalhadores** ou, dito de outra maneira, o "novo sindicalismo" não conseguiu enfrentar completamente a velha estrutura sindical corporativa e, nesse sentido, terminou se acomodando a ela com todos os percalços e ambigüidades que isso representa.

Alguns depoimentos sobre esse aspecto ficam no plano formal e reconhecem que se uma parte do sindicalismo-CUT não mudou o estatuto, outra parte o fez, ampliando o número de diretores, propondo formas mais democráticas de consultas e de participação dos filiados. "Tem havido uma renovação sindical bastante grande, se a gente imaginar a nossa realidade, mesmo três anos antes." Outro entrevistado, também analisa positivamente

o avanço dos sindicatos *cutistas* na direção da democratização: "eu creio que grande parte, pelo menos os que eu conheço, dos estatutos dos sindicatos vinculados à CUT avançaram na construção desse tipo de visão, de concepção sindical."

Mesmo aqueles que têm críticas mais fortes ao projeto de democratização dos sindicatos da CUT reconhecem que houve avanços. É possível que estes, em geral, mais à esquerda - no espectro das tendências políticas no interior da Central Sindical-, tivessem uma "taxa de expectativa" muito alta no que diz respeito às mudanças que o novo sindicalismo traria para o padrão de ação sindical da CUT e, por isso, uma certa decepção e um tom crítico mais direto. De todo modo, isso também ocorreu com uma parte dos representantes da corrente **Articulação**, como mostramos no início da discussão do tema da democracia sindical.

Um depoente, cuja corrente política - **Unidade Sindical**- acabou de ingressar na CUT, por ocasião do IV CONCUT, afirma que "esse negócio dos estatutos da CUT e dos sindicatos é um negócio que tem muito desejo e pouca realidade, a realidade é muito diferente disso, até porque eu acho que tem alguns pontos do estatuto da CUT que dificultam muito a adaptação dos estatutos do sindicato ao próprio estatuto da CUT." E lembra que um dos aspectos é justamente a inclusão da defesa do socialismo no estatuto da Central.

Outro fator que dificulta a democratização sindical no interior do sindicalismo-CUT é, na visão de um entrevistado, da corrente **Cut pela base**, o fato de que antes havia "uma corrente radical, anti-capitalista, a proposta genericamente socialista e agora as coisas não são mais assim, a convivência não é mais entre as pessoas que fazem a leitura distinta da mesma cartilha. É uma convivência entre visões mais antagônicas, visões que representam o sindicalismo anterior que hoje estão dentro da CUT, [referência às correntes políticas que ingressaram na CUT por ocasião do IV CONCUT, como a **Unidade Sindical e a Corrente Sindical Classista**] e isso, evidentemente, cria problemas numa democracia porque a luta ideológica é maior, é mais plural e os níveis de contradições são

mais profundos." (Grifos meus) Nesse sentido, é interessante notar o quão diferente é a concepção sindical, dessas duas correntes (**Corrente Sindical Classista** e **Unidade Sindical**) que se incorporam em 1991, no IV CONCUT, ao sindicalismo desenvolvido pela Central Única dos Trabalhadores. Um representante da **Corrente Sindical Classista**, por exemplo, analisando as razões de terem ficado na CGT, diz o seguinte: "então, esses episódios que aconteceram em 81 e 83 que demarcou dois campos apresentou (...) pelo menos duas vertentes básicas: uma vertente mais ligada ao sindicalismo, mais ligada ao trotskismo e outra vertente ao pensamento (*sic*) de uma certa miscelânea de concepção social democrata com a Igreja, visão de Igreja (...) Então, essas particularidades que começam a surgir nesse período foi um certo divisor de águas e nós achávamos que a situação da divisão do movimento sindical não estava madura e, achávamos que como a disputa pela hegemonia tinha se estabelecido, havia se apresentado de outra forma, apresentava muitas manifestações exclusivistas, manifestações, em certo sentido, anti-comunistas (*sic*) que levaram ao final à formação de dois blocos: a CGT [é] fundada em 86 e nós achávamos o congresso representativo, real de parcela do movimento sindical que ia da esquerda de posições revolucionárias socialistas até setores conservadores..." Realmente é muito complicado, no interior do sindicalismo-CUT, a existência de correntes políticas que defendam sua trajetória anterior junto à CGT (a exemplo da **Corrente Sindical Classista** e também da **Unidade Sindical**) e que somente em 1991, quando as CGTs já estão completamente esvaziadas, se incorporam à Central Única dos Trabalhadores.

No entanto, uma das entrevistas mais afirmativas com relação à democracia sindical vem de um representante da esquerda, da tendência **Cut pela base**. Sua análise se inicia apontando que houve inegáveis avanços, pelo menos em uma parte dos sindicatos *cutistas*, embora, segundo esse sindicalista, muitos sindicatos que estão no campo da CUT ainda mantenham uma postura de rigidez no que se refere à democratização sindical. Ao apontar as causas que obsta esse fenômeno no interior da CUT, o depoente se fixa em dois planos: o primeiro seria a "herança" do sindicalismo CLT que vem dos anos 30, com todas

as mazelas que porventura tenha trazido, e o segundo se refere à tradição da esquerda em nosso país. "A outra vertente, também daninha, para o movimento operário foi a vertente da esquerda. Qual é a experiência da esquerda brasileira? É uma esquerda profundamente autoritária, dogmática, monolítica, uma concepção monolítica de poder e que tinha um tratamento para divergências, um tratamento militar para as divergências, de ruptura, de exclusão daquela divergência que fosse minoritária, daquela posição que fosse minoritária." E termina dizendo: "a condição para alguém aceitar se relacionar com alguém é que ele tenha uma relação de mando."

Este depoimento é interessante porque coloca dois problemas reais para o entendimento de quão difícil se mostra transformar em prática um discurso que busca se diferenciar do sindicalismo anterior a 64, utilizando como um dos aspectos centrais o problema da democratização para o próprio movimento sindical.

Enfim, como discorre outro entrevistado da **Cut pela base**, "o padrão sindical da CUT (...) rompeu com aquilo de mais podre, mais autoritário que tinha no sindicato." No que tange às mudanças porventura ocorridas com os estatutos dos sindicatos, observa esse depoente que "**a CUT como Central não teve uma orientação clara** que indicasse para seus filiados e que apontasse uma necessidade de se utilizar desse espaço para, através de um processo de debate de funcionamento da entidade, ampliar a democracia." (Grifos meus). Como tem sido mostrado exaustivamente neste capítulo, a partir do discurso de sua liderança, o que sobressai amplamente a partir das entrevistas é a falta, por parte da CUT, de uma clareza maior sobre seu projeto sindical. Isso é ocasionado, por um lado, pela transformação da CUT em uma **federação de tendências** - levando a uma luta interna que chegou a níveis inimagináveis durante o IV CONCUT -, de outro, essa "politização" das questões sindicais se é positivo quanto à incidência do sindicalismo-CUT na esfera pública e junto à sociedade civil, em muitos momentos leva ao esquecimento das temáticas estritamente sindicais por que deve **lutar** e se **organizar** a Central Única dos Trabalhadores.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, na entrevista supracitada, referindo-se aos acontecimentos de que foi palco o IV CONCUT, diz "que se gasta tempo demais discutindo teses abstratas, ou a conjuntura, e os delegados não têm sequer a oportunidade de se informar sobre o que está se passando nos outros estados do país. Acho também que não dá para fazer um congresso em que as pessoas vão lá para defender teses não porque querem ver as teses aprovadas, mas porque querem ser a maioria na direção da CUT. É por isso que nesse aspecto eu defendo a seguinte tese: deve haver um congresso onde se discuta plano de ação, teses, objetivos, lutas, etc. sem que se esteja disputando a direção da central. A eleição da direção seria feita em outro momento e na minha opinião **essa eleição deveria ser através do voto direto**." (Grifos meus)

Essa opinião, se levada à prática - e este dirigente sindical vem fazendo essa proposta há mais de um ano -, significaria ir às últimas conseqüências com o ideário da democracia. Certamente, tal proposta traria consigo a solução, em parte, de dois problemas cruciais enfrentados pela Central. O primeiro, diz respeito diretamente à luta interna. Haveria alta probabilidade de um esmaecimento da disputa interna, porque o cenário mais provável - se as eleições fossem diretas - seria de enfraquecimento daquelas tendências políticas que se colocam no espectro ideológico mais à esquerda, e que temos chamado de **esquerda socialista**. Por outro, como decorrência natural desse processo, tenderia a aumentar a força daqueles setores que temos denominado, neste estudo, de **esquerda contratualista**, para caracterizar uma parte do sindicalismo-CUT que de alguma forma, é menos ideologizado e menos politizado.

A segunda questão se relaciona concretamente à inserção do novo sindicalismo no conjunto da sociedade ou, para dizer de outro modo: com o papel que passaria a desempenhar a CUT na esfera mais propriamente política. Vale dizer, à medida que se consubstanciasse esse processo eleitoral na maior e mais importante Central Sindical no país seria um exemplo que teria que ser seguido pelo restante do sindicalismo que não está presente na CUT, sob pena de verem diminuído em muito sua representatividade junto

aos assalariados.

Além do mais, a Central Única dos Trabalhadores, com uma medida desse tipo, desencadearia uma verdadeira revolução democrática, passando a contar com um grau de apoio e adesão possivelmente bem maior que o atual entre os trabalhadores brasileiros e aumentando, ainda mais, a sua incidência no processo político.

Enfim, se levada à prática, essa proposta teria como decorrência a diminuição do papel desempenhado hoje pelos sindicatos e, de outra parte, a afirmação da CUT como uma real Central Sindical e não uma mera **federação de sindicatos** como, de certa maneira, ainda se apresenta.

Com relação ao segundo bloco de questões, que discute a proporcionalidade no processo eleitoral e a luta interna das tendências políticas, as respostas das lideranças do sindicalismo-CUT podem ser classificadas da seguinte maneira: **todos** os integrantes da corrente majoritária são, de alguma forma, ou por razões variadas, críticos e, em certos casos, frontalmente contrários à instituição do processo hoje em curso na executiva da CUT do critério de proporcionalidade. Por outro lado, praticamente **toda** a representação dos setores minoritários, ou seja, da esquerda socialista, no interior da Central são favoráveis à proporcionalidade como forma de espelhar com maior nitidez o conjunto das forças partícipes da Central Única dos Trabalhadores. Isso se depreende claramente da leitura das entrevistas.

Já com relação ao tema da luta interna, as respostas são mais genéricas e, neste caso, não há uma fronteira precisa entre o que diz um representante da **Convergência**, da **Articulação**, ou da **Cut pela base**, por exemplo. As razões para a ocorrência dessa acirrada disputa entre as tendências são múltiplas e, segundo esses atores, possui aspectos variados. Existem aqueles que consideram salutar a disputa política, outros acreditam que tendo chegado no nível atual de fracionamento pode inibir o crescimento do sindicalismo-CUT e, há, ainda, os que situam esse problema como uma luta por "aparelhos", onde a grande maioria dos trabalhadores não participa. É isto o que estaria levando à criação de

uma democracia das tendências onde o trabalhador comum, não militante, não teria vez, ou seja, uma **democracia para as tendências**, o que seria, até certo ponto, contraditório com o ideário democrático propugnado pelo novo sindicalismo. Em outras palavras, para alguns, principalmente aqueles setores que atuam com mais moderação na Central Única dos Trabalhadores - e que têm uma visão mais estritamente sindical -, essa refrega política expressa uma excessiva "politização" e que pode levar, a médio e/ou longo prazo, a uma perda de identidade da própria Central.

Diz um dirigente sindical, acerca do instituto da proporcionalidade: "é relativo, é mito (...) A maior proporcionalidade é o voto universal, é a categoria votar. A proporcionalidade na instância da CUT é uma necessidade porque a estrutura da CUT é uma estrutura de segundo e terceiro graus, aí há necessidade de legitimidade. O que é isso? Significa que a CUT não tem uma relação direta com a base, se relaciona com a diretoria do sindicato. Se ela se relaciona com a diretoria do sindicato para ter maior legitimidade aquela diretoria precisa estar representada na instância superior (...) o sindicato, por que tem que ter proporcionalidade no sindicato? (...) A base da proporcionalidade é o princípio do parlamentarismo, que é você fazer a combinação das diferenças." Quer dizer, na visão deste depoente a proporcionalidade deve ser aceita no âmbito da CUT, mas não no sindicato que tem uma relação direta com a base. Para este sindicalista da **Articulação**, as divergências internas tendem a fortalecer o movimento sindical e seriam reflexos da sociedade, explicando que, "o problema é que no movimento sindical temos mais democracia do que na sociedade... Nossa legislação é mais democrática, nós fazemos nossas leis." Essa seria uma das razões pelas quais as disputas entre as tendências políticas explodem com mais intensidade.

Outro dirigente sindical, também da **Articulação**, pondera que "na executiva não deveria ter proporcionalidade." Com relação ao fracionamento da Central em decorrência da luta política, lembra que "nós vamos conviver sempre na sociedade, na CUT, com pluralidade. É bom que exista pluralidade. Mas quando se tem projetos antagônicos, eu

vejo que ainda existe a questão de uma CUT orgânica e o movimento (...) O que fraciona é que se coloca às vezes, a visão da tendência superior aos interesses dos trabalhadores... Isso cria um processo de fracionamento, eu acho que a partir do IV CONCUT, a questão do rompimento, divisão da CUT, está colocada. Eu não vejo que [seja] uma questão superada."

Para uma entrevistada da corrente **Articulação**, é fundamental ter critérios de proporcionalidade, pois, caso contrário, o que acontece é a ampliação de fóruns de debate. "A executiva da CUT, hoje, deixou de ter o papel de executar as decisões tomadas ou de ter propostas para determinado período. Ela deixou de ter os trinta membros, deixou de ter o papel de executar as decisões tomadas ou de ter propostas para determinado período... Reuniões intermináveis de dois dias, onde trinta se inscrevem para fazer discurso sobre a realidade, sobre a conjuntura e para executar as propostas, depois ficam os secretários para executar. Porque terminou a reunião, cada um pega o seu aviãozinho e volta para sua base e fica meia-dúzia de pessoas para executar o plano de ação votado." Na verdade, mesmo que esteja propondo rediscutir a proporcionalidade, o que transparece na leitura desta entrevista é uma concepção crítica a esse estatuto.

De outra parte, um membro da tendência **Cut pela base**, ao mesmo tempo que defende a proporcionalidade, aponta o que seria o problema central da divisão interna, do fracionamento: "são os vícios que ela [CUT] carrega no seu interior. Vícios de aparelhismo, vícios de autoritarismo, vícios de burocratização e de mandonismo. (...) O bode expiatório deles são as tendências, as outras tendências..." E acrescenta: "no dia em que as tendências não existirem a CUT acaba como Central Sindical."

Já um dirigente sindical ligado à **Articulação**, se posiciona contra a proporcionalidade porque ela "estabelece o loteamento da entidade sindical pelas tendências políticas que existem no movimento." Esse depoente reconhece, no entanto, que "já se estabeleceu essa regra [o domínio das tendências políticas]. Inclusive, se o cara não pertence a nenhuma corrente política, ele não vai ao congresso. **Não existe lugar para independente no congresso da CUT**. Então, acho que a democracia já está perdendo só

por este fato." Refere-se também ao fato de os delegados irem para os congressos com camisetas de suas respectivas teses e/ou tendências, "até uniforme existe. Já existiu um cordão de isolamento para não perder delegado no III CONCUT. Eu acho que a democracia perde neste aspecto, [à medida] que não exista condição nenhuma do independente participar do congresso." (Grifos meus)

Há uma crítica generalizada dos setores majoritários, especificamente daqueles representados na **Articulação**, ao critério da proporcionalidade nas instâncias executivas. Para resolver esta questão alguns dirigentes defendem a formação de um conselho ou colegiado que, entre um congresso e outro, pudesse representar a real composição de forças do congresso anterior até à realização do próximo. Essa instituição teria como função primordial ser convocada para, em casos específicos, diante de uma situação que necessitasse tomada de decisão - a mais ampla possível - e, por razões várias, a executiva não se sentisse segura para implementá-la. Então, só nesse caso se mostraria a necessidade de chamar a essa instância, onde todas as forças políticas teriam assento conforme sua representatividade junto aos trabalhadores e nos sindicatos da CUT. O que, à primeira vista, surge como a questão mais de fundo nesta proposta da corrente majoritária é a idéia da impossibilidade de se responsabilizar alguém pela execução de uma proposta que seja antagônica à sua concepção.

Além do mais, há depoimentos que apontam para a necessidade de se acabar com a chamada democracia das tendências na CUT. De acordo com esses depoentes, é justamente essa "democracia" que estaria levando a luta interna para limites extremamente perigosos, como foi amplamente demonstrado durante a realização do IV CONCUT.

De outra parte, no que concerne à possibilidade de fracionamento, é interessante registrar as palavras de um entrevistado da **Articulação**: "nós estamos perdendo muito mais tempo na luta interna do que na organização dos trabalhadores; ou se resolve isso agora, nesse mandato, ou nós vamos lamentavelmente fechar a CUT, lamentavelmente a CUT vai perder espaço para a **Força Sindical**." E diz, mais adiante, "as

"picuinhas" é que estão nos matando aos poucos, **o sectarismo de todos os lados tem levado a uma destruição interna da CUT**. Ou as correntes pensam nisso ou estamos fadados a perder terreno para a **Força Sindical**." (Grifos meus)

Em resumo, se no caso da proporcionalidade existe uma posição extremamente diferenciada no que tange à maioria e à minoria (a primeira contrária a este instituto e a segunda defendendo-a), com relação ao fracionamento da Central em decorrência da luta interna, o que perpassa o conjunto das entrevistas em grande medida, é uma preocupação com os destinos mais gerais do sindicalismo-CUT e a tentativa, que transparece na maioria dos depoimentos, de barrar esse aparente processo de autodissolução presente na Central Única dos Trabalhadores.

A questão da participação feminina no interior do sindicalismo-CUT é um tema que, em geral, suscita concordância no sentido de incrementar a militância da mulher no âmbito sindical. No entanto, é algo que surge, nas entrevistas, a partir de um discurso genérico baseado, fundamentalmente, em simples constatação da pouca participação feminina, por exemplo, nas diretorias dos sindicatos. Quando, porém, o tema da discussão passa para a proposta da quota de 30% de presença feminina obrigatória nos organimos de direção do movimento sindical, seja nos sindicatos propriamente ditos ou na Central, a posição fica muito clara: a esmagadora maioria dos entrevistados se coloca contra essa possibilidade. Este resultado é o que já prenunciava o que obtido pela Plenária da CUT de julho de 1992 que, se por um lado, optou pela filiação da CUT à CIOLS - central sindical mundial de tendência social-democrata-, de outro, se posicionou contra a quota de 30% para as mulheres.[198]

198. Ver sobre esse tema, o estudo de John Humphrey, "Sindicato, um mundo masculino", *in* **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, vol. 2, n. 1, abril de 1983, pp. 47-52. Neste artigo, o autor analisa que os sindicatos encontram várias dificuldades quando enfrentam a questão feminina. Uma dessas dificuldades "diz respeito à atitude dos operários e líderes sindicais com relação à luta das mulheres. As lutas das operárias só serão efetivamente levadas adiante pelos sindicatos quando estes aceitarem que vale a pena lutar por tais questões, o que requer tanto uma compreensão da crescente importância das mulheres na indústria quanto o reconhecimento de que os problemas enfrentados pelas operárias não são necessariamente resolvidos pelas lutas sindicais tradicionais". E acrescenta, mais adiante, "também é essencial que os sindicatos abram um espaço institucional e político para as mulheres"(p. 52). Para uma discussão ampla dessa problemática ver,

Trataremos, na parte final deste capítulo, de três conjuntos de indagações colocadas aos entrevistados, formuladas da seguinte maneira: a) Qual o papel do sindicato na construção da democracia no Brasil? A democracia deve ser considerada um objetivo tático ou estratégico na política do sindicato?; b) Diante de um cenário hipotético onde se coloque a possibilidade de uma negociação tripartite (governo, empresários e trabalhadores), qual deverá ser a posição da CUT e dos sindicatos? Participa ou não? Em que tipo de negociação deve haver participação da Central e dos sindicatos? Em se negociando, quais deverão ser os limites e a amplitude dessa negociação?; c) A CUT deve formular um programa abrangente de intervenção propondo a redefinição da política econômica e social? Se sim, quais temas (políticas sociais, política industrial, política agrária, de renda, reforma do Estado, programa de privatização etc.) devem fazer parte desse programa? E como deveria ser apresentado para a sociedade; quais canais? E quais devem ser os parceiros e aliados privilegiados dos sindicatos e da Central nesse processo?

É sobre o conjunto dessas questões que nos debruçaremos a seguir.

A discussão acerca do papel desempenhado pelo sindicalismo na construção da democracia em nosso país, e se esta deve ser considerada um objetivo tático ou estratégico para a política sindical, traz algumas novidades.

Grande parte dos entrevistados, defendem a democracia como valor estratégico. Isto é algo que certamente surpreende, em se tratando da Central Única dos Trabalhadores e do peso de certas correntes políticas que têm o socialismo revolucionário como meta a ser atingida. Nesse sentido, mesmo quando existem adjetivações, o importante é o realce dado pelas lideranças sindicais à temática democrática.

Sem dúvida que o sindicalismo mais combativo e atuante do país não poderia estar imune aos acontecimentos que estão se desenvolvendo em nível internacional: o fim da URSS, do Leste europeu, e do chamado socialismo real. Esses fatos, que emblematicamente estão simbolizados na queda do muro de Berlim, em novembro de 1989 tiveram um impacto

---

Elisabeth Souza Lobo, **A Classe Operária tem Dois Sexos**, São Paulo, Brasiliense, 1991.

muito grande nas tendências de esquerda que atuam no movimento operário e sindical, levando a uma metamorfose - que ainda não se completou de todo -, inicialmente tímida, e posteriormente mais decidida na defesa do regime democrático.

Um sindicalista, representante da tendência sindical **Cut pela base**, introduz essa questão da seguinte maneira: "a democracia é um valor estratégico e sem a democracia o movimento não pode atingir os seus objetivos, não tem como pensar uma sociedade igualitária, fraterna, harmoniosa entre os homens, entre os homens e a natureza, senão com a democracia."

Outro sindicalista, também da **Cut pela base**, reconhece que o sindicato pode desempenhar um papel importante na "formação de uma consciência democrática no Brasil," pois, de acordo com este entrevistado, o sindicato é um "educador coletivo de valores." E acrescenta que "é uma questão estratégica para a CUT, da maior relevância e para mim a democracia é um valor estratégico e, por isso, ela devia ser concebida, praticada no interior do nosso sindicato e na CUT. Portanto, se a CUT não pratica, não assimilou a democracia como valor estratégico porque não a exercita na sua plenitude, eu fico muito preocupado, preocupado e triste." (Grifos meus) Evidentemente, a crítica explícita à atuação da Central é expressão da luta interna e dos acontecimentos relacionados com o IV CONCUT. De todo modo, é de se notar que mesmo aqueles setores mais à esquerda, no processo de suas redefinições políticas, concebam a democracia como um valor estratégico e não como algo instrumental. Mesmo que isso ocorra, para algumas tendências, aparentemente, apenas no campo do discurso, indica que há uma mudança perceptível no interior do sindicalismo-CUT.

Este depoente finaliza observando que, "defender a democracia significa exercitá-la. (...) O grande tema que a sociedade internacionalmente acumulou, hoje, ao final do século XX, é o tema da democracia. **O problema não é a democracia. Qualificar se ela é burguesa, se ela é operária, etc., é democracia, democracia a gente supõe igualdade de condições, direitos de minoria, é isso que é democracia.**" (Grifos meus)

Como já tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, nota-se uma certa **radicalidade democrática**, que é comum à concepção sindical e política da liderança *cutista*. Tal postura se configura historicamente como expressão da luta do movimento operário e sindical, particularmente no mundo ocidental, **na demanda por direitos de cidadania**.[199]

É nesse contexto que faz sentido falar do movimento sindical pós-78, especificamente daqueles amplos contingentes que atuam no "novo sindicalismo", como expressão dessa radicalidade democrática que está presente desde o surgimento do movimento dos trabalhadores na Inglaterra no século XIX, particularmente com o *cartismo.*

Mesmo entre aqueles entrevistados que levantam alguns senões com relação à conceituação da democracia como valor estratégico, na verdade, reafirmam esse significado. Vejamos o que nos diz um representante da **Articulação**: "a gente deve colocar a democracia não como objetivo estratégico, quer dizer, não é isso que não queremos conseguir, **mas é isso que nós precisamos sempre**. Nós precisamos de maneira contínua, precisamos ir aperfeiçoando isso. E nós nunca iremos abrir mão da questão da democracia política em troca de uma outra coisa, porque essa troca não existe." (Grifos meus)

Como parte de um amadurecimento mais geral da sociedade, no que tange ao tema da democracia podemos observar uma paulatina aceitação das lideranças sindicais no que diz respeito à sociedade democrática o que trará, certamente, mudanças no padrão de atuação sindical e político da Central Única dos Trabalhadores. É como se fosse um duplo movimento. De um lado, temos a sociedade brasileira, como parte do mundo ocidental que vai na direção da democracia. De outro, observa-se, como já foi mencionado, um

---

199. Segundo Claude Lefort, "é uma aberração fazer da democracia uma criação da burguesia. Seus representantes mais ativos, na França, tentaram de mil maneiras atravancar sua dinâmica no curso do século XIX. Viram no sufrágio universal, no que era, para eles, a loucura do número, um perigo não menor do que o socialismo. Durante muito tempo julgaram escandalosa a extensão do direito de associação e escandaloso o direito de greve. Procuraram circunscrever o direito à educação e, de modo geral, fechar, longe do povo, o círculo das "luzes, das superioridades e das riquezas". Acrescenta o autor, **"a democracia que conhecemos instituiu-se por vias selvagens, sob o efeito de reivindicações indomesticáveis (...) Ela foi uma luta para conquista de direitos** - exatamente aqueles que se mostram hoje constitutivos da democracia". (Grifos meus). Claude Lefort, **A Invenção Democrática**, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 26.

desencanto generalizado de amplas parcelas da população com a política e os políticos.

Há, de todo modo, ainda uma certa confusão na conceituação da democracia. Um membro da corrente **Articulação**, por exemplo, ao mesmo tempo que reconhece a questão da democracia como um objetivo estratégico prossegue, "é a democracia, na sua plenitude, que abrange a questão econômica, que abrange a questão da terra, que abrange a questão da saúde, da previdência, da moradia. Essa é a concepção de democracia. E do uso do meio de comunicação, televisão, rádio, e no processo organizativo."

Ora, o que esse entrevistado está situando não é apenas a necessidade de uma sociedade onde viceje o ideário democrático, mas, em última instância, está propondo um programa de governo para resolver grande parte dos problemas que afligem a população do país.

As razões dessa forma de ver a democracia já foi bastante discutida no primeiro capítulo deste trabalho e acreditamos que tenhamos conseguido dar conta do que leva a esse tipo de motivação; ou, em outras palavras, o que está oculto nesse discurso: a relação entre democracia e eficácia econômica. O regime democrático pode até compatibilizar esse conjunto de demandas, mas **não é esse o objetivo primordial pelo qual surge a democracia**. Relembrando o que dizíamos naquele capítulo sobre essa questão, entre outros aspectos: a democracia é apenas um sistema político onde as pessoas lutam, conflitam, negociam, sem se matar...

No fundo, o que permeia essa concepção é a idéia - mesmo que não esteja, por vezes, clara para quem a defende -, de que há uma democracia que seria burguesa e outra proletária. Aliás, essa é a dicotomia que representa um dos pilares da ortodoxia marxista. Essa aparente "confusão" na visão de alguns entrevistados ou a defesa intransigente no discurso de outros, em nosso entender, se explicita em decorrência das transformações por que passa o sindicalismo *cutista* ainda serem recentes e, certamente, levará um tempo para que essa problemática surja com toda importância e nitidez que realmente possui.

Nesse sentido, o discurso sobre a democracia de um membro da **Convergência Socialista** retoma, por outras vias, essa questão: "**a democracia tem que ser um objetivo estratégico, até porque eu acho que não existe nenhuma condição de você se relacionar em sociedade, não existe nenhum tipo de sistema social que possa prevalecer e oferecer condições efetivamente de saídas positivas para a classe trabalhadora que não esteja apoiada na democracia**." (Grifos meus) No entanto, há uma ressalva para o entrevistado, "o grande problema nesse debate, são os fetiches que se fazem de democracia e os amplos conceitos de democracia que estão em debate, porque quando se fala na democracia como [valor] universal, muitas vezes a democracia que determinadas correntes estão se referindo é a mesma democracia que se refere a burguesia... Agora, eu entendo a democracia, e essa os sindicatos têm que levar a fundo, como uma democracia da esmagadora maioria sobre a minoria e a esmagadora maioria da população é a classe trabalhadora."

Por fim, duas entrevistas de membros da corrente sindical **Articulação** retomam essa dicotomia com relação à democracia. A primeira, de um dirigente sindical do setor industrial, a segunda, de um sindicalista que é funcionário - com nível superior - de uma grande empresa estatal brasileira. Diz o primeiro: "não acredito na democracia no sistema capitalista... Agora, acho que taticamente temos que buscar o avanço da democracia, mesmo num país capitalista para a gente buscar a democracia plena no socialismo." Salienta esse depoente que a democracia que se consiga no capitalismo é limitada, o que significa dizer que somente no socialismo encontraremos a "verdadeira" democracia.

A segunda entrevista, conquanto reconheça a importância estratégica da democracia, relaciona-a com o "questionamento" da propriedade privada *tout court*: "a democracia tem que ser um objetivo estratégico na política sindical, porque eu sou socialista, a democracia e o socialismo são coisas que não são incompatíveis. Aliás, a radicalização da democracia é necessariamente colocar em questão a propriedade privada,

colocar em questão uma série de outras coisas que o capitalismo, a mercantilização da vida, uma série de coisas que está na essência do capitalismo." Se, por um lado, coloca essas questões, de outro, termina reconhecendo não existir "**coisa mais estratégica para os sindicatos hoje, que não seja a democracia.**" (Grifos meus)

De toda maneira, é interessante que venha justamente de setores da **Articulação** as críticas mais contundentes à democracia. Esses dados apenas reforçam o que dissemos no capítulo segundo a respeito das tendências políticas no interior da CUT e, especialmente, no que tange à essa corrente sindical. Mesmo que transpareça, no seu discurso, uma concepção aparentemente mais "sindical" ou *tradeunionista*, enfim, contratualista, não é uma corrente sindical homogênea, o que permite a convivência de concepções, por vezes distintas, em uma mesma fração sindical, principalmente com relação aos temas políticos mais gerais. As outras correntes políticas *cutistas* também têm discrepâncias em seu interior - com níveis de gradações diferenciados umas das outras; no entanto, onde essa questão aparece exposta de forma mais abrangente é junto à **Articulação**, o que é, até certo ponto, natural. A constituição de uma maioria política tende a funcionar como um ímã, atraindo setores mais refratários que, mesmo não tendo uma concepção tão próxima, em alguns casos, em termos políticos, no entanto, têm o poder. É o realismo político, neste caso, que nos ajuda também a entender essas diferenciações existentes no interior da corrente sindical majoritária.

Com relação à negociação tripartite (trabalhadores, empresários e governo) e à formulação de um projeto abrangente por parte da CUT, caberia ressaltar o seguinte: delineiam-se duas posições. De um lado, as lideranças ligadas à corrente **Articulação**, com nítida postura de busca da negociação, de flexibilidade no tratamento da relação capital/trabalho, posição que poderíamos chamar de sindical, ou contratualista. De outro, a contraposição de uma concepção mais principista , mais politicista, ou seja, socialista, da luta sindical do restante da esquerda - aquela que se orienta pela *praxis* do socialismo revolucionário -, especialmente a **Convergência** e a **Cut pela base** e a **Corrente Sindical**

Classista, além de algumas tendências de menor expressão política e sindical. Estes setores vêem na possibilidade da negociação tripartite o início da submissão dos trabalhadores aos patrões e governo, consubstanciado no pacto social abominado - sob todos os aspectos - pelas correntes de esquerda no sindicalismo-CUT.

Neste caso, aparentemente, a posição da **Articulação** está mais próxima da prática cotidiana dos trabalhadores e em consonância com a própria essência da atividade sindical, a **negociação**. Como expressa a entrevista de um ativista desta tendência: "a palavra pacto virou um fetiche... A Central tem que negociar sempre, ela não deve se recusar à negociação. E, particularmente, quando a CUT se recusou à negociação, no final do governo Sarney, eu fui cobrado [pelos] trabalhadores." Outro entrevistado, da mesma corrente sindical, reafirma esse aspecto. "A CUT deve participar. Ela representa os trabalhadores, ela deve ir lá levar as reivindicações saídas do [seu] congresso." E continua, "os companheiros que acham que a CUT é um movimento, **que a CUT é quase um partido político** [e, aqueles] que têm uma visão da CUT não como uma Central Sindical, mas como uma espécie de coordenação dos sindicatos, de um movimento, que é para fazer greve geral, essas coisas assim, esses companheiros não vêem importância da CUT exercer a representação real, a representação que vai fazer a CUT negociar e assinar um contrato coletivo. Nós somos favoráveis a que a CUT tenha essa capacidade de negociação, de representação, de contratação. Esses companheiros não vêem esse fator na CUT, por mais que nos seus sindicatos o façam. Por exemplo, os companheiros da **Convergência**, em São José dos Campos, assinaram uma espécie de pacto com a Embraer e a Prefeitura [para tentar conter as demissões estavam ocorrendo]..." (Grifos meus)

Uma entrevistada, também da **Articulação**, observa: "a CUT, enquanto núcleo central, mais importante, representa mais de 1.600 sindicatos, que é, sem dúvida, uma das mais importantes instituições da sociedade civil, tem o direito de negociar tudo. Porque tudo diz respeito à classe trabalhadora enquanto [direitos de] cidadania. Política de saúde, habitação, transporte, implantação de novas tecnologias, política industrial, política

agrícola, tudo isso faz parte do campo de interesse da classe trabalhadora, enquanto classe, acima dos interesses corporativos de cada um. Portanto, eu não vejo limites..."

O depoimento de outra liderança sindical, também da **Articulação**, vai no mesmo diapasão na sua primeira parte, quando trata do tema da cidadania para, em seguida, fazer uma forte crítica à esquerda, refratária à questão da negociação. "Tem que negociar, tem que participar de todas as instâncias de negociação e o limite é o limite da cidadania... Tem que discutir tudo. Ela só assina aquilo que está dentro do seu papel... Tem que dialogar com [todos], senão ela não se justifica perante a sociedade. Essa paranóia que a esquerdinha tem muito medo de negociar, porque ela associa negociação com capitulação. Isso é outra coisa moral."

Em entrevista publicada na Revista **Veja** (21/10/92), Vicentinho afirma, a propósito da questão da negociação tripartite e do pacto social: "Tenho medo de falar em pacto porque quando eu morava no Nordeste diziam que Lampião tinha feito pacto com o diabo. Mas acho que sem um acordo entre os empresários e os trabalhadores, em que a participação do governo seja mínima, o Brasil não conseguirá ir para a frente."

Já no campo das tendências políticas mais à esquerda, a possibilidade dessa negociação é completamente afastada. Uma das primeiras críticas é que não é tripartite, pois "não existem três partes"; na opinião de um líder da **Convergência Socialista**, "são duas porque o governo nada mais é do que o gerente de plantão dos interesses, dos negócios do empresariado.." Essa opinião coincide com a visão de outro representante dos setores de esquerda, mais especificamente, da **Cut pela base**: "essas três partes que estão aí incluídas, são falsas, porque o governo e os patrões são uma parte só."

De fato, o tema da negociação, questão central para a existência do sindicalismo, é colocado à margem do debate no interior da CUT por todos aqueles setores que "vislumbram" uma sociedade socialista e comungam do ideário do socialismo revolucionário como meio para atingir esse objetivo. Termina, pois, se transformando em uma "questão de princípios", é o *mainstream* da esquerda que se autoconsidera

revolucionária. Para usarmos uma expressão de Weber, guardadas as proporções, é como se os setores mais à esquerda estivessem animados pela **ética de convicção,** e o campo majoritário, representado hoje pela corrente sindical **Articulação**, possuísse uma postura consubstanciada na **ética de responsabilidade**.

Esse é um dos aspectos da nítida divisão de águas entre aqueles que querem negociar e os setores avessos a essa prática. Na verdade, é bem mais um discurso principista do que uma prática principista. Nas palavras de um representante da **Cut pela base**: "para nós é uma questão de princípios. Acho que a CUT não deve participar de uma negociação tripartite." Outro entrevistado, também membro da **Cut pela base**, procura se apoiar na experiência histórica recente dos planos de ajustes econômicos no México e na Argentina para se posicionar contrariamente a esse tipo de negociação: "Todas as experiências mostram que só quem perdeu foi a classe trabalhadora. Então, o campo de negociação que eu situo e que eu acho que é legítimo, necessário e que deve ser conquistado... se afasta desse aspecto de negociação mais estratégica e se situa no campo de negociação pontual."

A possibilidade de negociação, entre Estado, empresários e trabalhadores, funciona como um espectro importante de **definição de campos** no interior da Central, repetindo aqui, de certo modo, a disputa ocorrida em setembro de 1990 quando o então governo Collor convidou a CUT para discutir, o que foi convencionado, à época, de "entendimento nacional". O que se observa mais uma vez - como de resto tem sido comum na história da CUT -, é a aguda luta política entre aquela parte da direção sindical mais afeita à negociação e a outra, herdeira de uma tradição que, até há pouco, era dominante no sindicalismo-CUT: a estratégia sindical de confrontação que tem demonstrado, no último período, uma eficácia cada vez menor.[200]

Essa dicotomia anterior se mantém, de forma mais atenuada, no que diz respeito à CUT propor um projeto abrangente para a sociedade. Todos concordam que a Central apresente uma proposta para a sociedade à medida que possui uma

200. Sobre esse assunto, ver Maria Hermínia Tavares de Almeida, *op. cit.*, 1992.

representatividade real e é expressão de um amplo contingente da sociedade civil. Para aqueles que temos denominado de representantes da **esquerda contratualista**, é importante que tal projeto seja parte de um arranjo político mais geral com amplos setores da sociedade civil, partidos políticos, parlamento etc. Ou seja, consignar-se-ia uma espécie de *forum*, onde a CUT também participaria. Para a **esquerda socialista**, com algumas nuanças, a concepção que transparece é a da formulação de um projeto alternativo vinculado à própria Central. Neste caso, o sindicalismo-CUT estaria mais próximo de cumprir os objetivos que são, normalmente, temas específicos dos partidos políticos. Como já demonstramos no capítulo anterior, essa não é uma pequena divergência. **É a questão central que tem solapado a unidade no interior da Central Única dos Trabalhadores. É o tema recorrente de todos os principais momentos em que a luta interna se amplia, trazendo para muitas lideranças um receio real de "rachaduras" permanentes no edifício do "novo sindicalismo". Esse é, pois, um foco central de tensão entre a militância *cutista*.**

Segundo Leôncio Martins Rodrigues, "para poder manter a unidade e a coesão interna, a CUT é levada a apresentar programas de luta abrangentes, de natureza política muito ampla, que, em princípio, devem interessar a todos os trabalhadores e assalariados do país, a todo o "povo". No final, acabam sendo declarações de intenções, cartas de princípios ou algo equivalente, **mas não exatamente planos de luta reivindicatória que devem acarretar uma ação correspondente da entidade**."[201] O que é necessário salientar é justamente a falta de uma política sindical mais explícita, em contraposição com um projeto "político", como mostram as entrevistas que, de certa maneira, têm uma abrangência maior e tende a alinhavar a unidade interna da Central Única dos Trabalhadores. Isto é, o papel desempenhado pelo projeto alternativo do sindicalismo-CUT, em última análise, funciona como cortina de fumaça que encobriria a falta de um projeto sindical mais delineado.

---

201. Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1990a, p. 82.

De todo modo, mesmo entre os setores da esquerda mais radical há alguns depoimentos que apontam para a idéia de que a CUT não pode, sozinha, propor um projeto para a sociedade. Diferentemente do tema anterior onde a discordância é completamente explícita, aqui, por vezes, as divergências aparecem mascaradas, pois não se trata de um caso concreto, mas de uma questão hipotética. Vale dizer, é apenas uma possibilidade que, de todo modo, não está, para a maioria da liderança da Central Única dos Trabalhadores, à vista.

Para um dirigente da **Articulação**, é "muito difícil a CUT apresentar um projeto de sociedade. Não é papel da CUT. É papel ou do partido político, ou da própria sociedade. A CUT pode integrar um *forum* que busque um projeto de sociedade... Mas a CUT não pode ser responsável por um projeto de sociedade sozinha. Ela pode participar de um *forum*". O depoimento a seguir, também de uma integrante da mesma corrente sindical anterior, analisa que várias demandas debatidas pela Central não conseguem dar conta da realidade que se vive hoje. E cita, como exemplo, o **não** à privatização ou a **defesa**, pura e simples, da estabilidade do servidor público. Segundo essa opinião, é necessário "avançar nas nossas formulações políticas para poder de fato intervir nessa definição. Como o nosso projeto deve ser apresentado e colocado para a sociedade? Eu também acho que a CUT é também uma das entidades da sociedade civil. E a construção de um projeto alternativo ao que está dado, não pode ser uma coisa exclusiva da CUT." E complementa: "a negociação hoje, o entendimento, só será viável se partir da sociedade e não do Estado." Essas duas entrevistas representam uma certa postura democrática de parte da liderança da Central e que, lenta mas firmemente, começa a dar o tom do discurso deste sindicalismo que surge com a vaga grevista pós-78. É a concepção, como já tivemos oportunidade de apontar anteriormente, **radical democrática** que procura levar às últimas conseqüências o papel desempenhado pela sociedade civil em prol da democracia.

Outro entrevistado faz uma crítica à ação da CUT nesse aspecto e aponta, o que considera, uma confusão entre movimento sindical e partidos políticos. "E todo esse

projeto abrangente que a CUT tivesse, deveria tentar trabalhar com os partidos políticos, sem escolher nenhum. Deve estar sempre colocando, pressionando os partidos políticos para que eles defendam aquele programa que o movimento sindical discutiria... A CUT ainda está deixando a desejar, talvez por falta de entendimento de alguns e a confusão que colocam [ao] misturar o movimento sindical aos partidos políticos." Um depoente, ao se fixar no tema proposto, lembra um outro aspecto: "A CUT tem que entrar no debate do papel do Estado no Brasil. E ter uma política para o Estado." E propõe a discussão das políticas sociais, "com os partidos, com as outras centrais sindicais, com a sociedade como um todo." As palavras que se seguem - de um integrante da **Articulação** - situam as dificuldades que tem a CUT para desenvolver um projeto e, ao mesmo tempo, as possibilidades que possui à medida que é representativa de um amplo contigente de trabalhadores no país. "Por que não desenvolve um projeto? Ela tem obrigação de desenvolver, se não desenvolver perde o trem da história. E vai ser um poder paralelo? Pega a [Central Sindical] alemã e vê se não é um poder paralelo. Vê as três centrais na Espanha e vê como são poderes paralelos... A CUT vai ser um império. Já é um império, mas vai ser muito mais. E ela é muito maior do que Partido, porque dialoga com a sociedade toda, enquanto Partido nunca dialoga com a sociedade...[toda]."

A entrevista de outra liderança, da tendência **Cut pela base**, pondera que "a CUT trabalha com pauta, uma plataforma de reivindicações em que ampliam, além do aspecto trabalhista imediato, uma pauta de direitos sociais que são absolutamente legítimos e necessários para os trabalhadores, então nós temos que excluir essa idéia da CUT ter um programa de governo"; uma postura que destoa do depoente que crê na necessidade de um programa alternativo e onde a parceria deve ser realizada "com a maioria explorada" e excluindo os empresários. Diz um entrevistado da **Convergência Socialista**: "a CUT deve elaborar um programa alternativo para a classe trabalhadora, para a sociedade brasileira, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. Esse programa abarca todos os pontos abordados na pergunta, só que do nosso ponto de vista, os nossos parceiros têm que ser a

maioria explorada da sociedade, eu não consigo ver como parceiro junto ao programa alternativo da CUT, os setores do empresariado nacional." Essa concepção é parte de uma visão do papel que deve ser desempenhado pelo sindicalismo na sociedade e que, ao fim e ao cabo, pressupõe a hegemonia do padrão de ação sindical socialista revolucionário na disputa política. Como analisa um dirigente sindical da **Cut pela base**, "numa situação como a brasileira, hoje a tarefa da Central Sindical seria trabalhar para construir, ou formular um programa abrangente de intervenção dos trabalhadores na disputa política da sociedade."

Em resumo, o que este capítulo tenta apontar, a partir da opinião de cerca de 70% dos dirigentes sindicais que formam a direção executiva da Central Única dos Trabalhadores, são as dificuldades de implementação de uma política sindical capaz de dar conta das principais demandas surgidas durante todo o período de história do sindicalismo-CUT. Tais reivindicações começam a se expressar já no início dos anos 70 com a experiência da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, na Capital paulista e, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na Grande São Paulo. Essas são as duas vertentes principais que desaguarão, na segunda metade dos anos 70, no que se convencionou chamar de **novo sindicalismo**.

E essas dificuldades, em certo sentido, tenderão a aumentar devido a importância cada vez maior que, certamente, a configuração desse padrão de ação sindical desempenhará na cena política nacional. Esse é o verdadeiro desafio que terá de ser enfrentado pela Central Única dos Trabalhadores.

CAPÍTULO IV

AS AMBIGÜIDADES DO DISCURSO E DA PRÁTICA: A CUT HOJE

CAPÍTULO IV

AS AMBIGÜIDADES DO DISCURSO E DA PRÁTICA: A CUT HOJE

4.1. O IV CONCUT

4.2. AS TENDÊNCIAS E SUAS TESES

4.3. O MILITANTE *CUTISTA*

4.4. A PRÁTICA SINDICAL DA CUT

4.5. O DILEMA DA CUT: DA CONFRONTAÇÃO À NEGOCIAÇÃO

CUT, fundada em 1983 "com pouco mais de quarenta sindicatos"[202] filiados, teve um crescimento significativo junto aos trabalhadores e no interior da sociedade civil. Representa hoje cerca de 17 milhões de trabalhadores, dos quais, aproximadamente, 4,5 milhões são sindicalizados, "correspondendo à maioria absoluta das principais categorias profissionais brasileiras, incluindo esta representação a todos os Estados da federação".[203] São cerca de 1.900 as entidades que hoje estão filiadas à CUT. Possui, ainda, "35 mil dirigentes sindicais, 35 mil delegados sindicais e representantes de CIPAS, 30 mil funcionários, sendo, por exemplo, **1.300 advogados, 800 jornalistas, 300 economistas, possibilitando a produção de seis milhões de boletins sindicais por mês, mais de 100 programas de rádio e um programa nacional de televisão**. Além do crescimento do sindicalismo, tivemos vários dirigentes sindicais que foram eleitos prefeitos, inclusive de grandes capitais como Porto Alegre, São Paulo e grandes cidades como Campinas e Santos. **A maioria absoluta dos parlamentares, em todos os níveis dos partidos de esquerda, é oriunda do sindicalismo recente.**[204] (Grifos meus).

A CUT **hoje**, além de ter uma representatividade importante no sindicalismo brasileiro, também tem se constituido, nesses últimos dez anos, em uma das mais atuantes instituições brasileiras. Participando, ainda, ativamente dos principais acontecimentos, políticos, econômicos e sociais que se desenrolaram no país, tendo influenciado - em muitos aspectos - os setores políticos, o governo e o empresariado na tomada de decisões de assuntos que diziam respeito aos trabalhadores.

No tocante à sua estrutura vertical, a CUT conta hoje com doze departamentos e/ou federações e confederações, além de três em fase de implementação: a Confederação Nacional dos Bancários; Confederação Nacional dos Comerciários; Confederação Nacional dos Metalúrgicos; Federação Nacional dos Trabalhadores da

---

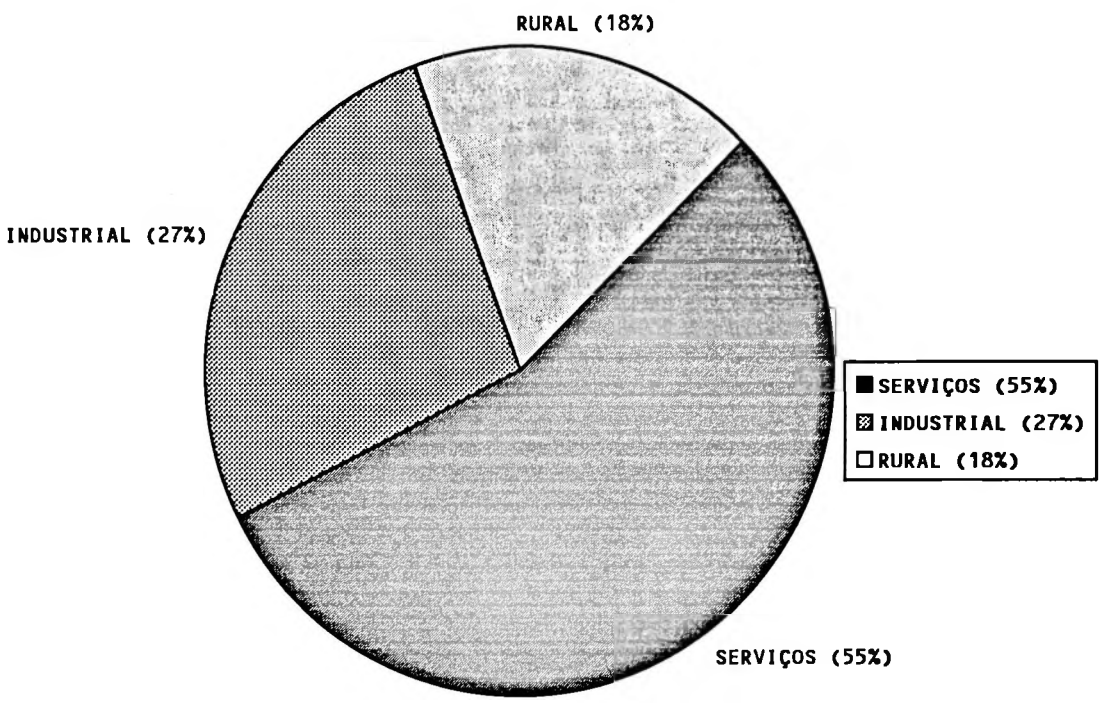
202. Conforme texto de Gilmar Carneiro, Novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, mimeo., p.1, 4/5/93.
203. Idem, p. 1.
204. Idem, p. 2.

Indústria da Construção e Madeira; Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação; Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais; Confederação Nacional dos Químicos e Similares; Departamento Nacional dos Trabalhadores de Saúde, Previdência e Ação Social; Departamento Nacional dos Trabalhadores em Transportes; Departamento Nacional dos Trabalhadores em Vestuário; Departamento Nacional dos Urbanitários.[205] Os departamentos e/ou confederações em processo de estruturação são: a Comissão pró-Departamento dos Profissionais Liberais, a Comissão pró-Departamento dos Trabalhadores em Comunições e a Comissão pró-Confederação dos Trabalhadores em Alimentação.

205. Há, no momento, uma pendência com relação aos urbanitários, pois os *cutistas* haviam criado uma federação. Outro setor sindical também criou uma federação dos urbanitários, ocasionando um impasse. Ainda neste mês de agosto de 93 esta questão deve ser resolvida. Os dois grupos estão próximos de chegar a um acordo e haverá apenas um organismo de representação. Nesse caso, o departamento dos urbanitários da CUT seria extinto, dando lugar à Federação, como já vem ocorrendo com os outros departamentos da CUT que, paulatinamente, vêm se transformando em federações e/ou confederações para **compatibilizar** com a estrutura sindical vigente. Esse processo mostra uma **adaptação** do sindicalismo-CUT à estrutura corporativa. Aquela época de crítica contundente ao sindicalismo "oficial" ficou para trás e, pelo menos na prática cotidiana, foram **arrefecidas**. Outro aspecto importante é o pedido de filiação à CUT feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em processo de discussão no interior da Central.

A Figura 1, abaixo, mostra o peso da CUT por setor econômico levando em conta a representação de membros nos seus sindicatos filiados.

FIG.1 - CUT POR SETOR ECONÔMICO, LEVANDO EM CONTA A REPRESENTAÇÃO DE SÓCIOS NOS SEUS SINDICATOS FILIADOS



Fonte: **Informacut** 209, 3/2/93.

Podemos observar que o número de sócios no setor de serviços representa mais da metade do total de sindicalizados na CUT (55%). Em segundo lugar fica o setor industrial, que perfaz 27% do total de sindicalizados e, por fim, os rurais que contam com 18% da sua base associada. à medida que os serviços possuem um percentual bastante elevado de associados em seus sindicatos, têm, uma maior presença nos organismos da Central: sejam encontros, congressos, ou mesmo cargos na direção. Isto porque, com os

estatutos aprovados no III congresso em 1988, o que passou a contar foi o número de sócios dos sindicatos e não mais a quantidade de trabalhadores na base, como elemento definidor para a escolha de delegados aos congressos, seja no âmbito municipal, estadual ou nacional. O setor de serviços (onde se concentra o conjunto dos funcionários públicos, trabalhadores da educação e da saúde, assim como o setor bancário e os funcionários das empresas estatais), reúne um contingente de trabalhadores altamente escolarizado e politizado. Em vista disso, têm uma maior participação militante no interior do sindicalismo-CUT. Já os trabalhadores rurais (em razão da dispersão no campo, e das dificuldades intrínsicas à organização sindical neste setor), aliado a uma taxa mais baixa de escolaridade e, por extensão, de politização, têm uma menor presença de sócios por sindicatos se comparados com os trabalhadores na indústria e nos serviços.

As Figuras 2 e 3, especificam a representação de sócios nos sindicatos do setor de serviços e dos ramos industriais. Os sindicalizados da educação representam mais de 30% dos associados no setor terciário, seguido pelo setor financeiro com 17%. Em seguida vêm saúde (13%) e funcionalismo público (11%). No entanto, todos os empregados da saúde são, em geral, funcionários do Estado, seja no município, no Estado ou na esfera federal.

FIG. 2- CUT NO SETOR DE SERVIÇOS, LEVANDO EM CONTA A REPRESENTAÇÃO DE SÓCIOS NOS SEUS SINDICATOS FILIADOS

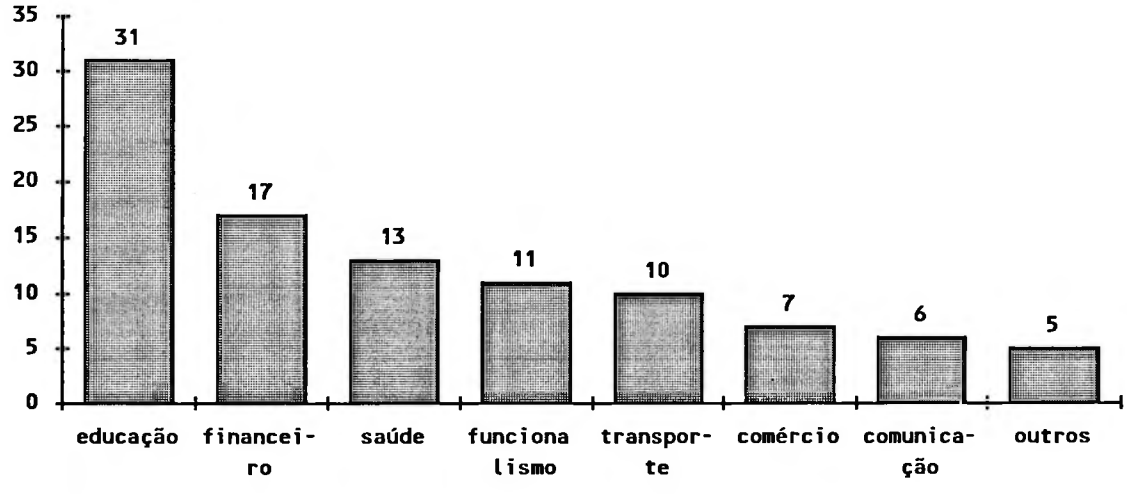
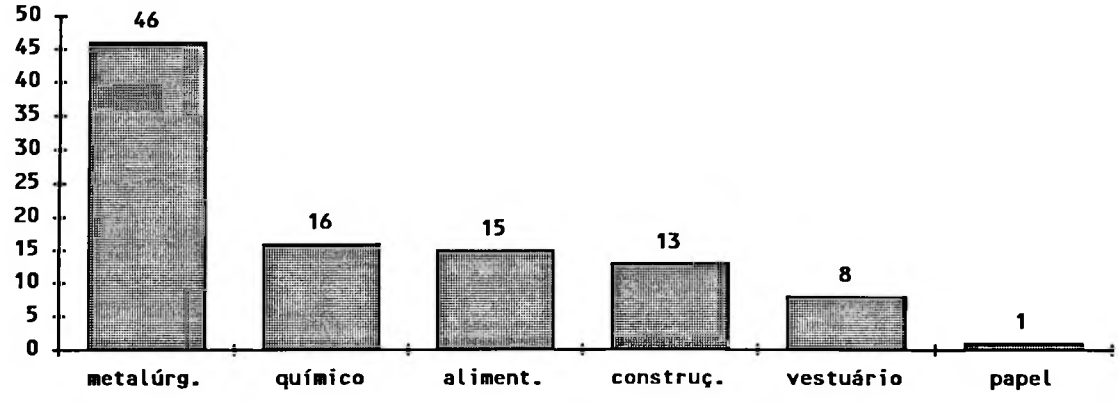


FIG. 3- CUT POR RAMO , NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, LEVANDO EM CONTA A REPRESENTAÇÃO DE SÓCIOS NOS SINDICATOS FILIADOS



Fonte: **Informacut** 209, 3/2/93.

Vale dizer, se juntarmos saúde e funcionalismo público teremos 24% do total. Em larga medida isso ocorre também com a área de educação. No tocante à indústria de transformação, observa-se que os setores químico, de alimentação e construção estão próximos em termos de percentual de sócios. Entre aqueles sindicatos filiados à CUT no ramo industrial, os metalúrgicos são os que possuem a taxa mais alta de sindicalização, quase 50% (evidentemente, neste caso, levando-se em conta, tão-somente, a indústria de transformação). De toda forma, o percentual de associados dos sindicatos metalúrgicos, se comparados aos outros ramos do setor secundário da economia, é expressão da força e do papel **ainda** preponderante dos metalúrgicos junto ao sindicalismo-CUT.

4.1. O IV CONCUT

Entre 4 e 8 de setembro de 1991, em São Paulo, a CUT realizou o seu IV Congresso. Oito anos tinham se passado desde sua fundação nos idos de 1983. Um dos aspectos mais marcantes deste encontro foi a luta interna pelo controle do poder na Central.

Esta luta política ficou mascarada por questões "administrativas": problemas de estatutos, redução em uns casos e, em outros, aumento do número de delegados ao congresso, a questão da chamada proporcionalidade "qualificada" etc. Havia, de um lado, a superestimação de algumas delegações e, de outro, a aplicação de um "redutor" para os Estados de Minas e Bahia, onde a oposição tinha maioria.

O que se observava por trás desses desacordos era a eclosão das profundas divergências que dividiram o IV CONCUT em dois blocos fundamentais: de um lado, a tendência **Articulação** em aliança com a **Nova Esquerda,** a **Vertente Socialista**, a **Força Socialista** e a **Unidade Sindical**. Do outro lado, todas as outras tendências, capitaneadas pela **Cut pela base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista** e outros grupos menores que se estruturaram no que os sindicalistas denominavam de "Antártica", significando Anti-articulação.[206]

A realização deste congresso ocorreu em uma conjuntura extremamente difícil para o movimento sindical. Em dezembro de 1989, a vitória de Fernando Collor para a presidência da República, funcionou como uma ducha de água fria para amplos setores do PT, da esquerda e, principalmente, do movimento sindical. A eleição de Collor representou a vitória de um projeto neoliberal, claramente delineado, colocando o sindicalismo numa posição ainda mais defensiva. Esse fato, aliado às transformações propiciadas pela reestruturação produtiva e à crise dos sindicatos no âmbito internacional, e o desmoronamento do chamado socialismo real criaram um estado de perplexidade e paralisia no interior do sindicalismo-CUT, situação que já vinha desde o III CONCUT, em 1988. Junte-se a isso os aspectos mais propriamente internos de estruturação da CUT e seu processo acelerado de institucionalização, que termina por criar um distanciamento entre

206. A história destas disputas e do dia-a-dia do congresso, a partir de uma visão mais à esquerda está bem desenvolvida no livro de Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, **CUT ontem e hoje**, São Paulo, Vozes, 1991, pp. 55-82. Nesta parte do trabalho, nos baseamos na obra destes dois autores, bem como na observação direta, como pesquisador, durante o desenrolar do IV CONCUT. Além disso, utilizamos neste capítulo a pesquisa do perfil dos delegados ao IV CONCUT e também o resultado dos questionários aplicados junto aos delegados deste congresso nacional da pesquisa "Concepção e prática sindical" que contou com a nossa participação.

direção e base, e teremos alguns elementos para compreender a profunda crise instaurada - mas que já vinha em gestação -, com a realização do IV CONCUT.

É dentro desse quadro mais geral que se insere o IV CONCUT.

Quais os principais temas presentes neste congresso? Segundo dois membros da corrente sindical **Cut pela base**, "o que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central do enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia. Essa questão não era nada acadêmica; ela se traduzia em decisões concretas de efeito imediato: sentar ou não sentar nas reuniões do Entendimento Nacional, com governo e patrões? Apostar no aprofundamento da ingovernabilidade, como defendia a tese da **Cut pela base**, ou defender toda uma política de superação da crise, através da retomada do crescimento, com uma visão que apostava na possível distribuição de renda, como era o enfoque da tese da **Articulação**"?[207]

Sem dúvida, esses eram, grosso modo, os principais problemas que deveriam ser enfrentados por este congresso da Central Única dos Trabalhadores.

Além do mais, era a primeira vez que se adotavam os critérios dos estatutos da CUT que fora aprovado no III CONCUT. De acordo com o documento final de resoluções do IV CONCUT, terminara "a fase dos congressos de massa, verdadeiros atos públicos que não ofereciam o mínimo de conforto para se poder pensar, discutir e elaborar propostas para o próximo mandato. Além disso, os congressos massivos (*sic*) até então não refletiam a real representação da CUT no cenário nacional. O critério adotado (o número de delegados eleitos de acordo com o número de trabalhadores sindicalizados em dia com a CUT) possibilitou que, no final das contas, pudessem ser contabilizados 1.679 sindicatos filiados, 4,5 milhões de trabalhadores sindicalizados, dos quais 3,5 milhões em dia e mais de

207. Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *op. cit.*, pp. 66/67.

15 milhões de trabalhadores na base, o que elencou (*sic*) 1.554 delegados ao Concut".[208] Desse total de delegados, 1.262 eram homens, o que representava 81,63% do conjunto do congresso, e 284 eram mulheres, perfazendo 18,37% . A Tabela 7, a seguir, mostra o número final dos delegados por Estado.

TABELA 7
DELEGADOS POR ESTADOS

Estado	Inscritos	Credenciados
AC	10	10
AL	27	27
AM	21	21
AP	2	2
BA	114	113
CE	46	46
DF	67	67
ES	39	39
GO	22	22
MA	17	17
MG	113	110
MS	6	6
MT	20	19
PA	56	55
PB	46	46
PE	73	73
PI	21	21
PR	40	40
RJ	116	115
RN	22	22
RO	14	14
RS	123	123
SC	77	77
SE	14	14
SP	424	423
TO	5	5
EXEC. NAC.	19	19
TOTAL	1554	1546

Fonte: **Resoluções do 4º Concut**

208. **Resoluções do 4º Concut**, São Paulo, Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação da CUT, p. 2.

Diferentemente de outros congressos, o IV CONCUT foi um encontro com um número muito pequeno de delegados se comparado com os eventos anteriores. Era, além disso, um congresso de diretores de sindicatos em detrimento dos delegados de bases como mostra a Tabela 8, abaixo, comparando a participação dos entrevistados de diretoria e base no III e IV CONCUTs.

TABELA 8
RELAÇÃO ENTRE DELEGADOS DE BASE E DIRETORIA

	1998	1991
DIRETORIA	49,2%	83,0%
BASE	50,8%	17,0%
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: **Perfil dos delegados ao IV CONCUT**

Em sendo um congresso de lideranças sindicais, com diminuta participação de delegados de base, por isso altamente politizado, IV CONCUT tinha todos os ingredientes para se transformar em palco privilegiado de uma forte disputa político-ideológica. E foi o que realmente aconteceu. Se os congressos nacionais *cutistas* sempre primaram pelo alto grau de politização de seus representantes, mesmo quando eram congressos de massas, a exemplo dos encontros anteriores, o IV CONCUT levou esse politicismo às últimas conseqüências, transformando, em alguns momentos, a luta política em pugilato, com pancadaria mesmo, ocasioando ferimento em vários ativistas sindicais.[209]

Quais as principais questões que teriam levado a uma exarcebação, sem precedentes, das divergências no interior da CUT? Afora o tema que está presente em todos os congressos, que diz respeito ao papel que a Central deve e/ou deveria desempenhar na

209. "A pancadaria no último dia de Congresso da CUT começou quando o ex-presidente do sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, Ciro Garcia, invadiu o palco onde estava a mesa diretora dos debates e tentou arrancar à força o microfone de um dos mediadores. Logo, outros sindicalistas invadiram o palco e houve troca de chutes, tapas, puxão de cabelo e muito choro". **O Globo**, 9/9/91. "Terminou em pancadaria, com pelo menos quatro delegados socorridos em hospitais, o 4. Congresso Nacional da Central Ønica dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo(...) O estopim da briga foi a recusa da mesa diretora do 4° Congresso Nacional da CUT (4° CONCUT) em autorizar Garcia de se defender, em plenário, da acusação de sumir com dinheiro do sindicato". **Jornal do Brasil**, 9/9/91.

sociedade brasileira (aspecto que polariza a luta de tendências na Central Única dos Trabalhadores, como já tivemos oportunidade de salientar), outros assuntos, neste congresso, concentraram a atenção dos delegados e levaram à explosão das divergências em níveis inimagináveis. Dentre esses podemos destacar: 1) filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL); 2) a superestimação, segundo a esquerda, das delegações de alguns Estados -notadamente Pará e, em parte, Espírito Santo-, e a "redução" das bancadas de Minas e Bahia, onde a oposição era majoritária; 3) a chamada proporcionalidade qualificada.

Observa-se, nessas questões, à primeira vista, uma ausência de temas mais propriamente políticos. No entanto, como no xadrez moderno, para ter o domínio do centro o jogador tenta, em geral, minar a defesa adversária a partir dos flancos... Nesse sentido, dependendo da correlação de forças, o segundo e o terceiro pontos seriam fundamentais para o equilíbrio das forças ou, até, para superação, pela esquerda socialista (em número de votos) dos setores vinculados à corrente **Articulação** e seus aliados. Já o primeiro item se relaciona aos projetos que, porventura, cada uma das facções - em que se dividiu o congresso - têm para a CUT. Como ensina Maquiavel, a questão fundamental da política é **como conquistar e manter o poder**. No fundo, esse foi o embate que esteve presente no IV CONCUT mascarado, no entanto, por questões meramente administrativas e/ou burocráticas. Foi uma luta renhida, de um lado, para continuar no poder, de outro, para conquistá-lo. Ou, se quisermos, para tomá-lo de assalto...

O Congresso aprovou, por uma escassa maioria, a filiação a uma das centrais mundiais. A diferença foi de 21 votos a favor da proposta vencedora. Como essa era uma questão bastante polêmica e havia uma resistência muito forte dos setores de esquerda à filiação, a votação era apenas "indicativa" da concordância de filiação internacional e, numa plenária nacional da CUT que se realizaria em julho de 1992 - a V Plenária -, seria decidida a qual central se filiar. Ora, a **Articulação** defendia a filiação à CIOSL, central social-democrata, o que para os grupos de esquerda era chamada de "pró-

capitalista". Como mostram os dois autores já citados, "apesar de não ter sido apresentada como filiação à CIOSL, todos os delegados, os dirigentes e a imprensa sabiam que se tratava da filiação à CIOSL. A filiação poderá ser decidida por uma plenária estatutária, a ser realizada em março de 1992".[210] Na verdade, essa questão foi decidida em julho de 1992 na V Plenária da CUT, quando a Central Única dos Trabalhadores optou por se filiar à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), antes, portanto, do V CONCUT. O bloco da esquerda defendia que esta questão deveria ser levada para o próximo congresso da CUT, o que não aconteceu.

Com relação ao "aumento" e/ou "diminuição" de delegações ao IV CONCUT, esse é, de fato, um problema anterior ao congresso. Essa questão se tornou crucial porque os delegados do congresso nacional são escolhidos nos encontros estaduais. Em última instância, com a nova sistemática estatutária, como já observamos anteriormente, o número de delegados eleitos de acordo com o número de trabalhadores sindicalizados em dia com a CUT permitia, de um lado, o controle das tendências sobre os delegados escolhidos e/ou eleitos. Vale dizer: antes de chegar ao congresso as tendências políticas já sabiam, de antemão, qual a posição político-partidária de cada delegado. Nesse sentido, este congresso nacional, por suas características, seria tão-somente a formalização de uma **dada correlação de forças** que já fora explicitada nos 26 congressos estaduais realizados durante o primeiro semestre de 1991. E, por isso mesmo, mais que os congressos anteriores este foi **um encontro de tendências políticas representadas pelas diretorias sindicais com uma parcela insignificante de delegados independentes e de representantes da base sindical**. Por isso, as questões que apareciam como meramente administrativas possuíam um conteúdo altamente explosivo para o conjunto dos militantes que participaram do IV CONCUT. É dentro desse quadro mais geral que ganhou novos contornos os problemas de redução e/ou aumento das delegações estaduais que participariam deste encontro, (casos da Bahia, Minas Gerais e Pará, entre outros).

---

210. Ver Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *op. cit.*, p. 68.

O caso paraense foi sintomático. "Conforme os estatutos, a CUT-Pará enviou à Nacional o número de associados aos sindicatos daquele Estado, quites com os cofres sindicais, até o dia 1 de março de 91. Na ocasião foi solicitada da CUT Nacional, através de um documento assinado por sindicalistas de várias tendências (CUT Pela Base, Convergência Socialista, Força Socialista), uma averiguação dos dados fornecidos, pois, pelos números fornecidos, o Pará teria direito a 95 delegados ao congresso nacional".[211]

Foi criada uma comissão com três membros da Executiva Nacional da CUT e dois representantes de cada uma das teses inscritas ao congresso estadual. Ao final dos trabalhos desta comissão houve o reconhecimento da existência de uma superestimação no número de sindicalizados e, por extensão, no total dos delegados ao IV CONCUT, pois estes caíram de 95 para 57 representantes.[212]

No que tange à questão das bancadas de Minas Gerais e Bahia, a tendência majoritária alegou que vários sindicatos desses dois estados estariam em débito com a CUT, o que impossibilitaria a participação de seus representantes ao congresso nacional. Em vista disto, o número total dos delegados destas duas unidades da Federação diminuiu. Esta pendência durou vários meses: da realização dos congressos estaduais até às vésperas do nacional. Para as tendências à esquerda, este fato representou um "golpe" da **Articulação**, pois os sindicatos "em débito" somariam com a oposição. Para a ala majoritária, tratava-se, apenas, de cumprimento das normas "estatutárias" previstas a partir do III CONCUT...

O grande debate, porém, ocorreu com o tema da proporcionalidade qualificada. A oposição desejava que o critério para a escolha dos cargos da Executiva Nacional fosse o chamado "puladinho". Por exemplo, duas chapas concorreram no IV CONCUT: a **Articulação**, em aliança com alguns pequenos grupos, obteve 786 votos (52,16%), enquanto a **oposição** ficou com 721 votos, ou seja, 47,84%. Nesse caso, a proposta da esquerda era que a tendência majoritária escolhesse o presidente e o setor

211. Idem p. 70
212. Idem, pp. 70/71.

minoritário o vice-presidente, e assim por diante. Pelos estatutos, a chapa vencedora tem direito a preencher todos os cargos de acordo com o número de representantes eleitos, sendo os outros cargos seriam preenchidos posteriormente pela chapa perdedora. Ou seja, no IV CONCUT a tendência majoritária ficou com 13 dos 25 cargos na Executiva nacional, restando os outros 12 cargos para a oposição. Se a proporcionalidade "qualificada" funcionasse, a direção executiva espelharia melhor o equilíbrio que representou este congresso. Se isto, de fato, ocorresse, provavelmente estaria criada uma situação de difícil governabilidade, em função das teses divergentes e, por vezes, excludentes, que existiriam na posição de comando. Esta é, pois, uma questão de difícil solução para a Central.

Segundo dois representantes da **esquerda socialista**, "a grande votação deste congresso foi a da proporcionalidade qualificada. Tratava-se de uma votação determinante para os rumos da CUT (...) A votação, igual às outras, foi feita através de uma cédula numerada, com o mesmo número do crachá de identificação do delegado. A votação, a rigor, não era secreta, pois seria possível, através do número da cédula, conferir a listagem do computador, identificar o delegado e em qual proposta ele votou. A votação, através da cédula, se realizou no sábado. Terminada a coleta das cédulas, a plenária foi suspensa. Os trabalhos reiniciaram-se no domingo às 9 horas. Enquanto isso, a mesa e a secretaria do congresso iniciaram a apuração dos votos. Logo a notícia se espalhou qual rastilho de pólvora: a apuração estava pau-a-pau. E pouco depois veio a informação de que a proporcionalidade ganhou... faltando ainda cinco votos em separado para se apurar".[213]

Na primeira contagem houve empate. Realizou-se, então, uma recontagem"com a presença de fiscais atentos, dos dois lados" e a proposta da **oposição** foi vencedora: 742 votos favoráveis à proporcionalidade e 741 contrários.

No entanto, na manhã seguinte, domingo, quando os trabalhos foram reabertos, a direção do congresso opta por anular a votação sobre a proporcionalidade

213. Idem, pp. 74/75. A reprodução dessa discussão com relação à proporcionalidade qualificada está muito bem detalhada nas páginas 74-77. Este foi o material em que nos apoiamos para mostrar o desenrolar dessa luta no IV CONCUT.

porque um dos votos em separado estaria repetido. Ou seja, por alguma razão um delegado votou duas vezes. Após a notícia da anulação, o congresso ficou paralisado por mais de quatro horas, período em que as duas principais tendências em que se dividira o encontro se digladiavam verbalmente.[214] De um lado, a **oposição** gritava: "democracia já. Democracia já", e "apuração, apuração, agora chega de ganhar no tapetão". De outro, a **situação** respondia: "olê, olê, olá...Rachar, rachar" e "racha, racha, vai prá **Força Sindical**". Era a primeira vez que os setores, até então minoritários, ganhavam uma eleição e não levavam...[215]

Entretanto, a situação em que se transformara o congresso, de repente se transmutou, pois a mesa diretora dos trabalhos avisa que o prazo para a inscrição de chapas estava encerrado e, como apenas uma chapa havia sido inscrita, a da **Articulação**, se passaria à votação. A situação que já era confusa aumenta ainda mais... Finalmente, com a forte pressão da **oposição** foi dado um pequeno prazo para que outras chapas se inscrevessem.

Acabou dessa forma a polêmica sobre a "proporcionalidade qualificada" no IV CONCUT. Foi uma manobra diversionista da tendência majoritária, que aparentemente, funcionou...

Duas chapas se inscreveram para participar do processo eleitoral neste congresso. A chapa 1, encabeçada por Jair Meneguelli, e representativa da tendência **Articulação** em aliança com alguns setores minoritários como a **Nova Esquerda**, **Vertente Socialista** , **Unidade Sindical** e **Força Socialista**, obteve 786 votos (52,16%). A chapa 2, liderada por Durval de Carvalho - dirigente da corrente sindical **CUT pela base** -, e que expressava o conjunto das correntes de **oposição** à direção da CUT, ficou com 721 votos

---

214. "Nesta votação aconteceu a primeira briga, em razão da decisão da mesa coordenadora de propor a desconsideração de cinco votos em separado, de delegados que haviam perdido seus crachás. Os votos acabaram desconsideraados, mas dariam vitória à "Antártica", frente anti-articulação. A partir de então virou palavra de ordem entre as facções radicais de que o congresso era fraudado". **Jornal da Tarde**, 9/9/91. Ver também, **Diário Popular** de 9/9/91.

215. Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *op. cit.*, pp. 76/77.

(47,84%). Havia 1.546 delegados credenciados com direito a voto, dos quais 1.531 exerceram esse direito. Houve, ainda, 11 votos nulos e 13 brancos. Com esse resultado, e conforme os estatutos da Central, a chapa 1 pôde indicar 13 membros para a Executiva Nacional e 4 suplentes, enquanto que a chapa 2, teve direito à indicação de 12 membros e três suplentes.

O IV CONCUT acabou de forma melancólica. Grande parte dos analistas que estiveram acompanhando o evento acreditava na ruptura entre as duas correntes que terminaram por polarizar os debates no congresso, e que a CUT se dividiria em duas. No entanto, tal não ocorreu. Alguns dias após a realização do congresso (19 e 20/09/1991) foi feita a primeira reunião da executiva eleita. Neste encontro, ainda em um clima extremamente tenso em decorrência dos acontecimentos que se desenrolaram no IV CONCUT, as duas principais tendências políticas em que se dividiu a CUT chegaram a um consenso acerca das principais questões que haviam dificultado o processo de democracia interna durante a realização do IV CONCUT. Esse "armistício" momentâneo foi celebrado em um documento intitulado Bases para um compromisso que, entre outros aspectos, afirma que "um balanço geral do 4° CONCUT indica claramente que a centralidade na luta interna, em detrimento dos enormes desafios no enfrentamento das políticas do governo Collor e dos patrões, não arma a CUT para um novo período de lutas e crescimento do seu projeto sindical classista, democrático e autônomo. A CUT é uma central sindical pluralista e democrática que comporta no seu interior diferentes visões táticas e estratégicas para a luta dos trabalhadores na sociedade e diferentes visões de concepção sindical e papel da Central." O texto defende, ainda, o direito à manifestação dessas diferenças, ao mesmo tempo que faz um chamamento ao cumprimento das resoluções "das instâncias democráticas da CUT." Propõe também a criação de uma comissão de ética nacional "para verificação dos acontecimentos no 4° CONCUT e apresentação de propostas para uma base ética de convivência na CUT." O documento finaliza dizendo que, "apesar dos problemas e das dificuldades reveladas, reafirmamos a legitimidade do 4° CONCUT e o cumprimento das

suas resoluções, o ponto de partida para uma efetiva unidade na prática da CUT".[216] Dos 32 membros da executiva, entre efetivos e suplentes, 30 assinaram este documento.[217] Bases para um compromisso foi uma iniciativa da tendência majoritária. Além disso, a **oposição** ficou com a Secretaria de Política Sindical, que passou a ser dirigida por Durval de Carvalho da corrente **CUT pela base**, e a Secretaria de Imprensa sob o comando de Sérgio Barroso, da **Corrente Sindical Classista**.

4.2. AS TENDÊNCIAS E SUAS TESES

Foram apresentadas 16 teses ao IV congresso nacional da CUT. Neste item discutiremos quatro delas: a tese 13, da **Articulação**, representativa de 48,75% dos sindicalistas presentes ao IV CONCUT; a tese 16, da **CUT pela base**, que contava com o apoio de 18,19% dos participantes; a tese 1, da **Corrente Sindical Classista**, que representava 13,69% dos delegados e a tese 5, da **Convergência Socialista Sindical**, que contava com 6,37% do congresso; Ora, essas quatro teses representavam 87% dos delegados do congresso, isto é, praticamente 90% dos ativistas presentes a este CONCUT identificavam-se com uma dessas quatro teses. Assim, a opção por analisar as quatro documentos supracitados, estaria coerente com o peso real que essas tendências políticas têm no interior do sindicalismo-CUT.

Nesse sentido, a Tabela 9, a seguir, dá um quadro dos delegados divididos por forças políticas no IV CONCUT.

---

216. Ver, **Resoluções do 4º CONCUT**, p. 21.
217. Apenas Francisco Zocolli (efetivo) e João Salame Neto (suplente) não assinaram. Os dois representavam as posições políticas da tese, Unir a cidade e o campo, do Partido da Libertação Proletária (PLP).

TABELA 9
DELEGADOS DIVIDIDOS POR FORÇAS POLÍTICAS

TESE	FORÇA	Nº DELEG.	%
1	Cor. Sind. Classista	231	13,69
2	Vertente. Soc./Nova Esq.	37	2,38
3	Causa Operária	4	0,25
4	Unir Cidade e Campo (PLP)	20	1,22
5	Convergência Socialista Sind.	99	6,37
8	Força socialista	43	2,77
9	Cut para Lutar	45	2,89
11	Unidade Sindical	29	1,86
13	Articulação Sindical	758	48,75
16	Cut pela Base	283	18,19
-	Outras	24	1,54
total		1.555	99,91*

FONTE: Jornal da **CUT pela base**, *apud* Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *op. cit.*, p. 86.
(*) *Por questão de ajuste, a soma total não atingiu 100%.*

As teses têm, em geral, a seguinte estrutura: 1. balanço político e organizativo da CUT; 2. estratégia da CUT; 3. situação internacional; 4. conjuntura nacional; 5. plano de ação da CUT ; 6. estrutura sindical e organização da CUT.

A tese 13, da **Articulação**, Avançar, Consolidar e Vencer, inicia fazendo o balanço político da atuação da CUT e mostra que este foi bastante positivo, pois, "ao longo dos anos 80, a CUT se estruturou e ocupou um lugar de destaque como a principal referência sindical e a mais importante organização popular da sociedade civil. Reunindo trabalhadores dos mais diferentes setores da produção, a CUT passou a traduzir as aspirações das maiorias excluídas, assumindo um caráter social e de classe. Com forte atuação na luta pela democratização e contra as sucessivas políticas econômicas, a CUT conquistou legitimidade e tornou-se a principal interlocutora dos trabalhadores frente ao patronato, governo e demais segmentos da sociedade". Observa, ainda, que a resistência tem sido a marca do período que vai de 78 a 91. No entanto, essa luta dos trabalhadores não foi capaz de conter os efeitos corrosivos da inflação sobre os salários. "Nossa resistência às

diferentes políticas econômicas e planos de arrocho impediu que os prejuízos fossem maiores, mas não se traduziu em ganho real. Nos últimos vinte anos, a participação dos salários na renda nacional caiu de quase 50% para cerca de 30%". Segundo a tendência majoritária, o III CONCUT foi um momento importante, pois teria superado a visão da CUT movimento ou partido político e situou "seu papel de negociação e contratação coletiva, funções próprias da organização sindical". Além disso, a tese da **Articulação** defende a ida ao "entendimento nacional", em setembro de 1990, que não considera como sendo discussão do pacto social (expressão maldita no interior do sindicalismo-CUT, especialmente junto às tendências de esquerda). Argumenta que, "através da tática de comparecer para disputar com governo e empresários, a CUT conseguiu impor a pauta de 13 pontos da Plenária Nacional e transformar aquilo que pretendia ser um espaço para referendar a política do governo num fórum de negociações, em que a reposição das perdas, necessidade de política salarial, assentamento de trabalhadores rurais e reversão de demissão de grevistas se constituíram em prioridade de discussão". Ao mesmo tempo que defende a negociação tripartite, critica os setores de esquerda refratários a qualquer diálogo ou negociação, seja com o governo, seja com os empresários. O documento também afirma que "os trabalhadores e a CUT têm como horizonte uma sociedade democrática, sem explorados e exploradores. O combate radical à miséria e exclusão [social] produzidas pelo capitalismo e a crítica às experiências do socialismo que efetivamente aconteceram devem ser o ponto de partida para a construção de um novo projeto de sociedade, socialista e democrática". Todas as teses falam de uma sociedade socialista. O que mostra que o *ethos* socialista[218] é muito forte no interior da Central. No entanto, entre as quatro principais teses analisadas a da **Articulação** é a que acentua mais diretamente a idéia de socialismo e democracia.

---

218. Para uma discussão mais abrangente sobre o *ethos* socialista no interior da Central Única dos Trabalhadores, ver Leôncio Martins Rodrigues, **CUT: os militantes e a ideologia**, São Paulo, Paz e Terra, 1990. Analisando as teses apresentadas ao III CONCUT, Leôncio Martins Rodrigues observa que, "o *ethos* socialista que dá o tom à cultura política da CUT, explícito nos documentos não apenas do III CONCUT mas também nos anteriores, é indicativo de que a motivação básica de grande parte dos dirigentes e quadros médios é mais política que sindical" (p. 87).

Na parte final do texto, dedicado à organização da CUT, é feito uma crítica àqueles setores que vêem a Central apenas enquanto movimento e não como organização, observando que "os avanços ocorridos derrotaram a equivocada visão de uma central sindical com o papel de apenas se constituir em movimento e articulação de lutas de contestação e resistência dos trabalhadores, que nega a estrutura e a vida orgânica, sob o argumento de que assim a Central caminharia para a burocratização". Na verdade, a tese 13, da **Articulação**, à medida que expressa as idéias dominantes da corrente majoritária tem uma postura menos crítica com relação à atuação da CUT, pois, em última instância, é o setor que conduz, do ponto de vista político e organizativo, a Central. A única crítica que é feita, em vários momentos, como já tivemos oportunidade de salientar, se dirige aos setores da oposição, por sua "intransigência", "sectarismo", "vanguardismo" etc.

Já a tese 16 da **CUT pela base**, construir a CUT: pela base, com independência e democracia, tem uma conotação extremamente crítica da *praxis* da Central. Na parte referente ao balanço da atividade da CUT, o documento afirma que, "às sucessivas políticas econômicas de Sarney e às suas reiteradas investidas para o pacto social, a CUT respondeu acertadamente com movimentos de massas que colheram, no ano de 1989, importantes conquistas democráticas e sociais." Analisa positivamente, de outra parte, o posicionamento da CUT na campanha de Lula à presidência da República e a "bem-sucedida" greve geral de 14 e 15 de março de 1989, para concluir que, "se 1989 ficou marcado como o ano da greve geral e da campanha que quase levou os trabalhadores e seus aliados ao governo federal, 1990 ficará conhecido como o ano em que a CUT foi ao pacto social, contrariando sua tradição política e as próprias deliberações do 3° Concut."

Considera, de outra parte, a participação da CUT no chamado "entendimento nacional", em setembro de 90, sob o governo Collor, como a ida ao pacto social e, nesse sentido, esse fato teria se constituído "num retrocesso histórico". Ainda, segundo o documento da **CUT pela base**, a decisão de negociar com o governo "foi adotada pela pequeníssima margem de dois votos na Executiva Nacional" e continua: "a falta de

sensibilidade política para este fato colocou nas mãos de uma única corrente uma decisão que unificou todas as demais na posição contrária." Se a tese da **Articulação** faz uma defesa candente da ida ao "entendimento", toda a esquerda socialista e, neste caso, a **CUT pela base**, faz uma crítica contundente a esse procedimento da direção da Central. Outro tema ressaltado é o da "burocratização". São apontados, aqui, três aspectos que segundo este documento estariam levando a um processo de burocratização da CUT: 1. "O esvaziamento progressivo e deliberado das instâncias dirigentes nacionais da CUT"; 2. "O aumento do poder decisório das secretarias em detrimento dos coletivos de direção" e 3. "Falta de centralização política na ação e construção dos departamentos". De outra parte, é proposto um "combate ao sindicalismo de resultados" no campo político, ideológico e organizativo-sindical. No tocante à negociação trabalhista, é interessante observar, como ocorre com todas as teses das várias correntes oposição, uma relação ambígüa com o tema do contrato coletivo de trabalho, que é um dos principais pontos da estratégia *cutista*, ou seja, da tendência majoritária e seus aliados. Nesse sentido, de acordo com a **CUT pela base**, "o contrato coletivo de trabalho não substitui (nem é) um questionamento ao conjunto do projeto neoliberal, e assim não deveria se constituir no elemento organizador da estratégia da CUT na atual conjuntura."

Já no campo internacional, defende a independência da CUT com relação às centrais mundiais e propõe um relacionamento com estes organismos internacionais a partir de atividades concretas, tais como: dívida externa, privatização, indústria bélica, meio ambiente, garantia de direitos sindicais, novas técnicas de produção e organização do trabalho etc. Além disso, dá prioridade às relações com o sindicalismo latino-americano.

Chama a atenção o destaque dado à questão da mulher na tese da **CUT pela base**. Aliás, é a única das quatro teses aqui discutidas que aborda esse tema e o faz de forma bastante ampla. Entre outros aspectos, diz o documento que "o movimento sindical, construído historicamente como um espaço masculino, reproduz cotidianamente a divisão sexual do trabalho. Divide tarefas onde as mulheres em geral estão em posições secundárias

ou organizativas e de infra-estrutura. Reproduz a dominação machista seja nas piadas, nas cantadas e no assédio sexual. Desvaloriza o trabalho realizado pelas mulheres e, além disso, não reconhecem que as mulheres entram para a vida política em situação de desigualdade com os homens...". Defende ainda, a criação de creches, o envolvimento do sindicato na luta contra a violência praticada contra as mulheres, a elaboração de mecanismos que dêem condições de maior participação das mulheres nas várias instâncias sindicais, nas atividades de formação e complementa que, "a CUT deve se engajar tanto nas mobilizações que visam socializar o trabalho doméstico (lavanderias comunitárias, restaurantes populares, etc.), como travar o debate sobre a necessidade de trabalhadores dividirem tarefas domésticas com suas companheiras". Possivelmente, por contar com uma forte participação de setores feministas em seu interior, a tendência sindical **CUT pela base** faz uma discussão detalhada da questão da mulher. Em geral, esse é um tema que aparece nos documentos oficiais dos sindicatos e das centrais, mas não com a ênfase que encontramos nesse documento.

No item referente à estrutura sindical e organização da CUT, é defendida a eleição do presidente de forma direta, pelos delegados do congresso, independemente das chapas. É feita também a defesa da "proporcionalidade qualificada". De outra parte, acompanhando as demais correntes de oposição, defende a tese de que "todos os delegados serão escolhidos nas assembléias, sendo que fica limitado a 1/3 da delegação o total de vagas para os diretores da entidade em questão [e] as oposições sindicais terão um tratamento igual ao das entidades filiadas (excluídas as vagas correspondentes à diretoria)".

Enfim, o que transparece no documento da **CUT pela base** é um acentuado tom crítico aos procedimentos levados a cabo pela direção da Central nas mãos da corrente majoritária **Articulação** e seus aliados, tanto do ponto de vista da linha política, quanto da condução administrativa.

A tese 1, da **Corrente Sindical Classista (CSC)**, com o título, Pela Unidade Classista dos Trabalhadores, é um texto bem mais curto que os outros três aqui discutidos e está estruturado da seguinte forma: inicialmente faz um histórico da trajetória desta

tendência no movimento sindical até sua decisão de se integrar à CUT. É necessário lembrar que a **CSC** fazia parte da chamada **Unidade Sindical**, na divisão de forças no I CONCLAT (1981) e, com a criação da CUT em 1983, ficou com os setores sindicais que criaram a CONCLAT e posteriormente a CGT. Feito esse balanço, passa a discorrer sobre a situação internacional, e a conjuntura nacional, em seguida, faz um balanço da atuação da CUT e propõe algumas mudanças nos estatutos da mesma, terminando com um plano de lutas.

Para a **Corrente Sindical Classista**, "o capitalismo apregoa certa pujança, ao menos em alguns países. Esgrime inovações tecnológicas e as derrotas temporárias do socialismo para dizer-se invencível e eterno". Mais adiante, acrescenta que "o socialismo não é uma utopia. Enquanto sistema, construiu os alicerces da verdadeira emancipação dos operários e demais trabalhadores assalariados (...) O verdadeiro "balanço crítico" do socialismo deve nos levar a retomá-lo num nível superior, e não à colaboração com o império do capital (...) O socialismo é o futuro. Chegaremos a ele". Para a **CSC**, a questão do socialismo é um ponto fundamental - pelo menos do ponto de vista do discurso. No entanto, não aparece em nenhum momento a posição que foi defendida por este setor quando da tentativa de golpe militar na União Soviética em agosto de 1991. à época, a direção do Partido Comunista do Brasil ao qual a **Corrente Sindical Classista** é ligada defendeu amplamente, nos meios de comunicação, a tentativa de golpe na URSS.

No que tange à situação nacional, o documento - assim como toda a esquerda socialista no interior da CUT - também critica a ida ao "entendimento nacional" proposto pelo governo. "A CUT deve recusar, sem rodeios, pactos, entendimentos ou quaisquer acordos globais com Collor. Isso não significa abdicar do papel da Central como porta-voz dos trabalhadores frente aos patrões e ao governo. Significa, sim, não cair em arapucas montadas para domesticar e submeter o movimento sindical". No tocante ao balanço propriamente dito da atividade da CUT, observa que a greve de março de 1989 foi "a maior greve geral da história do Brasil" e critica a posição da direção que não levou a bom termo, segundo a **CSC**, a proposta de greve geral de 12 de junho de 1990, pois "a

saída adotada - `greve geral das categorias em luta'- revelou-se vazia. O saldo do episódio `aliviou' Collor, [e] acirrou as divergências dentro da CUT". Além disso, faz uma longa digressão crítica à atuação da CUT na negociação de setembro de 1990 e se posiciona contra o que é chamado de "burocratização" da Central. Defende, ainda, assim como a **CUT pela base** e a **Convergência**, a independência da CUT diante das centrais internacionais e, ao mesmo tempo que apóia o contrato coletivo de trabalho, faz uma crítica implícita ao afirmar que este não é "um estatuto para `civilizar' o antagonismo entre capital e trabalho". Já no tema dos estatutos, propõe mudar, entre outros aspectos, a redação da adesão da CUT à Convenção 87 da OIT - que defende a liberdade e autonomia sindical -, o que impediria a possibilidade de pluralismo sindical. É importante frisar que a **CSC** defende, claramente, a unicidade sindical.

A tese 5, da **Convergência Socialista Sindical**, inicia afirmando que "nos dois últimos anos os trabalhadores do Brasil e do mundo viveram grandes acontecimentos. No Brasil fizemos a maior greve geral da história do país, derrubando o Plano Verão em março de 89. Centenas de milhares de trabalhadores lutaram pela eleição de Lula e quase chegamos lá. Arrancamos 30 milhões de votos. A derrubada das ditaduras burocráticas no Leste europeu e a resistência popular à agressão imperialista no Golfo Pérsico são expressões desses grandes acontecimentos a nível mundial". Na parte referente à situação mundial, o documento observa que as revoluções do Leste teriam abalado o mundo e que o socialismo estaria vivo. "O que acabou foi a grotesca caricatura do socialismo, que na verdade era o oposto, a negação de seus princípios básicos". Ainda no tocante à análise da conjuntura internacional, o documento afirma que haveria uma contra-ofensiva lançada pelo "imperialismo aproveitando a queda da burocracia", e isso estaria consubstanciado nos campos ideológico, político, econômico e militar. No entanto, mesmo com essas questões, ainda de acordo com a tese 5, a correlação de forças seria favorável aos trabalhadores, pois, "apesar desta contra-ofensiva, o ascenso dos trabalhadores responde e enfrenta o imperialismo. Frente a toda essa situação, as massas não se detêm, não páram de lutar". O

que se observa, na leitura deste texto, é uma visão extremamente "voluntarista" da política. Ou seja, o que se apresenta é muito mais a expressão de um desejo que a análise de uma dada correlação de forças.

No que diz respeito a temas da conjuntura nacional - acompanhando as posições da esquerda socialista - é feita a crítica da postura adotada pela CUT no chamado entendimento nacional e por ter recuado na tentativa de greve geral de 11 e 12 de junho de 1990, considerado pela tese 5 "um giro de 180 graus: a desmarcação da greve geral e o pacto social".

Segundo a **Convergência Socialista**, a CUT estaria diante de dois caminhos diferentes: "o da direção da Articulação, de pretensas reformas possíveis nos limites do capitalismo, que foi o que vigorou durante todo o ano de 1990; ou retomar o caminho da CUT das origens, baseado na luta, na independência de classe e na democracia operária, colocando um objetivo estratégico claro de transformações revolucionárias de fundo que ponham fim à sociedade capitalista brasileira, baseada na exploração, na fome e na miséria". Enfim, que a Central deve ter uma estratégia "revolucionária", e "para que a CUT se coloque na estratégia do socialismo é necessário construir uma direção revolucionária para a Central".

No tocante à estrutura e organização da CUT, as questões expostas se aproximam dos temas levantados pelas teses da esquerda socialista, especialmente da tendência **CUT pela base**. A tese 5 conclui defendendo "a completa destruição da estrutura sindical pelega. Contra a burocratização dos sindicatos e das direções sindicais. Pela mais ampla participação e controle dos ativistas e das bases na gestão dos sindicatos". Entre os organismos que subscreveram este documento estavam o Sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, Sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato dos bancários de Porto Alegre, Federação democrática dos metalúrgicos de Minas Gerais, Sindicato dos previdenciários do Rio Grande do Sul e Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de produtos químicos de Pernambuco.

Assim como no III CONCUT, "a maior parte das teses [apresentadas ao IV CONCUT] pretende fazer da CUT não um instrumento de obtenção de melhorias para os trabalhadores dentro do regime capitalista, mas um instrumento de luta revolucionária pelo socialismo (...) Quase todas partem da idéia de que a conjuntura mundial está marcada pelo agravamento da crise econômica do capitalismo, com profundas e danosas conseqüências para o Terceiro Mundo. A crise brasileria estaria relacionada a essa crise geral do capitalismo que aguçaria as contradições do sistema, tornando mais intensos os conflitos de classe".[219] Na verdade, a característica fundamental destas teses é a sua generalidade. Discorrem sobre uma gama significativa de problemas do ponto de vista político e ideológico. No entanto, lhes faltam, por vezes, coerência interna e respostas concretas aos problemas reais que afligem os trabalhadores e o sindicalismo. Por exemplo, como resolver a questão do desemprego hoje; como fazer frente à ampla reestruturação produtiva que está ocorrendo nos países centrais e que começa a ser percebida, também, no Brasil? De outra parte, que respostas o sindicalismo pode dar para a sua própria crise? Falta também um diagnóstico em profundidade acerca das questões econômicas. Quando discorrem sobre a "saída" socialista para o Brasil, não há nenhuma observação sobre as outras classes e/ou camadas sociais. É como se existisse **apenas** a classe "operária".

As teses analisadas, à exceção parcial do documento da **Articulação**, que é um pouco mais moderado, retratam uma situação que, em grande medida, não é vivenciada pela maioria dos trabalhadores. Elas desempenham, sem dúvida, mais um papel de "conscientização para o combate final que se aproximaria" que uma relação direta, seja com o cotidiano das classes trabalhadoras, seja com a própria dinâmica da atividade sindical *strito sensu*. De certa maneira, todos os problemas são jogados literalmente para o futuro, porque tudo passaria pelo fim do regime de" exploração do homem pelo homem" e a

219. Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, 1990, p. 84. Concordo, em larga medida, com a análise feita por Leôncio Martins Rodrigues sobre as teses discutidas no III CONCUT, pp. 83-92 que, além de mostrar a relação com o marxismo e o leninismo de várias correntes políticas no interior do sindicalismo-CUT, faz uma interessante discussão entre a relação do *ethos* socialista dos militantes *cutistas* e a eficácia sindical.

fundação da sociedade "socialista". Esta questão aparece claramente nas quatro teses aqui analisadas, ainda que com menor ênfase para a tendência **Articulação**. Mesmo pressupondo que "o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente ... e que, frequentemente, a relação entre o resultado final e a intenção primeira é simplesmente paradoxal".[220] Existe uma distância muito grande entre a intenção, neste caso o discurso, e o resultado da ação, a prática.

Desse ponto de vista, observa-se um forte principismo nas posições políticas das tendências, expressos em seus documentos, notadamente junto àquelas vinculadas à esquerda socialista. O que levaria a esse aparente descolamento com a "experiência vivenciada" dos trabalhadores? Ou, dito de outra forma: qual o móvel da ação política dessas correntes? Uma hipótese, mais geral, é que o fundamento dessa atitude diante do "mundo" se prende a uma forte componente moral e valorativa. Nesse aspecto, talvez se pudesse afirmar que existe no interior do sindicalismo-CUT a idéia de um "socialismo de todo o povo", de influência cristã,[221] que embasaria o *ethos* de seus militantes e que se consubstanciaria num **socialismo plebeu**, que funcionaria como um poderoso instrumento de identidade junto aos pequenos grupos[222] de esquerda revolucionária em atividade na Central e em parcelas da corrente majoritária, especialmente em setores de base desta tendência. Nesse sentido, a **ética** que animaria esses ativistas, usando a formulação de Weber, é a **ética de convicção** - mais apropriada à esfera privada -, em contraposição àquela que visa resultados e se coadunaria com a esfera pública, a **ética de responsabilidade.**[223]

---

220. Ver, Max Weber, **A Política como Vocação**, *in* **Ciência e Política: duas vocações**, São Paulo, Cultrix, 4ª edição, s/d., p. 108.

221. Ver capítulo II deste trabalho, especialmente no tocante à relação da Igreja com o movimento operário.

222. Ver Theodore M. Mills, **Sociologia dos Pequenos Grupos**, São Paulo, Pioneira, 1970. Segundo este autor, "quando se comparam grupos mais e menos eficientes, os membros do grupo que obtêm mais êxito tendem a: 1) comprometer-se mais integralmente com o objetivo do grupo; 2) comunicar-se mais livre e mais claramente entre si; 3) coordenar de maneira mais completa suas atividades; 4) sentir-se mais amigos entre si". *Op. cit.*, p. 141.

223. Observa Max Weber, "há oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção - diríamos em linguagem religiosa, "O cristão cumpre seu dever e quanto aos resultados da ação, confia em Deus" - e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: Devemos

Esse fenômeno, em parte, seria responsável pela postura sindical de não enfrentar as questões diretamente, deixando-as, sempre, para um futuro distante quando os problemas dos trabalhadores seriam "resolvidos". É nesse aspecto que salta aos olhos a inexistência, por exemplo, de qualquer referência à profunda crise por que passa o sindicalismo nos países centrais e também na América Latina; às mudanças que estão ocorrendo mundialmente nas relações de trabalho, em decorrência da reestruturação produtiva, o impacto das transformações tecnológicas para a empresa e para o trabalhador etc; enfim, como a globalização da economia e a fragmentação do trabalho, juntamente com as metamorfoses tanto no âmbito político quanto social estariam afetando a atividade sindical.[224] As teses, no entanto, passam ao largo desses temas...

4.3. O MILITANTE *CUTISTA*

Neste item vamos analisar as características do ativista sindical que participou do IV CONCUT. Comparativamente àqueles que se fizeram presentes no III CONCUT e, por extensão, em todos os congressos anteriores da Central, o que se sobressai nos aspectos analisados nesta parte da pesquisa é o rápido processo de institucionalização da Central Única dos Trabalhadores. Observa-se, num prazo de três anos (1988 a 1991),

---

responder pelas previsíveis consequências de nossos atos". **Perderá tempo quem busque mostrar, da maneira a mais persuasiva possível, a um sindicalista apegado à verdade da ética da convicção, que sua atitude não terá outro efeito senão o de fazer aumentarem as possibilidades de reação, de retardar a ascensão de sua classe e de rebaixá-la ainda mais - o sindicalista não acreditará.** Quando as consequências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns do homem (...) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as consequências previsíveis de sua própria ação". (Grifos meus). Max Weber, *op. cit.*, p. 113/114.

224. Há uma vasta bibliografia sobre esta questão. Ver, entre outros, Geneviève Bibes e René Mouriaux (orgs.), **Les Syndicats Européens à L'épreuve**, Paris, Presses de La Foundation Nationale des Sciences Politiques, 1990; André Gorz, **Métamorphoses du Travail: quête du sens**, Paris, Éditions Galillée, 1988; André Gorz, **Capitalisme, Socialisme, Écologie**, Paris, Éditions Galillée, 1991, especialmente capítulo 6, "La crise de l'idée de travail et la gauche post-industrielle"; Claus Offe, **Capitalismo Desorganizado**, São Paulo, Brasiliense, 1985; Jelle Visser, "Trade unionism in Werstern Europe: present situation and prospects", **Labour and Society**, Genebra, vol. 13, abril de 1988 e Ludolfo Paramio, **Tras el Diluvio: la esquerda ante el fin de siglo**, México, XXI Veintiuno Editores, 2ª edição, 1989.

acentuada dinâmica de profissionalização dos militantes, com aumento significativo, por exemplo, daqueles dirigentes sindicais com liberação total para a atividade trabalhista.[225] Nesse aspecto, é necessário sublinhar que o IV CONCUT foi, principalmente, um encontro de diretores sindicais, o que explicita, mais uma vez, a institucionalização. Foi diminuta a participação das oposições e/ou associações, bem como dos delegados de base, como já havíamos salientado anteriormente, se comparados ao III CONCUT e como mostram os dados, mais abaixo, constantes dos gráficos. Além disso, o setor rural, que teve uma participação de quase 40% no congresso de 1988, no IV CONCUT representava pouco mais de 10% do total de delegados.

Outro fator que mostra essa transformação é a faixa etária dos delegados que participaram do congresso de 1991, bem como o tempo de militância, tempo que ocupam cargos nas diretorias dos sindicatos e a escolaridade. Houve, nesse aspecto, um significativo incremento em todos esses itens comparativamente a 1988.

Desse ponto de vista, o militante *cutista* que esteve no IV CONCUT era, em geral, mais velho que aquele presente no congresso de 1988, possuía bem mais "experiência" de militância, e também estava há mais tempo à frente da "máquina" sindical. De outra parte, tinha uma escolaridade bem mais elevada se comparados com os delegados do encontro em Belo Horizonte. Esses dados[226] indicam a persistência de uma forte tendência à institucionalização no interior da CUT, o que contraria, em larga medida, as aspirações da esquerda mais radical, que ainda aposta numa Central onde o **movimento** se sobressairia à **organização**. Para Philip Selznick, "sindicatos e associações de classe, governos, empresas comerciais, partidos políticos, etc. são estruturas formais, porque representam instrumentos racionalmente organizados para a consecução de objetivos enunciados (...) Vista sob este ângulo, a organização formal constitui a expressão estrutural da ação racional (...) **A**

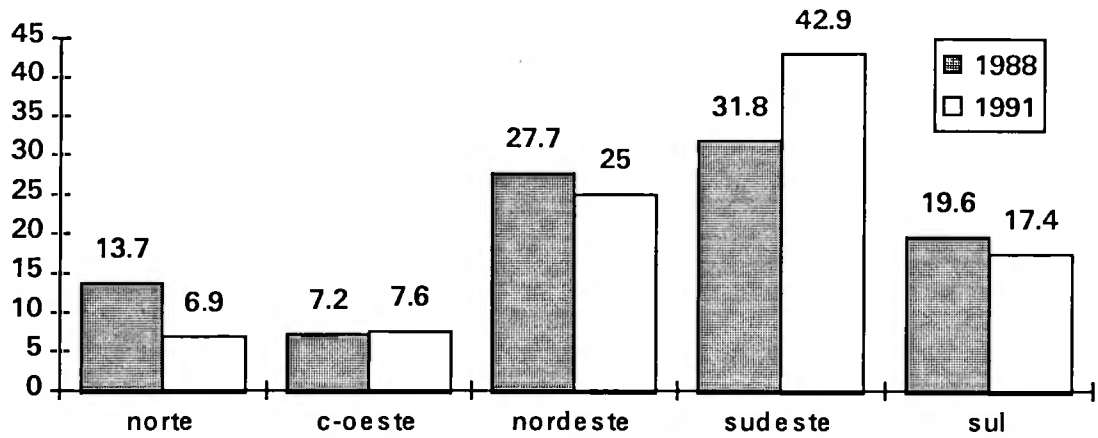
225. Weber, ainda que analisando os partidos políticos, observa que "em verdade, o poder repousa, hoje em dia, nas mãos dos **permanentes**, que são responsáveis pela continuidade do trabalho no interior da organização". (Grifos no original). Max Weber, *op. cit.*, p. 89.
226. Dados da pesquisa sobre o perfil dos delegados do IV CONCUT.

segurança de todos os participantes e do sistema como um todo, gera uma pressão persistente pela institucionalização de relações, que são assim removidas das incertezas da fidelidade ou sentimento dos indivíduos." (Grifos meus). E acrescenta ser "necessário que as relações dentro da estrutura sejam de tal forma determinadas que os indivíduos sejam intercambiáveis, e que a organização fique assim livre da dependência de qualidades pessoais. Desta maneira, a estrutura formal ficará sujeita à manipulação previsível, um instrumento de ação racional".[227] Esta é a dinâmica do processo por que passa a CUT hoje e que se reflete no alto grau de profissionalização de seus quadros militantes intermediários e da assessoria que lhe dá suporte institucional. Nesse aspecto, a busca de eficiência da organização, a impessoalidade das relações e a busca da racionalidade nos objetivos fixados são características que explicitam esse movimento da Central Única dos Trabalhadores como uma organização complexa e em rápido processo de estruturação.

A Figura 4, abaixo, que dá conta dos delegados por região, demonstra que, quando comparados com os dados de 1988, o que aparece de mais relevante é o aumento da delegação do Sudeste. Aliás, esta é a única delegação que teve um crescimento significativo em relação ao III CONCUT (mais de 10%), porquanto, o acréscimo dos participantes da região Centro-Oeste é irrisório - apenas 0,4% -, isto é, manteve-se praticamente no mesmo patamar. As outras três regiões - Norte, Nordeste e Sul- tiveram uma diminuição no cômputo geral do congresso, sendo que apenas na região Norte esse percentual foi mais significativo (cerca de 7%). No Nordeste e no Sul a variação para menos do percentual de representantes foi aproximadamente a mesma (cerca de 2%).

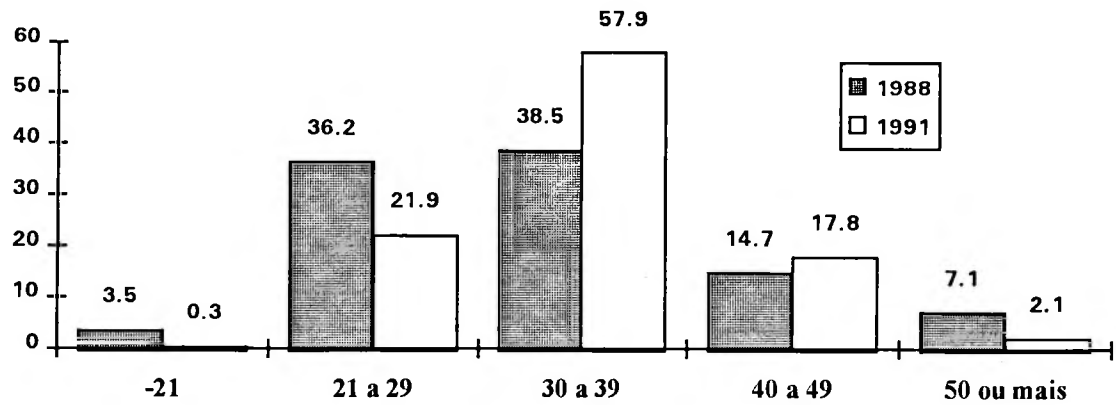
227. Philip Selznick, "Fundamentos da teoria de organização", *in*, Amitai Etzioni (org.), **Organizações Complexas**, São Paulo, Atlas, 1971, pp. 30/31.

FIG. 4 - O PERFIL DOS DELEGADOS POR REGIÃO



A Figura 5 mostra a relação entre delegados e faixa etária. Em 1988, aqueles que se situavam no intervalo de 21 a 29 anos e 30 e 39 anos representavam 36 e 38%, ou seja, um percentual muito próximo. No congresso de 1991, no entanto, há uma mudança importante: a faixa etária entre 21 e 29 anos cai para aproximadamente 22% e entre 40 e 49 anos sobe cerca de 3%. Dois fatos chamam a atenção: a faixa etária de 30 a 39 anos, que em 1988 representava aproximadamente 40% passa para quase 60% no IV CONCUT;em contra partida, há uma diminuição de cerca de 5% entre os delegados que tinham mais de 50 anos se comparados com os que estiveram presente em 1988.

FIG. 5 - DELEGADOS SEGUNDO AS FAIXAS DE IDADE



O que podemos concluir desses números é que está ocorrendo um **envelhecimento** do sindicalismo-CUT, pelo menos no que diz respeito àqueles ativistas que participam em seus congressos nacionais. Vale dizer, são sindicalistas com mais idade, presumivelmente com mais experiência e, desse ponto de vista, com mais tempo de militância sindical como as tabelas seguintes vão mostrar. São participantes mais ligados ao cotidiano dos sindicatos - como membros de suas diretorias -, ao mesmo tempo que possuem uma experiência maior de militância sindical. Pela forma como é feita a escolha para os delegados aos congressos nacionais, a partir das mudanças estatutárias de 1988, realmente ocorre um "afunilamento" em duas direções: em primeiro lugar, o privilegiamento dos membros de diretorias em detrimento dos ativistas de base e, em segundo, primazia dos representantes das tendências políticas, relegando para segundo plano aqueles ativistas independentes que participam da luta sindical.

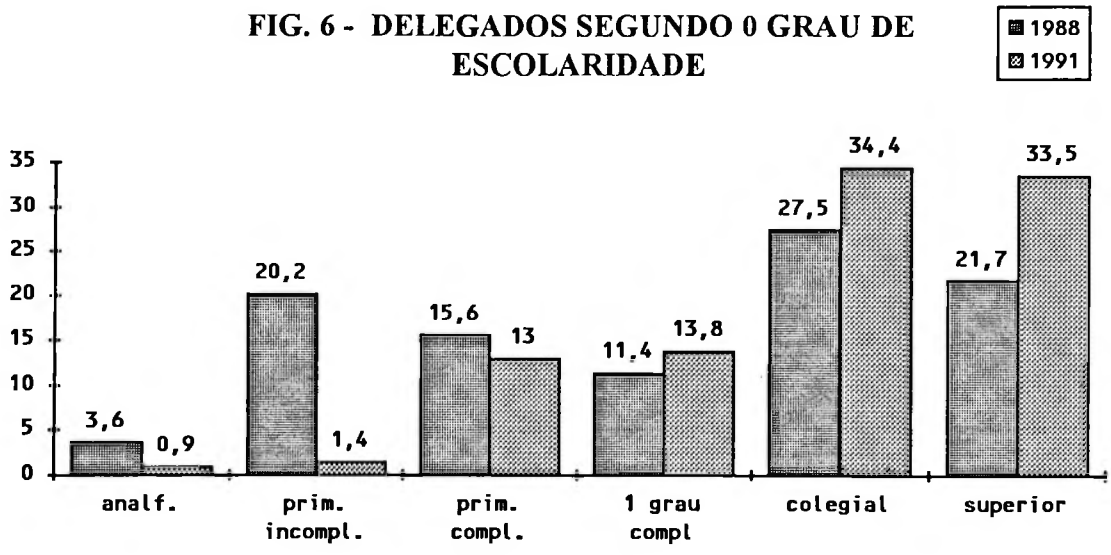
Enfim, os dados apontam para a permanência de um contingente significativo de sindicalistas, uma espécie de "núcleo militante" que vai se mantendo e se ampliando com o passar dos anos, e que tende a fazer uma seleção dos "novos" em um típico processo de burocratização da organização. Essa é uma das razões para a significativa concentração já

apontada: aproximadamente 60% dos sindicalistas no IV CONCUT estavam na faixa etária de 30 a 39 anos.

Nossa hipótese é que está sendo criada, na Central Única dos Trabalhadores, a figura do **sindicalista profissional**. Isto é fundamental para a nova fase que a Central está vivendo, onde a **racionalidade** técnica, o **pragmatismo** nas negociações e uma certa diminuição do nível de **conflituosidade** com os empresários e o governo apontam, aparentemente, para um novo padrão de ação sindical, onde a **confrontação** começa a dar lugar à **negociação**, tendendo, em alguns casos, como na experiência das câmaras setoriais do setor automobilístico, tendendo para uma **certa** forma de **parceria** entre capital e trabalho. Tal postura possivelmente terminará por diminuir, a médio prazo, força do *ethos* socialista no seu interior.

A Figura 6 apresenta o perfil dos delegados de acordo com o grau de escolaridade. Pelos dados podemos ver que há uma mudança significativa entre o III e o IV CONCUTs. Em 1988, por exemplo, era de aproximadamente 25% o número de congressistas analfabetos (3,6%) e os que possuíam o curso primário incompleto, o que representa uma parcela extremamente elevada de sindicalistas com um nível muito baixo de escolaridade. Eles eram completamente analfabetos ou tinham, em sua maioria, apenas o primeiro ou o segundo ano do curso primário. No IV CONCUT, contudo, o percentual dos ativistas que eram analfabetos ou possuíam o primário incompleto, era residual, ou seja, pouco mais de 2% (2,3%).

FIG. 6 - DELEGADOS SEGUNDO 0 GRAU DE ESCOLARIDADE



Os dados já demonstram, por si só, parte das transformações que começaram a ocorrer com as mudanças estatutárias levadas adiante no III CONCUT. Saindo da base da pirâmide escolar e indo para o topo, ou seja, entre os que têm colegial completo e o curso universitário integral, observa-se igual processo de diferenciação entre os dois momentos de história da CUT. Aproximadamente 28% dos delegados do III CONCUT tinham o colegial completo, contra cerca de 35% no congresso seguinte. Além disso, quase 22% da delegação do III Congresso tinha concluído um curso superior,enquanto três anos depois esse percentual atinge mais de 1/3 do total dos representantes (33,5%). Este é um dado extremamente significativo em termos da situação escolar brasileira, se levarmos em conta que em um congresso da principal Central de trabalhadores cerca de 70% dos integrantes têm, pelo menos, o colegial completo!

Vale dizer, o congresso nacional da CUT de setembro de 1991 foi, sem dúvida, o que contou com uma representação mais escolarizada se comparado com os encontros anteriores. Como já havíamos adiantado, isso se deve a uma série de fatores, entre os quais se sobressaem: ter sido um congresso predominantemente de dirigentes sindicais e, por ter tido uma participação muito pequena dos rurais, fato que alterou de modo susbstancial,(para cima) o nível de escolaridade, pois, a ampla maioria dos delegados do campo estão entre aqueles que possuem somente o primário incompleto.

Entretanto, esses dados reforçam, como já apontado, para o processo em curso de profunda **institucionalização** e, em consequência, maior **profissionalização**, **impessoalidade** e **burocratização** no âmbito da CUT.

Os dados, constantes das Figuras 7, 8, 9 e 10 apenas corroboram o que temos afirmado. A Figura 7, apresenta aspectos das mudanças ocorridas na participação dos representantes segundo as entidades a que pertencem. Os delegados de sindicatos constituíam aproximadamente 90% do total do IV CONCUT, ou seja, uma participação maior do que a do congresso de 1988. Além disso, observa-se um decréscimo dos membros de associações (de 20% para 4%) e dos representantes das oposições (cerca de 10% para menos de 2%). Foi, portanto, um congresso de diretores de sindicatos, principalmente urbanos, sem uma participação maior das bases. Esta é uma das razões do alto grau de escolaridade encontrado neste congresso.

FIG. 7 - DELEGADOS SEGUNDO AS ENTIDADES A QUE PERTENCEM

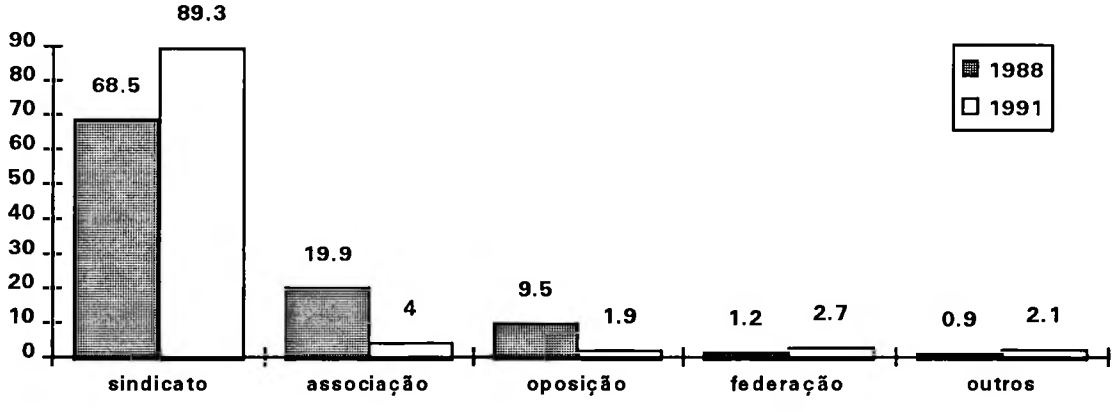
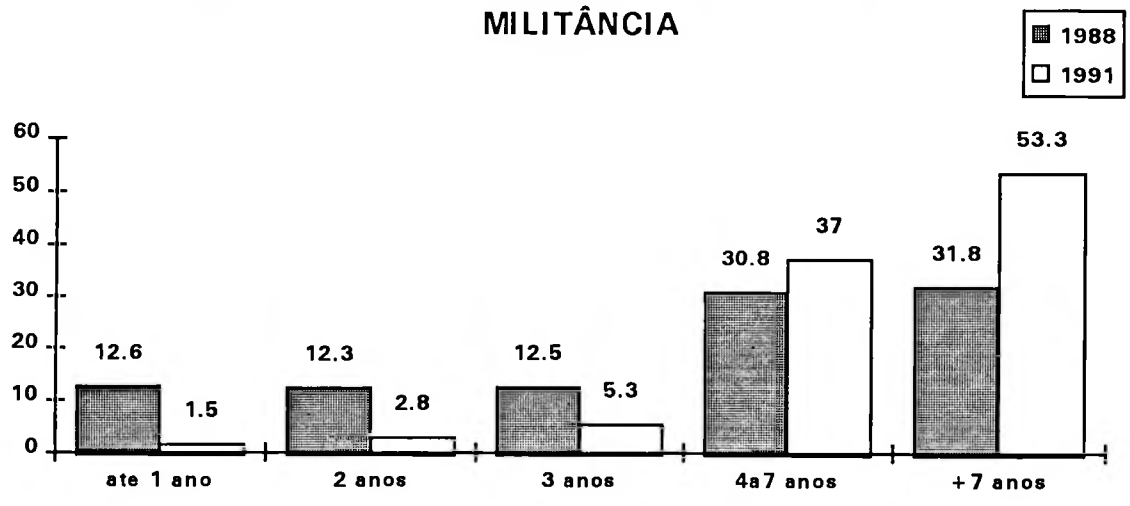


FIG. 8 - DELEGADOS SEGUNDO O TEMPO DE MILITÂNCIA



De outra parte, como mostra a Figura 8, mais da metade dos delegados segundo o tempo de militância, dos congressistas (53,3%) possuía, à época, mais de 7 anos de militância sindical, contra pouco mais de 30% no III CONCUT. Mesmo entre os congressistas que tinham de 4 a 7 anos de militância, o percentual no IV CONCUT chega a quase 40%, perfazendo um total superior a 90% se somado aos que tinham mais de 7 anos de atividade sindical. No III CONCUT o percentual da delegação com 4 ou mais anos de militância era de cerca de 60%. Esta é uma demonstração nítida da tendência de permanência de um certo "círculo de iniciados", na estrutura dos sindicatos *cutistas* e, por extensão, nos órgãos de direção da própria CUT. É um fenômeno persistente e contínuo de profissionalização que vem desde a fundação da Central. No entanto, é a partir do último congresso nacional que esse processo se mostra em toda plenitude.

Tal tendência é expressa, também, tanto nas Figuras 9 (diretores por liberação sindical), e 10 (diretores por tempo de permanência na diretoria).

FIG. 9 - DIRETORES POR LIBERAÇÃO SINDICAL

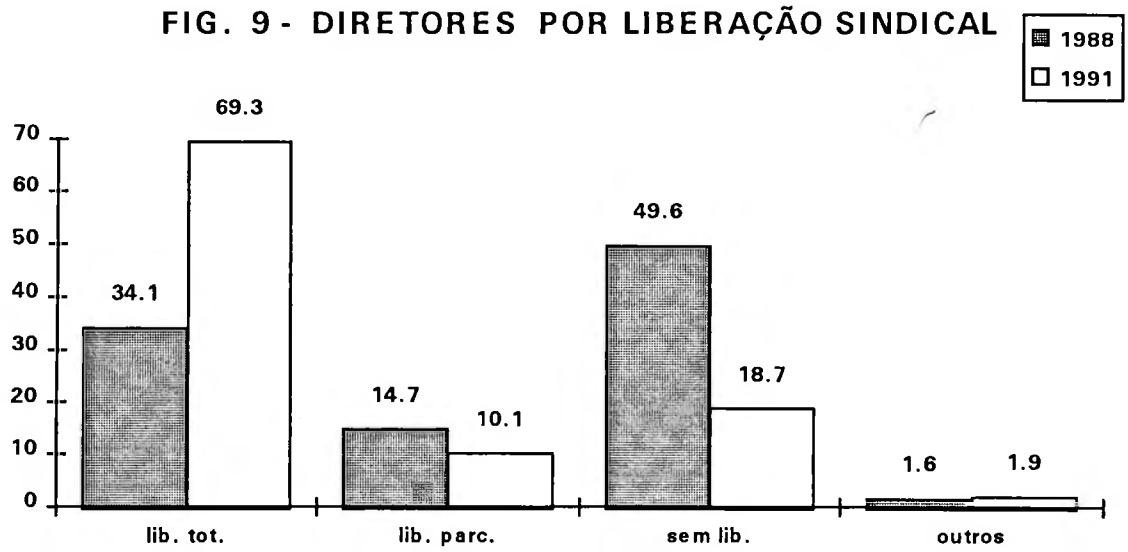
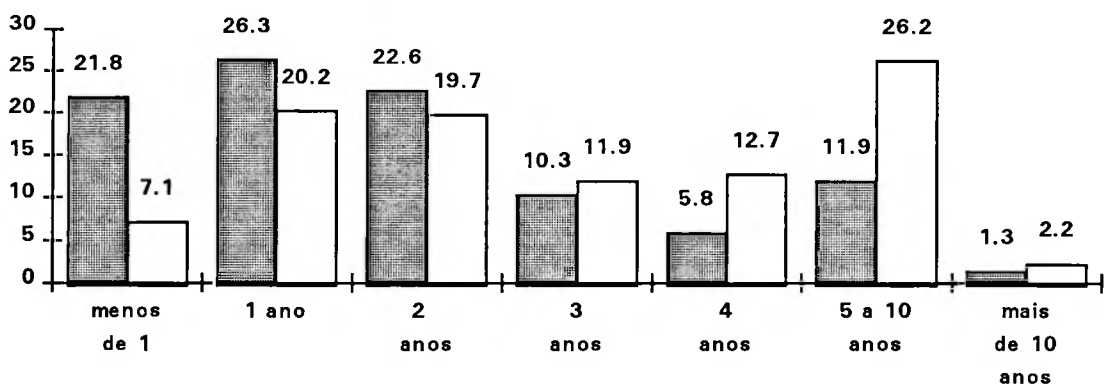


FIG. 10 - DIRETORES POR TEMPO DE PERMANÊNCIA NAS DIRETORIAS



No primeiro caso, dobra o número de delegados que estão totalmente liberados para a atividade sindical: cerca de 35% no congresso de 1988 para 70% dos participantes do IV CONCUT. Além disso, mais de 10% têm liberação parcial, o que significa realmente dizer que praticamente 80% dos delegados ao IV CONCUT estavam liberados - de alguma forma - para a atividade sindical. No segundo caso (Figura 10), os dados apontam para uma continuada permanência dos sindicalistas em suas diretorias, principalmente depois que alcançam mais de três anos nos organismos sindicais, se

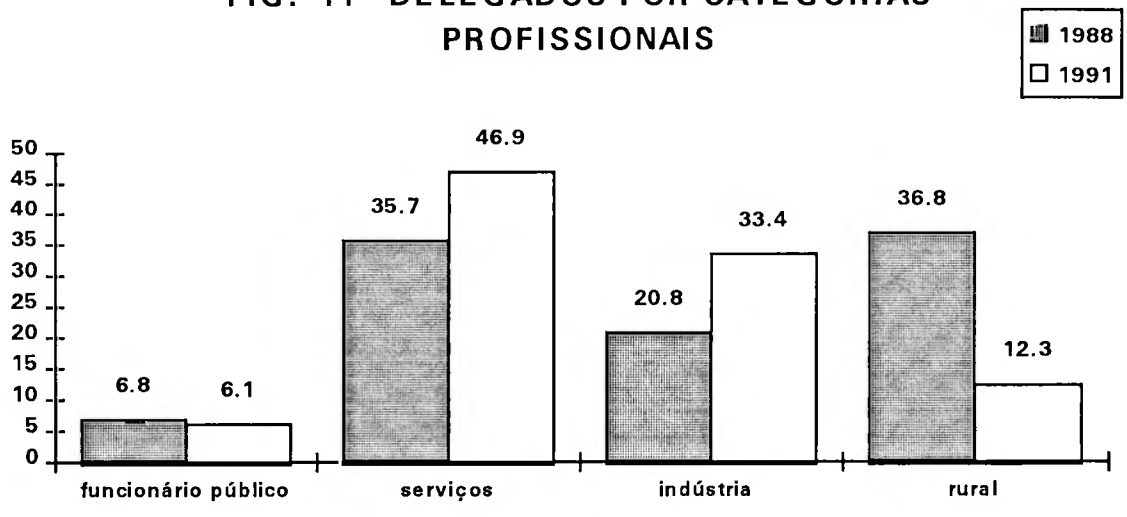
comparados com os dados de 1988. A faixa de permanência na diretoria em que se concentra o maior número de delegados está situada entre 5 a 10 anos, com mais de um 1/4 do total de congressistas. Esses são elementos que explicitam o fenômeno observado: a dinâmica institucional. Nossa hipótese é que **a acelerada dinâmica de institucionalização da CUT tem sido um dos fatores que levaram ao processo chamado por alguns dirigentes da própria Central, de "crise de governabilidade".** De um lado, a **tensão** entre o *ethos* socialista e a ação racional com relação a fins. De outro, a própria atividade de construção da "organização", que afasta parcela da direção para as tarefas de estruturação interna em detrimento das questões externas. Vale dizer, a tarefa primordial passa a ser **a consolidação da organização** e não a intervenção direta junto ao movimento. Não é à toa que um dos principais temas que a tendência majoritária vem insistindo - nas teses, documentos, discussões internas etc.-, desde o congresso de 1988 é o de caracterizar esse período como a passagem da CUT-**movimento** para a CUT-**organização**. A esquerda socialista, ao contrário, defende exatamente a volta às origens, àquele ideário que estava presente quando do nascimento da Central e que se coadunaria mais com o movimento e menos com a organização. Esta **tensão e ambigüidade** que a Central Única dos Trabalhadores está vivendo, e que "explodiu" no último período como uma "crise de governabilidade", é a expressão da luta entre a CUT originária e a CUT do futuro. A análise que Panebianco faz em relação à organização partidária também nos ajuda a compreender esse processo no interior do sindicalismo-CUT: "as características organizativas de qualquer partido dependem, entre outros fatores, de sua história, de como a organização nasceu e se consolidou. As peculiaridades do período de formação..., os traços em que se refletem sua gestação, podem, com efeito, exercer sua influência sobre as características organizativas do partido, inclusive dezenas de anos depois".[228] Esse é o processo que perpassa a CUT e que tem sido responsável por uma certa **paralisia** interna, pois esta vive um momento de

228. Angelo Panebianco, **Modelos de partido**, Madrid, Alianza Editorial, 1990, pp. 108/109. Para uma análise mais geral do fenômeno da institucionalização ver pp. 107/138.

transição dos padrões *movimentistas* para os padrões organizacionais.

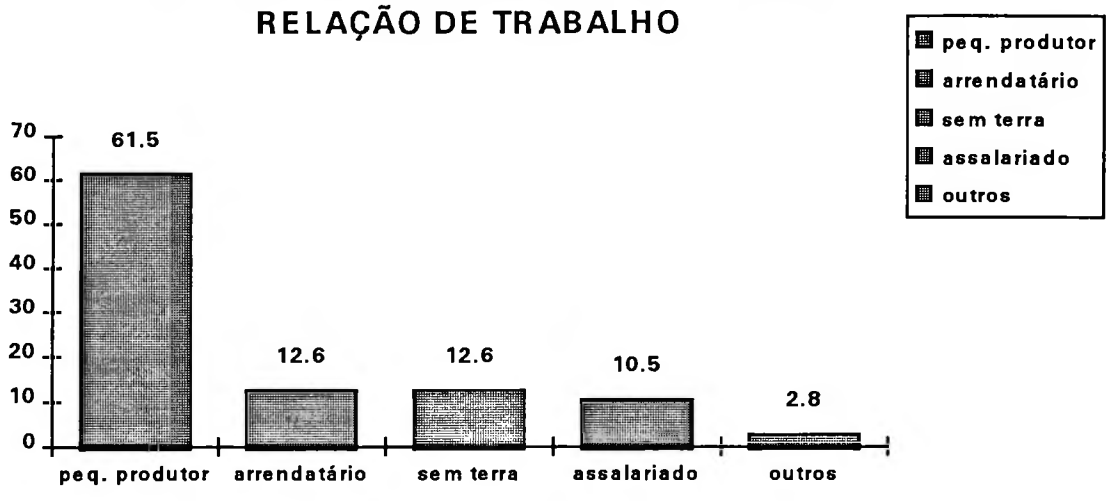
No tocante aos delegados por categorias profissionais, como mostra a Figura 11, mais da metade dos participantes do IV CONCUT representavam o setor de serviços, uma vez que a soma dos funcionários públicos e serviços alcança 53%.

FIG. 11 - DELEGADOS POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS



O número de delegados do funcionalismo público se mantém estável do III para o IV CONCUT. No setor serviços o percentual aumenta de 36% para 47%, aproximadamente. Outro setor que deu um salto em sua participação na CUT foi o industrial, que passou de aproximadamente 21% para cerca de 34% em 1991. Na verdade, é entre os rurais que se verificou uma queda vertiginosa na participação: de quase 40% em 1988, passou para pouco mais de 12% em 1991. É, desse ponto de vista, o setor mais afetado pelas mudanças ocorridas nos estatutos durante o congresso de 1988. Além disso, conforme mostra a Figura 12, os delegados rurais que estiveram presentes no IV CONCUT eram, predominantemente, **pequenos produtores** (mais de 60%), seguidos de longe pelos **arrendatários e sem-terra**, cerca de 13% e pelos **assalariados** propriamente ditos (10,5%).

FIG. 12 - DELEGADOS RURAIS SEGUNDO A SUA RELAÇÃO DE TRABALHO



Como já assinalamos no capítulo anterior, representação do setor rural constitui um problema que terá que ser enfrentado pela Central.

Os dados referentes ao perfil dos delegados participantes do IV CONCUT, convém frisar uma vez mais, revelam a existência de um forte processo de institucionalização da Central Única dos Trabalhadores, que está na raiz da crise vivida por seu padrão de ação sindical, caracterizado, de um lado, pela perspectiva de uma *praxis* sindical de confrontação - mais **ideológica, "politicista" e socialista** - e, de outro, por uma concepção mais **contratual, pragmática** e **institucional**, expressão de um ação sindical mais habituada à negociação. A primeira, reflete as posições dos grupos da esquerda revolucionária e socialista; a segunda, representa o ideário de uma esquerda contratualista. Essa é a tensão que perpassa o sindicalismo-CUT. Esse processo leva a que segundo Panebianco "na fase de gestação, quando a organização ainda está em construção, os líderes, (carismáticos ou não), desempenhem um papel crucial. Em primeiro lugar, elaboram as metas ideológicas (...), selecionam a base social da organização - sua "reserva de caça" - e sobre essas metas e esta base social plasmam, ainda que com os inevitáveis desvios impostos pelos recursos disponíveis, as diversas condições sócio-econômicas e políticas" e prossegue dizendo, citando Philip Selznick, que "nesta fase, o problema dos líderes, dos empresários

políticos, é o de `eleger os valores-chave e criar uma estrutura social que os incorpore'. Nesta fase, em que se constitui uma **identidade coletiva**, a organização é ainda, para seus partidários, um **instrumento** para a realização de certos objetivos: isto é, a identidade se define exclusivamente em relação com as metas ideológicas que os líderes selecionam e não - neste momento - em relação com a organização mesma".[229] (Grifos no original). Em outras palavras, à medida que o processo de institucionalização se instaura completamente essa dinâmica se modifica e, para a maioria dos seus seguidores, "o `bem' da organização tende a coincidir com seus fins". Neste aspecto, para Panebianco, "os processos que provocam a institucionalização são essencialmente dois, e se desenrolam de modo simultâneo: 1. O desenvolvimento de **interesses** na manutenção da organização. 2. O desenvolvimento e a difusão de **lealdades** organizativas".[230] (Grifos no original). É essa dinâmica da transição de uma atuação mais calcada na **utopia** para um padrão de ação sindical mais **realista** que surge quando são analisadas as figuras constantes do perfil dos delegados ao IV CONCUT. Tal dinâmica também está presente nas modificações que estão ocorrendo na própria estrutura da Central, como demonstram os dados referentes à prática sindical da CUT que vem em seguida.

4.4. A PRÁTICA SINDICAL DA CUT

Este item trata, especificamente, da análise dos dados referentes à pesquisa quantitativa realizada por ocasião do IV CONCUT. Juntamente com alguns aspectos mais gerais, o objetivo aqui é traçar um quadro mais concreto do cotidiano do sindicalismo-CUT. Desse ponto de vista, procura-se visualizar o que mudou na prática desses sindicatos e observar a dicotomia existente entre a prática e o discurso, ou seja, com a concepção mais ampla da Central Única dos Trabalhadores em alguns temas que são considerados

229. Angelo Panebianco, *op. cit.*, pp. 114/115.
230. Idem, Ibidem.

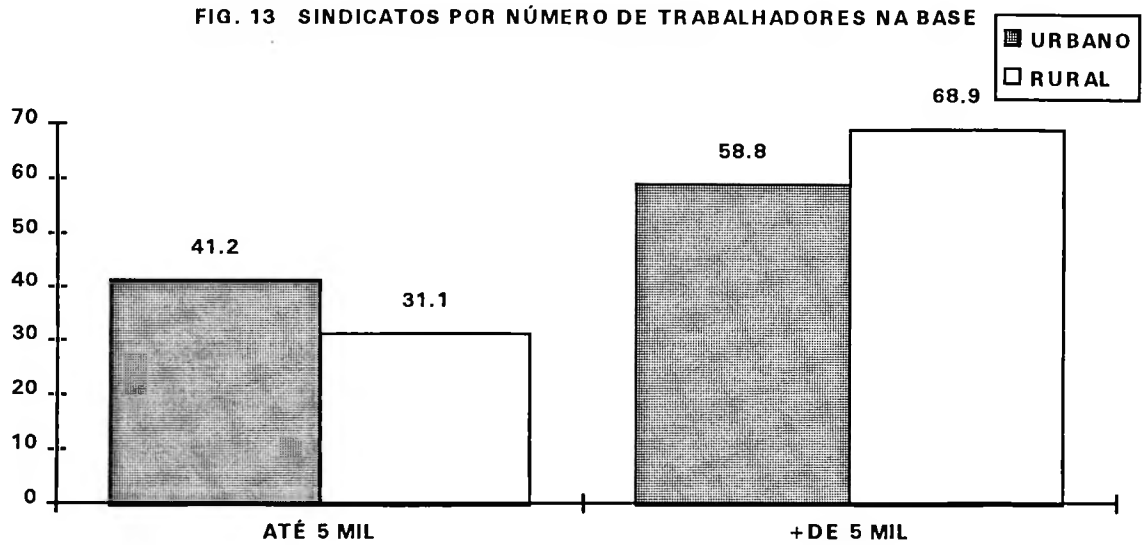
fundamentais para a sua atividade sindical, tais como: o contrato coletivo de trabalho, o recolhimento e/ou devolução do imposto sindical, as alterações dos estatutos nas gestões *cutistas*, os meios que o sindicato dispõe para se comunicar com a base, os tipos de reivindicações sociais, a questão da justiça do trabalho, serviços oferecidos pelos sindicatos sob gestão da CUT. Além disso, são feitas algumas perguntas aos sindicalistas que participaram do IV CONCUT com o intuito de conhecer suas opiniões acerca de certos temas mais propriamente políticos, por exemplo, o de saber de que forma a diretoria encara as divergências políticas no sindicato e qual o procedimento mais comum diante de uma posição minoritária. Finalmente, os congressistas são instados a responder questões políticas mais gerais: qual a posição de seus respectivos sindicatos na consulta realizada pela CUT sobre a ida ou não ao chamado entendimento nacional, em setembro de 1990, e que opinião têm sobre a perspectiva da CUT formular um projeto mais abrangente para o conjunto da sociedade.

O objetivo aqui é traçar um quadro mais amplo das mudanças que estão ocorrendo no interior do sindicalismo-CUT, analisando sua relação com a estrutura sindical e, mais especificamente, discutindo as vicissitudes da Central Única dos Trabalhadores no enfrentamento com o atual arcabouço corporativista. Em outras palavras, o propósito é buscar respostas para as seguintes questões: até que ponto está ocorrendo uma alteração significativa na prática sindical *cutista* que possibilitaria falarmos de uma modificação na sua forma de atuação? Em que medida, essa prática se distinguiria da velha *praxis* sindical? Estaria havendo um rompimento **real** com o sindicalismo corporativo ou, tão-somente, uma adaptação? Os dados constantes das Figuras de nºs 13 a 24, nos ajudarão a compreender esta dinâmica que, de outra parte, expressa também o dilema por que passa a CUT: de um lado, o desafio de transformar a antiga estrutura sindical como transparece em seu discurso (boletins, resoluções de congressos, teses etc.); de outro, os percalços colocados pela rápida institucionalização da Central, que leva, por vezes, a uma postura ambígüa entre a concepção mais geral sobre a atividade sindical, que proporia transformações profundas nas

relações capital/trabalho e o choque deste discurso com a realidade dos fatos, ou seja, com a prática...

A Figura 13 mostra a proporção de sindicatos por número de trabalhadores na base, tanto urbanos quanto rurais. Cerca de 70% dos congressistas que representavam o campo vinham de sindicatos com mais de cinco mil trabalhadores. Entre os ativistas urbanos, aproximadamente 60% estavam em sindicatos que possuíam mais de cinco mil trabalhadores em suas bases territoriais.

FIG. 13 SINDICATOS POR NÚMERO DE TRABALHADORES NA BASE

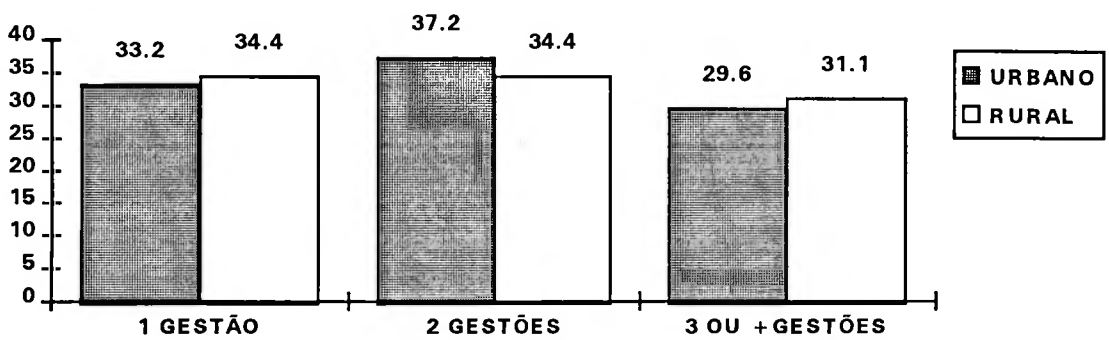


Esses resultados são, contudo, muito genéricos, pois como o corte foi feito entre mais e menos cinco mil empregados na base, não fica claro se entre os maiores sindicatos a concentração ocorre mais freqüentemente entre aqueles com de 10 mil, 50 mil ou 100 mil trabalhadores em suas respectivas bases. Por outro lado, a explicitação de que pouco mais de 40% dos ativistas das cidades presentes ao IV CONCUT representavam sindicatos com, no máximo, cinco mil trabalhadores na base, e que entre os rurais este percentual caía para cerca de 30%, nos dá uma idéia mais nítida da composição dos sindicatos pertencentes à CUT. Podemos inferir, a partir desses dados, que grande parte dos sindicatos *cutistas*, particularmente urbanos, são **pequenos**, aparentemente **pouco** representativos, permeado por **alguns** grandes sindicatos. Isto demonstra que as fusões não têm sido comuns entre esses organismos, o que viria corroborar a idéia de que **existe não**

apenas a manutenção, mas também o continuado reforço do arcabouço corporativista.

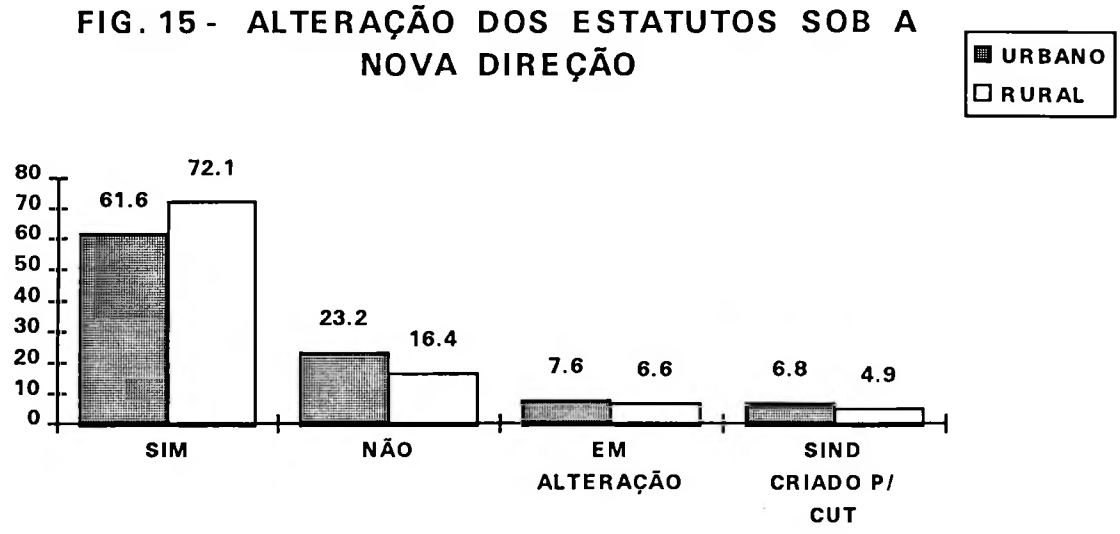
No tocante ao número de gestões que a concepção *cutista* se mantém à frente do sindicato (Figura 14), há certa homogeneidade, tanto em termos rurais e urbanos quanto com relação aos números de sindicatos nas três alternativas propostas. Com pequenas variações, o percentual é de cerca de 1/3 tanto entre aqueles que estão sob a primeira gestão *cutista*, como os que possuem duas gestões ou, têm três ou mais, sob a direção da CUT.

FIG. 14 - NÚMERO DE GESTÕES DA LINHA CUTISTA



Com relação às alterações nos estatutos dos sindicatos sob o comando da CUT, nota-se que entre os urbanos cerca de 75% fizeram ou estão fazendo modificações estatutárias (Figura 15).

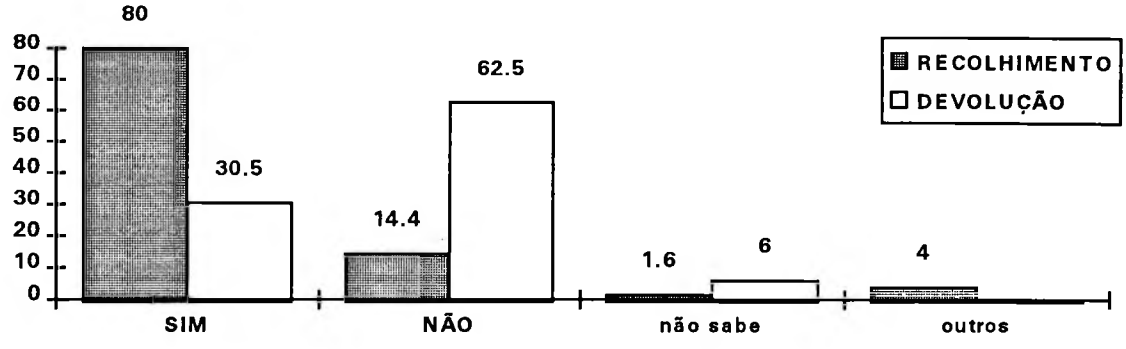
FIG. 15 - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS SOB A NOVA DIREÇÃO



Pressupondo que as mudanças realizadas no sindicalismo-CUT tendem, geralmente, a democratizar seus órgãos de representação, podemos afirmar que há um movimento no sentido de tornar a atual estrutura sindical mais democrática, ainda que cerca de 1/4 dos sindicatos que se fizeram representar no IV CONCUT não tenham realizado qualquer mudança nos estatutos do sindicato-CLT. Este fato vem mostrar que **existe certa resistência às mudanças** de uma parcela significativa desse sindicalismo, além de demonstrar que esse setor está **bem adaptado** à velha estrutura sindical. No caso dos rurais, o índice de sindicatos que alteraram seus estatutos é maior que entre os urbanos, uma vez que apenas 16% não procederam a mudanças estatutárias.

Quanto ao recolhimento e/ou devolução do imposto sindical pelos sindicatos urbanos, conforme apresenta a Figura 16, é interessante notar que 80% dos ativistas presentes ao IV CONCUT responderam que seus sindicatos recolheram o imposto sindical. A devolução, no entanto, foi realizada por apenas 30%.

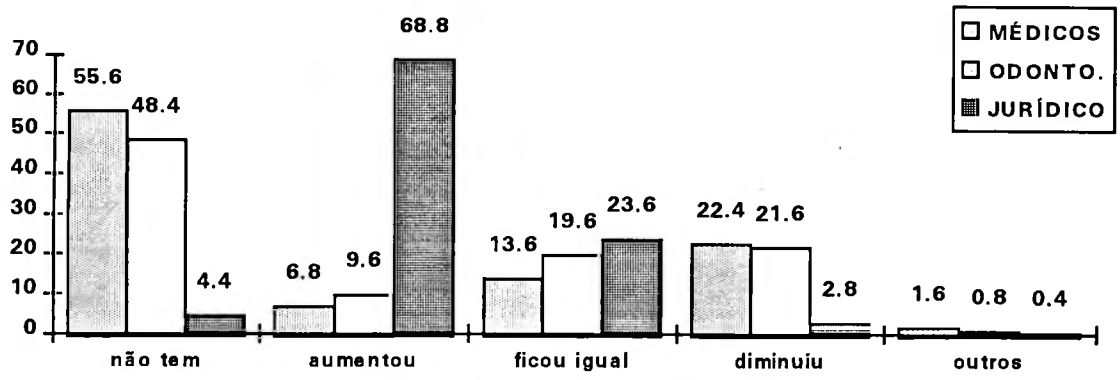
FIG. 16 - RECOLHIMENTO E DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL EM 1991 PELOS SINDICATOS URBANOS



Isto é, **os sindicatos de 2/3 dos ativistas que estiveram presentes neste congresso não devolveram o imposto sindical** e, além disso, certamente continuam utilizando este instrumento, que é um dos pilares da velha estrutura sindical corporativa. Esse quadro dá uma visão do distanciamento entre o discurso e a prática sindicais, no que tange a um instituto fundamental de manutenção do corporativismo nas relações de trabalho.

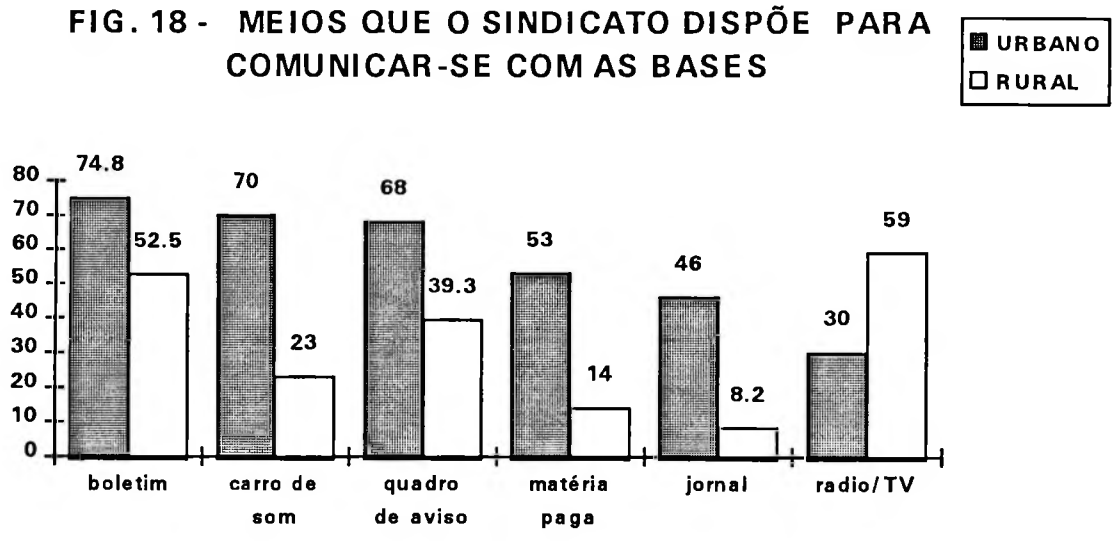
No que diz respeito aos serviços médicos, odontológicos e/ou jurídicos oferecidos pelos sindicatos urbanos a seus associados, como mostra a Figura 17, vê-se que mais da metade (56%), não têm serviços médicos e aproximadamente 50% também não fornecem atendimento odontológico a seus sócios. Contudo, apenas uma parcela pequena de sindicatos (cerca de 4%) não possuem serviços jurídicos.

FIG. 17 - ATENDIMENTO/SERVIÇOS NOS SINDICATOS URBANOS



Quando perguntados sobre a ocorrência de aumento desses serviços, observa-se que houve um pequeno aumento dos serviços médicos (7%) e odontológicos (10%). Chama a atenção, no entanto, o fato de cerca de 70% dos sindicatos *cutistas*, nas áreas urbanas, terem aumentado o atendimento jurídico. Isso se deve, em larga medida, ao **padrão de atuação** desses organismos dos trabalhadores: mais **conflitivo** na relação com as empresas e/ou governo, mais **atento** na defesa dos interesses trabalhistas e, de alguma forma, com mais **presença** nos movimentos dos trabalhadores, e na mesa de **negociação**. Essas mudanças, que já ocorrem com o surgimento do chamado novo sindicalismo, se mostram mais concretamente com o nascimento da CUT e é uma das características de sua *praxis* sindical. Ademais, sem dúvida, essa lógica de atuação tem uma influência significativa para o aumento, sem precedentes - à medida que o sindicalismo-CUT assume a direção dos sindicatos-, das demandas trabalhistas e, por extensão, do vertiginoso crescimento dos serviços jurídicos que os sindicatos colocam à disposição de seus associados. Como já assinalado neste capítulo, a CUT conta com mais de 1.300 advogados. Vale dizer, **o padrão de ação sindical explicitado pela CUT tem como um de seus sustentáculos a luta por justiça e na justiça, como pressuposto de uma demanda mais ampla por direitos para os trabalhadores.**

FIG. 18 - MEIOS QUE O SINDICATO DISPÕE PARA COMUNICAR-SE COM AS BASES



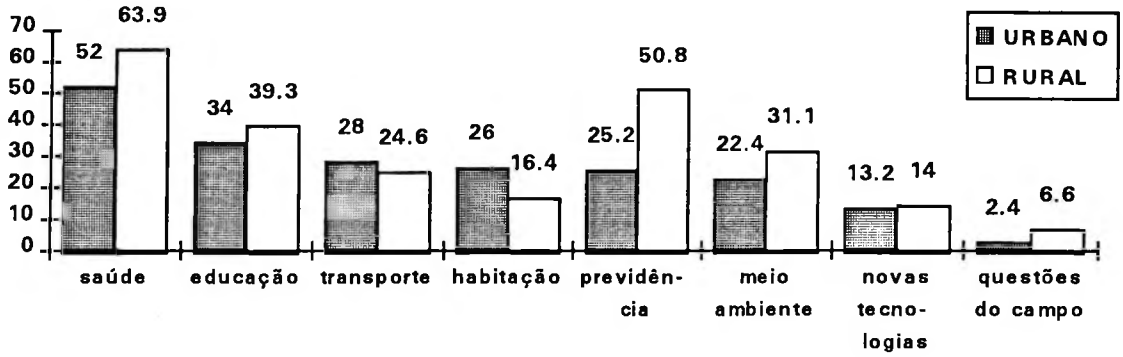
A Figura 18, retrata os meios que os sindicatos rurais e urbanos dispõem para entrar em contato com seus representados. Nas cidades, os aspectos que se sobressaem são boletins, carros de som, quadros de aviso (no interior das empresas), matérias pagas nos jornais e periódicos próprios. Já rádio e TV são meios de comunicação bem pouco utilizados pelos sindicatos urbanos. Apenas 30% utilizam esses instrumentos que, na sociedade contemporânea, são formas absolutamente fundamentais para que os sindicatos possam fazer chegar suas mensagens junto ao seu público alvo: os assalariados. Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, no entanto, afora boletins que foram apontados por mais da metade dos membros da delegação rural como instrumentos utilizados por seus respectivos sindicatos, a grande novidade frente aos urbanos é a utilização do rádio e televisão como forma de comunicação. Nada menos que 6 em cada 10 sindicalista rural responderam que seus órgãos de representação trabalhista têm programas em rádio e/ou TV, ou se utilizam, das mais variadas formas, desses mecanismos de comunicação para entrar em contato com suas bases.

A explicação mais plausível para essa constatação está na distância que, muitas vezes, separa os sindicatos rurais de suas bases. Contudo, o que a Figura 18 não nos diz é o tamanho desses organismos trabalhistas, seja do campo ou da cidade. Isto é, aqueles que se comunicam por rádio e TV nas cidades são sindicatos pequenos, médios ou grandes?

Nossa hipótese é que essa forma de comunicação ocorre, essencialmente, nas pequenas cidades, onde o sindicato tem uma presença mais marcante para os habitantes dessas localidades e, principalmente, se essas cidades vivem, por exemplo, em função de alguma atividade econômica predominante como siderurgia, papel e celulose, ou metalurgia. Isto porque nas pequenas localidades os sindicatos muitas vezes tendem a ter um papel mais proeminente junto à população, e seria mais comum a utilização do rádio e TV.

A Figura 19, mostra as principais reivindicações sociais dos sindicatos *cutistas*, tanto urbanos quanto rurais.

FIG. 19 - REIVINDICAÇÕES SOCIAIS DO SINDICATO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

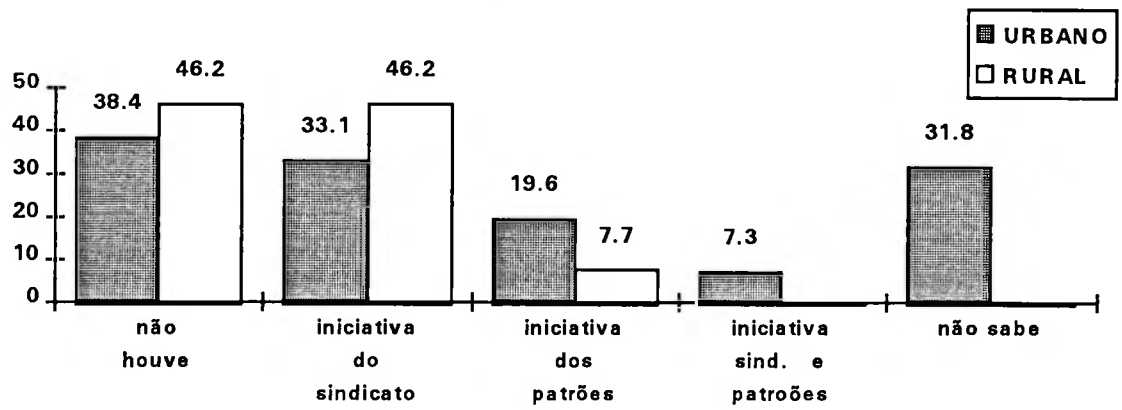


Nas cidades, a principal reivindicação para mais da metade dos presentes ao IV CONCUT se relaciona com a questão de saúde, tema este que é também o mais demandado pelos sindicatos rurais (65%). Chama a atenção, ainda, entre os rurais, a reivindicação previdenciária: mais da metade dos respondentes apontaram ser essa uma das principais reivindicações de caráter social feitas pelos sindicatos rurais no período de 12 meses anteriores ao congresso de 1991.

A Figura 20 expressa o resultado da pergunta referente ao recurso à Justiça do Trabalho nas duas últimas campanhas, ou seja, se houve recursos e de quem teria partido essa iniciativa, se dos patrões ou dos empregados. Constata-se que entre os rurais quase a

metade dos delegados presentes ao IV CONCUT responderam que seus sindicatos não entraram com recurso na Justiça do Trabalho nos últimas duas campanhas. No entanto, o mesmo percentual (46,2%) de respostas apontam para recursos na justiça levados a cabo por iniciativa dos sindicatos.

FIG. 20 - RECURSO À JUSTIÇA DO TRABALHO NAS 2 ÚLTIMAS CAMPANHAS



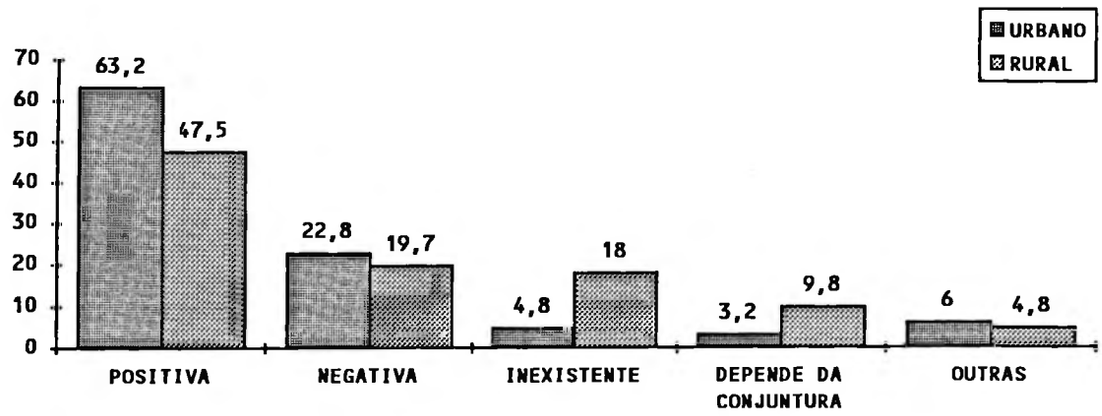
É importante ressaltar que a maior parte dos ativistas rurais que estiveram presentes no IV CONCUT - cerca de 90% - representavam os pequenos proprietários, arrendatários e sem-terras, cabendo aos assalariados agrícolas apenas 10% da delegação rural, como já assinalamos anteriormente.

Todavia, o que deve se notar, neste caso, é que as iniciativas à Justiça do Trabalho, em larga medida, partem **do** sindicalismo-CUT e **não** dos empregadores. Novamente, quando contrapomos o discurso à prática *cutistas* observamos grande distância entre um e outro. Isto porque, como vimos no capítulo III, os dirigentes da Central, em geral, defendem o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho. No entanto, os sindicatos, que são as bases de sustentação da política da CUT, como mostra a Figura 20, **insistem**, significativamente, em manter esse poder da Justiça do Trabalho. Isso é constatado em **1/3** dos sindicatos urbanos e em quase **metade** dos rurais.

As Figuras 21, 22, 23 e 24, apreendem a opinião dos entrevistados sobre questões mais especificamente políticas. As duas primeiras circunscrevem os procedimentos democráticos nas questões internas dos sindicatos. Já as duas últimas dão conta da postura do sindicalismo-CUT frente aos temas da democracia para o conjunto da sociedade.

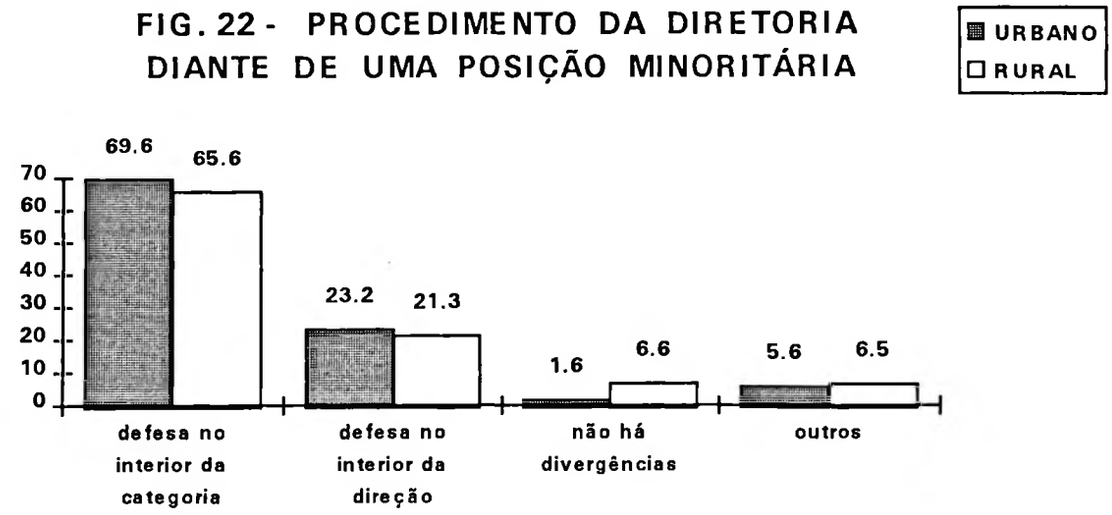
Perguntados sobre a opinião de suas respectivas diretorias no que tange às divergências políticas no sindicato (Figura 21), mais de 60% entre os ativistas urbanos responderam que consideravam positivas essas disputas, ao passo que entre os sindicalistas do campo esse percentual não alcança a metade da delegação presente ao IV CONCUT (47,5%). De outra parte, entre aqueles que consideraram como negativas essas divergências, cerca de 20% são representantes dos trabalhadores rurais e 23% dos sindicatos urbanos.

FIG. 21- OPINIÃO DA DIRETORIA QUANTO ÀS DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS NO SINDICATO



No concernente aos procedimentos que a diretoria deve ter frente a uma posição minoritária (Figura 22), observa-se uma proximidade muito grande entre campo e cidade. Aproximadamente 70% dos sindicalistas presentes no congresso de 1991 optaram por levar as discussões sobre as divergências políticas para com o conjunto da categoria.

FIG. 22 - PROCEDIMENTO DA DIRETORIA DIANTE DE UMA POSIÇÃO MINORITÁRIA



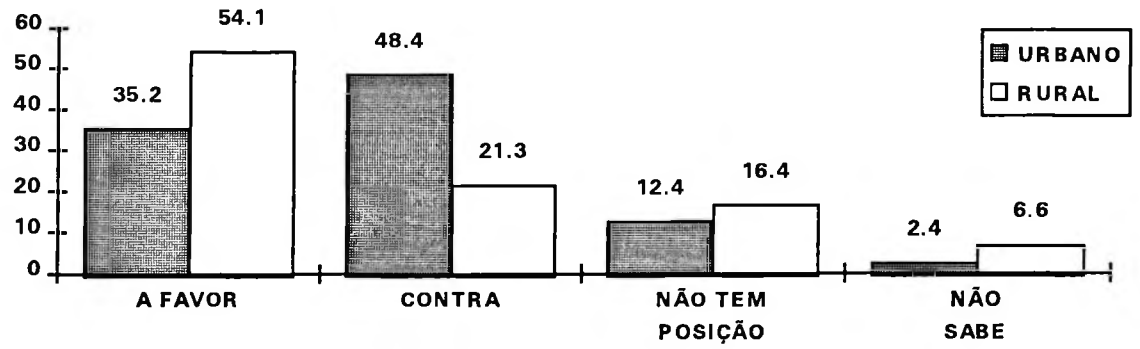
No entanto, pouco mais de 1/5 dos participantes do IV CONCUT defendem a posição que as divergências no interior da diretoria devem ser tratadas apenas internamente pela direção sindical. Vale dizer, uma parcela significativa dos sindicalistas da CUT - acima de 20% - acreditam mais nas "manobras" de bastidores, nas "soluções de gabinete" para as divergências do que no mais amplo debate das diferenças políticas junto às suas "bases" de sustentação. Ou seja, um setor ponderável desses ativistas sindicais ainda têm uma visão **burocrática** das divergências políticas, o que leva, por vezes, à utilização de métodos **administrativos** para "resolver" problemas que são estritamente políticos. Questões como essas têm aparecido, com freqüência, nesses dez anos de existência da Central Única dos Trabalhadores, e os acontecimentos do último congresso nacional (1991) apontam claramente para posturas do tipo acima descritas. No fundo, é a **tensão** entre dois caminhos: em um, estaria previsto uma institucionalização mais **acelerada**, em outro, mais **lenta**.

As Figuras 23 e 24 trazem a opinião dos entrevistados sobre duas questões gerais. A primeira refere-se à posição do respectivo sindicato com relação à participação da CUT no chamado entendimento nacional que havia sido proposto pelo governo Collor no segundo semestre de 1990. (A direção da CUT encontra-se com o então presidente

Fernando Collor em setembro de 1990). A pergunta foi formulada da seguinte maneira: "na última consulta feita pela CUT sobre a participação no último entendimento nacional (proposto pelo governo) qual a posição de seu sindicato"? A segunda destina-se a saber a opinião dos sindicalistas acerca da oportunidade da Central apresentar um projeto global para a sociedade. A pergunta foi formulada desta forma: "Qual a posição do seu sindicato com relação à apresentação, pela CUT, de um projeto envolvendo questões econômicas, políticas e sociais para a sociedade"?

A Figura 23, indica que entre os militantes *cutistas* das cidades **apenas** 35% se mostraram favoráveis, ao passo que quase 50% se mostraram **contrários** à atuação da CUT nesse episódio. Entre os sindicalistas rurais há uma inversão: a maioria (cerca de 55%) expressaram-se favoravelmente, enquanto que pouco mais de 20% se posicionaram contra a ida ao "entendimento".

FIG 23 - PARTICIPAÇÃO DA CUT NO ÚLTIMO ENTENDIMENTO NACIONAL

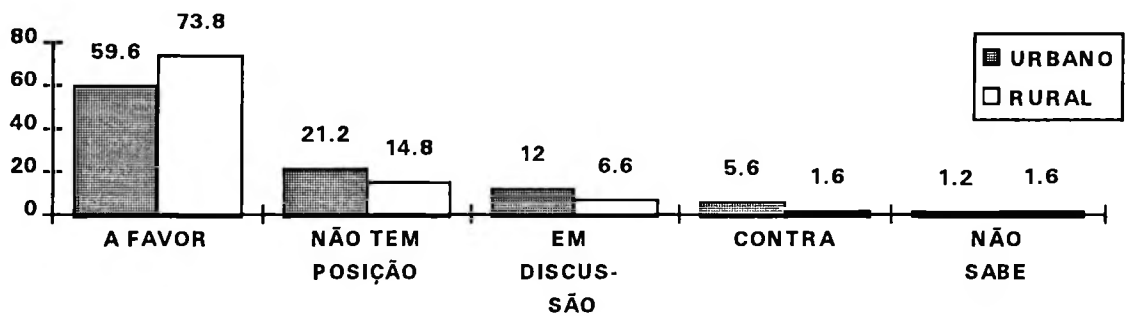


De um lado, as razões da ampla maioria da delegação do campo ter apoiado essa iniciativa se deve, principalmente, ao grande peso da tendência majoritária, a **Articulação**, junto a esse setor. De outro, o fato da maioria dos sindicalistas urbanos terem uma posição contrária à negociação entre governo, empresários e trabalhadores mostra, sem dúvida, a influência real dos setores da **esquerda socialista** no interior da CUT, inclusive junto às bases da própria **Articulação** e seus aliados. Esses dados mostram um certo

descolamento entre as posições político-ideológicas da **direção** da Central e as de seus **quadros intermediários**, ou seja, aqueles que têm, de fato, o "contato" com as bases. Essa é uma das dificuldades mais decisivas que a CUT enfrenta no seu cotidiano - tanto no aspecto sindical quanto político - e que é responsável, em larga medida, pelos **impasses, ambigüidades, crises**, enfim, pelos **dilemas** que ela tem enfrentado nesses dez anos de vida.

A Figura 24, mostra um pouco mais de proximidade entre o campo e a cidade, mas, mesmo aqui, há certa discrepância.

FIG. 24 - POSIÇÃO SOBRE UM PROJETO DA CUT, ENVOLVENDO QUESTÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS



Novamente, a posição dos rurais é amplamente favorável a um projeto da CUT para ser apresentado à sociedade (aproximadamente 3/4 dos delegados), ao passo que entre os sindicalistas urbanos apenas 6 em cada 10 defendem essa posição. No entanto, mais de 20% dos ativistas da cidade não têm posição formada, e apenas um pequeno número deles se posiciona contra essa iniciativa.

O que a pesquisa delineia é a existência, junto aos sindicatos da Central Única dos Trabalhadores, de uma **crise de esgotamento** do sindicalismo corporativo. Entretanto, esse processo não foi levado às últimas consequências pelo sindicalismo mais combativo, tendo ocorrido uma **adaptação ativa** a alguns aspectos do velho edifício corporativista.[231] E esse fenômeno se expressa, por vezes, na **ambigüidade** da política

231. As análises de Leôncio Martins Rodrigues, especialmente em, **O declínio do Sindicalismo Corporativo**, Rio de Janeiro, IBASE, 1991 e o estudo de Armando Boito Júnior, **Reforma e persistência da**

sindical da CUT. São dois movimentos de uma mesma dinâmica: com a Constituição de 1988, chegou-se ao auge de um processo - iniciado com as greves de 78 e com o novo sindicalismo - que apontava na direção do esgotamento do modelo corporativo. à medida que as estratégias sindicais com o objetivo de mudanças **radicais** da estrutura, principalmente da CUT, não ocuparam completamente este vazio propiciado por um padrão de relações de trabalho, em muitos aspectos ultrapassado, surge a possibilidade de adaptação naqueles aspectos que são de interesse do **poder sindical** e que caminha juntamente com o processo mais geral de institucionalização da Central Única dos Trabalhadores. Em última instância, o que estava em jogo era um cálculo de custos e benefícios, a saber: até que ponto a estrutura sindical herdada do Estado Novo, com as modificações pós-88, poderia ser **funcional** para o objetivo da "organização", e para a institucionalização mais rápida da CUT. Por tudo isso, a **escolha racional** da tendência majoritária, levando em conta a crise por que passava o edifício corporativista, é a de fazer uma **adaptação ativa** à velha estrutura... E essa dinâmica é responsável, em larga medida, pelas ambigüidades do **discurso** e da **prática** da CUT **hoje.**

4.5. O DILEMA DA CUT: DA CONFRONTAÇÃO À NEGOCIAÇÃO

(a experiência das câmaras setoriais e um novo padrão de ação sindical).

Em 26 de março de 1992, com a crise econômica atingindo duramente o setor automobilístico, crise esta expressa, entre outros aspectos, por demissões e por mais de 70 mil carros estocados nos pátios das montadoras e concessionárias sem haver compradores, a câmara setorial do setor automotivo, representada por empresários, trabalhadores e governo chegou a um acordo surpreendente: os consumidores brasileiros

---

estrutura sindical, *in*, Armando Boito (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991, de certa forma se complementam, no que diz respeito particularmente ao sindicalismo-CUT. Vale dizer, há crise e também adaptação à estrutura corporativa.

foram informados de uma diminuição dos preços dos veículos da ordem de 22%. Este foi um fato inusitado no Brasil, onde o que normalmente acontece é a alta cotidiana dos bens e serviços e um processo inflacionário extremamente perverso, que paralisa as atividades produtivas, aumentando, por conseguinte, o desemprego e criando um clima de incerteza para as atividades econômicas. Esse acordo, aparentemente, foi uma alternativa **negociada** para alguns aspectos da crise que corrói a economia, pelo menos em um setor específico.[232] A indústria automobilística aceitou reduzir suas margens de lucro em 4,5%, o setor de autopeças em 3,0% e as concessionárias 2,5%. O IPI e o ICMS foram rebaixados, no total, em 12%. Essa diminuição geral da taxa de impostos e margens de lucro permitiu uma redução de 22% de no preço final dos carros. Os trabalhadores do setor, de outra parte, tiveram a garantia da manutenção do nível de emprego existente - o que equivalia, naquele momento, a uma certa estabilidade com duração de três meses - e seus salários passaram a ser reajustados mensalmente. Além disso, modificaram a data-base de abril para julho. Os termos deste acordo foram, posteriormente, prorrogados por todo o segundo semestre de 1992.

O que ocasionou essa negociação foi, principalmente, a recessão econômica que se abateu sobre o País e a crise de reestruturação do setor automobilístico em nível nacional, acompanhando uma tendência mundial: introdução de novas tecnologias, busca de melhoria da qualidade dos produtos, maior produtividade, flexibilização do trabalho, terceirização, etc.

A bibliografia sobre o assunto tem mostrado, de outra parte, a partir da

---

232. Ver sobre esse acordo, entre outros, **Veja**, 1 de abril de 1992 e 24/2/93; Vicente Paulo da Silva, "Um acordo histórico", **Folha de São Paulo**, 19/2/93; **Estado de São Paulo**, 28/2/93, 29/4/93 e 3/5/93; Luis Nassif, "Um acordo de japonês" e "Rescaldo de acordo histórico", **Folha de São Paulo**, respectivamente, 18/2/93 e 21/2/93. Para uma visão crítica acerca dessa negociação ver, Edward J. Amadeo, "Defesa resignada do neocorporativismo", **Folha de São Paulo**, 12/3/93; Gustavo H. B. Franco, "Quanto custou o acordo automotivo" e "Neoliberalismo e neocorporativismo", **Folha de São Paulo**, respectivamente, 4/3/93 e 18/3/93. Para uma crítica da esquerda socialista da CUT a esta concertação, ver, M. S., Um ano de câmara setorial, mimeo., s/d. Este documento expressa as posições do grupo de orientação trotskista, **O Trabalho**, refletindo, em larga medida, a opinião dos setores mais à esquerda - na CUT -, sobre o acordo da câmara setorial automotiva.

experiência dos países capitalistas desenvolvidos, uma ampla repercussão das mudanças que ocorreram no âmbito produtivo e diretamente nas relações de trabalho. Observa-se, nessas nações, de um lado, uma crise da **sociedade do trabalho**[233] e, de outro, uma crise sem precedentes do sindicalismo.[234]

Nos países de capitalismo maduro, a crise se expressa por uma mudança na relação dos indivíduos com o trabalho. Exemplo, nesse sentido, é o desemprego tecnológico que atualmente se tornou extremamente alto na Europa Ocidental. Isso certamente levou a uma postura distinta entre as pessoas que necessitam trabalhar para viver. Segundo alguns autores[235], observa-se uma relação com o mundo do trabalho que é **hedonista** em contraposição a uma concepção que tinha como matriz a ética protestante. Essa é uma face da questão. A outra se relaciona diretamente com as transformações que estão ocorrendo no âmbito da produção propriamente dita.

Nos EUA, por exemplo, entre 1981 e 1988, houve uma elevação da produção automobilística em 41,2% e a contrapartida do aumento do emprego foi de apenas 8,6%. Na Bélgica, esses índices foram, respectivamente, 37,6% contra 8,4% e na Alemanha 19,5% contra 10,6%. Para o caso brasileiro, observa-se uma diminuição gradativa do número de trabalhadores empregados na indústria automobilística da década de 80 para cá. Em 1980, eram 133,7 mil funcionários, em 1985 122,2 mil, em 1987 chega-se a 113,5 mil e no início de 1992 esse número cai para 109,3 mil.[236]

Essa reestruturação produtiva, que perpassa todos os setores da economia em escala mundial, tem se tornado um desafio para as estratégias do sindicalismo,[237]

---

233. Ver os estudos de André Gorz e Claus Offe, já citados anteriormente e também Jurgen Habermas, "A nova intransparência", **Novos Estudos Cebrap**, nº 18, 1987.

234. Sobre esse assunto ver, entre outros, os trabalhos de Seymour Lipset (ed.), **Unions in Transition. Entering the Second Century**, San Francisco, ICS Press, 1986; Georges Spyropoulos (ed.), **Trade Unions Today e Tomorrow**, vol. 1, Maastricht, Presses Interuniversitaires Européennes, 1985; e J. M. Zufiaur, "El sindicalismo en el siglo XXI", **Leviathan**, Madri, nº 29/30, outono-inverno, 1987.

235. Ver nota 32.

236. **Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro**, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, março de 1992.

237. Ver, por exemplo, Elimane Kane e David Marsden, "The future of trade unionism in industrialised market economies", **Labour and Society**, vol 13, nº 2, abril 1988, pp.109-124.

principalmente em decorrência do aumento do desemprego tecnológico nos países centrais, ou seja, um incremento significativo da produtividade sem uma correspondência real na geração de novos postos de trabalho.

Aparentemente, estamos assistindo a uma profunda revolução na produção que, em certo sentido, está transformando o mundo. Os modelos japonês, sueco ou italiano são apenas parte dessa reestruturação no mundo do trabalho que se reflete diretamente no modo de organização trabalhista dos países mais desenvolvidos.

Uma das facetas desse processo é o operário polivalente, o trabalho flexível, enriquecimento das tarefas, maior participação dos trabalhadores naqueles assuntos que lhes dizem respeito nos locais de trabalho, a atividade em equipe, aumento do tempo do ciclo de trabalho e, em alguns casos, como no modelo sueco, uma volta significativa a um trabalho, em alguns aspectos, quase artesanal, apoiado pela mais desenvolvida tecnologia.[238]

Esses fatos ocorreram principalmente em razão da globalização da economia, necessidade de aumento da produtividade, uma acirrada competitividade, melhoria da eficiência e, por extensão, uma "exigência" de maior qualidade dos produtos etc.

Nesse aspecto, talvez possamos afirmar que há uma crise do modelo taylorista/fordista.[239] Esta é a razão da tentativa, no campo empresarial, da busca de "convergências" com a mão-de-obra, ao invés do velho estilo de gestão de trabalho, pois, qualidade, competitividade industrial etc., pressupõem também participação dos trabalhadores e, nesse aspecto, mudanças palpáveis na relação capital/trabalho.

No que tange ao trabalhador, o desencadeamento desse processo levou a uma mudança fundamental nas relações de trabalho. Por exemplo, passa-se a discutir a necessidade da parceria entre trabalhadores e empresários. Além disso, há uma diminuição

---

238. Ver, sobre esse assunto, Cândido Guerra Ferreira *et alii*, **Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: elementos para o caso brasileiro**, São Paulo, 1991, mimeo.

239. Há uma vasta bibliografia sobre essa temática. Para uma discussão do fordismo, a partir do modelo japonês ver, por exemplo, Stephen Wood, "O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo", **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 17, ano 6, Rio de Janeiro, Anpocs/Dumará, outubro de 1991.

acentuada da taxa de conflito, especialmente nos países de capitalismo maduro, ao mesmo tempo que os sindicatos trabalhistas sofrem perdas significativas em suas fileiras, com um profundo declínio no número de trabalhadores sindicalizados. Esses são, pois, alguns traços desse processo.

Esses aspectos, apontados acima, certamente estiveram presentes no cálculo **racional** dos agentes sociais que participaram do **segundo** acordo da câmara setorial do setor automotivo celebrado em fevereiro de 1993 e formalizado em 28 de abril do mesmo ano. Esse acordo, válido até abril de 1995, abarca aproximadamente 600 mil trabalhadores do setor metalúrgico, entre empregados das montadoras, das autopeças, indústria eletrônica, de máquinas etc. Os principais pontos são: reposição mensal de salários conforme a inflação nos próximos 30 meses, aumento real de salários de 20% durante esse período, manutenção do atual nível de emprego e aumento de mais de 91 mil postos de trabalho durante sua vigência, sendo 4 mil empregos nas montadoras, 11 mil nas empresas de autopeças, 5 mil na comercialização e 71 mil em outros setores.

A indústria automobilística, de outro lado, se comprometeu a dobrar a produção de veículos de aproximadamente um milhão, atualmente, para dois milhões no ano 2.000. Para isto, fará um investimento de US$ 20 bilhões de dólares, representando um aporte anual de US$ 2,5 bilhões de dólares. Além disso, com a queda das alíquotas de IPI e ICMS, e a redução das margens de lucro das empresas, os preços dos veículos diminuíram entre 10 e 15%.

De um ponto de vista mais geral, esse acordo é um passo importante para a implementação do contrato coletivo de trabalho e, ainda que setorialmente, aponta **um** dos caminhos que possivelmente será seguido, daqui por diante, entre os vários atores sociais frente à crise econômica que, no caso brasileiro, tem ensejado mudanças na estrutura econômica. Isto é, tem levado também à reestruturação produtiva em parte das empresas brasileiras. Dados recentes demonstram que cerca de 30% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, ou seja, 120 das grandes empresas "estão mergulhadas em uma revolução interna

para adoção do modelo japonês de gestão da qualidade, o TQC (Total Quality Control)."[240] Esse processo começou a se desenvolver há aproximadamente quatro anos e atinge, atualmente, grande parte do setor siderúrgico, alimentos, energia elétrica, alumínio, transportes, mineração, construção pesada e algumas grandes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e Petrobrás.[241]

Esses indicadores mostram o desenvolvimento desse processo, no caso brasileiro, onde a negociação da câmara setorial do setor automotivo representou, por outras vias, uma expressão desse movimento. Este acordo é também uma indicação significativa de um amadurecimento nas relações capital/trabalho, e expressa, claramente, uma mudança perceptível da postura do sindicalismo-CUT, pois, do lado dos empregados, o principal defensor dessa negociação foi o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Vicente Paulo da Silva, o "Vicentinho".[242] De outra parte, essa negociação ocorreu no complexo automotivo brasileiro cuja presença, no conjunto da economia brasileira, é inquestionável.

Tomando essa negociação como paradigmática do que está acontecendo em alguns setores produtivos e nas relações de trabalho, no Brasil, poderíamos apontar dois aspectos centrais: o primeiro se relaciona à idéia de que uma saída para a crise por que passa o país tem como pressuposto a **parceria**[243] entre patrões e empregados ou, dito de outro modo, um **pacto** entre esses dois atores (políticas de **concertação**). O segundo diz respeito **à mudança na estratégia sindical, em especial, dos setores abrigados** na Central Única dos Trabalhadores, o que permite supor que **se inicia, paulatinamente, um novo padrão de ação sindical do sindicalismo-CUT: ao invés de uma ação mais conflitiva, observa-se uma tentativa de busca do diálogo, da negociação, a todo custo.** E o exemplo do

240. **Folha de São Paulo**, 20/6/93, p. 1-14.
241. Idem
242. Houve bastante críticas a esse acordo, no âmbito da CUT, formuladas pelos setores da esquerda socialista.
243. Para uma crítica à esquerda sobre essa questão, no referente ao o caso europeu, ver, Louis Gill, **Les Limites du Partenariat: les expériences social-démocrates de gestion économique en Suède, en Allemagne, en Autriche et en Norvège**, Québec, Les Éditions du Boréal, 1989.

acordo da indústria automobilística, nesse aspecto, é singular. Certamente, não é o conjunto do sindicalismo de inspiração *cutista*. No entanto, é uma parcela significativa deste representado pelo poderoso Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Do ponto de vista dos trabalhadores, dois movimentos convergiram para que esse processo pudesse ser desencadeado: a profunda crise econômica e social que o país atravessa e o atual grau de institucionalização da CUT, em todos os níveis, levando à adoção de uma postura mais contratual e pragmática nas negociações com o empresariado e o governo, deixando para trás grande parte do discurso[244] presente nas origens da Central: "confrontacionista" e ideológico. Nossa hipótese é que a experiência das câmaras setoriais e os possíveis acordos realizados tendo, de um lado, sindicatos fortes dos trabalhadores e, de outro, associações representativas do empresariado e contando ainda com a interveniência do poder executivo representa uma saída **pactuada** para a crise e pode ser fundamental para a consolidação da democracia em nosso país.

De modo geral, apesar das ambigüidades entre o discurso e a prática, a experiência das câmaras setoriais está indicando uma mudança significativa no padrão de ação sindical *cutista*. Até que ponto essa forma de atuação será **hegemônica** no interior do sindicalismo-CUT? Não há uma resposta imediata para essa questão. Contudo, pelos fatos expostos e pela atividade cotidiana de muitos sindicatos filiados à Central, podemos afirmar que existem fortes indícios para supor de que essa *praxis* sindical venha se **consolidar** e se **fortalecer** no interior da Central Única dos Trabalhadores.

244. Concepção e prática que privilegiou, em larga medida, durante toda a década de 80, o confronto à negociação. Ver sobre esta questão Maria Hermínia Tavares de Almeida, *op. cit.*, 1992.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CUT foi fundada em 1983, numa conjuntura que ainda era favorável para o movimento sindical brasileiro, a despeito da recessão que se abateu sobre o país no início dos anos 80. Expressão do sindicalismo que iniciou a onda de greves em 1978, com uma atuação mais conflitiva diante do Estado e do empresariado e representativa de ponderáveis parcelas dos trabalhadores, a CUT conseguiu em apenas dez anos, um crescimento significativo no movimento sindical: é, sem dúvida, a Central Sindical mais importante em nosso país. Participando dos principais acontecimentos políticos no cenário nacional, a CUT se tornou, nesses anos, uma interlocutora fundamental de amplos setores das classes trabalhadoras tanto no âmbito da sociedade civil quanto na esfera política.

Representando, em alguma medida, as aspirações trabalhistas por **direitos sociais, políticos** e **econômicos** a Central Única dos Trabalhadores surgiu defendendo um **lugar** para os trabalhadores na sociedade brasileira.

Este estudo procurou relacionar a trajetória da CUT com o movimento mais geral das classes populares por direitos democráticos. Tendo surgido num período de declínio do regime autoritário a CUT iniciou seu processo de consolidação enfrentando o regime de exceção e reivindicando - em forma mais geral - a democratização do país, mudanças econômicas e sociais que trouxessem benefícios para os assalariados e associando estas demandas com a defesa de melhores condições de vida e trabalho para a população trabalhadora e às questões mais concretas que permeiam o cotidiano da mão- de- obra.

Contando com uma forte presença na sociedade brasileira a CUT tem desempenhado um papel importante na condução das lutas dos assalariados em nosso país trazendo para a esfera pública demandas que antes não tinham espaço na agenda política. Nesse sentido, pode ser considerada a própria expressão da luta por direitos de cidadania para amplas camadas das classes trabalhadoras.

Para se afirmar como direção de uma significativa corrente do movimento

sindical e construir sua **identidade** a CUT optou, em um primeiro momento, por uma atuação mais **conflitiva** na esfera das relações de trabalho. No entanto, passados dez anos, esse padrão de ação sindical começa a sofrer um processo de **esgotamento**. Principalmente se se leva em conta a crise por que passa o sindicalismo em nível internacional e também no Brasil, em decorrência, principalmente, das profundas transformações no mundo do trabalho.

As práticas, ainda que localizadas, de alguns grandes sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores - particularmente com o experiência das câmaras setoriais[245] - estão indicando mudanças perceptíveis de uma ação sindical que se apoiava no conflito para outra que privilegia a **negociação**. Esse caminho, no entanto, não é linear. As dificuldades são muitas, os desafios a vencer maiores ainda...

A convivência, no interior da Central, de uma gama variada de posições político-ideológicas se de um lado, é saudável, à medida que possibilita a discussão das questões a partir de opiniões as mais diversificadas, de outro, traz os riscos de uma **paralisia permanente**, pois, são projetos, por vezes, contraditórios e, até excludentes. E isso se reflete num nível muito alto de conflito interno que termina por desgastar muitas das iniciativas que estejam sendo implementadas. Esse processo tem propiciado um acentuado distanciamento entre o **discurso** e a **prática** do sindicalismo-CUT, porque, aparentemente, são várias as "práticas" e vários os "discursos". E é responsável, em alguma medida, pela ausência de um projeto sindical mais claramente delineado.

Essa pesquisa procurou demonstrar que esse dilema[246] por que passa a

---

245. Existem câmaras setoriais em funcionamento nos setores **químico, automotivo, construção naval** e **construção civil**.

246. Em maio de 1993, um documento escrito por Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos Bancários e, então, secretário-geral da CUT, trouxe a público os contornos da crise interna na Central Única dos Trabalhadores, particularmente junto à tendência majoritária, **Articulação.** No entanto, atinge também as correntes de oposição como, por exemplo, a **CUT pela base** que, em sua Plenária ocorrida nos dias 5 e 6 de junho de 1993 optou por sua auto-dissolução enquanto tendência política sindical até à Plenária Nacional da CUT que será realizada, em São Paulo, de 24 a 28 de agosto de 1993. Essa discussão propiciou o aparecimento de vários textos que tratavam do tema exposto por Gilmar Carneiro: "a crise de governabilidade". 1) Gilmar Carneiro, Um Gesto Pela Vida (da CUT e de cada um de nós), 6/5/93; Avelino Ganzer, Qual a crise? De direção ou da CUT?, 7/5/93; José Olivio Miranda de Oliveira, Contribuição para o

CUT, atualmente, se deve, também, à dinâmica de sua **institucionalização.**

De outra parte, a pesquisa mostrou a inserção desse sindicalismo junto aos trabalhadores da cidade e do campo, e as dificuldades para integrar a **questão** rural à sua estratégia.

A trajetória da Central Única dos Trabalhadores demonstra que várias das reivindicações que eram importantes quando do nascimento do **"novo sindicalismo"** foram, no entanto, paulatinamente deixadas de lado. A crítica mais contundente à estrutura sindical, por exemplo, deu lugar a uma **adaptação ativa** ao modelo corporativo. E a acomodação a esse modelo se expressa, entre outros aspectos, pela fraca penetração desse sindicalismo no interior das empresas.

A partir dos dados da pesquisa podemos afirmar que, em larga medida, as demandas dos trabalhadores a partir do movimento grevista de 1978, por melhores salários, democratização no interior da empresa, contratos de trabalho negociados coletivamente, participação nas discussões políticas, econômicas e sociais (políticas públicas), democracia etc. foram, principalmente, reivindicações por direitos de cidadania. Em outras palavras, o movimento sindical no período estudado, em sua atuação, como uma expressão das aspirações mais gerais da sociedade civil, ao mesmo tempo que se fortaleceu em sua organização, foi um dos atores mais atuantes na luta por **direitos** em nosso país. E a Central Única dos Trabalhadores teve uma participação fundamental nesse processo.

---

debate da Articulação Sindical, s/d.; Delúbio Soares de Castro, Reflexão para Articulação Nacional, maio de 93; Gilmar Carneiro, A CUT e a cidadania, 20/5/93; Jorge Lorenzetti, A crise na atual Direção Executiva Nacional da CUT, 17/5/93.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABRAMO, Laís, **O Resgate da Dignidade**, dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais da USP, 1986.

ABRAMOVAY, Ricardo, "Marxistas e cristãos: aqui e agora", *in* **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, vol.3, nº 9 (27), 1980.

ALBUQUERQUE,José Augusto Guilhon de e DURHAN, Eunice Ribeiro, (orgs.), **A transição política: necessidade e limite da negociação**, São Paulo, USP, 1987.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, **Crise Econômica e Organização de Interesses: estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80**, Tese de Livre-Docência, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1992.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", *in* **Debate & Crítica**, São Paulo, nº 6, julho de 1975.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, "Desarrollo capitalista y acción sindical", **Revista Mexicana de Sociologia**, México, abril-junio de 1978.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, "Novas tendências do movimento sindical", *in* Hélgio Trindade, (org.), **Brasil em Perspectiva: dilemas da abertura política**, Porto Alegre, Sulina, 1982.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança", *in* Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, (orgs.), **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, São Paulo, Brasiliense, 1983.

ANTUNES, Ricardo, **A Rebeldia do Trabalho**, São Paulo, Editora Unicamp/Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo, **O Novo Sindicalismo**, São Paulo, Brasil Urgente, 1991.

ASSOULINE, Gérald, **Mobilisation de la force de travail et mutations industrielles: le cas de l'industrie automobile au Brésil,** IREP/CERCID, 1985.

AZEVEDO, Licinio, "Fugindo das quatro paredes", *in* Jornal **Movimento**, 5/7/1977.

BERBEL, Marcia Regina, **Partido dos Trabalhadores : tradição e ruptura na esquerda brasileira**, dissertação de Mestrado, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1991.

BIBES, Geneviève e MOURIAUX, René (orgs.), **Les Syndicats Européens à L'épreuve**, Paris, Presses de La Foundation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

BOBBIO, Norberto, **O Futuro da Democracia**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BOITO, Armando, " Reforma e persistência da estrutura sindical" , *in* Armando Boito (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

BOITO, Armando, **O Sindicalismo de Estado no Brasil,** São Paulo, Unicamp/Hucitec, 1991.

BRAGA, Teodomiro, "O novo papel da Igreja" *in* **Opinião**, 6/3/78.

BRAVERMAN, Harry, **Trabalho e Capital Monopolista**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

CARDOSO, Adalberto Moreira, "O pragmatismo impossível", **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, nº 32, março de 1992.

CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolivar, **Os Partidos e as Eleições no Brasil**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Ruth, "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico", *in* Bernardo Sorj, e Maria Hermínia T. de Almeida, (orgs.), **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, São Paulo, Brasiliense, 1983.
CARNEIRO, Gilmar, Novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, mimeo, São Paulo, 1993, mimeo.

CARNEIRO, Gilmar, Um Gesto pela Vida (da CUT e da cada um de nós),6/5/93, mimeo.

CARNEIRO, Gilmar, A CUT e a cidadania, 20/5/93, mimeo.

CARVALHO, Murilo, "A noite dos metalúrgicos", *in* Jornal **Movimento**, 10/4/1978.

CASTRO, Maria Silvia Portella de, "Dez Anos de Trajetória. Novo Sindicalismo Brasileiro. Desafios a Vencer", **Caderno da CUT**, nº 2, agosto de 1989.

CAVA, Ralph Della, "A Igreja e a abertura, 1974-1985", *in* Paulo Krischke, e Scott Mainwaring,(orgs.), **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)**, Porto Alegre, L&PM Editores, 1986.

CASTRO, Delúbio Soares de, Reflexão para Articulação Nacional, maio de 1993, mimeo.

COSTA, Sérgio Amad, **O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-1964)**, São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981.

CROUCH, Coulin e PIZZORNO, Alessandro (orgs.), **El Resurgimento del Conflito de Clases en Europa Occidental a Partir de 1968**, Vol I, Madrid, Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.

DINIZ, Eli, "Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do corporativismo no Brasil", *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ANPOCS, nº 20, ano 7, outubro de 1992.

DOIMO, Ana Maria, "Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade", *in* Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)**, Porto Alegre, L&PM Editores, 1986.

DURHAM, Eunice Ribeiro, "Movimentos sociais: a construção da cidadania", *in* **Novos Estudos Cebrap**, nº10, São Paulo, outubro de 1984.

FARIA, Hamilton José Barreto de, **A Experiência Operária nos Anos de Resistência: a Oposição Metalúrgica e a dinâmica do movimento operário (1964-1978).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da PUC de São Paulo, 1986.

FERREIRA, Cândido Guerra *et alii*, **Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: elementos para o caso brasileiro**, São Paulo, 1991, mimeo.

FREI BETTO, **O Que é Comunidade Eclesial de Base**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1ª edição (1981), 3ª edição, pp. 16/17.

GANZER, Avelino, Qual a crise? De direção ou da CUT?, 7/5/93,mimeo.

GARCIA, Marco-Aurélio, "São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário", **Desvios**, nº 1, São Paulo, novembro de 1982.

GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO,Sebastião, **CUT Por Dentro e Por Fora**, Petrópolis, Vozes, 1990

GIANNOTTI, Vito, e LOPES NETO, Sebastião, **CUT Ontem e Hoje**, Petrópolis, Vozes, 1991.

GILL, Louis , **Les Limites du Partenariat: les expériences social-démocrates de gestion économique en Suède, en Allemagne, en Autriche et en Norvège**, Québec, Les Éditions du Boréal, 1989.

GORZ, André, **Capitalisme, Socialisme, Écologie**, Paris, Éditions Galillée, 1991.

GORZ,André, **Métamorphoses du Travail: quête du sens**, Paris, Éditions Galillée, 1988.

HABERMAS, Jurgen, "A nova intransparência", **Novos Estudos Cebrap**, nº 18, 1987.

HIRSCHMAN, Albert, "A democracia na América Latina: dilemas", *in* **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 15, julho/1986.

HUMPHREY, John, "Sindicato, um mundo masculino", *in* **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, vol. 2, nº 1, abril de 1983.

HUMPHREY, John, **Fazendo o Milagre**, Petropólis, Vozes/Cebrap, 1982.

JELIN, Elizabeth, "El itinerario de la democratizacion: los movimientos sociales y la participación popular", *in* **Proposiciones**, nº 14, Santiago, Sur Ediciones, 1987.

KANE, Elimane e MARSDEN, David, "The future of trade unionism in industrialised market economies", **Labour and Society**, vol 13, nº 2, abril 1988.

KELLER, Vilma, **Os processos de negociação coletiva e a difusão das comissões de fábrica no setor metalmecânico paulista**, São Paulo, **Cebrap**, abril de 1986.

LEFORT, Claude, **A Invenção Democrática**, São Paulo, Brasiliense, 1983.

LIPSET, Seymour (ed.), **Unions in Transition. Entering the Second Century**, San Francisco, ICS Press, 1986.

LOBO, Elisabeth Souza, **A Classe Operária tem Dois Sexos**, São Paulo, Brasiliense, 1991.

LORENZETTI, Jorge, A crise na atual Direção Executiva Nacional da CUT, 17/5/93, mimeo.

NEVES, Lucília de Almeida, **CGT no Brasil (1961-1964)**, Belo Horizonte, Editora Vega, 1981.

PACHALSKY, Flávio, e CARNEIRO, Gilmar, "CUT: a hora de pensar grande", *in* **Teoria e Debate**, nº 11, São Paulo, agosto de 1990.

LÖWY, Michael, "Marxismo e cristianismo na América Latina", **Lua Nova**, São Paulo, novembro de 1989.

LÖWY, Michael, **Marxismo e Teologia da Libertação**, São Paulo, Cortez Editora, 1991.

MARONI, Amnéris, **A Estratégia da Recusa**, São Paulo, Brasiliense, 1982.

MARSHALL, T.H., **Cidadania, Classe Social e Status**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Heloisa de Souza, **Igreja e Movimento Operário no ABC: as raízes do sindicalismo autêntico e de base no Brasil**, XV Encontro Anual da **ANPOCS**, Caxambú, 15 a 18 de outubro de 1991, mimeo.

MARTINS, Heloisa de Souza, "Da união à divisão: a eleição dos metalúrgicos de São Paulo", *in* **Trabalhadores Urbanos no Brasil (1981) - Aconteceu,** Rio de Janeiro, CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Especial 11, julho de 1982.

MARTINS, Heloisa de Souza, **Igreja e Movimento Operário no ABC** (1954/1975), tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1986.
MARTINS, José Renato Vieira, "Os direitos dos Trabalhadores na Constituinte", *in* **Tempo e Presença**, São Paulo, CEDI, nº 232, julho de 1988.

MENEZES, Clarice Melamed e SARTI, Ingrid, **CONCLAT 1981, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro**, Campinas, Cartgraf, Coleção Ildes 3, 1981.

MERCADANTE OLIVA, Aloísio e RAINHO, Luís Flávio, "Cut e Conclat: a divisão política do movimento sindical", *in* **Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84**, Rio de Janeiro, CEDI, 1986.

MILLS, Theodore M., **Sociologia dos Pequenos Grupos**, São Paulo, Pioneira, 1970.

MOISÉS, José Alvaro, **Lições de Liberdade e de Opressão: o novo sindicalismo e a política**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

NOGUEIRA, Arnaldo, **Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983)**, dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, 1990.

NORONHA, Eduardo, "A explosão das greves na década de 80", *in* Armando Boito (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

NOVAES, Regina Reys, "Continuidades e rupturas no sindicalismo rural" *in* Armando Boito (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

OFFE, Claus, **Capitalismo Desorganizado**, São Paulo, Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, José Olívio Miranda de, Contribuição para o debate da Articulação Sindical, maio de 1993, mimeo.

PANEBIANCO, Angelo, **Modelos de partido**, Madrid, Alianza Editorial, 1990.

PAOLI, Maria Celia, "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno", **Estudos Avançados**, USP, vol. 3 (7), setembro/dezembro, 1989.

PARAMIO, Ludolfo, **Tras el Diluvio: la esquerda ante el fin de siglo**, México, Siglo XXI Editores, 2ª edição, 1989.

PEREIRA, Duarte, **Um Perfil da Classe Operária**, São Paulo, Hucitec, 1981.

PEREIRA, Hamilton (Pedro Tierra), "CUT - As lutas do campo buscam uma estrutura de organização", **O Plantador**, nº 129, 1 a 15/4/93, *in* **Quinzena**, CPV, nº 161, 15 de maio de 1993.

PRZEWORSKI, Adam Przeworski, **Democracy and the Market**, Cambridge University Press, 1992.

PRZEWORSKI,Adam, "Ama a incerteza e serás democrático", *in* **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 9, julho/1984.

RAINHO, Luis Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines, **As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo** (1977/1979), São Bernardo, Associação Beneficiente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

RAMALHO, José Ricardo, "CONCLAT: os trabalhadores criam seu espaço", *in* **Trabalhadores Urbanos no Brasil**, 1981, Rio de Janeiro, CEDI, julho de 1982.

RENNER, Cecília Helena Ornellas, **O Rouxinol e o Pássaro Mecânico**, tese de doutoramento, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1992.

RODRIGUES, Iram Jácome, "As comissões de empresa e o movimento sindical", *in* Armando Boito (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Iram Jácome, **Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria**, São Paulo, Cortez/Fase,1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins, **CUT: os militantes e a ideologia**, São Paulo, Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins e CARDOSO, Adalberto Moreira, **Força Sindical**: **uma análise sócio-política**, São Paulo, Paz e Terra, 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins Rodrigues, "O poder sindical na nova Constituição", *in* **RH EDIÇÃO ESPECIAL**, São Paulo, outubro de 1988.

RODRIGUES, Leôncio Martins, CASTRO, Maria Sílvia Portella de, SOCHACZEWSKI, Suzanna, RODRIGUES,Iram Jácome, **Retrato da CUT: delegados do 3º. CONCUT, representação nas categorias**, São Paulo, Edição da Central Única de Trabalhadores, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins, "As tendências políticas na formação das centrais sindicais", *in* Armando Boito (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins, "O sindicalismo nos anos 80: um balanço", *in* **São Paulo em Perspectiva**, vol. 4, nº 1, jan/mar. de 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins, "Tendências futuras do sindicalismo brasileiro", *in* Henrique Rattner, (org.), **Brasil, 1990**, São Paulo, Brasiliense, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins, **O declínio do Sindicalismo Corporativo**, Rio de Janeiro, IBASE, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins, **Partidos e Sindicatos**, São Paulo, Editora Ática, 1990.

SADER, Eder, **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**, São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, **Cidadania e Justiça**, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

BARBALET, J. M., **A CIDADANIA**, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.

SCHIMITTER, Philippe, "Still the century of corporatism?", *in* Frederick B. Pike e Thomas Stritch, (orgs.) **The New Corporatism**, University of Notre Dame, 1974.

Scott Mainwaring, **Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985)**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

SELZNICK, Philip, "Fundamentos da teoria de organização", *in*, Amitai Etzioni (org.), **Organizações Complexas**, São Paulo, Atlas, 1971.

SILVA, Vicente Paulo da Silva, "Um acordo histórico", **Folha de São Paulo**, 19/2/93.

SOUSA, Maria Tereza Sadek R. de, **Concentração Industrial e Estrutura Partidária: o processo eleitoral no ABC (1966-1982)**. Tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1984.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de, " A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles", *in* Alfred Stepan (org.), **Democratizando o Brasil**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SPYROPOULOS, Georges (ed.), **Trade Unions Today e Tomorrow**, vol. 1, Maastricht, Presses Interuniversitaires Européennes, 1985.

TELLES, Vera da Silva, **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza (um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo)**, Tese de doutorado, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1992.

TELLES, Vera da Silva, "Anos setenta: experiências e práticas cotidianas", *in* Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)**, Porto Alegre, L&PM Editores, 1986.

THOMPSON, Edward, **A Formação da Classe Operária Inglesa**, vol. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

THOMPSON, Edward, "La economia moral de la multitud" *in* **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase,** Barcelona, Editorial Crítica, 1984.

TROYANO, Annez, "O arrocho salarial", Jornal **Opinião,** 1/1/73.

VENCESLAU, Paulo de Tarso, "Sindicalismo rural: limpar o terreno" in **Teoria & Debate**, São Paulo, nº6, ano II, abril/maio/junho 1989.

VIANNA, Luiz Werneck, "Atualizando uma bibliografia:"novo sindicalismo", cidadania e fábrica", *in* **Travessia: da abertura à Constituinte 86**, Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1986.

VISSER, Jelle, "Trade unionism in Western Europe: present situation and prospects", **Labour and Society**, Genebra, vol. 13, abril de 1988.

WEBER, Max, **A Política como Vocação**, *in* **Ciência e Política: duas vocações**, São Paulo, Cultrix, 4ª edição.

WEFFORT, Francisco C., "A cidadania dos trabalhadores", *in* Lamounier, Weffort e Benevides (orgs.), **Direito, Cidadania e Participação,** São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, 1981.

WEFFORT, Francisco, **Qual Democracia**, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

WOOD, Stephen, "O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo", **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 17, ano 6, Rio de Janeiro, Anpocs/Dumará, outubro de 1991.

ZUFIAUR, J. M., "El sindicalismo en el siglo XXI", **Leviathan**, Madri, nº 29/30, outono-inverno, 1987.